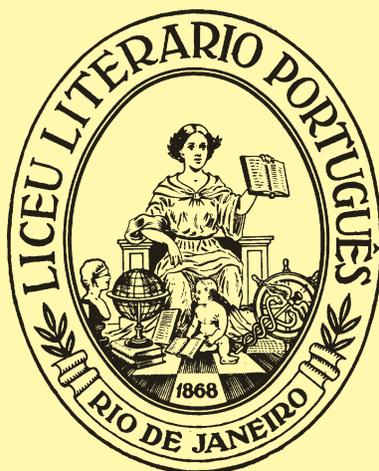


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 41/42 – 2.º semestre de 2011/ 1.º semestre de 2012 – Rio de Janeiro

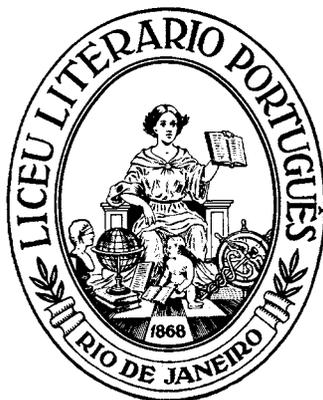
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO 2009/2010

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário: Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro: Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Maria Lêda de Moraes Chini
Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ângelo Leite Horto
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Eduardo Artur Neves Moreira
Carlos Jorge Airoso Branco

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Postdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Myriam Bernaroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Produção Gráfica
Lexikon Editora Digital
Rua da Assembléia, 93 3. andar
CEP 20011-000 – Rio de Janeiro – RJ
www.lexikon.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Machado de Assis e o seu Ideário de Língua Portuguesa	11
EVANILDO BECHARA	
As ‘ <i>Regulae Iuris</i> ’ e as ‘ <i>Sententiae Breves</i> ’ em ‘ <i>Las Siete Partidas</i> ’, a Jurisprudência Actual e Tribunais de Justiça Europeus	21
MARÍA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO	
<i>A Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso</i> (Rio De Janeiro, 1928) de Mendes Fradique	35
ROLF KEMMLER	
Estudo da Língua Japonesa Através dos Documentos Deixados Pelos Missionários Portugueses dos Séculos XVI e XVII - Pensando o Passado e o Futuro da Minha Investigação.....	64
TORU MARUYAMA	
Repensando o Fenômeno da Epêntese Vocálica no Português do Sul do Brasil.....	80
TATIANA KELLER	
O Constructo de Faulstich para a Variação das Unidades Terminológicas Complexas.....	96
CLEIDE LEMES DA SILVA CRUZ	
Representação do Objeto Direto Correferencial no Português do Brasil: Um Fato em Variação.....	127
EDILA VIANNA DA SILVA	

Topônimos Compostos por <i>Lândia</i> e <i>Pólis</i> : Alguns Aspectos Discursivos.....	140
ANA CLAUDIA CASTIGLIONI	
<i>O Dialeto Caipira</i> , de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo.....	152
VANISE GOMES MEDEIROS	
THIAGO MATTOS DE OLIVEIRA	
Variações Classificatórias do Latim, Premissas da Modalidade Vulgar e sua Derivação sa România	169
NEHEMIAS NASARÉ LOURENÇO	
RICARDO SOARES DA SILVA	
O Discurso Historiográfico da Linguística Aplicada Brasileira.....	184
HILDA RODRIGUES DA COSTA	
Construções em foco: o caso de <i>daqui vem e vamos lá</i>	207
ANA CLÁUDIA MACHADO TEIXEIRA	
ROSSANA ALVES ROCHA	
Neutralização e Crase: Estudo de Processos Morfofonológicos no Português Arcaico	223
GISELA SEQUINI FAVARO	
Marcas de interatividade no discurso petista: a Teoria dos Atos de Fala em questão.....	233
LEILANE RAMOS DA SILVA	
Estudo Comparativo do Padrão Formântico da Vogal /a/ Produzida por Sujeitos com e sem Síndrome de Down	248
MARIAN DOS SANTOS OLIVEIRA	
WILMAR DA ROCHA D'ÂNGELIS	
Origens da Palavra <i>Como</i>	276
WANDERCY DE CARVALHO	

Representações sociais, memória e identidades: a produção de sentidos do discurso do idoso.....	295
SILVANE APARECIDA FREITAS	
Colaboradores deste número.....	315

APRESENTAÇÃO

Neste número duplo, *Confluência* mais uma vez reúne vários textos expressivos sobre descrição linguística, cuja área de investigação percorre temas de variado interesse. São trabalhos que investigam aspectos da fonologia, da sintaxe e do léxico do português, irmanados a outros que percorrem as trilhas historiográficas, seja no tocante à construção de gramáticas ou à elaboração de estratégias do ensino do português como língua materna.

O perfil eclético deste número duplo também dá ao público interessado em questões linguísticas a oportunidade de manter contato com estudos peculiares que cuidam de temas como a linguagem jurídica no âmbito das línguas românicas e a edição de textos sobre a língua japonesa por missionários portugueses. Em outra dimensão, poderá servir-se o leitor de estudos atuais sobre as relações semânticas na construção do texto e os reflexos da linguagem no complexo quadro da interação social.

Cuida-se, pois, de mais um valioso repertório de ensaios sobre a linguagem humana, produzidos tanto por linguistas de escol quanto por jovens e talentosos pesquisadores, que vem enriquecer ainda mais nossa compreensão do fenômeno linguístico e sua presença na sociedade contemporânea.

Confluência agradece a seus colaboradores pela inestimável contribuição dos textos aqui reunidos e convida o leitor à reflexão crítica que tais trabalhos propõem acerca da língua e sua concepção científica.

MACHADO DE ASSIS E O SEU IDEÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara
Liceu Literário Português
Academia Brasileira de Letras

RESUMO: Pretende este estudo deixar patente que Machado de Assis, no início de sua atividade literária, tenha presente numa concepção científica da língua, a finalidade maior da gramática, a importância do seu estudo, e o papel consolidador do escritor na construção da língua comum do país e da elaboração da língua literária.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis, língua portuguesa, gramaticografia.

***ABSTRACT:** This study aims to make clear that Machado de Assis, in the beginning of his literary activity, has in view a scientific conception of the language, the main aim of the grammar, the importance of its study, and the writer consolidator role in building the common language of the country and the development of literary language.*

***KEYWORDS:** Machado de Assis, portuguese language, grammaticography.*

É opinião corrente afirmar-se que Machado de Assis, se não é o mais correto escritor da literatura brasileira, é dos que melhor a praticaram e mais souberam conciliar a construção clássica e a modalidade espontânea do idioma do seu tempo.

Por tudo isto, vale a pena pesquisar como conseguiu construir o seu ideário linguístico, ainda que não tenhamos informações seguras sobre os passos iniciais dessa construção que, começada muito cedo, como se supõe, continuou por toda a vida do nosso escritor.

Como a mãe é sempre, ou quase sempre, a primeira mestra da linguagem de seus filhos, seguida da colaboração dos demais familiares, o ambiente idiomático de casa deve cedo ter chamado a atenção do menino Machado diante de uma mãe açoriana, branca, e do pai pintor, mulato, ambos com certa instrução: sabiam ler melhor do que, com toda certeza, os demais moradores do morro

do Livramento (atual Providência), próximo à zona portuária, em que nascera o futuro escritor.

Acresce a isto a convivência, como agregados de uma chácara vizinha ao morro, de propriedade de D. Maria José, madrinha do menino, o que favorecia à criança, desde cedo de temperamento solitário, um ambiente cultural diferente daquele frequentado pelos seus vizinhos. A mãe deve ter coberto o filho de atenção e carinho que merecem os primogênitos e, apesar de ter morrido quando Machado mal contava os dez anos, pôde deixar nele profundas marcas de afeto e lhe ter imprimido o gosto pelo estudo, adjuvando o trabalho de escola primária que frequentara, e o empenho de um padre da Igreja da Lampadosa a quem, parece, o menino ajudava nas missas, como coroinha. Cinco anos depois da morte da mãe, casou-se o pai com Maria Inês, madrastra que também cobriu o enteado com amoroso desvelo. Desde cedo deve ter nascido em Machado o gosto da leitura, que também cedo lhe despertou e favoreceu o melhor aprendizado do idioma, o que possivelmente o preparou para, entre os ofícios iniciais a que se dedicaria, exercer as funções de tipógrafo da Imprensa Nacional até 1858, e, mais à frente, revisor e caixeiro da Livraria e Tipografia de Paula Brito, estágio que o aproximou definitivamente da literatura e de ilustres personagens do meio de escritores.

De particular importância para a construção do seu universo linguístico foram sem dúvida as reuniões no Gabinete Português de Leitura com dois dos mais importantes, à época, cultores dos livros e do idioma: Ramos Paz e o filólogo Manuel de Melo. Se o primeiro deve ter sido fundamental para a formação literária do nosso Machado, aproximando-o dos autores nacionais e estrangeiros, Manuel de Melo deve ter exercido nele uma influência seminal sobre a natureza da linguagem, a posição do escritor diante do idioma, sua ação normativa para os leitores do seu tempo. Tal influência favoreceu a propriedade de considerações que Machado, em vários lugares do seu múltiplo fazer literário, emitiu sobre fatos da língua, quer de natureza gramatical, quer de natureza lexical. Manuel de Melo, apesar da sua atuação como homem do comércio, foi dos mais bem apetrechados filólogos do seu tempo; escreveu pouco, pelo menos do que chegou até nós, mas dessas lições sobreviventes, revela-nos uma leitura do que melhor se produzia nos meios mais adiantados no mundo. Riquíssimo acervo bibliográfico existente no Gabinete Português de Leitura sobre filologia e lingüística, em alemão, inglês e francês no século XIX, resulta da aquisição de sua biblioteca particular pela instituição, depois de sua morte, a fim de que não se dispersasse. Seus méritos eram conhecidos e apreciados fora do Brasil. Leite de Vasconcelos nos chamou a atenção para uma nota necrológica de um

dos mais conceituados filólogos italianos, Francesco D'Ovidio, acerca de uma resenha de autores latinos editados por Epifânio Dias:

“Mentre corrego le bozze, mi sopraggiunge la dolorosa nuova, che uno di loro (referia-se a filólogos portugueses), Manuel de Mello, è morto. Egli era, per verità, un dilettante scrupoloso e coltissimo, che in nulla differiva da un dotto di professione. Ne son prova le *Notas Lexicológicas* (Rio de Janeiro, 1880) ch'egli aveva impresso a publicare. Conosceva la litteratura italiana, dalla più antica alla più recente, in modo ammirabile, amava vivamente l'Italia; e in Italia è morto! (In: J. Leite de Vasconcelos, Epiphanyo Dias, p. 59, n.2).

Tão ausente está Manuel de Melo de nossos estudos de historiografia gramatical de filólogos portugueses e brasileiros que desenvolveram suas atividades no Brasil, que o autor merece uma referência, ainda que breve, neste comentário sobre Machado de Assis. Português de nascimento, natural de Aveiro, onde nasceu em 1834. Exercia as funções de guarda-livros e se aplicava no conhecimento dos modernos idiomas da Europa, particularmente do português. Notabilizou-se entre os contemporâneos e a posteridade com o estudo polêmico contra Adolfo Coelho e Teófilo Braga, *maxime* sobre o primeiro, intitulado *Da Glótica em Portugal*. A composição deste trabalho começou em 1873 e só terminou em 1889, cinco anos depois da morte do autor, ocorrida em Milão, na Itália, aos 4 de fevereiro de 1884.

Em contacto com Ramos Paz e Manuel de Melo, nas reuniões aos domingos no Gabinete Português de Leitura, penetrou Machado de Assis não só no terreno idiomático dos clássicos lusitanos, mas ainda na boa conceituação e compreensão da natureza da linguagem e dos usos linguísticos.

Assim é que, em resenha crítica de 1862 ao *Compêndio da Gramática Portuguesa*, por Vergueiro e Pertence, saído em Lisboa em 1861, o nosso escritor justifica por que considera o *Compêndio* “uma obra útil”:

Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil”. (Assis: 1953, p.21).

E logo adianta:

Quando se consegue o resultado alcançado pelos Srs. Pertence e Vergueiro tem-se dado material para a estima e a admiração dos concidadãos.

Há na gramática dos Srs. Pertence e Vergueiro aquilo que é necessário às obras desta natureza, destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica (Ibid., p. 21-22).

Repare-se que Machado de Assis estava com 23 anos ao resenhar o *Compêndio*, e nessa época já ressaltava o papel importante do desenvolvimento reflexivo da competência linguística dos alunos mediante a aplicação das regras e das bases ‘sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica’ [entenda-se: a sua competência linguística]. Note-se que o resenhador não insiste na célebre lição de que a gramática é “a arte de ensinar a falar e a escrever corretamente a língua”, como fez o compêndio, mas sim “de assentar a sua ciência filológica.”

Essas considerações do nosso jovem escritor, aparentemente tão inocentes, que uma leitura ingênua poderia deixar passar em silêncio uma distinção teórica importantíssima e antiga, que remonta aos primeiros filósofos gregos que trataram de conhecer melhor e com mais profundidade a essência da gramática e temas a ela, gramática, correlatos.

Discutiam esses gregos se a gramática seria “empeiria”, isto é, pura e simples experiência em ato, ou se seria uma técnica (em grego ‘téchne’), isto é, um saber complexo de “regras”, de noções regidas por um critério e com o propósito de alcançar uma finalidade. A tese vitoriosa foi a de que a gramática seria um técnica, palavra que os romanos traduziram por *arte* (latim *ars*).

Já a aquisição de uma língua resulta de uma atividade no âmbito da “empeiria”, porque é um processo que nasce sob o impulso da imitação, não se desprezando um mínimo de reflexão, isto é, como ensina Pagliaro, “de aderência volitiva a determinado sistema expressivo”, e dessa imitação “surge a necessidade de uma norma na qual o ato linguístico possa encontrar a sua plena justificação” (Pagliaro: 1952, p. 295).

Tudo nos leva a acreditar que Machado de Assis entendia a gramática como uma técnica, isto é, um sistema de noções destinadas a conseguir um fim, no seu dizer, “destinadas a estabelecer no espírito do aluno as regras e as bases, sobre as quais se tem de assentar a sua ciência filológica”.

Essas regras e bases no espírito do aluno vão dirigi-lo ao âmbito da ‘empeiria’, já que uma imitação reflexiva o leva a buscar uma norma na qual, como diz Pagliaro, “o ato linguístico passa a encontrar a sua plena justificação. Surge assim, por necessidade didática, a gramática, que esclarece a funcionalidade do sistema, fixando-o no esquema ideal, e todavia real, da norma.”

Acompanhando os gregos, Machado também parece deixar patente que a gramática nasceu sob um duplo signo: o lógico – cognoscitivo e o didático-normativo.

Tais considerações, ausentes nos compêndios escolares do seu tempo, Machado não as teria haurido, apesar de toda a sua genial precocidade, sem a participação de um mentor; e esse mentor, para nós, não poderia ser outro senão

Manuel de Melo, dono de uma ciência filológica e linguística comprovada pela exaustividade bibliográfica de livros técnicos relacionados nas notas de rodapé do seu *Da Glótica em Portugal*.

Outro aspecto que se há de ressaltar nas citadas palavras de Machado é a relação desse saber filológico de cada utente ou usuário da língua com o saber dos demais utentes do país na construção de uma unidade idiomática mais ampla, de caráter nacional, unidade que iria construir aquilo a que ele mesmo, em célebre artigo estampado em *O Novo Mundo*, em Nova York, em 1873, chamou *Instinto de Nacionalidade*. Vale a pena recordar o que declara o jovem Machado com apenas 23 anos, em 1862:

“Sempre achei que uma gramática é uma coisa séria. Uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país. Se essa língua é a nossa, e o país é este em que vivemos, o serviço cresce ainda e a empresa torna-se mais difícil”. (Assis: 1953, p.21).

Isto para concluir que uma gramática procura assentar em cada falante da língua de um país a sua ciência filológica [entenda-se: a sua competência linguística], cuja unidade espelha o instinto de nacionalidade, dentro do conjunto de outros saberes nacionais, para se consubstanciar numa futura construção da consciência de nacionalidade mediante a língua.

Quase cem anos depois dessa resenha, o italiano Antonino Pagliaro, um dos cinco mais esclarecidos e geniais linguistas do século XX, repetia com maior profundidade e agudeza, mas com a mesma essência de verdade, do alto de sua excelsa competência:

“A língua constitui a imagem mais completa e genuína da fisionomia natural e histórica dos povos. Disse-o, há mais de um século, Guilherme von Humboldt, bom conhecedor de assuntos desta natureza e, pelo que sei, ninguém jamais o contradisse. Acrescentava ele que a índole espiritual de uma comunidade e a estrutura da língua estão intimamente tão ligadas entre si que, conhecida uma, a outra devia com facilidade deduzir-se da primeira. Sobre isso não há controvérsia: a língua, representando por um lado a maneira natural através da qual um povo vê e conhece a realidade, sistematizando-a e organizando-a nos sinais de classificação que são as palavras, encerra em si, por outro, o reflexo de todas as experiências internas e externas, de todas as conquistas e de todos os contrastes, por que esse povo passou na cadeia das gerações.

De resto, observamos o mesmo na fala individual; nada revela melhor a fisionomia interior de cada indivíduo, a sua inteligência ou obtusidade, a sua cultura ou ignorância, o seu gosto ou tacanhez, do que a sua expressão

linguística; mas também as maneiras da sociabilidade, o meio, a ocupação, a companhia que frequenta, o bairro em que habita, dão à fala de cada um indícios que permitem uma identificação fácil e imediata” (Pagliaro: 1983, p. 95-96).

Por tudo o que vimos até aqui, fácil nos é concluir que estas noções correm paralelas ao conceito de “língua comum”, cuja importância linguística, social e histórica tem aguçado o interesse dos linguistas, sociolinguísticos e historiadores da cultura.

Essa consciência de que os homens de uma comunidade constroem e garantem pela língua comum a identidade nacional, um evidente “instinto de nacionalidade”.

O já citado Antonino Pagliaro ressalta magistralmente o que acabamos de dizer:

“(...) a língua comum é a expressão de uma consciência unitária comum, que pode ser cultural em sentido lato, como acontecia na Itália do século XIV ou na Alemanha de Lutero, e pode ser política, como é o caso das atuais línguas nacionais; nela temos sempre um fator volitivo que leva as comunidades a superar as diferenças mais ou menos profundas dos falares locais, para aderir pela expressão a uma solidariedade diferente e mais vasta. Por outras palavras, quem, deixando de parte o dialeto nativo, passa a falar a língua comum, exprime através desse ato a sua adesão volitiva a um mundo mais vasto, determinado cultural ou politicamente, ou então, como acontece nos estados nacionais modernos, pelas duas formas”. (Pagliaro: 1983, 142-143).

A intuição de Machado de Assis de que o conceito de língua comum cabia perfeitamente à língua portuguesa escrita padrão praticada em Portugal e no Brasil levou-o a não adotar a opção daqueles brasileiros para quem as diferenças de uso entre os dois países justificavam, com nítida pressa e pouca fundamentação teórica, a necessidade de se considerar a existência de dois idiomas distintos, mormente depois de nós nos termos separado da antiga metrópole em 1822, e nos termos constituído como nação independente. Era esta a tese, entre outros, de Macedo Soares e Paranhos da Silva, aí pelo último quartel do século XIX. Machado chega a dizer isto de maneira felicíssima: este princípio é antes “uma exageração de princípios”.

Por essa mesma intuição nosso Machado entendia que a unidade linguística em que se assenta a língua comum não é, em rigor, uma unidade de fato, mas, como ainda mais tarde ensinaria Pagliaro, “um esquema no qual encontram lugar todas as concordâncias substanciais que se verificam nas variedades dialetais” (Pagliaro: 1983, p. 140).

Doze anos depois da resenha do *Compêndio da Gramática Portuguesa*, de Vergueiro e Pertence, em 1873, no já citado escrito “Instinto de nacionalidade”, Machado implicitamente volta à opinião ali expandida, segundo a qual “uma boa gramática é um alto serviço a uma língua e a um país”, e se essa língua é a nossa, e o país é o nosso, o serviço cresce ainda, e a empresa torna-se mais difícil:

“Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa.”

Aproveita o escritor o momento para aludir à existência daqueles autores que fogem aos padrões da língua escrita culta pelo propósito de diferenciar o uso brasileiro do português, propósito que ainda não assumirá a opinião iconoclasta de Monteiro Lobato que, muitos anos depois, viria a declarar que, assim como o português saíra dos erros do latim, o brasileiro sairá dos erros do português:

“Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípios.”

E acertando o passo com a melhor lição acerca de como se há de entender a correta política idiomática na consolidação normativa da língua comum, justifica-se:

“Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza de idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão” (Assis: 1953, p. 147).

A resenha ao *Compêndio da Gramática Portuguesa*, de Vergueiro e Pertence nos patenteia que desde cedo Machado de Assis, pelas leituras pessoais e pelo contacto com filólogos amigos como Ramos Paz e, principalmente, Manuel de Melo, tinha da linguagem, da língua, da gramática e da ação normativa do

escritor na normatização da língua comum, ideias bem avançadas para seu tempo e que hoje poderiam ser repetidas por filólogos e linguistas profissionais.

O que teve a oportunidade de nos deixar nessa resenha de 1862 e no artigo de 1873 acreditamos que foi de capital importância para o ideário da Academia Brasileira de Letras relativamente à sua posição e às suas tarefas sobre a língua portuguesa e a sua unidade superior com Portugal. Esse ideário está bem definido no Art. 1º dos Estatutos da Instituição, quando diz que ela “tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”, e com o substancial e programático Discurso inaugural de Joaquim Nabuco, na qualidade de Secretário-Geral, quando declara, ao tratar da língua portuguesa no Brasil: “A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo precisamos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias da sua grande época... Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano, Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. A língua há de ficar perpetuamente *pro indiviso* entre nós”.

Essa vassalagem de que nos fala Nabuco é um aspecto daquela adesão volitiva de que nos fala Pagliaro e que um pouco mais de meio século depois do Secretário-Geral da instituição acadêmica repetiria destacado literato espanhol, Pedro Salinas, imbuído das mesmas convicções acerca da função niveladora da língua comum e do papel dos cientistas e artistas envolvidos nessa ação normativa:

La admisión de la realidad de la norma lingüística no debe entenderse como sometimiento a una autoridad académica inexistente e innecesaria sino a la comprensión del hecho de que en todos los países cultos de Iberoamérica se emplea una lengua general basada en la fidelidad al espíritu profundo del lenguaje y a su tradición literaria. La norma lingüística brota de una realidad evidente. Hay aún algunos filólogos a caballo en su doctrina naturalista de que el lenguaje no tiene jerarquías de excelencia o bajeza y que todas sus formas, por el simple hecho de existir, son igualmente respetables” [Salinas: 1970, p. 77].

No discurso de encerramento do ano acadêmico de 1897, o primeiro da novel instituição, assinala Machado, entre as tarefas para 1898, colher, “se for possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno”. E depois de dizer que essa tarefa deve ser levada com muito critério crítico e paciência, conclui com certas ponderações de um filólogo:

“A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guardiã da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, - o povo e os escritores, - não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de nós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva.”

Esse ideário filológico e linguístico está patente não só no seu discurso, mas ainda na sua ação de escritor. Assim é que no seu tempo a caça aos galicismos, praticamente resumia a tarefa dos puristas; Machado criticava o excesso de galicismos, mas o agasalhava, quando necessário ou funcional às necessidades do estilo. Ao ser criticado em nota anônima por ter empregado no conto *O alienista* o francesismo *reproche*, defendeu-se dizendo que, além de não ser galicismo, pois encontrara nos clássicos *reproche* e o verbo *reprochar*, e ainda porque achava foneticamente insuportável o correspondente vernáculo *exprobração*. E conclui: “Daí a minha insistência em preferir o outro, devendo notar-se que não o vou buscar para dar ao estilo um verniz de estranheza, mas quando a ideia o traz consigo” (Assis: 1882, p. 293).

O esforço de cultivar o modelo de sua língua literária fez que Machado acompanhasse a boa lição da normatividade proclamada pelos bons autores. Na última fase de sua produção literária o escritor eliminou solecismos que corriam na língua escrita entre os séculos XVIII e XIX. Assim é que acomodou o verbo *haver* no singular, como impessoal, como sinônimo de *existir*, na última fase dos seus escritos. Essa sintaxe vingou entre bons escritores do século XVIII como Matias Aires e foi agasalhada no século XIX. Machado não fez exceção, e até na resenha ao *Compêndio* de Vergueiro e Pertence deixa escapar “Metódico no plano e claro na definição, não sei que *haja* outros requisitos a desejar ao autor de uma gramática (...)” (p.22).

Vale lembrar que um gramático do porte de A. G. Ribeiro de Vasconcelos, na p. 254 n. 1 de sua *Gramática Portuguesa* (s/d, mas de 1900), considerava artificial o uso do verbo *haver* no singular, explicando o plural por atração.

Também Machado usou o verbo *fazer* no plural aplicado a tempo (*Fazem três dias*) até a fase dos *Contos fluminenses*, corrigindo-se depois para *Faz três anos*, na última quadra de seus escritos.

Oxalá tenhamos podido, ainda que esboçado, tratar de um tema que está a exigir pesquisa mais aprofundada, fixar os alicerces teóricos e funcionais do

ideário linguístico deste grande artista da língua portuguesa, e da influência que, nesta realidade, pelo prestígio patente de sua estatura intelectual, exerceu sobre os escritores do seu tempo e dos que depois, consciente ou inconscientemente, vieram a integrar-lhe a corte e a vassalagem.

Indicações bibliográficas

ASSIS, Machado de. *Crítica Literária*. “Resenha ao Compêndio de Língua Portuguesa”, por Vergueiro e Pertence. “In *Crítica Literária*, Rio de Janeiro: W.M. Jackson. Editores, 1953.

_____. “Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade”. In: *Crítica Literária*, 1953 [1872].

_____. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerto & C., 1882.

_____. Discurso do Sr. Machado de Assis. Inauguração da Academia. In: *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I, 2005 [1897].

_____. Discurso do Sr. Machado de Assis. Encerramento do 1º ano acadêmico. In: *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras tomo I, 2005 [1897].

Academia Brasileira de Letras. *Discursos Acadêmicos 1897-1919*. Rio de Janeiro: tomo I. volumes I-II-III-IV, 2005.

MELO, Manuel de. *Da glottica em Portugal*. Carta ao autor de *Diccionario Bibliographico Português*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872.

NABUCO, Joaquim (1897). Discurso do Sr. Joaquim Nabuco. In: *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, tomo I, 2005[1897].

PAGLIARO, Antonino. *A Vida do Sinal*. Ensaio sobre a língua e outros símbolos. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, tradução e prefácio de Aníbal Pinto de Castro, 1983[1951].

VASCONCELOS, José Leite de. *Epiphanyo Dias*. Sua vida e labor científico. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1922.

VERGUEIRO, Alfredo e PERTENCE. *Compendio da grammatica portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

AS ‘*REGULAE IURIS*’ E AS ‘*SENTENTIAE BREVES*’ EM
‘*LAS SIETE PARTIDAS*’, A JURISPRUDÊNCIA ACTUAL E
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA EUROPEUS¹

María do Carmo Henriques Salido
Universidade de Vigo

RESUMO: Neste artigo estudam-se as «*regulae iuris*» do Direito Romano, consagradas no título XVII do Livro L do *Digesto*, recebidas pelos autores das compilações canónicas medievais, que as incorporam nos seus repertórios, e são o género mais representativo da Idade Média na Europa. O Rei Afonso, O Sábio, introduz estas regras em *Las Siete Partidas* e já se estabelece uma diferença entre as regras legais e as regras doutrinárias. Estas regras procedentes do Direito Romano ou das compilações canónicas medievais sobrevivem com todo o seu esplendor na Jurisprudência do Tribunal Supremo da Espanha na segunda metade do século XX e primeira década do Século XXI. Verifica-se, de igual modo, que as «*regulae iuris*», as «*sententiae breves*» e as locuções latinas continuam a merecer o interesse dos Tribunais Europeus, como pode ser o caso do Tribunal Europeu de Direitos Humanos ou o Tribunal de Justiça da União Europeia. Como conclusão final sustenta-se que continua a ser válido o princípio de que uma grande parte da atual cultura jurídica espanhola e europeia descansa sobre o Direito Romano e a língua com a qual se construiu e expressou .
PALAVRAS-CHAVE: terminologia jurídica, regras jurídicas, brocardos

1 O presente texto reproduz a lição inaugural proferida na sessão solene de abertura do curso académico conjunta das três universidades galegas, que teve lugar o 16 de Setembro de 2011, na Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Vigo. É uma síntese e reelaboração dos estudos realizados pola equipa de I+D da Universidade de Vigo (código do grupo FE2) por esta docente; Dom Fernando Alañón Olmedo, ‘Presidente da Audincia Provincial de Ourense’; e Dona Josefa Otero Seivane, ‘Magistrada da Sección Primera da Audiencia Provincial de Ourense’. Os documentos que se reproduzem das resoluções do Tribunal Supremo ou dos tribunais de justiça europeus procedem da base de dados Thomson Reuters (*Westlaw*)

EXORDIUM

Ao aceitar a designação, conforme os usos académicos, para ministrar a lição inaugural conjunta das três universidades galegas, correspondente ao curso académico 2011/2012, gozo da honra de me dirigir a todos os presentes para evocar a língua-matriz de várias línguas europeias e prestar homenagem à fonte da qual se nutriu, e ainda se nutre, uma parte muito importante da cultura jurídica da Europa, e em que se apoiou, para além da civilização helénica, a terminologia da comunidade científica (Biologia, Economia, Física, Geologia, Engenharia, Linguística, Química, etc.). O idioma do *Latium*, uma região da Península Itálica, foi-se impondo como «língua do império» e permaneceu como língua da ciência até, pelo menos, as duas últimas décadas do século XVIII. O processo de substituição do latim por parte das línguas vulgares vai ser muito desigual em cada âmbito do conhecimento científico, porque os juristas espanhóis, ao igual que os do Ocidente da Europa, continuarão expressando-se em latim até às primeiras décadas do século XIX.

INTRODUCTIO

O Imperador JUSTINIANO consagrou às *regulae iuris*, sentenças breves com as quais se formulavam «aquellos principios jurídicos, máximas, reglas o criterios de interpretación de carácter general» que facilitavam «la solución de casos complejos» (DOMINGO, 2006: 23), o título XVII do livro L do *Digesto*. Estas regras do direito antigo recebem-nas os autores das compilações canónicas medievais, incorporam-nas nos seus repertórios e convertem-nas no género mais representativo da Idade Média. Nos começos do século XII, quando se começam a publicar os primeiros livros de *brocarda*, *brocardica* ou *generalia*, as regras jurídicas promovem-se, principalmente, por autores italianos dos séculos XIII e XIV. Os brocardos não são senão livros de regras concisas que se contrapunham «a los lugares dudosos o a los pasajes discordantes con objeto de resolver su aparente contradicción» (MANS, 1979: XXXV).

No espaço de tempo durante o qual ALFONSO X EL SABIO impulsiona a compilação de *Las Siete Partidas*, primeira versão datada de 1256-1265 e a segunda de 1272-1275, na Partida VII, Título XXXIV, incorpora «regras do direito», tomadas do *Corpus Iuris Civilis*. Existia já, com toda a probabilidade, uma diferença entre as regras legais (*regulae iuris*), as autênticas, as sancionadas

como tais pelo legislador, e as regras doutriniais (*brocardos*) ou não autênticas, que, por serem de origem privada, careciam *per se* de força de lei.

Entre os séculos XIV e XVII as regras continuam a ser promovidas por autores doutros países europeus, como o inglês Francis BACON (1561-1626) ou o jurista genebrino Jacobo GODOFREDO (1587-1652) (DOMINGO, 2006: 26). Neste período da história, os princípios gerais e as regras do direito designam-se com termos diversos (*adágios, aforismos, apotegmas, axiomas, máximas, princípios, provérbios, regras, sentenças, etc.*).

Apesar dos processos que se iniciam no alvorecer da codificação espanhola e posteriores promulgações dos códigos, que levam consigo a tradução de muitas regras jurídicas clássicas latinas, estas encontram «acomodo en los ordenamientos jurídicos a través de los principios generales del derecho» (DOMINGO, 2006: 27). O latim é manifestamente visível nas sentenças do Tribunal Supremo de Justiça nos últimos decénios do século XIX, na Jurisprudência espanhola do século XX e na primeira década do século XXI, porque dos juristas romanos herdámos a sua inclinação particular para nos expressar com sentenças breves, regras, princípios ou máximas, que têm total aplicação ou perfeito encaixe em supostos, reforçam um argumento, som de grande ajuda para fundamentar a sentença, ou facilitam a resolução de cada caso concreto.

Na actualidade, estas fórmulas precisas, de fácil memorização, «que sirven de indicador y guía al pensamiento y al ordenamiento jurídico» (MANS, 1979: XXVI), são fruto e resultado duma milenária transmissão, que deu origem a diversidade de redacções, variantes ou novas formulações (nas quais pode existir uma mínima variação no que diz respeito ao texto do *Código de Justiniano*); as corrupções linguísticas, inerentes a todas as obras que não chegaram ou não se receberam directamente; e a erros materiais, porque foram objecto de numerosas cópias e interpretações. E como todas ou a maior parte das unidades léxicas ou gramaticais procedentes do Direito Romano são de difícil tradução, e «sobre su procedencia no existe unanimidad entre los cultivadores de la ciencia romanística» (GUTIÉRREZ-ALVIZ, 1995: VI).

Depois de termos examinado vários milhares de resoluções do Tribunal Supremo, continua a ser válido o princípio de que uma grande parte da actual cultura jurídica espanhola (e europeia) descansa sobre o Direito Romano e a língua com a qual se construiu e expressou, como demonstraremos nas páginas que seguem.

1. PARS PRIMA. AS ‘REGULAE IURIS’ E AS ‘SENTENTIAE BREVES’ EM ‘LAS SIETE PARTIDAS’ E JURISPRUDÊNCIA ACTUAL

A compilação, impulsada polo rei ALFONSO X EL SABIO —obra que há que ver também como o processo de institucionalizar o uso do castelhana codificado, com o objectivo de conseguir a unificação legislativa e jurídica dos territórios, que chegarían a converter-se num estado moderno (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 2004: 389)— na Partida VII, Título XXXIV, define a unidade léxica ‘regra’, «es ley dictada breuemente con palabras generales, que demuestra ayna la cosa sobre que fabla», o seu valor «ha fuerça de ley, fueras ende en aquellas cosas sobre que fablase alguna ley señalada de aqueste nuestro libro, que fuesse contraria a ella. Ca estonce deue ser guardado lo que la ley manda, e non lo que regla dize», e os «exemplos que mas cumplen al entendimiento dellas».

A partir do sentido literal das palabras reproducidas, parece claro que, no século XIII, as regras do dereito tiñan carácter legal, excepto no caso de que «falase alguna lei sinalada nesse libro específico, que fose contrária a ela». Das trinta e sete regras recollidas na obra afonsina, surpreende que algunhas sobrevivam con todo o seu esplendor nas resolucións do Tribunal Supremo ditadas na primeira década do século XXI. Vemo-las, nomeadamente, na jurisdición civil e na contencioso-administrativa, citadas con absoluta fidelidade na continuación do texto latino, ou, con ligeiras variantes, e, embora seja frecuente que as utilize un mesmo juiz-relator en varias resolucións, também pode acontecer que magistrados diferentes se sirvan delas para fundamentar a sentenza. Das trinta e sete regras reproducimos a seguir as documentadas en resolucións actuais do Alto Tribunal:

Regla v: Mas dixeron los sabios antiguos, que en gran culpa es aquel que se trabaja de fazer cosa que non sabe, o que le non conuiene (= *Imperitia culpa adnumeratur* «La impericia es contada como culpa», GAIUS: 1. 132, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xii: E Aun dixeron que cosa que ningun ome non puede dar mas derecho a otro en alguna cosa, de aquello que le pertenesce enella (= *Nemo plus iuris ad alium transferre potest, quam ipse habet* «Nadie puede transferir a otro más derecho que el que él mismo tenga», ULPIANUS: 1. 54, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xiv: E Aun dixeron los sabios, que non faze tuerto a otro, quien usa de su derecho (= *Nullus videtur dolo facere, qui suo iure utitur* «No se considera que obra con dolo el que usa de su derecho», GAIUS: 1. 55, *Digesto, de regulis iuris*, 50, 17 ~ *Non videtur vim facere, qui iure suo utitur* «No se considera que hace violencia, el que usa de su derecho», PAULUS: 1. 155, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xvii: E Aun dixeron, que ninguno non deue enriquecer tortizadamente con daño de otro (= *Iure naturae aequum est, neminem cum alterius detrimento et iniuria fieri locupletiolem* «Es justo por derecho natural que nadie se haga más rico con detrimento e injuria de otro», PAULUS: 1. 206, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xxiii: E Aun dixeron, que aquel que calla, no se entiende que siempre otorga lo quel dizen, maguer non responda: mas esto es verdad que non niega lo que oye (= *Qui tacet, non utique fatetur; sed tamen verum est, eum non negare* «El que calla, ciertamente que no confiesa; pero, sin embargo, es verdad que no niega», POMPONIUS: 1. 142, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xxix: E Aun dixeron que segun derecho natural, aquel deue sentir el embargo dela cosa que ha el pro della (= *Secundum naturam est, commoda cuiusque rei eum sequi, quem sequentur incommoda* «Es conforme a naturaleza que los beneficios de cualquier cosa le correspondan al que le correspondieren los perjuicios», PAULUS: 1. 10, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xxxii: Otrosi dezimos, que la cosa que es juzgada por sentencia, de que se non pueden alçar, que la deuen tener por verdad (= *Res iudicata pro veritate accipitur* «La cosa juzgada es admitida como verdad», ULPIANUS: 1. 207, *Digesto, de regulis iuris*).

Regla xxxvii: Otrosi dixeron que en las cosas que se fazen de nuevo, deue ser catado en cierto la pro dellas ante que se parta delas otras que fueron antiguamente tenidas por buenas, e por derechas (= *Minime sunt mutanda, quae interpretationem certam semper habuerunt* «En manera alguna se deben alterar las cosas que siempre tuvieron interpretación cierta», PAULUS: 1. 23, *Digesto, de legibus*, I, 3).

Das regras mencionadas, três contêm a referência ao jurista romano ou à citação em latim acompanhada da menção expressa da compilação do REI SÁBIO, conforme se pode observar, e a modo de ilustração, nestas sentenças:

a) E Aun dixeron que cosa que ningun ome non puede dar mas derecho a otro en alguna cosa, de aquello que le pertenesce enella (= *Nemo plus iuris ad alium transferre potest, quam ipse haberet*). Está, entre outras, na STS, Civil, do 21 de Junho de 2002 (juiz-relator: Xavier O’CALLAGHAN MUÑOZ); do 11 de Outubro de 2004 (juiz-relator: José Ramón FERRÁNDIZ GABRIEL); ou do 13 de Dezembro de 2010 (juiz-relator: Jesús CORBAL FERNÁNDEZ).

b) E Aun dixeron los sabios, que non faze tuerto a otro, quien usa de su derecho (= *Nullus videtur dolo facere, qui suo iure utitur*). Utilízase, entre outras, na STS, Civil, do 8 de Fevereiro de 2007 (juiz-relator: Vicente Luis MONTES PENADES) etc. Também na STS, Contencioso-

-Administrativo, do 7 de Outubro de 2008 (juiz-relator: Octavio Juan HERRERO PINA), ou no voto particular do magistrado Luis María Díez-PICAZO GIMÉNEZ à sentença do 7 de Outubro de 2008, Contencioso-Administrativo, recaída no recurso de casación número 5007/2004.

- c) E Aun dixeron, que ninguno non deue enriquecer tortizadamente con daño de otro (= *Iure naturae aequum est, neminem cum alterius detrimento et iniuria fieri locupletiolem*). Aparece, entre outras, na STS, Contencioso-Administrativo, do 30 de Março de 2006 (juiz-relator: Jaime ROUANET MOSCARDÓ) ou do 23 de Novembro de 2006 (juiz-relator: Manuel Vicente GARZÓN HERRERO).

Duas regras não se veem nas resoluções do Tribunal Supremo ditadas no século XXI ou mostram variantes. Assim, a **regla v** que víamos em sentenças do século XX com a redacção *quod imperitia peccavit, culpam esse*, não a achamos nos dez primeiros anos do século XXI. Tampouco está a **regla xxxvii** que sim aparecia na STS, Penal, do 4 de Julho de 1985 (juiz-relator: José Augusto DE VEGA RUIZ). Da **regla xxix** não documentamos o seu uso nas resoluções do primeiro decénio do século XXI, existem textos com formulações do tipo *cuius commoda, eius damna ~ qui sentit commodum, incommodum debet sentire ~ ubi est onus, ibi emolumentum*.

As regras, os brocardos e os aforismos foram objecto de análise e de interpretação por prestigiosos juristas na segunda metade do século XIX e no século XX. Dos grandes mestres civilistas unicamente citamos neste lugar a CASTÁN (tomo I, vol. I, 2005: 531), quem sobre o valor destas regras postula que «ha habido opiniones muy contradictorias», os «prácticos han llegado a considerarlas verdaderas fuentes de derecho positivo», «en cambio, la doctrina científica moderna les niega ese carácter y las estima peligrosas y nocivas, cuando no erróneas». A propósito dos aforismos sustenta que «se contienen reglas que son verdaderas en la generalidad de los casos, pero que, como todas las reglas, sufren determinadas excepciones», embora reconheça que «ofrecen, con mucha frecuencia, un justo criterio de interpretación y facilitan la labor de los jueces y de los profesionales».

Nas sentenças do Tribunal Supremo do século XX deparamo-nos com críticas, reservas e excepções aos antigos axiomas, por serem superados ou perfilados, ou pela existência de novas doutrinas, junto com vozes que proclamam a validade ou vigência dos axiomas antigos, conforme se pode comprovar em (1) e (2). Junto com esta controvérsia também se vem sentenças, como a STS, Civil, do 9 de Junho de 1964, na qual se reproduzem parágrafos ou fragmentos de certa extensão escritos quase integralmente em latim, como se observa em (3):

- (1) A las reservas y salvedades que la doctrina y la propia jurisprudencia de este Supremo Tribunal han tenido buen cuidado de establecer respecto a los antiguos axiomas «*ei incumbit probatio qui dicit non qui negat*» y «*negativa non sunt probanda*» (STS, Civil, do 1 de decembro de 1944, juiz- relator: desconocido).
- (2) Los antiguos axiomas «*incumbit probatio qui dicit, non qui negat*», y, «*negativa non sunt probanda*», aparecen hoy superados por una perfilada doctrina que entiende, que es el actor al que incumbe la prueba de los hechos normalmente constitutivos del derecho que reclama, o sea los necesarios para justificar la acción ejercitada, mientras que el demandado ha de alegar y acreditar los hechos impositivos o los extintivos o los que formen el supuesto de las excepciones en sentido propio (STS, Contencioso-Administrativo, do 16 de Dezembro de 1983, juiz-relator: José MORENO MORENO).
- (3) Que esta interpretación ha sido la tradicional en España, constantemente reiterada en la doctrina de los clásicos como Matienzo, Vázquez, Gregorio L., Covarrubias, Castillo de Sotomayor, Llamas y Molina, exponiendo este último, comentando el propio texto de la Ley 45 que «*bi disponitur quod mortuo ultimo majoratus possessore possessio civilis et naturalis bonorum ejusden majoratus transeat in eum successorem*» **que según la disposición del mayorazgo debiere suceder en él.** «*Ex quibus verbis comprehenditur, quod ad hoc, ut in cum qui prastendi se esse majoratus successores honorum majoratus possessio transferatur [...]*» (STS, Civil, do 9 de Junho de 1964, juiz-relator: FRANCISCO BONET RAMÓN).

Nas últimas décadas do século xx, a função dos princípios gerais do direito nos ordenamentos jurídicos continua suscitando questões e posicionamentos doutrinários enlaçados com as diferentes concepções jurídicas. O artigo 1.4 do Código Civil atribui-lhes a dupla função de fonte subsidiária do direito, na ausência de lei ou costume, e de informadores do ordenamento jurídico. Por isso, cabe a sua aplicação indirecta, através das restantes fontes, pelo seu carácter informador, ou a sua aplicação directa, na ausência de lei ou costume, ainda que neste caso tenha de provar-se a sua vigência e reconhecimento pela lei ou a Jurisprudência, que terá de ser citada expressamente, para servir-lhe de fundamento <<de casación>> (vid. STS, Civil, do 8 de Outubro de 2001 e do 23 de Março de 2000):

- (4) En el motivo sexto se alega infracción del principio de apreciación conjunta de la prueba, según el cual el juzgador no debe discriminar medio probatorio alguno, sino antes al contrario, debe apreciar en su

totalidad la prueba practicada. Dice la sentencia de 12 de junio de 1980 (RJ 1980, 2404) que «es doctrina constante de esta Sala, que para fundamentar un motivo de casación en la infracción de un principio general del derecho, ha de estar reconocido como tales en la ley o en la jurisprudencia, que debe ser citada expresamente, como ineludible exigencia para que pueda ser tenido en cuenta» y en el mismo sentido, la sentencia de 1 de diciembre de 1989 (RJ 1989, 8788) afirma que «según doctrina de esta Sala que se enuncia en sentencia de 10 de diciembre de 1894, para que la infracción de los principios generales del Derecho puedan dar lugar a un recurso de casación preciso se hace la cita de la Ley o sentencias que lo establecen»; cita de que adolece el motivo y que es bastante para su desestimación (STS, Civil, do 8 de Outubro de 2001, juiz-relator: Pedro GONZÁLEZ POVEDA).

Diferentes seriam os aforismos ou brocados jurídicos, baseados na experiênciã ou na tradiçãõ, normalmente no Direito Romano, que não constituem fonte de direito, mas que são de utilidade no labor de interpretação dos tribunais, porque respondem, geralmente, a critérios de justiça não discutidos. Para precisar a diferença entre os aforismos e os princípios gerais do direito é muito ilustrativa esta sentença:

- (5) Un aforismo jurídico no constituye fuente del derecho, ni el invocado en particular puede entenderse comprendido entre los principios generales del derecho (art. 1.4 del Código Civil), puesto que si bien tales principios a veces se formulan como aforismos jurídicos o reglas jurídicas, unos y otras, en la mayoría de los casos, no son la expresión de principios generales del derecho entendidos como los principios básicos del derecho legislado o consuetudinario o de la ciencia jurídica (STS, Civil, do 29 de Setembro de 1997, juiz-relator: Francisco HERNÁNDEZ GIL).

Isto, não obstante, é um feito evidente que os velhos axiomas, os velhos aforismos ou os brocados continuam a ser usados nas resoluções do Tribunal Supremo, como se exemplifica em (6), (7) e (8):

- (6) De esto se sigue que la no-interposición de recurso de apelación no puede fundarse en entender compensados pronunciamientos de la sentencia favorables y desfavorables relativos a partes diversas, y que debe imponerse la consideración separada, a efectos del recurso y de la impugnación de la sentencia, de las pretensiones dirigidas contra partes diversas, con arreglo al brocardo «*tot capita, tot sententiae*» [tantas sentencias cuantas persoas] (STS, Civil, do 13 de Janeiro de 2010, juiz-relator: Juan Antonio XIOL RÍOS).

- (7) No, por el contrario, cuando la incertidumbre surge únicamente en torno a la concreta cuantía de la indemnización porque la superación del *viejo aforismo* «*in illiquidis non fit mora*» [no se produce mora cuando se trata de cantidades ilíquidas] ha llevado a la jurisprudencia a considerar la indemnización como una deuda que, con independencia de cuándo se cuantifique, existe ya en el momento de producirse el siniestro, como hecho determinante del deber de indemnizar (STS, Civil, do 7 de Dezembro de 2010, juiz-relator: Juan Antonio XIOL RÍOS).
- (8) Se ha ejercitado en el presente caso la «*actio communi dividundo*», división de cosa común procedente del derecho romano, contrario siempre a la idea de comunidad, recogido en el Código Civil (LEG 1889, 27), artículo 400 que mantiene la división como «*res merae facultatis*» y la comunidad como estado transitorio mirado con disfavor por la ley (como dicen las sentencias de 9 de octubre de 1986 (RJ 1986, 5505), 21 de marzo de 1988, 19 de octubre de 1992, 4 de abril de 1997 (RJ 1997, 2837). Tal como dicen las sentencias de 7 de julio de 2006 (RJ 2006, 7219) y de 27 de marzo de 2009 (RJ 2009, 2392) la idea que se mantiene desde el principio es que nadie puede ser forzado a mantenerse en situación de copropiedad («*nemo invitus compellitur ad communionem*»), que no es sino un estado transitorio mirado con disfavor por el ordenamiento («*communio est mater discordiarum*») (STS, Civil, do 28 de Janeiro de 2011, juiz- relator: Xavier O’CALLAGHAN MUÑOZ).

Por este motivo têm *per se* um valor próprio sem prejuízo de que existam preceitos legais que os recolham, quer dizer, estejam ou não na norma. Alguns reproduzem práticas interpretativas, que indicam como se deve interpretar a norma. Outros incorporam princípios gerais do Direito, que inspiram e conformam a razão de ser da norma.

2. PARS SECUNDA. AS ‘REGULAE IURIS’ E AS ‘SENTENTIAE BREVES’ NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA EUROPEUS

As *regulae iuris*, as *sententiae breves* e as locuções latinas mereceram o interesse dos juristas linguistas europeus que, como os espanhóis, não aplicam uma denominação única para estes referentes, nem tampouco se observa uma opinião unânime no que diz respeito a se são regras jurídicas latinas clássicas,

regras jurídicas não clássicas ou regras jurídicas modernas. MASSON e DUPARC-PORTIER (2007: 609-633) distinguem entre *adágios*, «un principe synthétisé dans une courte phrase [...]» (un principio sintetizado en una frase corta [...]) e *locuções latinas* que som simplesmente «mots latins utilisés au lieu et place de la langue vernaculaire. Elles n'expriment ni ne contiennent aucune règle particulière» (palabras latinas utilizadas en lugar de las de la lengua vernácula. No expresan ni contienen ninguna regla específica). Nos exemplos utilizam *expressom* (*fumus boni iuris*), *princípio* (*ne bis in idem*), *adágio* (*actori incumbit probatio*, *nemo auditur propriam turpitudinem allegans*, *iura novit curia*) ou *regra* (*de minimis non curat praetor*).

A partir da informação existente no estudo antes citado, é evidente que o latim mantém uma relevância singular não só na Espanha, senão também noutros países da Europa comunitária. A influência da jurisprudência comunitária «contribuyó a propagar en los derechos internos ciertas expresiones como el *fumus boni iuris* o *in claris non fit interpretatio*». Nos países da Europa comunitária, os do *civil law*, que têm uma língua herdada directamente do latim (a França, a Bélgica, o Luxemburgo, a Itália, Portugal, a Espanha, a Grécia e, curiosamente, os Países Baixos) «utilizan masivamente el latín»; os países de tradição germânica (a Alemanha, a Áustria e em menor medida a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia) «utilizan accesoriamente el latín». Outros dados relevantes são que o inventário, a frequência, o uso e o significado destas unidades gramaticais não são idênticos em todos os países da Europa comunitária:

- a) A locução *ultra vires* tem um sentido diferente na França e na Inglaterra; expressões como *venire contra factum proprium* pode apresentar um sentido próximo ou idêntico ao de *nemo auditur propriam turpitudinem suam allegans* (MASSON e DUPARC-PORTIER, 2007: 620).
- b) Para justificar o uso de adágios como *actori incumbit probatio* e *reus in excipiendo fit actor*, o advogado geral La Pergola qualifica-os de «célebres» (MASSON e DUPARC-PORTIER, 2007: 622-623).

As regras e as máximas jurídicas latinas documentam-se nas resoluções do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE) ou no Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH). Achamo-las nos antecedentes ou nos fundamentos jurídicos (por exemplo, *audiatur et altera pars* «debe ser oída también la otra parte»; *in pari causa turpitudinis, melior est condicio possidentis* «ante una misma causa de torpeza, es mejor la condición del que posee»; *lex posterior derogat legi priori* «ley posterior deroga la ley anterior»; *lex specialis derogat legi generali* «ley especial deroga la ley general»; *nemo censetur ignorare legem* «a nadie se le permite ignorar la ley»; *par in parem*

non habet imperium «el igual no tiene poder sobre el igual»; *patere legem quam ipse fecisti* «padece la lei que tú mismo hiciste»; *qui facit per alium, facit per se* «el que hace por otro, hace por sí mismo»; *stare decisis* «mantenerse en las decisiones»; *ultra posse nemo obligatur* «nadie está obligado más allá de lo que puede» etc.):

- (9) No pudo verificar su autenticidad debido a que le fueron enviados de forma anónima pero, no obstante, telefonó a una de las demandantes, como en aplicación del *principio* «*audiatur et altera pars*» (debe ser oída la otra parte) (TEDH, Sección 3.^a, S. do 21 de Setembro de 2010, caso Polanco Torres e Movilla Polanco contra España).
- (10) Por lo tanto, el Ministerio se aprovechó de esta situación para pagar un precio ridículo. Desde ese punto de vista, se podría aplicar la *antigua máxima latina*: «*In pari causa turpitudinis, melior est condicio possidentis*» (TEDH, S. do 5 de Janeiro de 2000, caso Beyeler contra Italia).
- (11) Alega además que, en virtud del *principio* «*lex posterior derogat legi priori*», dicha ordenanza fue de facto derogada por la entrada en vigor de las Normas de 1989 que regulaban el mismo tema. También enfatiza que era tarea del Gobierno asegurar que sus agentes, incluyendo los guardias de prisión, fueran conscientes de las disposiciones legales en vigor y las aplicaran (TEDH, Sección 4.^a, S. do 15 de Novembro de 2001, caso Iwanczuk contra Polonia).
- (12) De la naturaleza de «*lex generalis*» del Tratado CE (LCEur 1986, 8) respecto del Tratado CECA (LCEur 1986, 7), consagrada en el artículo 305 CE (RCL 1999, 1205 ter), resulta que el régimen específico derivado del Tratado CECA y de las normas adoptadas para su aplicación es el único aplicable a las situaciones existentes antes del 24 de julio de 2002, en virtud del *principio* «*lex specialis derogat legi generali*» (Tribunal de Primera Instancia de las Comunidades Europeas, Sala Segunda ampliada, S. do 12 de Setembro de 2007, caso González e Díaz S. S. contra a Comisión das Comunidades).
- (13) Selon le Gouvernement, l'intéressée avait l'obligation générale de connaître les dispositions légales et de les respecter «*nemo censetur ignorare legem*» (TEDH, Sección 3.^a, S. do 29 de Setembro de 2009, caso Chirita contra Rumanía).
- (14) A cet égard, elle rappelle que l'immunité des Etats, consacrée par le droit international, est issue du *principe* «*par in parem non habet imperium*», en vertu duquel un Etat ne peut être soumis à la juridic-

tion d'un autre Etat (TEDH, Gran Sala, S. do 23 de Março de 2010, caso Cudak contra Lituania).

- (15) La demandante invocaba un motivo de forma [...] así como cuatro motivos de fondo, basados, en primer lugar, en un error manifiesto de apreciación y en un error de Derecho [...]; en segundo lugar, en la infracción de los artículos 29 y 30 del Estatuto (LCEur 1968, 10), en la infracción de la convocatoria de vacante y en la violación del *principio* «patere legem quam ipse fecisti» (TJCE, Sala Segunda, S. do 23 de Setembro de 2004, caso Chantal Hectors contra o Parlamento Europeo).
- (16) El artículo 43.2 obliga al colegio de cinco jueces a aceptar que este asunto sea examinado por la Gran Sala, en virtud del artículo 30 si el Gobierno francés no se opone. El objeto del artículo 30 «in fine» es dejar a las partes la posibilidad de resolver el asunto en sí, sin las incidencias generales del «stare decisis» (TEDH, Sección 3.^a, S. do 6 de Dezembro de 2007, caso Maumousseau e Washington contra Francia).

E o estudo de MATTILA (2009: 26-29), apesar de que constata que «durante los últimos veinticinco años se ha atribuido más peso a las desventajas del uso de las expresiones en latín que a las ventajas de este» e que «los juristas de algunos países las usan menos que antes» —nos anos cincuenta, os juristas finlandeses utilizavam por volta de 900 expressões e máximas e, nos anos noventa, cerca de 600, quer dizer, «el uso del latín ha disminuido en su tercera parte» (MATTILA, 2009: 27-28)—, conclui que esta tendência «no es inequívoca», já que uma pesquisa da jurisprudência estado-unidense revela que o uso de alguns termos (*obiter dictum, ratio decidendi, sua sponte, etc.*) «ha aumentado en las sentencias de los tribunales superiores estadounidenses» por factores diversos como «las tradiciones pedagógicas de las facultades, el valor simbólico del latín que levanta el espíritu de los juristas, así como el valor comunicativo de esta lengua» (MATTILA, 2009: 28).

Nos países antigamente socialistas como a Estónia «el uso de citas en latín aumentó claramente en la principal revista jurídica de este país durante el período 1993-2002» e na Polónia «se ha podido observar que los tribunales de este país también hacen mucho uso del latín». Para ilustrar «el alto aprecio que los juristas polacos tienen por el latín», cita como paradigma o novo Palácio de Justiça em Varsóvia, cujas colunas estão exornadas com 86 máximas em latim, o que demonstra «que los juristas de países ex socialistas quieren consolidar y transmitir su sentido de pertenencia dentro de la cultura jurídica europea, la cual tiene sus raíces en el derecho romano antiguo» (MATTILA, 2009: 28).

EPILOGUS

Embora o uso de expressões latinas esteja a decrescer nalgumas culturas jurídicas, e esteja superado «el modelo de juez aplicador de silogismos», por exigir a sociedade actual «un juez argumentativo» (ORDÓÑEZ, 2004: 104) —o direito é algo mais que silogismo e deve convencer-se o auditório do razoamento e da correcção da resposta judicial escolhida— a realidade observada empiricamente no nosso projecto de investigação demonstra que o latim é manifestamente visível na jurisprudência espanhola actual e nos tribunais de justiça europeus: juízes e magistrados usam expressões latinas dum modo ponderado. Estamos, pois, perante «personas que tienen autoridad y potestad para juzgar y sentenciar» que conhecem o Direito e que se inscrevem na tradição jurídica mais clássica. A publicação dos primeiros dados da nossa pesquisa (ALANÓN *et al.*, 2011) demonstra claramente que as expressões latinas (entendendo por tal os «grupos sintácticos que designan reglas, principios o máximas, en los que aparece expreso u omitido un verbo en forma personal o no personal», quer dizer, «unidades mínimas de predicación» [ALANÓN *et al.*, 2011: 64]) apreentam uma frequência de aparição relativamente importante nas resoluções do Tribunal Supremo no ano 2010.

De facto, é impossível que um titular de um poder do Estado não tenha que usar ou, pelo menos, conhecer expressões latinas (*iura novit curia*), daí que poda continuar a afirmar-se que «la desaparición del latín en el mundo jurídico está bien lejos de ocurrir». E, além do mais, «las reglas jurídicas constituyen un punto de partida para la formación de los nuevos “juristas globales” que la sociedad está demandando» (DOMINGO, 2006: 27).

Referências bibliográficas

- ALANÓN OLMEDO, Fernando; HENRÍQUEZ SALIDO, Maria do Carmo e OTERO SEIVANE, Josefa. *El latín en la jurisprudencia actual*. Cizur Menor (Navarra): Prólogo de Juan Antonio Xiol Ríos. Thomson Reuters, 2011.
- CASTÁN TOBEÑAS, José. *Derecho civil español, común y foral*. Segunda edición revisada e posta ao día por Antonio M. Román García. Madrid: volume I, tomo I: Reus, 2005
- DOMINGO, Rafael (coord.). *Principios de derecho global. 1000 reglas y aforismos jurídicos comentados*. Cizur Menor (Navarra): Thomson-Aranzadi, 2006
- FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. Alfonso X El Sabio en la historia del español. In: CANO, Rafael (coord.). *Historia de la lengua española*. Madrid: Ariel, 2004, p. 381-422.

- GUTIÉRREZ-ALVIZ Y ARMARIO, Faustino. *Diccionario de Derecho Romano*. Madrid: Reus, 1995.
- MANS PUIGARNAU, Jaime M. *Los principios generales del derecho. Repertorio de reglas máximas y aforismos jurídicos con la jurisprudencia del Tribunal Supremo de Justicia*. Barcelona: Bosch, 1979 [1947].
- MASSON, Antoine e DUPARC-PORTIER, Pascale. Usages et reffectivité du latin à la Cour de justice des Communautés européennes. *Revue Trimestrelle de Droit Européen*. n. 43 (4), out.-dec., 2007, p. 609-633.
- MATILA, Heikki E. S. Los cambios del lenguaje administrativo y jurídico en el mundo de hoy. Un balance comparativo de los últimos veinticinco años. *Revista de Llengua i Dret*, n. 51, 2009, p. 17-37.
- ORDÓÑEZ SOLÍS, David. *Jueces, derecho y política. Los poderes del juez en una sociedad democrática*. Cizur Menor (Navarra): Thomson-Aranzadi, 2004.

*A GRAMMATICA PORTUGUEZA PELO
METHODO CONFUSO (RIO DE JANEIRO, 1928)
DE MENDES FRADIQUE¹*

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO: *A Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso* (1928) do médico carioca José Madeira de Freitas (1893-1944) é uma gramática humorística que reúne explicações e soluções metalinguísticas hilariantes ao lado de outras que, além de exatas, são também precisas. Depois de uma breve introdução literária e histórica o artigo visa apresentar as mais essenciais características da ‘linguística pelo método confuso’.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia linguística, humor, gramática, Mendes Fradique, Madeira de Freitas

ABSTRACT: *The Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso* (1928), written by José Madeira de Freitas (1893-1944), a physician from Rio de Janeiro, is a humorous grammar that combines hilarious metalinguistic explanations and solutions with other precise and accurate ones. After a brief literary and historical introduction, this article aims to present the most essential characteristics of ‘linguistics through the confusing method’.

KEYWORDS: linguistic historiography, humor, grammar, Mendes Fradique, Madeira de Freitas

1 O presente artigo, que dedicamos ao grande mestre e amigo Prof. Evanildo Bechara, constitui uma versão atualizada, corrigida e consideravelmente aumentada do nosso artigo publicado como Kemmler (2009).

Convém notar que será sempre respeitada a grafia e composição original dos textos citados, independentemente de a norma gráfica diferir da norma que hoje está em vigor. Todos os negritos, itálicos e afins que se encontram reproduzidos em citações são portanto, dos autores citados.

1. Introdução



Foi no âmbito de uma das nossas frequentes excursões pelos sebos da cidade de Lisboa que deparamos, há já bastantes anos, com um exemplar de uma obra denominada *GRAMMÁTICA PORTUGUEZA PELO METHODO CONFUSO*. Desde a primeira vista a obra de um autor identificado como ‘Mendes Fradique’ parecia muito curiosa, tanto pelo nome do autor como pela imagem peculiar na capa do livro que se pode ver na imagem reproduzida ao lado.

Mesmo que o nosso interesse na compra da obra tenha sido despertado sobretudo por aspetos extrínsecos, a nossa análise preliminar permitiu-nos concluir que tanto o autor como especialmente a obra eram dignos de um estudo mais aprofundado que não por último permitisse situar a obra no seu contexto histórico-linguístico e literário.

O humor é um elemento crucial desta obra que modernamente foi desconsiderada não só por se terem tornado raros os exemplares das primeiras duas edições, mas também por ficar fora do padrão de descrição metalinguística do português no Brasil. Entendemos que uma análise da obra não deve, por isso, ser somente linguística ou histórica, mas também humorística.

2. Mendes Fradique: de Eça de Queiroz a Madeira de Freitas

Para além do título da obra, o traço mais obviamente curioso é o nome do autor. A partir da primeira vista fica evidente a ligação à personagem literária queirosiana como Lustosa (1993: 11) explica de forma muito pertinente:

Inversão do nome do célebre personagem de Eça de Queirós era, certamente, uma homenagem ao escritor português, ídolo da boémia literária brasileira do começo do século.

Porquê, então a escolha deste e não de outro pseudônimo queirosiano?

Em termos de história literária, Carlos Fradique Mendes, oriundo da Ilha Terceira (Açores), «poeta *dandy*, prendado, viajado e perverso» (Saraiva / Lopes s. d.: 897) surgiu em 1870 quando foi apresentado e caracterizado pela personagem n' *O Mistério da Estrada de Sintra* (Queiroz 1947: 222-223):²

Passava por ser apenas um excêntrico, mas era realmente um grande espírito. Eu estimava-o, pelo seu carácter impecável, e pela feição violenta, quase cruel, do seu talento. Fora amigo de Carlos Beaudelaire [sic!] e tinha como ele o olhar frio, felino, magnético, inquisitorial. Como Beaudelaire, usava a cara toda rapada: e a sua maneira de vestir, de uma frescura e de uma graça singular, era como a do poeta seu amigo, quase uma obra de arte, ao mesmo tempo exótica e correcta. Havia em todo o seu exterior o que quer que fosse da feição romântica que tem o *Satan* de Ary Sheffer, e ao mesmo tempo a fria exactidão de um *gentlemen*.

Sendo o nome de Fradique Mendes eternizado pela obra *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900),³ outras cartas foram publicadas postumamente nas coletâneas *Últimas Páginas* (1912) e *Cartas inéditas de Fradique Mendes* (1929). Nestes três volumes, conserva-se um total de 23 cartas desta persona-

2 Na verdade, segundo informações aportadas por Serrão (1985: 197), o 'heterônimo coletivo' de Antero de Quental, Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis teria sido criado «[...] entre os fins de 1868 ou começos de 1869 e Maio ou Junho de 1869 [...]». Uma vez que a criação do heterônimo se inseria na tentativa de criar uma nova filosofia em oposição à sociedade atual (Serrão 1985: 321), o poeta Fradique Mendes manifestou-se como satanista. Deve notar-se, porém, que esta orientação satanística da personagem se perdeu na obra queirosiana posterior bem como na reutilização da personagem de Fradique Mendes no romance moderno *Nação Crioula* de José Eduardo Agualusa (2006).

3 Esta correspondência inicialmente foi publicada nos jornais *Repórter* (Lisboa) e *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro) em 1888.

gem fictícia, dirigidas a pessoas de entre as quais são de destacar os portugueses Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão e o brasileiro Eduardo Prado, cofundador da Academia Brasileira de Letras.

Nas suas cartas, a personagem fictícia Fradique Mendes manifesta uma vasta cultura e sólida erudição, ocupando-se com os temas mais variados. Observa-se em quase todas as cartas uma presença constante do elemento humorístico e da ironia ora muito requintada, ora grosseira.

Julgamos que terá sido esta característica da personagem queirosiana que levou o médico José Madeira de Freitas (1893-1944) a escolher precisamente este pseudônimo. Esta escolha logo se mostraria programática, visto que o jovem humorista provinciano, oriundo do município de Alfredo Chaves, no Estado de Espírito Santo, c. cedo se distinguiria como desenhista e caricaturista da revista *Rio Ilustrado* desde 1913. Continuando vinculado às publicações humorísticas após a sua formação em medicina em 1917, começou, desde 1919, com a publicação da sua *História do Brasil pelo Methodo Confuso* na revista *D. Quixote*, uma obra que teve grande sucesso editorial quando passou a ser divulgada em forma de livro desde 1920.⁴ Não deixa, porém, de ser notável que Madeira de Freitas foi «[...] até o fim da vida um sério profissional da medicina, escrevendo inclusive livros especializados, lecionando na Universidade [...]» (Lustosa 1993: 17), de maneira que é tão pertinente falar de ego e alter ego em relação a Madeira de Freitas e Mendes Fradique (Lustosa 1993: 15) como no tocante à relação entre Eça de Queiroz e Fradique Mendes. Em ambos os casos, a personagem criada através da prosa ou através do pseudônimo serve para manifestar ideias, opiniões e atitudes que o autor na vida real não podia ou não queria assumir como próprias.⁵

Um dos humoristas mais reconhecidos da sociedade carioca dos anos vinte, Madeira de Freitas, enquanto conservador,⁶ opôs-se ao Modernismo literário,

4 Em confirmação da gênese da obra, Carneiro (2008: 10) fornece a seguinte data da primeira edição ao afirmar que a *História do Brasil pelo Methodo Confuso* terá sido «[...] publicada em capítulos semanais na Revista D. Quixote em 1919 e entre 1920 e 1928 mereceu seis edições em livro», atualizando assim a informação de Lustosa (1993: 11-13) segundo a qual a obra terá sido publicada pela primeira vez em forma de livro em 1922.

5 Estabelecendo um paralelo entre as personagens literárias Dr. Jeckyll e Mr. Hyde, Lustosa (1993: 15) conclui que «[...] Madeira de Freitas pensava reacionário e Mendes Fradique sentia modernista». O relacionamento entre o autor e o pseudônimo foi detalhadamente estudado por Carneiro (2008: 46-96).

6 Julgamos que terá sido no âmbito desta atitude mais conservadora que Madeira de Freitas chegou a ocupar a 15.^a cadeira da Academia Espírito-Santense de Letras desde 1923 (cf. AEL s.d.).

aderindo mais tarde ao integralismo político dos anos trinta, sem, aliás, chegar a fazer parte da liderança deste movimento nacionalista que foi a vertente brasileira do movimento fascista de cunho italiano.⁷

Se bem que pareça que a sua orientação política possa ter contribuído para o esquecimento do autor e da sua obra na atualidade, julgamos lícito sublinhar que a maioria do conjunto das obras humorísticas não merece isso, já que fica isento de atitudes ideológicas que hoje possam ser consideradas inaceitáveis.⁸

3. *A Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*

A primeira edição da *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso: Seguida de uma variada collecção de exercicios pelo mesmo methodo* foi publicada pela primeira vez em 1928⁹ pela Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos & Cia. do Rio de Janeiro (Fradique 1928).¹⁰ Para o presente estudo, basear-nos-emos nesta primeira edição que supomos ser a única publicada em vida do autor.

Sem qualquer imagem dentro do livro, a única ilustração da obra encontra-se no rosto. Trata-se de uma imagem de um asno situado numa grande mancha de tinta que acaba de deitar abaixo um indivíduo identificado como ‘Barão Puttkamer’. Este, vestido com uma casaca preta e com calças em preto e branco, tem nas suas mãos um tinteiro e uma grande pena e está caindo rumo a uma gramática semi-imersa na mancha de tinta. As palavras ‘Barão Puttkamer’ na

7 Para mais informações sobre a ligação de Madeira de Freitas ao movimento integralista veja-se Lustosa (1993: 240-243).

8 Nota-se que nem todas as obras de Mendes Fradique eram humorísticas, como, por exemplo, a última obra sob o pseudônimo *Ideas em zig zag* (1928), na qual o autor, como demonstra Carneiro (2008: 184-192) passa a adotar antes a postura de um ensaísta com bastante proximidade do fascismo contemporâneo (chegando até a pronunciar-se a favor do ditador italiano Benito Mussolini).

9 Na internet, são muito frequentes as referências que ligam o surgimento da gramática ao ano de 1927, tal como o faz Lustosa (1993: 13). Até agora não nos foi possível encontrar qualquer exemplar da obra que data de 1927. No entanto, é de observar que o prefácio do próprio autor está assinado como «Rio, 1927 Mendes Fradique» (Fradique 1928: 6). É este fato que nos leva a descrever na existência de uma primeira edição de 1927, pelo que basear-nos-emos na edição de 1928 como primeira edição da obra – o que vai de encontro com as edições posteriores que partem igualmente da edição de 1928 como primeira edição. Para mais esclarecimentos sobre essa questão, veja-se o capítulo 4.1.

10 Note-se que a editora Leite Ribeiro era a editora das já referidas edições da *História do Brasil pelo Methodo Confuso* do mesmo autor que se realizaram na década dos anos vinte do século XX.

margem inferior direita da imagem, permitem concluir que a pessoa retratada deve ser o alemão Wolf-Heinrich Freiherr von Puttkamer (1887-1982), de quem encontramos a seguinte referência que, aliás, em nada está ligada à língua portuguesa:

O Barão Puttkamer, em 1924, organizou uma expedição a cavalo e carro de boi com o objetivo de conhecer o Planalto Central Brasileiro. Chegando às nascentes do rio São Francisco, maravilhado com a beleza do local e as riquezas minerais, adquiriu uma fazenda na região do rio Douradinho, perto de Coromandel (MG), fixando ali residência com seus familiares (IGPA s. D.).

O nosso exemplar da gramática consta de 271 páginas, a contar pela folha de anterosto. A gramática ocupa somente as páginas 7-92, sendo as considerações metalinguísticas repartidas em 34 capítulos. A segunda parte do livro, de páginas 93 até 263, contém um *Appendice Anthologico em que se contem uma variada collecção de excerptos dos poetas e prosadores mais acreditados nesta praça, com o respectivo cadastro e fé-de-officio* que, como informa Lustosa (1993: 22) «[...] nada mais é do que a reedição de *Feira Livre*, com poucas modificações»,¹¹ seguindo-se um índice de toda a obra (páginas 265-271).

3.1 O prefácio e o *Methodo Confuso*

No prefácio à obra, o autor fornece os seguintes esclarecimentos que a permitem enquadrar:¹²

DUAS PALAVRAS¹³

Tendo eu encetado, a titulo de ensaio, ha alguns annos, a publicação de uma serie de livros didacticos, obedecendo ao methodo do Sr. Thomaz Delphino, qual é o *Methodo Confuso*, verifiquei, sem menor difficuldade, a perfeita adaptação desse methodo á mentalidade da minha gente e da minha raça. O exito do *Methodo*

11 A obra *Feira Livre: Antologia Nacional pelo Methodo Confuso* saiu à luz no Rio de Janeiro em 1923, publicada pela editora Benjamin Costallat & Miccolis (Lustosa 1993: 254).

12 Numa abordagem própria dos estudos literários, Carneiro (2008: 192-201) dedica um subcapítulo à *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, baseando-se nos trabalhos do teórico russo Mikhail Bakhtin. Julgamos que será devido a esta orientação puramente literária que o investigador brasileiro não consegue identificar a proximidade entre obras metalinguísticas existentes e a obra humorística do escritor carioca.

13 Nota de rodapé em Fradique (1928: 5): «Isso é como quem diz: vou alli, já volto... E leva um anno para voltar...».

Confuso, como processo didactico, foi flagrantemente fructuoso, o que me animou a continuar a série, dando á estampa a presente *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, cuja adopção, nas escolas e gymnasios do Brasil, se fez *avant-la-lettre*, á simples exposição do programma a que obedece a materia, no compendio. Deixo aqui patentes os meus agradecimentos ao snr. Mario Barreto, mestre de philologia, e ao snr. Laudelino Freire, insigne geometra, que se não mediram, em seus bons officios, junto ao poder, no sentido de conseguir a adopção deste livro nas casas de ensino publico. Causou-me estranheza a campanha motivada contra a mim nesta pretensão pelo snr. Assis Cintra; só a posso attribuir a dissentimentos antigos, oriundos de uma velha divergencia em materia de historia, acerca da probidade do snr. Joaquim José da Silva Xavier, tambem conhecido pelo nome de *Tiradentes*. Não quero, todavia, ao meu illustre adversario nenhum mal. Tiradentes já morreu, e fica por isso terminado o incidente.

Aos que quizerem aprender grammatica, ahi vae este compendio d'ella, ao qual juntei uma farta collecção de excertos de autores classicos e contemporaneos, pois, como é sabido, nada ha que mais illustre os estudiosos e mais lhes enriqueça o conhecimento da lingua, do que a leitura dos bons autores.

Cumpre notar, que, sendo eu um livre cambista convicto, não puz deligencia em distinguir nacionalidade; fiz a collecção de excertos com artigos nacionaes e estrangeiros, de cambulhada.

Rio, 1927

Mendes Fradique (Fradique 1928: 5-6).

Na apresentação do método subjacente à obra, o autor refere-se em primeiro lugar a Tomás Delfino. Filho do poeta catarinense Luiz Delfino dos Santos (1934-1910), o carioca Tomás Delfino dos Santos (1860-1947) foi «[...] doutor em medicina pela faculdade desta cidade e seu representante no senado federal, tendo sido antes deputado á constituinte e reeleito em 1894. Foi com o doutor Silva Jardim um dos agitadores da propaganda republicana» (Blake 1902, VII: 286). Não consta que Delfino alguma vez tenha publicado uma obra dedicada à área da educação pública mas conservam-se alguns escritos de natureza política deste importante militante do Partido Republicano Federal.¹⁴ Para além

¹⁴ Para informações sobre a atuação de Delfino de Santos na política dos anos imediatamente a seguir à proclamação da República, veja-se o artigo de Veneu (s. d.).

disso, investigadores modernos como Isabel Lustosa¹⁵ e Cleverson Carneiro¹⁶ chegaram a relacionar a referência satírica do nosso autor a Tomás Delfino com defeitos no primeiro volume da edição póstuma das poesias do pai que este editara, edição esta que saiu em 14 volumes desde 1926 / 1927 até 1943. Ora, se presumirmos que a referência de Mendes Fradique a Tomás Delfino realmente se pode referir à edição póstuma dos poemas paternos, torna-se evidente que o ‘método confuso’ não pode ser resultado dos ‘esforços’ de Tomás Delfino: afinal, a edição do primeiro volume das poesias paternas (ca. 1926 / 1927)¹⁷ teve início quando o ‘método confuso’ como estilo literário do autor que se identificava Mendes Fradique já contava com bastante divulgação desde 1919...

Julgamos que deve ser considerado como pertencendo ao campo da ficção quando Fradique agradece aos filólogos Mário Barreto (1879-1931)¹⁸ e Laudelino Freire (1873-1937),¹⁹ manifestando-lhes gratidão por eles terem ajudado na obtenção da adoção do livro como gramática escolar.²⁰ Nada leva a

15 Veja-se a constatação de Lustosa (2004: 16): «A fórmula, cunhada a partir de expressão colhida em crônica de João do Rio sobre programas administrativos do governo ou, segundo o próprio autor, obedecendo ao método Tomás Delfino [que reuniu em volume a obra poética do pai sem uma ordem que permitisse verificar a evolução estética do autor], é a chave com que Mendes Fradique evidencia a sua intenção satírica», reproduzida em Carneiro 2008: 49.

16 Possivelmente com base na afirmação anterior de Isabel Lustosa, Carneiro (2008: 202) identifica a origem do método confuso nas propriedades da edição mal-ordenada que Delfino terá feito das poesias do pai: «No prefácio da Grammatica portugueza pelo methodo confuso ele aponta, ironicamente, que o pioneiro que lhe teria influenciado seria o filho do poeta Tomás Delfino, cuja organização da obra do pai tornava impossível acompanhar a evolução do poeta».

17 Trata-se do livro *Algas e Musgos*, uma coletânea com 258 páginas, publicada sem indicação do ano em Rio de Janeiro pela editora Pimenta de Mello & Cia.

18 Professor de língua portuguesa no Colégio Militar no Rio de Janeiro, o filólogo Mário Castelo Branco Barreto ficou célebre não só por causa da sua atuação no ensino, mas também pela publicação dos seus trabalhos como *Estudos da Língua Portuguesa* (1903), seguidos pelos *Novos Estudos [...]* (1911) e os *Novíssimos Estudos [...]* (1914) e *Fatos da Língua Portuguesa* (1916). Veja-se Penha (2002: 49-54).

19 Segundo ABL (s. d.) o acadêmico Laudelino de Oliveira Freire «foi professor catedrático do Colégio Militar, tendo lecionado várias disciplinas (Português, Espanhol, Geografia, História e Geometria) [...]». Fundador da *Revista da Língua Portuguesa* (1919-1935) Freire foi um dos principais promotores de uma simplificação ortográfica nos anos vinte, sendo responsável pela redação do *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa* (1933) e do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (5 vols.; 1940-1944).

20 Sem mais comentários sobre os autores a que se refere, Carneiro (2008: 193) concorda com a nossa avaliação da natureza satírica do ‘agradecimento’ pelo autor carioca: «Com o irônico agradecimento a dois dos mais renomados gramáticos dos anos 20, cujos livros eram adotados nas escolas brasileiras, Mendes Fradique desenvolve sua sátira característica, relacionando personalidades da época».

crer que o livro realmente tenha sido ‘adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e subúrbios’ como informa o rosto, nem é provável que os linguistas referidos tenham apoiado uma obra desta natureza.

Infelizmente, não sabemos de que forma o professor paulistano Francisco de Assis Cintra (1887-1937), autor de obras não só historiográficas mas também linguísticas, terá chegado a pronunciar-se sobre a obra de Fradique. Seja como for, a não se tratar de uma referência a uma querela fictícia, o comentário do autor permite concluir que o desentendimento entre o humorista e o historiador possa ter remontado até à publicação da *História do Brazil pelo Methodo Confuso*, quando o autor demonstrou simpatia pela personagem histórica de Tiradentes.

Enquadradas as pessoas mencionadas no prefácio, resta saber o que foi, na sua essência, o ‘método confuso’. Dado que não consta, como já indicamos, que o referido Tomás Delfino dos Santos tivesse feito qualquer coisa para fundamentar tal método, somos levados a julgar, que a ligação que Fradique estabelece entre o político e o método, antes deverá ser considerada como sátira contemporânea. É precisamente neste campo que Isabel Lustosa, referindo-se à *História do Brazil pelo Methodo Confuso*, à *Feira Livre* e à *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso* localiza a natureza do método:

Os três primeiros têm em comum, além do subtítulo “pelo método confuso”, o fato de serem sátiras a livros didáticos. São caricaturas dos textos pedagógicos de então, reproduzindo a ordem e o formato tradicional dos livros de cada um dos gêneros que pretendem satirizar. Neles, mais do que nos outros livros, há uma invasão do espaço editorial através de informações falsas ou de deslocamentos de fatos, datas, personagens, biografias, notas de pé de página, prefácios, etc. (Lustosa 1993: 111).

Neste sentido, considerando o caráter humorístico constatado pela investigadora brasileira, impõe-se a noção de que não se poderá encarar a *Grammatica Portugueza* como manual de ensino linguístico da língua portuguesa dentro do padrão herdado da gramaticografia latino-portuguesa. Vejamos, então, algumas das soluções ‘metalinguísticas’ de Mendes Fradique em confrontação com as ideias metalinguísticas de alguns linguistas contemporâneos.

3.2 Linguística pelo Methodo Confuso

Neste capítulo, apresentaremos uma escolha das principais definições linguísticas fornecidas por Fradique, comparando os trechos citados com possíveis fontes na tradição linguística contemporânea. Neste esforço de isolar o fornecimento de informações linguísticas do elemento puramente humorístico, basearemos as nossas comparações sobretudo na *Grammatica Portugueza* de Alfredo Gomes, já que o autor muitas vezes faz referência explícita a esta gra-

mática escolar. Nos casos em que a obra de Gomes não nos fornece informações, servir-nos-emos da gramática anônima editada pela editora F.T.D. (1925).

Gomes (161916)	Fradique (21928)
5. — Grammatica é a sciencia dos factos da linguagem, verificados em qualquer lingua. A grammatica divide-se em geral e particular. Grammatica Geral é o estudo dos preceitos, leis e anomalias da linguagem, communs aos idiomas de um grupo. Grammatica particular é o estudo dos mesmos preceitos, leis e anomalias da linguagem num idioma determinado (7).	Grammatica é a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua. Segundo affirmam os grammaticos, a grammatica é um conjunto de regras tiradas do modo pelo qual um povo falla usualmente uma lingua. Ora, o povo falla sempre muito mal, e escreve ainda peiormente; logo, não é de estranhar que seja a grammatica a arte de fallar e escrever incorrectamente uma lingua (7).

É óbvio que a definição segundo a qual a gramática seria a arte de falar e escrever *incorrectamente* a língua não pode ser considerada como reflexo da definição algo mais moderna de Gomes nem de outra das gramáticas contemporâneas brasileiras que consultamos.²¹

Sendo indubitavelmente de origem metagramatical, a definição linguística na qual se baseia a afirmação do humorista faz parte do grupo das ‘definições normativas’ no sentido de Schäfer-Prieß (2000: 103). Observa-se que a definição de Mendes Fradique se assemelha bastante à definição geral na gramática filosófica do francês *Jean-Pons-Victor Lecoutz* de *Lévizac (?-1813)*: «la grammaire est l’art de parler et d’écrire correctement une langue» (Lévizac 1800: 1).²² Na tradição gramatical portuguesa, uma das definições-chave encontra-se no início da gramática erudita do acadêmico português Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816): «*grammatica* he a Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua» (Barbosa 1822: 1).²³

Também as palavras com que o autor discute ‘a qualidade’ do uso da língua pelo povo constituem, portanto, uma forte ironização da tentativa de

21 Veja-se também F.T.D. (1925: 11): «**29. Gramática.** — E’ a ciência e a arte da linguagem falada ou escrita. Como *ciência*, faz a exposição metódica dos fatos da língua. Como *arte*, deduz as respectivas regras».

22 Se bem que também outros gramáticos pertencentes à escola francesa da *Grammaire générale* tenham fornecido definições que relacionam os termos de ‘gramática’, ‘arte’, ‘fala’ e ‘escrita’ com o critério normativo, é de constatar que a definição de Lévizac se encontra mais próxima da que encontramos em Soares Barbosa.

23 Convém lembrar que a *Grammatica Philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa não só teve certo êxito editorial como também influenciou muitas obras metalinguísticas posteriores, talvez até menos em Portugal do que no Brasil.

estabelecer um conceito de gramática normativa, própria dos gramáticos mais conservadores.

Com as considerações sobre a palavra polissêmica ‘língua’, o autor aproveita da oportunidade para um jogo de palavras em que considera a língua não só como parte do corpo humano ou objeto de estudos linguísticos, mas ainda como elemento que está na base de qualquer desentendimento entre as pessoas:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>Linguagem é o conjunto de signaes oraes de que a humanidade se serve para representar as suas idéas. Lingua é propriamente a linguagem usada por uma ou mais nações, o falar exclusivo de um ou alguns povos.</p> <p>Não ha essencialmente differença entre lingua-gem e lingua: esta, porém, representa como uma parte do complexo immenso de vocabulos que constituem o meio, o vehiculo com que os homens se transmitem uns aos outros os seus pensamentos (5-6).</p>	<p>Lingua é um musculo chato, muito movel, com uma ponta presa e outra solta. E ahi é que está precisamente o grande mal da humanidade; se a lingua tivesse as duas pontas presas, quantos males se não evitariam, no genero humano? Mas é tão radicado no homem o ter a lingua com uma das pontas soltas, que, quando a natureza opera o prodigio de fazer nascer alguém com a lingua presa, logo corre o pai da criança ao medico mais proximo, afim de que este corte o freio á lingua do innocente</p> <p>Donde se tira e conclue que a lingua, para não ser o flagello que é, deverá ter sempre as duas pontas presas ou as duas pontas soltas.</p> <p>[...]</p> <p>Chama-se lingua, em Philologia, o processo vocal por que se entendem ou desentendem os elementos da collectividade humana</p> <p>[...]</p> <p>A lingua, sob o ponto de vista da pathologia, está sujeita a varias afecções.</p> <p>As enfermidades mais communs e felizmente mais benignas da lingua são: o solecismo, a aphthose, o sapinho, o nephelibatismo, as placas lueticas e a maledicencia.</p> <p>As mais graves doenças da lingua são o futurismo e o cancer (9; 10; 14).</p>

Para além da brincadeira com o termo de língua, não carecem de interesse as considerações ‘patológicas’ que o autor dedica a este órgão. Ao lado de algumas verdadeiras doenças como a aftose, o sapinho e as placas luéticas, o autor enumera como doenças da língua o solecismo (conhecido como vício da língua), o nefelibatismo (ou simbolismo) e a maledicência, considerando, porém, como as piores de todas as doenças o futurismo e o câncer o que permite

concluir, de que maneira Fradique estava oposto ao futurismo como corrente literária e artística contemporânea!²⁴

Na divisão da gramática em suas partes, as lições apresentadas divergem bastante uma da outra, ambas demonstrando, porém, reflexos da gramaticografia portuguesa do chamado ‘período científico’:

Gomes (161916)	Fradique (21928)
<p>7. — Divide-se a grammatica em duas partes: a morphologia ou estudo da fôrma das palavras ou dos vocabulos a syntaxe ou o estudo da função e boa disposição das palavras na phrase.</p> <p>8. — A morphologia ou lexicologia comprehende:</p> <p>1.º — o estudo dos sons em si — phonetica;</p> <p>2.º — o estudo da pronuncia dos sons, reunidos ou não em vacabulo — prosodia ou orthoepia;</p> <p>3.º — o modo de graphal-os — graphica;</p> <p>4.º — a classificação das palavras — taxinomia</p> <p>5. o estudo das flexões vocabulares — campe-nomia;</p> <p>6.º o estudo da origem e formação vocabular — etymologia (8).</p>	<p>DIVISÃO DA GRAMMATICA</p> <p>A grammatica divide-se em tres partes: Phonologia, Lexicologia e Syntaxe, qual delles a mais divertida.</p> <p>A Phonologia é a parte da grammatica em a qual se estudam os sons.</p> <p>A Lexicologia estuda pacientemente os vocabulos</p> <p>A Syntaxe estuda a estrutura da phrase.</p> <p>Procedamos acurada e pachorrentamente ao estudo destas tres partes da grammatica, porque na melhor das hypotheses, não ficaremos sabendo coisa alguma, donde lucraremos uma certa expontaneidade e clareza da linguagem (16).</p>

Divergindo da lição de Gomes,²⁵ Fradique somente reconhece três partes da gramática. Estas correspondem, a grosso modo, a três das quatro partes ‘canônicas’, nomeadamente da prosódia, da etimologia e da sintaxe como as define, entre muitos outros, Barbosa (1822: 1).²⁶ Não causa estranheza o fato de que esta divisão exclui o campo da ortografia, visto que este foi desconsiderado

24 Para mais informações contemporâneas sobre os movimentos artísticos do simbolismo e do futurismo veja-se F.T.D. (1925: 620-622).

25 Se bem que utilize termos parecidos, Gomes diverge das lições anteriores de Ribeiro (1900: 2), que considera as partes ‘lexeologia’ e ‘syntaxe’, e Silva Júnior / Andrade (1887: 7), que consideram as partes ‘lexycologia’ e ‘syntaxe’. Apesar da ligeira divergência terminológica com Ribeiro, Silva Júnior / Andrade (1887: 7) não consideram a morfologia como sinônimo da lexicologia, mas sim como parte dela, pois dividem esta primeira parte nas seguintes subclasses: «A *lexycologia* estuda a palavra individualmente, e subdivide-se em *phonologia* ou estudo dos sons (que comprehende – *phonetica*, *prosodia* e *orthographia*), *morphologia* ou estudo das fôrmas, e *semiologia* ou estudo do sentido das palavras e da sua variabilidade».

26 Sobre a tradição das partes da gramática desde João de Barros (1540) até a primeira edição da gramática de Barbosa (1822) veja-se Schäfer-Prieß (2000: 92-101). É, porém, com referência para Cândido de Figueiredo, que F. T. D. (1925: 10) apresenta a seguinte divisão: «A **Fonologia**, a **Morfologia** e a **Sintaxe** são três partes em que se pode dividir a **Gramática**».

em muitas das gramáticas antigas por ser objeto de uma descrição sistemática nos tratados metaortográficos propriamente ditos. Apesar da atitude irônica com que o autor parece encarar o estudo linguístico e os seus frutos (que obviamente considera irrelevantes), é notório que as definições do papel de cada uma das três partes da gramática são pertinentes também desde o ponto de vista linguístico.

No que concerne ao alfabeto, a definição de Fradique é séria e concisa. Algo menos convencional é a explicação do conceito da letra: ao lado de uma definição da função linguística da letra, o autor faz um jogo de palavras introduzindo a ‘letra de câmbio’ neste contexto.²⁷ É claro que a referência à letra como meio de financiamento do comércio é um recurso marcadamente humorístico:

F.T.D. (1925)	Fradique (1928)
36. Alfabeto. — O conjunto dos símbolos gráficos da língua portuguesa que vêm dos antigos egípcios, através dos fenícios, gregos e latinos, chama-se <i>alfabeto</i> , <i>abêcê</i> ou <i>abece-dário</i> (13).	O alfabeto que serve á graphia da lingua portugueza é o latino, acrescentado de alguns caractéres extranhos ao latim: K, W e X (23).
31. Letras (latim: <i>litera</i>). — São os caracteres que se usam para representar os fonemas.	Letras, com um ou dois tt, são signaes representativos dos sons ou de uma divida vencivel em praso determinado. As letras podem ser: vogaes, consoantes ou de cambio (23).
32. Vogais. — Ha 5 fonemas <i>sonoros</i> ou <i>vozes</i> , isto é, que tem som proprio, os quais são representados por 6 letras chamadas <i>vogais</i> : a, e, i, o, u, y , porque o fonema agudo tem duas representações: a latina i e a grega y (não usada mais na ortografia oficial). [...]	As vogaes — são as que representam a simples emissão dos sons oraes. Ex.: <i>a, e, i, o, u</i> (23).
34. Consoantes. — Para grafar estas conso-nâncias, existem 19 consoantes e 3 grupos consonantais formados pela consoante <i>h</i> que não exprime consoância própria: São <i>b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z; ch, lh, nh</i> (12).	Consoantes — são as que exprimem emissões mais complicadas. Ex.: <i>Papel-moeda</i> <i>Sabinas</i> <i>Caixa de Estabilisação</i> As consoantes são: <i>B, C, D, F, G, H, J, K, L, M, N</i> <i>P, Q, R, S, T, V, X, W, Z</i> Isoladamente são nullas as consoantes, que só se empregam justapostas ás consoadas (23-24).

27 Segundo o *Dicionário* de Houaiss (2001), trata-se de um «título de crédito pelo qual o emitente, que se denomina *sacador*, dá ao *sacado* ordem de pagar determinada soma em dinheiro, em local e data especificados, a uma terceira pessoa ou à ordem desta».

Igualmente humorística é a descrição dos sons. Ao passo que define as vogais de forma metalinguística, Fradique satiriza esta definição na explicação da natureza das consoantes.

Se as influências na descrição linguística não se tornam muito claras nos exemplos anteriores, encontramos a partir do tratamento das partes da oração uma cada vez mais forte correspondência textual com as definições fornecidas por Alfredo Gomes. Vejamos o substantivo:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>9. — Substantivo é a palavra que designa o ser: <i>Pedro, gato, tinta</i>. Divide-se em proprio e commum ou appellativo.</p> <p>Proprio é o que designa o ser individualmente: <i>Maria, Amazonas</i>.</p> <p>Commum é o que designa classe, genero ou especie: <i>homem, animal, cousa</i> (41).</p>	<p>SUBSTANTIVO é a palavra que designa o ser.</p> <p>Ex.: Pedro, tinta, gato As vezes designa tambem o não ser.</p> <p>Ex.: nada, zero</p> <p>O substantivo pôde ser proprio ou de aluguel.</p> <p>E' proprio quando nomeia pessoa.</p> <p>Ex.: <i>Presidente da Republica, Prefeito, Ministro</i>, etc.</p> <p>Esses substantivos só não nomeiam pessoa quando a pessoa não tem pistôlão.</p> <p>O substantivo é de aluguel quando o morador paga renda ao senhorio; em caso contrario o substantivo é de carona.</p> <p>Ahi se faz mister despejar quanto antes o substantivo (53-54).</p>

Observa-se que a definição básica do substantivo nos exemplos corresponde ao texto do gramático. A sátira neste tópico começa quando Fradique troça com o *ser ~ não ser* e quando substitui a dicotomia *próprio ~ comum* por '*próprio ~ de aluguel*', que passa a caracterizar esta subcategoria do substantivo.

De forma algo menos hilariante, Fradique também retoma a definição do adjetivo. A principal alteração é a rejeição implícita do particípio – o que se pode dever a uma manifestação de ideias linguísticas próprias do humorista ou simplesmente ao fato de o1 particípio ser menos idôneo para jogos de palavras:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>1. — Adjectivo é a palavra que exprime qualidade, estado do ser ou o determina.</p> <p>2. — D’ahi a divisão dos adjectivos em qualificativos, participios e determinativos. Qualificativos ou descriptivos são os que exprimem qualidades dos seres; participios os que exprimem estado dos seres; determinativos os que determinam apenas: <i>casa BOA, fiquei DESANIMADO, meu CHAPÉO</i> (47-48).</p>	<p>Adjectivo é a palavra que exprime uma QUALIDADE ou um ESTADO.</p> <p>Ex.: bom, Maranhão</p> <p>Póde tambem o adjectivo determinar o substantivo. D’ahi a sua divisão em qualificativo e determinativo.</p> <p>Os adjectivos qualificativos servem para uso das redacções de jornais governistas e para casos de poetas vasioes.</p> <p>Os determinativos são os que não qualificam couca alguma [sic!].</p> <p>Ex.: <i>meu, aquella, outro</i> (62).</p>

Nos pronomes, Fradique reproduz o texto gramatical com relativa fidelidade, desconsiderando somente os pronomes conjuntivos e absolutos. Ao passo que estas informações metalinguísticas são bastantes fidedignas, o elemento humorístico é introduzido na pessoa gramatical: para Fradique as principais pessoas gramaticais são os já mencionados linguistas Mário Barreto, Laudelino Freire e Assis Cintra bem como o gramático João Ribeiro (1860-1934):²⁸

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>1. — Pronome é a palavra que substitue o nome. [...]</p> <p>2. — Os pronomes dividem-se ordinariamente em peessoaes, demonstrativos, relativos, conjunctivos, absolutos e indefinitos.</p> <p>3. — Pronomes peessoaes são os que indicam as peessoaes grammaticaes (47-48).</p>	<p>Pronome é a palavra que substitue o nome.</p> <p>Ex.: João do Norte</p> <p>Os pronomes dividem-se em: peessoaes, demonstrativos, relativos, e indefinidos.</p> <p>Pronomes peessoaes são os que indicam as peessoaes grammaticaes.</p> <p>As peessoaes grammaticaes mais conhecidas são cinco [sic!]: Mario Barreto João Ribeiro Laudelino Freire <i>Assis Cintra</i> (64-65).</p>

Também no verbo, o óbvio empréstimo à obra de Gomes serve como ponto de partida para trocar com as definições metalinguísticas:

²⁸ Segundo a informação de Penha (2002: 32) a *Grammatica Portugueza* (¹1887) deste autor foi «a melhor gramática escrita para o plano de renovação do ensino da língua no Brasil em 1887. Com ela concorreram os compêndios de Alfredo Gomes, Pacheco e Lameira e Maximino Maciel».

Gomes (161916)	Fradique (21928)
<p>1. — Verbo é a palavra que exprime acto, phenomeno ou um estado em realização passada, presente ou futura. [...] Os verbos são activos ou inactivos. Activo é o verbo que exprime acção: dizer. Inactivo é o que exprime estado, phenomeno: trovejar, viver (53).</p>	<p>Verbo é a palavra que exprime um acto. Ex.: casamento ou um estado: solteirão Os verbos, segundo Alfredo Gomes, dividem-se em activos e inactivos. São activos quando correspondem a uma acção. voto de accionista O accionista tem direito a tantos votos, quantas fôrem as acções em seu poder. Verbo inactivo é verbo malandro, relapso, que pouco apparece no discurso Ex.: sóe, avem, etc. (67-68).</p>

Assim, Fradique toma literalmente as palavras-chave ‘ato’ e ‘estado’, fornecidos pelo gramático e exemplifica-os com os substantivos ‘casamento’ (= ato de contrair casamento no registro civil) e ‘solteirão’ (estado de ser solteir[ã]o). Ainda mais divertidos são os jogos de palavras que faz com a ação representada pelos verbos ativo e passivo. Assim, o verbo ativo se encontra ligado à ação enquanto título que fornece direitos de participação numa sociedade anônima ao passo que o verbo passivo simplesmente se encontra caracterizado como sendo malandro.

Dado que a classe do advérbio obviamente é menos apta para esforços humorísticos, Fradique introduz o conceito morfológico da variabilidade nesta parte da oração (tradicionalmente considerada como invariável), estabelecendo, de resto, a curiosa distinção entre advérbios simpáticos (ou seja, os afirmativos) e antipáticos (ou seja, os negativos):

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>2. — Adverbio é a palavra que modifica o verbo, o adjectivo ou outro adverbio exprimindo circumstancia: <i>falar</i> BEM, MAL FEITO; MUITO <i>tarde</i>. [...] adverbios de modo: <i>sim, não, bem, mal, talvez, assim, como</i>, e quasi todos os adverbios terminados em <i>mente</i> e formados de adjectivos — <i>tristemente, bellamente</i>, etc. (56-57).</p>	<p>Adverbio é a palavra mais ou menos invariavel que modifica um verbo, um adjectivo ou outro adverbio. Os adverbios mas [sic!] amaveis são: sim bem muito bem (*)²⁹ Os antypaticos são não não e não nunca jâmais que esperança! (72).</p>

Também na definição da conjunção, a solução de Fradique não deixa de ser curiosa: em vez de adotar a definição dada pelo gramático, ele inverte-a ao contrário, nomeadamente na afirmação que a conjunção serviria para separar os elementos entre os quais se encontra. Além disso, constata ainda que a conjunção seria variável, quando a tradição gramatical latino-portuguesa a tem tradicionalmente por invariável:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>15. — Conjunção é a palavra que liga palavras, termos e sentidos: <i>rico</i> E <i>pobre</i>; <i>de dia</i> OU <i>noite</i>; <i>elle correu</i> MAS <i>cahiu</i> (59).</p>	<p>Conjunção é a palavra variavel que separa invariavelmente todas as palavras, parentes ou visinhos, entre os quaes ella se mette (73).</p>

Para explicar o conceito da preposição, Fradique limita-se essencialmente à referência da metade daquilo que Gomes chama as ‘preposições essenciais’ (modernamente conhecidas como ‘preposições simples’, como se vê em Cunha / Cintra 2001: 556):

29 Nota: «(*) Antonio Carlos de Andrade». Julgamos que se possa tratar do político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), que consta ter sido Presidente (ou seja Governador) do Estado de Minas Gerais desde 1926 até 1930, sendo, como informa Teixeira (s.d.: 1) também conhecido como Antônio Carlos de Andrade.

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>8. — Preposição é a palavra que estabelece uma relação qualquer entre dous termos, dos quaes o primeiro se chama antecedente e o segundo subsequente: <i>o livro do menino</i>.</p> <p>9. — As preposições dividem-se em preposições propriamente ditas ou essenciaes, palavras prepositivas e locuções prepositivas.</p> <p>10. — Preposições essenciaes são as que figuram sempre como preposição. Existem apenas dezoito: <i>a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, perante, por, sem, sob, sobre, trás</i> (57-58).</p>	<p>Preposição é a palavra que a gente (*)³⁰ só deve ter o trabalho de decorar. São preposições: De em por para sobre contra a sem com etc., etc., etc. (74-75).</p>

Testemunhando a dificuldade de captar a natureza linguística da interjeição, Fradique aproveita a definição de Gomes mas esquivava-se de fornecer um exemplo, aludindo ao caráter prevalentemente oral da interjeição:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
<p>24. — Interjeição é representação rápida de nossos sentimentos. [...]</p> <p>28. — As interjeições essenciaes não pertencem ao dominio da grammatica: são verdadeiramente gritos instinctivos.</p>	<p>Interjeição é a palavra que quase nunca é palavra; é quasi sempre um berro. Ex.: (*)³¹ (75).</p>

Tal como acontece noutros exemplos, também na definição da sintaxe como parte da gramática, o nosso autor não só se aproveita claramente do texto de Gomes mas faz duas vezes referência explícita à sua obra:

Gomes (¹⁶ 1916)	Fradique (² 1928)
-----------------------------	-------------------------------

30 Nota «(*) Quando se engomma a roupa, deve-se acrescentar algumas gottas de glycerina á gomma. O ferro não pegará e a roupa terá um bello brilho depois de passada». É claro que esta nota não faz sentido no presente contexto, servindo, portanto, como efeito de alienação.

31 Nota «(*) E' impossivel reproduzir-se graphicamente uma interjeição, com a expontaneidade reflexa que ella tem. Quem quizer ter o exemplo de uma interjeição, espete um alfinete nas costas do passageiro que vae ao lado, no mesmo banco, ou no banco da frente»

1. — **Syntaxe.** — É a parte da grammatica que ensina a concordancia das palavras e orações, a boa escolha dos adjunctos ou complementos das palavras e a verdadeira collocação das palavras nas proposições e das proposições na phrase.

A syntaxe comprehende portanto: a **concordancia**, a **subordinação** ou **regencia**, a **collocação** ou **ordem** (252).

A **Syntaxe**, segundo define Alfredo Gomes, é a parte da grammatica que (ca-que) (*)³² ensina a concordancia das palavras e orações, a boa escolha dos adjunctos, etc.

Esta definição serve indistinctamente para *syntaxe* ou para *director de Instrucção Publica*, pois a esta autoridade incumbe egualmente a escolha de adjunctos e de adjunctas de 1^a, 2^a e 3^a classe.

A *syntaxe*, segundo o mesmo grammatico, comprehende: a **concordancia**, a **subordinação**, a **collocação** e a **ordem** (76).

Fradique unicamente diverge da definição do gramático quando elabora que esta também se applicaria ao Diretor de Instrução Pública por este ter partilhado do papel de boa escolha de adjunctos – dos professores adjunctos, claro...

3.3 O *Appendice Anthologico*

O já referido *Appendice Anthologico* reúne em 170 páginas os esboços biográficos e textos atribuídos a 66 homens de letras tanto do Brasil (por exemplo, Antônio Austregésilo, Castro Alves, Amadeu Amaral, Augusto dos Anjos, Antônio Vieira, Gregório de Matos, Laudelino Freire, Ruy Barbosa, etc.) como de Portugal (por exemplo, Oliveira Martins, Almeida Garrett, Sá de Miranda, Gil Vicente, Bocage, Garcia de Resende, D. Francisco Manuel de Melo, Latino Coelho, etc).

Nesta antologia de textos autênticos mas também apócrifos,³³ o humorista aproveita-se das introduções biobibliográficas para tratar as personagens com elevado grau de ironia e irreverência. Fica claro que, mesmo que esta parte do livro aparentemente não esteja ligada à *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, a obra metalinguística não deixa de partilhar o fim didático inerente a todas as obras feitas *pelo Methodo Confuso*.

4 As edições póstumas

Depois da primeira edição, única durante a vida do autor, seguiram-se outras três edições da obra, que apresentaremos a seguir.

32 Nota «(*) E' cacophonico, mas vae assim mesmo».

33 Veja-se neste sentido Lustosa (1993: 112). Convém observar que uma análise preliminar permite a conclusão de que boa parte pelo menos dos textos portugueses é autêntica.

4.1 A edição paulista da *Musa*

Sem qualquer indicação de constituir uma reedição da *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, a segunda edição da obra foi publicada pela editora Musa em São Paulo. Com a exceção do paratexto introdutório que volta a apresentar a indicação «Rio 1927» da primeira edição (Fradique s.d.: 6), não se encontra qualquer data junto com as referências bibliográficas do livro – o que explica que esta edição possa ter sido confundida com uma primeira edição de 1927. É, porém, no verso da capa, que encontramos umas informações sobre a gênese da edição que permitem uma datação aproximada:

Constitui para esta editora uma verdadeira honra entregar ao público brasileiro, esta GRAMMATICA PORTUGUEZA PELO METHODO CONFUSO de MENDES FRADIQUE.

Foi publicada em 1928 por uma editora de renome do Rio de Janeiro e esgotada há anos.

Queremos ao prestigiar o nome do falecido autor, mostrar que era êle um homem que escreveu sómente com o intuito de divertir o povo, e que por conseguinte é digno de todo o nosso reconhecimento e gratidão..

Esta obra é hilariante do início ao fim. Seu autor denota uma predisposição sem par para o humor ao escreve-la e constitui uma satira pronunciada dos melhores escritores brasileiros.

Achamos o nosso dever ao publicá-la conservar o texto integral da obra com a sua ortografia original, o que não deixa de ser uma diversão e uma curiosidade ao mesmo tempo.

Em nossos dias apressados e confusos êste livro tornar-se-á um delicioso descanso para quem o ler (Fradique s.d.: verso da capa).

Para além de fazer publicidade para a obra, este texto documenta que a edição da editora Musa é, com efeito, a segunda edição, realizada anos depois da *edição princeps* e depois da morte do autor em 1944, possivelmente em finais dos anos quarenta ou ainda mais tarde.³⁴

34 O terceiro parágrafo até parece tentar servir como uma justificação do autor frente às convicções políticas manifestadas por ele desde os anos trinta.

Verifica-se que não se trata de uma edição fac-similada, mas de uma composição tipográfica nova, que ocasionalmente conta com alterações tipográficas, por exemplo no uso de alguns negritos. É por isso que se verifica que a obra apresenta um número de páginas divergente em relação à *edição princeps*. Em ambas as edições, a última página de texto com numeração ser a página 261, a que se segue uma página branca (isto é [262]). A considerar por Fradique (1928), segue depois uma página dedicada a Rafael Pinheiro, seguida por outra página branca (ou seja [263-264]), a página de rosto do índice com outra página branca (isto é [265-266]). O índice ocupa, portanto, as páginas [267]-271 em Fradique (1928). Já em Fradique (s.d), observa-se que o compositor tipográfico não respeitou a ordem das páginas, pelo que o índice ocupa as páginas [265]-269.

Para além disso, verifica-se que toda a capa do livro é amarela, sendo ausentes as palavras ao lado da mancha de tinta que aludem ao Barão Puttkamer.

4.2 As edições facsimiles capixabas

Em 1984, a Fundação Ceciliano Abel de Almeida publicou, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) uma terceira edição fac-similada. A esta edição, inserida na coleção ‘Letras Capixabas’ seguiu-se uma quarta edição com as mesmas características em 1985. Ambas as edições partilham um pequeno posfácio não paginado, escrito por Luiz Busatto, então professor da UFES, que optámos por reproduzir na íntegra uma vez que as edições já estão esgotadas há muitos anos:

M.F. E SUA GRAMATICA

Mendes Fradique é o pseudónimo do médico capixaba José Madeira de Freitas, nascido aos três de abril de 1893 e morto em 1944. Seu primeiro livro **Hypocratéia** 1916, é composto de 76 sonetos humorísticos caricaturando os colegas que se formavam em medicina. As demais obras, em ordem cronológica, são as seguintes: **História do Brasil pelo Método Confuso** 1922; **Contos do Vigário** 1922; **Feira Livre** 1923; **A Lógica do Absurdo** 1925; **Doutor Voronoff** 1926; **O Bomsenso da Loucura** 1927; **Idéias em Zig-Zag** 1928; **Gramática Portuguesa pelo Método Confuso** 1928; **Pantomimas** 1930; **No Século da Cocaína** 1937. Há dúvidas sobre a existência das duas últimas obras, a última das quais parece definitivamente perdida.

O que projetou o autor nos meios artísticos foi sua participação como caricaturista na revista **D. Quixote** fundada em 16 de maio de 1917 e cujo diretor era D. Xiquote, pseudónimo de Bastos Tigre. No primeiro número havia dois tipos de

colaborador, o da PENA e o do LÁPIS. Os colaboradores do LÁPIS eram Julião, Raul, Calixto, Storni, Helios, Madeira de Freitas, George Bluow, Bambino e Nery.

Mendes Fradique ganhou notoriedade com uma caricatura de Rui Barbosa que saiu na capa da revista de número 90 de 29 de janeiro de 1919. No número seguinte, 91, de 5 de fevereiro, iniciou, em página inteira ilustrada, a **História do Brasil pelo Método Confuso**. Raimundo de Menezes no livro **Bastos Tigre e “La Belle Époque”** refere-se a Madeira de Freitas em nota de rodapé: “– Médico e jornalista, amigo de Emilio de Menezes e seu imitador, tem um período de grande popularidade, quando introduz em nosso meio um gênero de humorismo excêntrico baseado no **método confuso**, expressão colhida numa crônica de João do Rio sobre os métodos administrativos dos nossos governos”. (R. Magalhães Jr.). A explicação dada à origem do **método confuso** pelo próprio autor da **Gramática Portuguesa** é diferente. Em “Duas Palavras” introdutórias diz: “Tendo eu encetado, a título de ensaio, há alguns anos, a publicação de uma série de livros didáticos, obedecendo ao método do Sr. Tomás Delfino, qual é o **Método Confuso**, verifiquei, sem menor dificuldade, a perfeita adaptação desse método, à mentalidade da minha gente e da minha raça”. Ora, Tomás Delfino era filho do poeta catarinense Luís Delfino, e publicou, em diversos volumes, a obra dispersa do pai. O que se verifica na obra póstuma de Luís Delfino é, exatamente, a falta de ordem e de critério com que foi publicada, impossibilitando acompanhar a sua evolução estética.

A opinião de Herman Lima na **História da Caricatura no Brasil** 4º. v. Rio, José Olympio, 1963, p. 413 sobre a **História do Brasil pelo Método Confuso**, pode ser aplicada também à **Gramática**. “Caracterizada pelos mais aberrantes anacronismos, essa versão estapafúrdia dos principais acontecimentos de nossa História, muito de acordo com os padrões do humorismo da época, não teria, hoje, naturalmente, maior interesse, dada a evolução do gênero. Era, entretanto, naquele tempo, uma ingênua antecipação do **nonsense** de tantos humoristas americanos de alta nomeada hoje em dia, não sendo rara uma certa graça natural na absurda fusão de fatos longamente pretéritos, com a atualidade”.

O humor depende muito das circunstâncias e, muitas vezes, passado o fato, perdem-se as ligações e contrastes que provocam o riso. Mas a gramática portuguesa não se alterou tanto assim desde 1928, para que o humor de Mendes Fradique tenha perdido o sabor de atualidade. Ao reeditar a **Gramática Portuguesa pelo Método Confuso** a Fundação Ceciliano Abel de Almeida pretende divulgar um autor capixaba que de nenhuma forma pode ficar esquecido, dada a sua importância na área específica de sua atuação, o humorismo. Qualquer leitor de hoje, como o de 1928, pode perceber o **nonsense** de suas brincadeiras verbais,

independentemente da compreensão do espírito irracionalista que animava o movimento antropófago, nascido em São Paulo, ou de **Macunaíma** de Mário de Andrade, publicado naquele mesmo ano. A **Gramática Portuguesa pelo Método Confuso** é um texto relativamente breve e de fácil leitura. O que se apresenta de estranho, neste volume, é o **Apêndice Antológico**, mais volumoso e mais confuso do que a própria **Gramática**. O **Apêndice Antológico** é composto com a matéria do livro **Feira Livre...**, Rio, Benjamim Costallat e Miccolis Editores, 1923, com capa desenhada pelo próprio autor e tendo como subtítulo **Antologia Nacional pelo Método Confuso**. De particular, o livro tem um prefácio no final e um índice de 49 autores, obedecendo a uma classificação de ordem alfabética até o quadragésimo autor. Cada autor é acompanhado de uma fotografia, sendo que a mesma não corresponde ao nome. Bastos Tigre é representado pelo desenho de um tigre; Coelho Neto vem com a fotografia de Charles Chaplin; Hermes Fontes é acompanhado por um desenho de Balzac; para Jackson de Figueiredo vem a fotografia de Procópio Ferreira; Monteiro Lobato é um índio de enorme pena atravessada no nariz; Osório Duque Estrada tem, no espaço reservado à fotografia, os seguintes dizeres:

O CLICHÉ
NÃO QUIZ
ENTRAR...

Deve-se salientar a importância da utilização do espaço tipográfico na composição do texto. Nisto o capixaba José Madeira de Freitas, se não foi o primeiro a utilizar-se deste recurso, foi um dos muitos que se antecipou aos movimentos de vanguarda datados de 1956, como a Poesia Concreta, Práxis e Poema-Processo. Em **Feira Livre...** de 1923, Mendes Fradique apresenta O TAPETE PERSA como obra atribuída a Augusto de Lima, uma brincadeira que se aproveita dos tipos gráficos e do formato visual. Na **História do Brasil pelo Método Confuso** de 1922, ele espalha aleatoriamente os pronomes no espaço em branco e acrescenta: “peço encarecidamente ao Dr. Laudelino Freire a fineza de colocar esses pronomes nos respectivos lugares”. Ainda nesta mesma obra, no capítulo XXXIX “Cartuchos de Festim”, distribui palavras, aparentemente sem nexos, pela página. Não se pode também deixar de mencionar a página 13 da 1ª. edição da **Gramática** com a *Fórmula empírica da feijoada completa, sátira que, com dezenas de anos de antecedência, ridiculariza recursos empregados por determinada crítica literária estruturalista que usa chaves, divisões e esquemas opositivos.

Nesta primeira edição da **Gramática Portuguesa pelo Método Confuso** da editora Leite Ribeiro, Mendes Fradique conservou 39 autores de **Feira Livre...**, eliminou 10 e acrescentou mais 27 novos, na sua maioria portugueses. Além disso introduziu notas de rodapé com receitas culinárias e observações curiosas de como tirar manchas, de conservar plantas, etc., sem nenhum nexo com o texto. Também fez alterações nos textos dos autores de **Feira Livre...** que conservou.

Como se pode observar, o método confuso é confuso mesmo. Levar a sério um humorista – Madeira de Freitas é um dos melhores do Brasil – é incorrer no seu humor.

Luiz Bussatto
Departamento de Línguas e Letras -. UFES
(Bussatto em Fradique 1985: [I-IV])

Na sua brevidade, o posfácio de Luiz Bussatto (*1937),³⁵ fornece mais algumas achegas e comentários sobre a obra de Madeira de Freitas como Mendes Fradique que julgamos ser iluminadoras.

Conclusão

Como sátira a um manual didático-linguístico, a *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso* é uma obra em que se encontram explicações e soluções metalinguísticas hilariantes ao lado de outras que, além e exatas, são também precisas. Sem dúvida a obra não pode ser categorizada como gramática propriamente dita no sentido de Schäfer-Prieß (2000: 1). Mas também não será justo descontar-lhe na íntegra o título de gramática, considerando apenas o caráter satírico-humorístico de uma obra literária.

A nossa comparação de trechos escolhidos permitiu-nos estabelecer um relacionamento entre a obra e a literatura metagramatical contemporânea. Pelo menos quatro vezes encontramos referências explícitas a Alfredo Gomes, ficando comprovado que a sua *Grammatica Portugueza* serviu de modelo imediato à maioria das definições da gramática escolar deste gramático brasileiro. Por outro lado, as frequentes referências permitem concluir que o autor tenha conhecido alguma parte das obras metalinguísticas da época que se inserem na tradição gramaticografia dentro do período denominado ‘científico’, sendo mencionados Mário Barreto, Laudelino Freire, João Ribeiro e Assis Cintra. Também não é de excluir a possibilidade de Fradique ter conhecido a gramática anônima de F.T.D.

O exposto permite concluir que a redação da obra não só exigia a Madeira de Freitas ter sólidos conhecimentos das obras metalinguísticas em circulação na época, como também os exigia ao leitor. Afinal, sem o profundo conheci-

³⁵ Segundo AEL (s.d.), Luiz Bussatto ocupa a 24.^a cadeira da Academia Espírito-Santense de Letras desde 1987.

mento deste gênero textual e das circunstâncias sócio-culturais do Brasil nos anos vinte o leitor não podia usufruir na íntegra do elemento satírico inerente à obra. Contrário ao que consta do rosto, a obra nunca foi, portanto, uma gramática destinada ao ensino escolar básico, sendo antes dirigida a leitores com elevado grau de instrução e cultura que seriam capazes de apreciar a fina ironia e a sátira mordaz do ‘gramático’ Mendes Fradique.

Por impossibilidade de um levantamento exaustivo, não sabemos se cabe a primazia à obra de Mendes Fradique ou se existem obras luso-brasileiras anteriores que misturam os elementos jocoserios da ‘gramática humorística’. Ora, sendo provável que no vasto império das letras luso-brasileiras existam obras comparáveis que brincam com a gramática e às quais não tivemos a sorte de ter acesso, podemos referir a existência de duas obras recentes, publicadas no Brasil por Vieira (1985, 2002)³⁶ e Lima (2008).³⁷

De modo geral, julgamos que não carece de importância termos conseguido encontrar ‘gramáticas humorísticas’, dedicadas à língua francesa, que levam a crer que a existência de obras metalinguísticas jocoserias provavelmente seja um fenômeno global. Uma análise superficial tanto de Spiritini (1922) como de Fournier (1992) permite a conclusão que estas duas obras se ocupam com a língua de maneira brincalhona, ficando, porém, isentas do ar satírico e ocasionalmente malvado de Fradique.³⁸

No gênero textual das ‘gramáticas humorísticas’, nem todas as informações são de natureza linguística ou mesmo séria, podendo ainda ser diferente a técnica ou o grau de o autor brincar com a língua em quanto objeto da descrição humorístico-linguística. Ao passo que as duas obras dedicadas ao francês sejam mais próximas da gramática propriamente dita, Mendes Fradique aproveita

36 Em 1985 o padre cearense Antônio Batista Vieira (1910-2003) publicou uma *Gramática do Absurdo* que foi reeditada em 2002.

37 Ainda mais recentemente, o carioca Rogério Suarez Barbosa Lima (*1940) publicou a *Novíssima Gramática do Velho Português pelo método estúrdio, mas proficiente de RBL* que se insere declaradamente na tradição de Mendes Fradique (Lima 2008). O relacionamento entre as obras brasileiras e a obra de Fradique deverá ser estudado noutra ocasião.

38 Devido às intenções menos humorísticas dos seus autores, não fazem parte deste gênero textual as obras de natureza infanto-juvenil como *Emília no País da Gramática* de Monteiro Lobato (1934; s. d.) bem como as obras semelhantes em francês como *Voyage au Pays de la Grammaire* de P. V. (1878, 1881), *La Grammaire de Mademoiselle Lili* de Jean Macé (1878), ou *Xavier ou les Entretiens sur la Grammaire française* de Abel Hermant (1923). Também a *Gramatiquinha da Fala Brasileira* de Mário de Andrade, compilada e publicada postumamente por Pinto (1990), nada tem a ver com o gênero das gramáticas humorísticas. Trata-se, antes de tudo, de uma tentativa séria, mas incompleta, de documentação e codificação do português do Brasil.

para satirizar os linguistas contemporâneos e a totalidade dos manuais didáticos do seu tempo em geral. Neste sentido, convém recordar o resultado dos seus esforços, a *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso*, não só como monumento literário-humorístico, mas também como uma ‘gramática humorística’ que inclusive serve como reflexo adicional da produção metalinguística brasileira de inícios do século XX.

Dentro da tradição de expressão portuguesa, de dimensão reduzida, confirma-se que a obra assinada pelo humorista Mendes Fradique (que na vida civil e pública se chamava José Madeira de Freitas) não é somente uma das primeiras ‘gramáticas humorísticas’, mas que constitui o apogeu deste tipo de obras no Brasil. Esta constatação deve-se tanto ao número de edições (duas em 1927 e 1928, uma edição fac-similada em 1984), como aos reflexos diretos e indiretos em obras congêneres posteriores, tais como de Vieira (1985) e Lima (2008).

Referências bibliográficas

Obras de José Madeira de Freitas debaixo do pseudônimo de Mendes Fradique

FRADIQUE, Mendes. *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso: Seguida de uma variada collecção de exercicios pelo mesmo methodo, Adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e subúrbios*. 1ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos & Cia, 1928.

FRADIQUE, Mendes. *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso: Seguida de uma variada collecção de exercicios pelo mesmo methodo, Adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e subúrbios*. 2ed. São Paulo: Editôra e distribuidora Musa Ltda, s.d.

FRADIQUE, Mendes. *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso: Seguida de uma variada collecção de exercicios pelo mesmo methodo, Adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e suburbios. edição facsimilada*, Rio de Janeiro; Vitória: Editora Rocco Ltda.; Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes (Coleção Letras Capixabas; 14), 1984.

FRADIQUE, Mendes. *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso: Seguida de uma variada collecção de exercicios pelo mesmo methodo, Adoptado em todas as escolas primarias, secundarias e terciarias do Brasil e suburbios, 4.ª edição facsimilada*. 4ed. Rio de Janeiro; Vitória: Editora Rocco Ltda.; Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes (Coleção Letras Capixabas; 14), 1985.

FRADIQUE, Mendes. *História do Brasil pelo método confuso*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras (Coleção Retratos do Brasil), 2004.

Outras referências bibliográficas

- ABL = ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (s. d.): Biografia: Laudelino Freire, Cadeira 10. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=773&sid=147>>. ACESSO EM 6 DE JUNHO DE 2012.
- AEL (s.d.) = História. Disponível em: <<http://academiaesletras.com.br/historia>>. Acesso em 26 de dezembro de 2011.
- AGUALUSA, JOSÉ EDUARDO. *Nação Crioula: A Correspondência Secreta de Fradique Mendes*. 6ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.
- B[ARBOSA], J[erónimo] S[oares]. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem, Por J. S. B., Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7 vols., Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1883-1902. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Nendeln; Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969.
- CARNEIRO, Cleverson Ribas. *Mendes Fradique e seu Método Confuso: Sátira, Boemia e Reformismo Conservador*. Dissertação (Doutor em Letras), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/13871/Cleverson1-def.pdf>>. Acesso em 6 de junho de 2012.
- CUNHA, Celso [Ferreira da] / CINTRA, [Luís Filipe] Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- FOURNIER, Jean-Louis. *Grammaire française et impertinente*. Paris: Éditions Payot (Documents Payot), 1992.
- F.T.D. (1925) = *Novo Manual de Língua Portuguesa Luso=Brasileira: Curso Superior*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Paulo de Azevedo & C.
- GOMES, Alfredo. *Grammatica Portugueza: Adoptada no Collegio Pedro II, Escola Normal, Collegio Militar, Collegio Abilio, Lyceus Literario Portuguez e de Artes e Officios, Gymnasio Mineiro, etc*. 16ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Paris: Livraria Aillaud, Lisboa: Livraria Bertrand, 1916.

- HERMANT, Abel. *Xavier ou les Entretiens sur la Grammaire française*. 1ed. Paris: Le Livre, 1923.
- HOUAISS, Antônio: *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IGPA (s. d.) = Instituto Goiano de História e Antropologia: Sala 1: Família Puttkamer. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/institutos/igpa/site/home/secao.asp?id_secao=1741>. Acesso em 6 de junho de 2012.
- KEMMLER, Rolf. Gramática e Humor na *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso* de Mendes Fradique (1928). In: GÄRTNER, Eberhard; SCHÖNBERGER, Axel (Hrsg.). *Estudos sobre o Português Brasileiro*. Frankfurt am Main: Valentia, 2009, p. 227-245.
- LÉVIZAC, [Jean-Pons-Victor Lecoutz] de (²1800): *L'ART / de parler et d'Écrire / correctement / la langue françoise, / ou / grammaire / PHILOSOPHIQUE ET LITTÉRAIRE / de cette langue, / A l'usage des des Étrangers qui désirent en con- / noître à fond les Principes, les Beautés, et le / Génie. / dédié, avec permission, / A SA MAJESTÉ / LA REINE DE LA GRANDE BRETAGNE / PAR M. L'ABBÉ DE LÉVIZAC. / SECONDE ÉDITION. // a LONDRES, / CHEZ A. DULAU ET CO. SOHO SQUARE, / Et chez l'Auteur, No. 14, Great Castle Street, Cavendish Square. / 1800.*
- LIMA, Rogério Barbosa. *Novíssima Gramática do Velho Português pelo método estúrdio, mas proficiente de RBL*. Rio de Janeiro: Editora Antigo Leblon, 2008.
- LOBATO, [José Bento] Monteiro. *Emília no País da Gramática / Aritmética da Emília*. São Paulo: Circulo do Livro, s. d..
- LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo Método Confuso: Humor e Boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- MACÉ, Jean. *La Grammaire de Mademoiselle Lili*. Paris: Bibliothèque d'Éducation et de Récréation J. Hetzel & Cie., 1878.
- PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos Brasileiros*. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.
- PINTO, Edith Pimentel. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: Texto e Contexto*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.
- QUEIROZ, [José Maria de] Eça de. *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*. 3ed. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1945.
- QUEIROZ, [José Maria de] Eça de. *A Correspondência de Fradique Mendes (Memórias e Notas)*. 6ed. Porto: Livraria Chardron de Lélo & Irmão, 1921.

- QUEIROZ, [José Maria de] Eça de. *Ultimas Paginas (Manuscriptos Ineditos), S. Christovam - S^{to} Onofre - S. Frei Gil - Artigos Diversos*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, s. d.
- QUEIROZ, [José Maria de] Eça de / Ortigão, Ramalho (1947): *O Mistério da Estrada de Sintra: Cartas ao Diário de Notícias*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, A. M. Teixeira & C.^a (Filhos).
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. Sexta edição revista, pelo Prof. Lagôa, São Paulo: Propriedade de Miguel Melillo – Livraria-Editora, 1900.
- SARAIVA, António José / LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*, 16ed. Porto: Porto Editora, s. d..
- SCHÄFER-PRIEB, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300), 2000.
- SERRÃO, Joel. *O Primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte (Livros Horizonte; 7), 1985.
- SILVA JÚNIOR, [Manuel] Pacheco de / ANDRADE, Lameira de. *Noções de Grammatica Portugueza: De accordo com o programma official, Para os exames geraes de preparatorios do corrente anno*. Rio de Janeiro J. G. de Azevedo – Editor, 1887.
- SPIRITINI, Massimo. *Le Carnaval de la Grammaire: Ricettario umoristico per lo studio della Lingua Francese, Fonologia, Grammatica, Sintassi, Per tutte le case, Per tutte le scuole, Per tutte le classi*. Padova: Ed. A. Dolfini, 1922.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodrê. O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_LuizGuilhermeSodreTeixeira_A_historia_da_charge.pdf>. Acesso em 6 de junho de 2012.
- P. V. *Voyage au Pays de la Grammaire par un ancien Professeur*. 2ed. Tours: Alfred Mame et Fils, Éditeurs, 1881.
- VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MarcosGuedesVeneu_Enferrujando_sonho.pdf. Acesso em 6 de junho de 2012.
- VIEIRA, Antônio. *Gramática do Absurdo*, 1ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.
- VIEIRA, Antônio. *Gramática do Absurdo e Antologia Contraditória*, 2ed. Fortaleza: Premium Editora, 2002.

ESTUDO DA LÍNGUA JAPONESA ATRAVÉS DOS
DOCUMENTOS DEIXADOS PELOS MISSIONÁRIOS PORTUGUESES
DOS SÉCULOS XVI E XVII - PENSANDO O PASSADO E O
FUTURO DA MINHA INVESTIGAÇÃO¹

Toru Maruyama
Universidade de Nanzan

RESUMO: Muitos missionários portugueses foram ao Japão nos fins do século XVI e no século XVII para propagar o cristianismo. Compilaram vários livros, alguns dos quais são muito importantes para o estudo da língua japonesa, visto tratar-se das primeiras representações fonéticas da língua japonesa numa língua ocidental. Neste artigo são considerados os seguintes pontos importantes – a importância da imprensa; razões para a abundância em número e excelência em qualidade das obras no Japão; e também, o processo da imprensa da primeira gramática da língua japonesa pelo Padre João Rodrigues.

PALAVRAS-CHAVE: Missionários portugueses; Atividades linguísticas dos Jesuítas nos séculos XVI e XVII, Primeira gramática da língua japonesa; Importância da imprensa; Padre João Rodrigues

***ABSTRACT:** Following the route of Portuguese expansion, the Jesuit Mission Press produced linguistic works of indigenous languages of Africa, Brazil, India and Japan. Those concerning Japanese are indispensable for a historical study of the Japanese language. In this article the following points are considered in detail: the importance of the printing press; reasons of the abundance and high quality of linguistic works concerning Japanese; the process of printing of the first Japanese grammar by Father João Rodrigues.*

***KEYWORDS:** Portuguese missionaries; Sixteenth and seventeenth century Jesuit linguistic activities; First grammar of the Japanese language; Importance of printing; Father João Rodrigues*

1 Agradeço muito ao Padre Domingos de Sousa pela tradução e pelas sugestões académicas sobre a totalidade do meu artigo.

É para mim motivo de satisfação muito grande poder hoje participar do Congresso Internacional da língua e literatura portuguesa da Academia Filologica Brasileira aqui na cidade maravilhosa, Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer à Comissão Organizadora do Congresso, especialmente ao Presidente da Academia, Professor Doutor Antonio Martins de Araújo e Professor Doutor Ricardo Cavaliere pelo convite gentil do meu artigo. Apesar do desastre recente que assolou o nosso país, os japoneses estão caminhando de novo para a frente. Estamos todos gratos pela atenção e a ajuda internacional que fizeram chegar ao Japão.

1. A Importância da Imprensa

Porquê o Cristianismo? Porquê os séculos XVI e XVII? Seguindo o caminho da expansão portuguesa, a imprensa missionária dos Jesuítas produziu obras das línguas indígenas de África, Brasil, Índia e Japão. Estas são de fato obras linguísticas pioneiras, as primeiras de línguas indígenas que alguma vez existiram. Porquê os séculos XVI e XVII? Porquê o Cristianismo? ² Estas são as questões que hoje devemos considerar primeiro.

Alexandre, o Grande, encontrou certamente um número considerável de línguas no seu caminho para o oriente. Mas nem ele nem nenhum dos seus intérpretes subordinados deixaram qualquer obra linguística nas línguas com as quais entraram em contato. Nem o famoso explorador Marco Polo, nem o famoso viajante Ibn Batuta nos deixaram qualquer obra linguística.

De fato no Islão o árabe é a única língua sagrada para os textos religiosos. No Budismo, apesar do fato de, ao longo da história, muitas das escrituras sagradas terem sido traduzidas para uma grande variedade de línguas, não existem obras linguísticas em línguas indígenas. O imperador Asoka não produziu nenhuma obra linguística, nem os famosos peregrinos chineses, que traduziram um considerável número de documentos religiosos para chinês, nos deixaram qualquer obra linguística em línguas indígenas nas suas jornadas de peregrinação.

No Cristianismo, pelo contrário, várias obras linguísticas foram produzidas. Porém, apenas nos séculos XVI e XVII. S. Paulo e aqueles que posteriormente propagaram o cristianismo para além do seu país de origem não produziram nenhuma obra linguística. Uma vez mais coloca-se a questão: Porquê

2 Nicholas Ostler "The social roots of missionary linguistics" in Otto Zwartjes et al (eds.) *Missionary Linguistics* John Benjamins Publishing Company: Amsterdam. 2004

o Cristianismo? Porquê nos séculos XVI e XVII? A chave de várias possíveis interpretações é a “impressa de caracteres móveis”. A seguinte observação de Francisco Xavier, numa das suas cartas enviadas do Japão, realça bem a sua importância: “Aqui podemos propagar o cristianismo através da imprensa”.³

No processo da impressão é necessário estabelecer uma norma linguística para a língua. Aqui aparece a questão de normas. Tem que decidir-se, por exemplo, formas fixas para cada letra, ortografia fixa para cada palavra, ordem de palavra fixa, expressões fixas etc. As análises linguísticas são indispensáveis para determinar estas normas linguísticas. O sistema de impressão com caracteres móveis foi usado mais eficazmente na atividade de proselitismo no mundo cristão dos séculos XVI e XVII, não apenas por protestantes mas também católicos. Devemos ter presente que o Pe. Rodrigues viveu durante este período.

2. Razões para a abundância em número e excelência em qualidade das obras no Japão.

Os missionários portugueses da Companhia de Jesus publicaram várias obras religiosas e/ou linguísticas sobre as línguas indígenas do mundo nos séculos XVI e XVII, tais como o kikongo no Congo; o kimbundu em Angola; o tupi e o kiriri no Brasil; o concani e o tamul na Índia e o japonês no Japão. Entre essas obras linguísticas sobressaem as obras sobre a língua japonesa, tanto pela quantidade como pela qualidade⁴.

Existem várias razões que explicam o sucesso da imprensa missionária jesuíta em produzir uma tal variedade de material linguístico num curto período de tempo. Em primeiro lugar, no Japão, pelo menos nas regiões onde os Jesuítas exerciam a sua atividade, havia apenas o japonês como língua falada. Isto é confirmado pelo relato de Jorge Alvares a Francisco Xavier que contém informação acerca do Japão no século XVI. Neste relato ele afirma que apenas uma língua é falada, da capital até à região já descoberta por eles. Ao receber este relato Francisco terá imaginado um futuro promissor para a sua evangelização no Japão. Como o título do livro *Arte de Grammatica da Lingoa mais vsada na costa do Brasil* sugere, existiam centenas de línguas indígenas diferentes faladas ao longo da costa do Brasil. O título do livro mostra claramente que,

3 “Dado que grande parte das pessoas sabem ler e escrever, nós podemos propagar o cristianismo através da imprensa”. (Carta nº 90 de S. Francisco. Schurhammer G. and J. Wicki. 1944-45. *Epistolae S. Francisci Xavierii aliaque eius scripta*. 2 vols. Roma: Historical Institute of the Society of Jesus).

4 Appendix em inglês.

para o autor Padre Anchieta, a língua tupi era uma das várias línguas indígenas. Diz-se que também na África mais de 1000 línguas diferentes eram faladas e na Índia mais de 200. Poderão ter havido ainda mais línguas faladas nessas regiões durante o período dos descobrimentos dos portugueses. No Japão, por outro lado, existia já um certo estilo comum da língua prevalente, desde a região sul até à capital, como a seguinte descrição dos missionários portugueses no dicionário Japonês-Português sugere.⁵

Cuniqiödan ----- Diferença das línguas, ou modo de falar de cada reino ainda que todos universalment falem a mesma lingua

Os estudos linguísticos sobre a língua japonesa são bons em qualidade porque existia já no Japão do século XVI um estilo de língua comum. Embora houvesse dialetos, o japonês era praticamente a única língua falada e podia ser facilmente transliterada para o alfabeto romano.

A segunda razão de os estudos linguísticos da missão jesuíta serem tão abundantes no Japão deve-se ao fato de, contrariamente ao que se passava ao longo da costa Africana e na Índia, não haver intérpretes entre os portugueses e os habitantes indígenas. Durante o período da expansão portuguesa, a área entre a costa oriental africana e a costa ocidental da Índia estava sob o domínio do Islão. Nas descrições épicas dos *Lusíadas* de Camões, que nos apresenta o triunfo da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, aparecem os mouros que entendem a língua hispânica ou línguas da península ibérica. Os mouros ou povo islâmico, principalmente do norte de África, tinham estendido a sua influência a regiões tão longínquas como a costa ocidental da Índia. Ao ler várias crônicas de portugueses, encontramos frequentemente referência a intérpretes mouros que servem de intermediários entre os portugueses e os povos indígenas da África e da Índia. É muito natural que, nas áreas onde os portugueses se podiam fazer entender com a ajuda de intérpretes, as línguas indígenas não seriam tão estudadas como nas áreas que careciam de intérpretes como no caso do Japão.

Deparando-se com uma considerável variedade de línguas indígenas, os Jesuítas recorreram a várias estratégias para a aprendizagem de línguas. Na África, por exemplo, segundo Hein⁶, Vasco da Gama, no caminho marítimo para a Índia, fez-se acompanhar de dezassete especialistas em línguas: quatro

5 Kamei Takashi (comunicação pessoal)

6 Jeanne Hein. "Portuguese Communication with Africans on the Searoute to India". *Terrae Incognitae*. 25. 41-52. The Society for the History of Discoveries, 1993.

intérpretes africanos de línguas africanas, três portugueses conhecedores do bantu e árabe e dez portugueses reclusos, que foram levados com o objetivo de explorar regiões desconhecidas e aprenderem as línguas locais a fim de obter informação sobre essas regiões. Neste sentido, os intérpretes da costa africana eram frequentemente ou reclusos portugueses deixados em terra, ou africanos nativos capturados como escravos a fim de serem treinados a serem intérpretes bilíngues.

No Brasil foi introduzida uma política semelhant⁷. Nesta região os intérpretes eram principalmente formados por rapazes órfãos trazidos de Portugal para serem bilíngues em tupi/português e por colonos já fixados. Segundo Leite⁸, uma menor aprendizagem era necessária no Brasil, comparado com o Japão. Alguém que soubesse a língua indígena era já um teólogo no Brasil. Isto explica a razão por que os padres procuraram difundir o cristianismo apenas através da ajuda dos intérpretes, ou sem um conhecimento suficiente das línguas nativas, e também por que não havia uma tão grande variedade de obras linguísticas compiladas e publicadas nas línguas nativas.

Na Índia, depois da expansão portuguesa, os jesuítas tentaram converter jovens indígenas, que tinham idade suficiente para ter adquirido pelo menos uma língua nativa, cultura e costumes, em vez de pequenas crianças a fim de formar padres que fossem bilíngues e conhecedores de duas culturas. Se fosse ensinado português a pequenas crianças, teria havido a possibilidade de que não dominassem suficientemente a sua língua indígena. No quinto concílio realizado em 1606, foi confirmado que todos os pagãos com mais de doze anos eram obrigados a participar da Igreja. Esta norma terá alguma coisa a ver, como veremos mais tarde, com o fato de na versão concani da doutrina cristã todos os 46 casos da palavra que no original em português refere “minino” (menino) serem excluídos.

No Japão a situação sócio-linguística era completamente diferente. No primeiro encontro entre os portugueses e japoneses em 1543, quando um grande barco foi arremessado à costa da ilha de Tanegashima, um intérprete chinês a bordo comunicou com um responsável japonês, escrevendo caracteres chineses na areia. Através desta comunicação literal o Japão veio a saber que as pessoas a bordo eram do mundo ocidental. Depois da chegada ao Japão, em 1549,

7 Candida Barros e Toru Maruyama “O perfil dos intérpretes dos da Companhia de Jesus no Japão e no Brasil no século XVI” *Revista de História e Estudos Culturais*.2007

8 Apud Barros. Candida Barros. "Os interpretes Jesuítas e a gramática Tupi no Brasil (Século XVI)" *Cadernos*. Museu Paraense Emilio Goeldi. 4. 1-21. Belem (Brasil), 1994.

Francisco Xavier deu-se conta que o nível de alfabetização do povo japonês era tão elevado que um considerável número de pessoas sabia ler e escrever (Carta nº 90 de S. Francisco). Além disso, apenas uma língua era falada, isto é, o Japonês. Esta situação socio-linguística animou-o grandemente e levou a que uma estratégia linguística, bastante diferente da usada na África, Brasil e Índia, fosse aplicada para a difusão do cristianismo no Japão. Em vez de fazer os órfãos trazidos de Portugal aprender a língua ou deixar reclusos em terra como na África, os próprios missionários portugueses viriam a aprender a língua. É escusado dizer que não havia colonos disponíveis. Contrariamente à situação no Brasil, onde não todos os padres tinham de estudar as línguas indígenas, praticamente todos os padres tinham de estudar japonês de forma a poderem pregar diretamente ao povo japonês e ouvirem confissões das pessoas. Estas foram duas das grandes motivações para compilar várias obras linguísticas com grande abundância de informação acerca da língua japonesa, culturas, costumes e maneiras.

A terceira razão por que os estudos linguísticos eram mais abundantes no Japão tem a ver com o estado dos materiais escritos no Japão. No período da chegada dos portugueses ao Japão havia já muito material escrito em japonês para além dos dicionários de chinês-japonês. Esta estava longe de ser a realidade no Brasil, África e Índia. No Brasil e na África a quantidade de material escrito nas línguas indígenas era praticamente inexistente. Na Índia o material escrito em concani não era abundante. A disponibilidade de grande volume de literatura escrita na língua japonesa certamente que simplificava a aprendizagem da língua. Se um português no Brasil e na África fosse a aprender português ele teria que depender de uma pessoa local e seria mais difícil que aprender a partir de um texto escrito. É provável que aqueles que se viriam a dedicar à atividade de proselitismo recorreram a japoneses alfabetizados para os ajudar nos seus estudos. A existência de grande quantidade de materiais escritos teria também tornado mais simples a tarefa de alguém que desejasse compilar uma lista de palavras ou um dicionário.

A quarta razão tem a ver com o édito anti-*cristão* promulgado por Hideyoshi em 1587. A partir desse momento tornou-se necessária a difusão do cristianismo não apenas por via oral mas também através de material escrito. Esta é uma das razões principais para que a imprensa missionária jesuíta publicasse obras volumosas com caracteres móveis. Quem conseguiu fazer uma tal variedade de caracteres móveis é ainda desconhecido. Além disso, um considerável número de japoneses sabiam ler, pelo menos no final do século XVI e começo do século XVII. É referido que, mesmo por volta do século XIV, a

percentagem de pessoas alfabetizadas é bastante alta. Na sua carta n. 90, Francisco Xavier refere que dado que muitas pessoas são capazes de ler e escrever a forma do cristianismo prevalecer é através de material escrito.

□ Segundo Masayuki Tohoshima, os seguintes três pontos (de A a C) sobre a atitude dos jesuítas em relação à imprensa são tidos como confirmados.

A. Nos estudos linguísticos jesuítas em questão, por exemplo, nas gramáticas de João Rodrigues, apenas exemplos de materiais japoneses impressos são citados. Nos séculos XVI e XVII era mais comum haver materiais escritos à mão que impressos e muitos documentos importantes sobre literatura, religião e história eram transmitidos de geração em geração em forma de material escrito. Porém, João Rodrigues não deu atenção a esses como exemplos de frases nas duas gramáticas dele. Em vez disso, ele citou exemplos apenas dos materiais impressos de então.

B. Em geral os documentos cristãos impressos parecem ser cada vez mais organizados e estandardizados, à medida que o tempo avança, em termos de caracteres e vocabulário. Isto é, maior estandardização pode ser observada em obras posteriores. Esta tendência pode ser confirmada apenas em documentos impressos

C. No material jesuíta escrito não se observa a tendência acima referida. Isto quer dizer que houve uma diferenciação consciente entre material escrito e impresso. Apenas em relação ao material impresso se percebe uma forte tendência de estandardização. A questão é saber se a forte tendência de estandardização, referida por Toyoshima, é apenas observada no Japão ou também noutras regiões como no Índia. Esta parece ser uma questão controversa. Os conteúdos do manuscrito do dicionário concani-português compilado em 1626 são, de alguma forma, muito substanciais e sistemáticos. Contudo, não há evidência que esse manuscrito fosse alguma vez produzido e imprimido na Índia.

A quinta razão por que os estudos linguísticos eram mais abundantes no Japão deve-se ao fato de uma imprensa ser trazida para o Japão em 1560 pelo Pe. Alessandro Valignano para produzir obras em japonês com mais facilidade. Todas as obras linguísticas sobre a África e o Brasil eram impressas em Portugal. E para a Índia, que tem o maior número de obras linguísticas impressas a seguir ao Japão, a imprensa tinha sido já trazida em 1556. Mas ainda há, porém, varias questões por resolver sobre o sistema de impressão no Japão. Foi produzida uma grande variedade de caracteres móveis dos milhares de caracteres japoneses. A questão é a saber por quem foram feitos os caracteres e como foi possível fazê-los num período de tempot tão curto. Estas são duas das muitas questões que ficam até hoje por resolver.

A sexta razão por que os jesuítas deixaram tantas obras substanciais deve-se ao fato de ter havido um considerável número de japoneses com alto nível de alfabetização que colaboraram na compilação destas obras. Não sei se outras obras de gramática de línguas indígenas, por exemplo na Índia, também receberam qualquer influência da sua tradição linguística. Na base do conteúdo de um manuscrito do dicionário concani-português, com mais de 14.000 entradas, não podemos deixar de concluir que um considerável número de pessoas indígenas com elevado nível de alfabetização terá participado na compilação do dicionário. Este dicionário contém vários termos que expressam conceitos sobre o induísmo e que teriam sido ensinados aos missionários portugueses por colaboradores indianos anónimos.

O mesmo pode ser dito em relação às gramáticas compiladas pelo Pe. João Rodrigues. Embora não sejam referidos, terá havido colaboradores indígenas como elevado nível de alfabetização. Em todas as obras linguísticas publicadas pelos jesuítas é mencionado o nome do autor/editor ou simplesmente escrito: “compilado pelos padres our irmãos jesuítas”. Em nenhum dos casos é referido no texto o nome dos colaboradores indígenas. É quase impossível imaginar que dicionários ou gramáticas, sem mencionar as quatro edições da *Doutrina Cristã*, fossem compilados apenas pelos missionários portugueses. No caso da *Arte* (Grande), há, pelo menos, evidência substancial que indica a participação de especialistas de uma particular escola de estudos chineses na compilação da gramática, mesmo que na página do título apenas apareça o nome do Pe. João Rodrigues. Na leitura das frases chinesas eram transmitidas secretamente várias formas diferentes entre os académicos das escolas de então. De acordo com Hiroshi Maruta, outro promissor jovem especialista, através de toda *Arte* (Grande), apenas é mantida uma forma, a da escola Seike, na leitura das frases chinesas que aí aparecem⁹. Isto indica claramente que algum especialista de renome desta escola terá participado na compilação da *Arte* (Grande).

A sétima razão por que os estudos linguísticos eram mais abundantes no Japão deve-se a que já existia uma longa tradição de papel feito manualmente. A arte de fazer papel veio da China através da Coreia por volta do século VII. Quase todas as obras impressas dos jesuítas foram compiladas com papel feito no Japão. Isto é completamente diferente das obras linguísticas africanas e brasileiras que foram publicadas em Portugal.

Não devemos esquecer o papel de figuras históricas que se envolveram na produção dessas obras. No que respeita ao Japão, é impossível ignorar a

9 Hiroshi Maruta (comunicação pessoal)

dedicação de João Rodrigues na sua extremamente sofisticada descrição da realidade do Japão de então.

3. Como a *Arte de Rodrigues* foi impressa?

3.1 A imprensa dos Jesuítas no Japão

A imprensa foi trazida para o Japão com o objetivo específico de publicar tratados religiosos de Alexandro Valignano em 1590. Além disso, esta é, sem dúvida, uma das razões que explica o fato de, desde então, ter florescido no Japão uma investigação linguística de alto nível acadêmico. Todas as obras linguísticas sobre África e o Brasil foram impressas em Portugal. Na Índia, pelo contrário, a imprensa tinha sido já trazida em 1556. Porém, há ainda várias questões por resolver em relação ao sistema de impressão usado no Japão. Foi produzida uma grande variedade de caracteres móveis dos milhares de caracteres japoneses. A questão é saber por quem foram feitos os caracteres e como foi possível fazê-los num período de tempo tão curto. Estas são duas das muitas questões que ficam até hoje por resolver.

3.2 O processo de impressão da *Arte por Rodrigues*

Ainda não estou certo até que ponto o Pe. Rodrigues participou no processo de impressão ou até no processo de preparação do manuscrito para a impressão. Em todo caso, é vital analisar esta questão, dada a importância da investigação das características da ortografia do português.

Vários aspectos relativos à forma como as obras dos jesuítas foram de fato impressas permanecem ainda desconhecidos. Porém, uma análise comparativa, entre a tendência ortográfica nas obras impressas de João Rodrigues e nos manuscritos escritos à mão¹⁰, sugere fortemente a possibilidade da existência de um grupo de pessoas que desempenharam o papel de intermediários em reescrever o manuscrito de João Rodrigues numa forma mais legível, antes de compor a impressão. A composição da impressão foi provavelmente preparada por japoneses sem conhecimento da ortografia portuguesa.

Supõe-se que a *Arte* escrita por João Rodrigues foi impressa em dois momentos diferentes. Isto é, a primeira metade do texto foi impressa em 1604

10 A caligrafia de João Rodrigues é deixada apenas no manuscrito da *Historia da Igreja de Japam* e nas suas próprias cartas. Quero agradecer de forma especial ao Prof. Masayuki Toshima por me permitir usar a sua máquina de leitura da base de dados das obras de João Rodrigues.

e o restante em 1608. Há uma diferença clara na impressão dos fólhos até f. 94, e de f.95 em diante¹¹. Embora o tamanho das letras é a mesmo em ambas as partes, o espaço entre as letras é mais pequeno na primeira parte que na segunda. Em consequência, embora o cumprimento de cada linha é 0.5 cm mais longo na segunda parte, o número de palavras por linha é menor. Além disso, as letras são mais grossas e menos distintas na primeira parte que na segunda. Isto mostra claramente que os caracteres usados para a primeira parte estavam já desgastados e provavelmente novos caracteres foram usados para a impressão da segunda parte. Com a introdução de novos caracteres, o espaço entre as letras terá sido ajustado e tornado menos estreito a fim de ser mais facilmente lido.

Uma diferença clara na transcrição de /ãu/ também pode ser observado entre os dois.

Transcrição	-am	-an	-ã	-ão	-aõ
~ f.94	313	3	9	1489	19
f.95 ~	2014	15	44	76	1

Até f.94, grande parte da transcrição para /ãu/ é -ão, a partir de f.95 é -am. É preciso ter presente esta diferença na ortografia quando consideramos a formação da *Arte*. Não existem manuscritos da *Arte* escritos por João Rodrigues, mas a oscilação na ortografia entre -ão e -am podem ser observada nas cartas e outros documentos escritos por ele. Permanece, porém, a questão de saber como devemos interpretar a diferença clara nas tendências ortográficas entre a primeira parte e a segunda parte da *Arte*. É natural que haja alguma diferença na tendência da ortografia entre a primeira e a segunda parte porque João Rodrigues re-escreveu provavelmente alguns dos manuscritos durante a interrupção da impressão. Mas como é que uma diferença tão considerável na transcrição para /ãu/ deve ser interpretada? Não podemos deixar de pensar que terá havido a influência de uma ou mais pessoas na compilação do manuscrito da *Arte* ou na sua impressão.

Como o seguinte quadro mostra, há diferenças óbvias na tendência ortográfica entre as obras impressas e os manuscritos do Pe. João Rodrigues.

(1) Manuscrito consistente vs. Oscilações ortográficas nas obras impressas

¹¹ Tadao Doi (Notas à edição facsimilada da *Arte da Lingoa de Iapam* por João Rodrigues. Tokyo: Benseisha, 1976)

	(AG & AB)	(MS)
significar / sinificar	~	significar
lingoagem / lingoajem	~	lingoagem
sogeito / sojeito	~	sogeito

(~ = inconsistência ortografica)

(2) Consistente nas obras impressas vs. Oscilações ortográficas no manuscrito

	(AG & AB)	(MS)
pera / para	pera	~
era / hera	era	~
m / n (antes de p, b, m)	m	~

(~ = inconsistência ortografica)

(3) Oscilações ortográficas nas obras impressas e nos manuscritos, mostrando distribuições específicas nas obras impressas.

	(AG & AB)	(MS)
ão / am	~	~
	ão (principalmente em AG1)	
	am (principalmente em AG2)	

(~ = inconsistência ortográfica)

Entre outras variações ortográficas, as diferentes tendências de ortografia entre a primeira e a segunda metade da *Arte* assim como na *Arte Breve* são as seguintes. A ortografia na coluna da esquerda aparece tanto no manuscrito como nas obras impressas. A ortografia da coluna da direita aparece apenas nas obras impressas—AG (a *Arte*), AB (a *Arte Breve*), AG1 (primeira parte da *Arte*), AG2 (the second parte da *Arte*).

1. antigamente, antigamête vs. antiguamête (AG1)
2. cincoenta vs. cinquêta (AG2)
3. comprede vs. comprehende (AG)
4. costume vs. custume (AG, AB)
5. depois, despois vs. depouys, despoys (AG1)
6. mais vs. mays (AG1)
7. melhor vs. milhor (AG)

8. proueitoso vs. prouectoso, proueytoso (AG)
9. quaes, quais vs. quays (AG1)
10. somente, sòmente, sómente vs. soamente (AG), sômente (AB)
11. taes, tais vs. tays (AG)

Na base da situação ortográfica referida acima, é extremamente difícil pensar que a ortografia original usada por João Rodrigues se refletisse diretamente nas obras escritas. Afinal, não existe nenhum dos manuscritos da *Arte* e da *Arte Breve* de João Rodrigues escritos à mão. E a sua caligrafia deixada em partes do manuscrito da *Historia da Igreja de Japam* e nas suas próprias cartas são extremamente difíceis de decifrar, mesmo para os falantes nativos. É mais provável pensar que qualquer outro português ou europeus se envolvessem no processo da impressão das suas obras e que as tendências ortográficas deles tiveram alguma influência na versão final impressa.

3c. Na Impressão, quem decide a ortografia de cada palavra?

Esta é, de alguma forma, uma questão controversa. Depende, claro, do período ou século em que a obra foi impressa. Na imprensa moderna, é o autor ou editor que decide a ortografia de cada palavra. Em alguns países as academias da língua ou o ministério da educação poderão decidir a ortografia padrão para cada palavra. Mas quem decidia nos séculos XVI e XVII a ortografia para as obras impressa?

Segundo Toyoshima¹², o compositor gráfico faz a composição do texto apenas lançando um olhar ao manuscrito preparado pelo autor. Porém, isto aplica-se apenas aos casos em que os compositores gráficos são falantes nativos ou têm um domínio suficiente da língua, como na Europa.

Por volta de 1600 e posteriormente, é difícil pensar que houvesse algum compositor gráfico português ou europeu no Japão. Neste caso, visto que as obras impressas de João Rodrigues não refletem a sua ortografia, a única possibilidade a considerar é que um grupo de pessoas com um bom domínio de português, ou até falantes nativos, terão intervido no processo da impressão das obras. Naturalmente que as suas normas ou tendências ortográficas se refletiriam nas obras impressas. Se houve pelo menos dois grupos diferentes, um primeiro grupo até 1604 e um segundo até 1608, é compreensível que se manifestasse uma diferença clara na tendência ortográfica entre a parte impressa em 1604 e a parte impressa em 1608.

12 Toyoshima Masayuki (comunicação pessoal).

3.3 A extrema precisão das pessoas envolvidas na impressão das obras linguísticas jesuítas no Japão em comparação com as obras de gramática impressas no México.

Como J. F. Barreto se queixa da pobre qualidade da impressão e da dificuldade do trabalho remoto de revisão no prólogo à sua obra *Ortografia da lingua portugueza* (1671), a correção de textos era laboriosa para os autores, mesmo há cem anos.

Tomando como exemplo a gramática Japonesa de Oyanguren¹³, publicada no México em 1738, apesar do fato de haver alguns exemplos de descrições errôneas, na linha dos documentos anteriores, tais como a versão do *Vocabulario* Português e Espanhol, quase todas as outras inumeráveis descrições errôneas,

13 O Pe. Melchor Oyanguren de Santa Ines, Tagalist, autor religioso franciscano, nascido em Guipuzcoa em 1688, Espanha, chegou às Filipinas em 1717 e tornou-se padre dos Los Baños. Era fluente em Chinês e Japonês, apesar de nunca ter estado na China e no Japão. Morreu no México em 1747, deixando o seu MS do dicionário em três línguas: Tagalog-Espanhol-Cantabrian. Ele foi também o autor de uma gramática de japonês impressa no México em 1738”. (Eulogio B. Rodriguez “The Contribution of the Basque men to the Philippines” VII Congresso de Estudios Vascos (7.1948. Biarritz) - Donostia : Eusko Ikaskuntza, 2003. pp.535-538.) “A gramática de Oyanguren na Europa do século XIX não tem, de forma geral, valor linguístico de relevo para a investigação do Japão do século XVIII. Mas teve um impacto indireto considerável na Europa do século XIX. Diz-se que o rumor de que a língua japonesa foi inventada pelo demônio era corrente em partes da Europa do século XIX. Esta ideia da língua japonesa poderá estar relacionada com a seguinte descrição de Oyanguren na sua gramática:- ..., este arbitrio, discurro fue, conciliabulo de los Demonios para mas confundirlos, y dar mayor molestia à los Ministros del Santo Evangelio (p.1) – e provavelmente se divulgou através de vários escritos tais como o seguinte comentário de Steinmetz sobre o Japão - (Oyanguren disse que)a língua japonesa foi inventada pelo demônio para confundir os missionários e impedir a propagação do evangelho. (A. Steinmetz: *Japan and Her People* (London, 1859), Ch. VII.) Steinmetz terá provavelmente lido um curto ensaio comparando a gramática de Oyanguren com a gramática de João Rodrigues que foi adicionada ao suplemento da tradução francesa de Landresse da *Arte Breve*. (Humboldt, G. de. (1826): “Notice sur la grammaire japonaise du P. Oyanguren”, en : *Supplément a la grammaire japonaise du P. Rodriguez; Ou remarques additionnelles sur quelques points du système grammatical des Japonais, tirées de la Grammaire composée en espagnol par le P. Oyanguren et traduites par M.C. Landresse*, 1-12. Paris: A la Librairie Orientale de Dondey-Dupré Père et fils.) Este ensaio introdutório foi escrito por “M. le baron G. de Humboldt”. Ele terá seguramente obtido uma cópia da gramática de Oyanguren do seu irmão mais novo Alexander von Humboldt depois da sua viagem à America Latina em 1799-1804. Wilhelm von Humboldt também é famoso por ter introduzido o conhecimento da língua basca aos intelectuais europeus. (*Researches into the Early Inhabitants of Spain with the help of the Basque language* (original title: *Prüfung der Untersuchungen über die Urbewohner Hispaniens vermittelt der vaskischen Sprache*). 1821). A relação entre os escritos de Humboldt e a desaparecida gramática de Oyanguren, se é que há relação, é uma questão que requer mais estudo.

erros de ortografia, ou do espaço entre linhas¹⁴ devem-se aos limitados recursos linguísticos de Oyanguren ou a erros de impressão causados pelo extremamente limitado conhecimento de Japonês entre os compositores gráficos.

Em claro contraste com esta situação, percebemos que a inacreditável exatidão da impressão pelos jesuítas no Japão mostra como todas estas obras foram preparadas para a impressão por um grupo intermediário com uma habilidade consideravelmente alta para entender a língua usada, sem mencionar a atenção e deligência dos compositores gráficos.

4. O meu sonho para o futuro

O descobrimento do caminho para a Índia por Vasco da Gama inaugurou a época da globalização do mundo, pois reuniu as áreas comerciais europeias, islâmicas, indianas, chinesas e japonesas. O mesmo tipo de globalização está-se realizando na área da academia portuguesa aqui e agora. Gostaria de expressar o meu profundo agradecimento às senhoras e aos senhores aqui presentes hoje. Estamos no século XXI. Não podemos desenvolver qualquer tipo de atividade académica sozinhos. Sempre precisamos da ajuda ou das críticas dos investigadores de outros países ou de outras culturas. Caminhamos juntos para o nosso futuro e deixamos os valiosos frutos da nossa atividade académica para os nossos descendentes.

Referências

MARUYAMA, Toru. Father João Rodrigues and his attitudes towards language. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et al (ed.). *Descrição do Português : lingüística histórica e historiografia lingüística*. Editora Cultura Acadêmica Universidade Estadual Paulista, 2002, p.83 ~ 95

_____. Linguistic Studies by Portuguese Jesuits in Sixteenth and Seventeenth Century Japan In: ZWARTJES Otto and HOVDHAUGEN Even (ed.). *Missionary Linguistics/ Lingüística misionera – Selected papers from the First International Conference on Missionary Linguistics*. Oslo: John Benjamins Publishing Co, 13-16 March 2003,2004, p.141-160.

¹⁴ Escusado será dizer que devemos tomar atenção ao tratar estes “erros” tipográficos, porque há possibilidade de alguns dos erros refletirem as variações de dialetos ou pronúncia distorcida.

_____. Pioneering Portuguese linguistic works on sixteenth and seventeenth century Konkani and Japanese. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P v. 10 – 1/2, 2006a, p.137-150.

_____. Importância dos estudos recíprocos entre o japonês e o português dos séculos XVI e XVII. *Revista de Letras*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006b, p.59-73.

Appendix

Lista dos trabalhos publicados pelos jesuítas no Japão durante os séculos XVI e XVII.

(J=caracteres japoneses, R=caracteres romanizados (japonês), ou alfabetos, L=latim, P=português) A lista baseia-se principalmente em Laures (1985) *Kirishitan Bunko*. Sophia University, Tokyo. Devemos levar em conta que a maioria desses trabalhos foi publicada apenas no lapso de vinte anos, de 1591 a 1610. Agradeço ao Prof. Emi Kishimoto por ter-me oferecido comentários pertinentes acerca dessa lista.

1. *Dochirina Kirishitan*. (Kazusa), c.1591 (Christian Doctrine) [J]
2. *Sanctos no Gosagueono Vchi Nuqigaqi*. Kazusa, 1591 (Lives of apostles, saints, and martyrs) [R]
3. *Doctrina Christan*. Amakusa, 1592 (Christian Doctrine) [R]
4. *Fides no Doxi*. Amakusa, 1592 (An abridged edition of Introduccion del Symbolo de la Fe por Luis de Granada) [R]
5. *Bauchizumono sazukeyo*.(Amakusa) c.1592 (On Baptism and Preparation for Death) [J]
6. *Feiqe no Monogatari*. Amakusa, 1592 (An adopted edition of a classical Japanese work Heike Monogatari) [R]
7. *Esopo no Fabulas*. Amakusa, 1593 (Fables of AEsop) [R]
8. *Xixo Xixxo*. Amakusa, 1593 (Collection of proverbs) [R]
9. *De Institutione Grammatica por Manuel Alvarez*. Amakusa, 1594 [L,P,R]
10. *Dictionarium Latino Lusitanicum ac Iaponicum*. Amakusa, 1595 [L,P,R]
11. *Contemptus Mundi*. (Amakusa) 1596 (Imitation of Christ) [R]
12. *Exercitia Spiritualia por Ignatius de Loyola*. Amakusa, 1596 [L]

13. *Compendium Spiritualis Doctrinae* (Bartholomeu de Martyribus). (Amakusa) 1596 [L]
14. *Compendium Manualis Navarri*. (Manual of confession and penances for priests) 1597 [L]
15. *Salvator Mundi*. (Nagasaki) 1598 (Manual of method of confession) [J]
16. *Racuyoxu*. (Nagasaki) 1598 (Dictionary of Kanji, or Chinese characters) [J]
17. *Guia do Pecador*. (Nagasaki) 1599 (An abridged edition of the work with the same title by Luis de Granada) [J]
18. *Doctrina Christan*. (Nagasaki) 1600 (Christian Doctrine) [R]
19. *Doctrina Christam*. Nagasaki, 1600 (Christian Doctrine) [J]
20. *Orashio no Honyaku*. Nagasaki, 1600 (Prayer book and catechism) [J]
21. *Roei-Zafit*. (Nagasaki) 1600 (Collection of poems) [J]
22. *Aphorismi Confessariorum*. (Nagasaki) 1603 (Moral theology) [L]
23. *Vocabulario da Lingoa de Iapam*. Nagasaki, 1603-04 [R,P]
24. *Arte da Lingoa de Iapam*. Nagasaki, 1604-08 [P,R]
25. *Manuale ad sacramenta Ecclesiae Ministranda*. Nagasaki, 1605 [L,R]
26. *Spiritual Xuguio*. Nagasaki, 1607 (Manual of Meditation) [R]
27. *Flosculi*. Nagasaki, 1610 (Anthology of Spiritual works) [L]
28. *Contemptus Mundi*. Kyoto, 1610 (Imitation of Christ) [J]
29. *Fides no Quio*. Nagasaki, 1611 (An abridged translation of Luis de Granada's *Introduccion del Symbolo de la Fe*) [J]
30. *Taiheiki Nukigaki*. (Nagasaki) 1611-12? (An abridged edition of the famous Japanese historical work *Taiheiki*) [J]
31. *Arte Breve da Lingoa Iapoa*. Macao, 1620 [P,R]

REPENSANDO O FENÔMENO DA EPÊNTESE VOCÁLICA NO PORTUGUÊS DO SUL DO BRASIL

Tatiana Keller

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: Discutimos o caráter pós-lexical (COLLISCHONN, 1996) do fenômeno da epêntese vocálica em português a partir de dados de 144 informantes de 6 cidades da região sul do Brasil pertencentes ao banco de dados do Projeto VARSUL. Trazemos evidências de que esse fenômeno tem características pós-lexicais, mas também pode apresentar características lexicais. Propomos que a epêntese esteja num estágio intermediário, ou seja, que o fenômeno ocorra primeiramente no pós-léxico e que, em algumas palavras, esteja “subindo” para o componente lexical.

PALAVRAS-CHAVE: epêntese vocálica, controvérsia neogramática, português brasileiro.

***ABSTRACT:** We discussed the post-lexical character of the vowel epenthesis in Brazilian Portuguese (Collischonn, 1996) based on data from 144 speakers from six cities in southern Brazil from VARSUL database. We brought evidence that this phenomenon has post-lexical behaviour, but may also have lexical characteristics. We propose that epenthesis is in an intermediate stage, in other words, that the phenomenon occurs primarily in the post-lexicon and later on in a few words, is “raising” to the lexical component.*

***KEYWORDS:** vowel epenthesis, neogrammarian controversy, Brazilian Portuguese.*

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta é uma nova proposta de análise para um *corpus* já utilizado como objeto de pesquisa (COLLISCHONN, 2003). O *corpus* em questão é composto por falantes das cidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Flores da Cunha, Panambi e Blumenau (24 informantes

de cada cidade) e foi obtido a partir do banco de dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil). Essas amostras foram analisadas pelo projeto *A variação da epêntese vocálica no português do sul do Brasil* (doravante, VAREP) coordenado pela Dra. Gisela Collischonn de 1998 a 2001 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que visou obter dados descritivos sobre a ocorrência variável do fenômeno da epêntese no português do sul do Brasil e sobre o papel dos fatores que o condicionam.

Labov (1981) ao tratar da questão da controvérsia neogramática, propõe certas características que diferenciam uma mudança neogramática de uma mudança via difusão lexical. Para ele, as mudanças neogramáticas aplicam-se num nível superficial da gramática, ao passo que as difusionistas aplicam-se num nível mais abstrato. Tal pensamento abriu caminho para o surgimento da Fonologia Lexical, que diz que as regras podem se aplicar no componente lexical ou no componente pós-lexical. Kiparsky (1988) atribui às regras lexicais a propriedade de serem difusionistas e ao pós-léxico a atuação de mudanças neogramáticas.

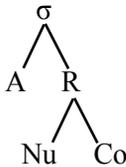
Nesse quadro teórico, autores como Collischonn (1996, 2003) e Migliorini e Massini-Cagliari (2011), dentre outros, analisam o caráter lexical ou pós-lexical da epêntese vocálica. Neste trabalho, trazemos evidências de que este fenômeno tem características pós-lexicais, mas também pode apresentar características lexicais. Propomos que a epêntese esteja num estágio intermediário, ou seja, que o fenômeno ocorra primeiramente no componente pós-lexical e que, em algumas palavras, esteja “subindo” para o componente lexical. Para tanto, este artigo organiza-se assim: na parte 1, caracterizamos o fenômeno da epêntese, bem como, relatamos alguns estudos anteriores, feitos no âmbito do projeto VAREP; na seção 2, discutimos o caráter pós-lexical/neogramático e lexical/difusionista da epêntese com base nos trabalhos de Labov (1981) e Gussenhoven & Jacobs (1998).

1 A epêntese vocálica

O fenômeno da epêntese vocálica caracteriza-se pela inserção, na fala, de um segmento vocálico, geralmente a vogal [i], entre dois segmentos consonantais, não-registrado na língua escrita. É o que ocorre em pronúncias como: [adevogado], [pinew], [vɔdʒika] (CAGLIARI, 1981; LEE, 1993; COLLISCHONN, 1996, entre outros).

Consideremos a estrutura silábica do português (BISOL, 1999, p.96):

(1)



Uma sílaba consiste em um ataque (A) e em uma rima (R); a rima, por sua vez, consiste em um núcleo (Nu) e em uma coda (Co). Em português nem todas as consoantes podem ocupar a posição de coda. As consoantes preferidas para ocupar essa posição são:

(2)

- s-** festa, pasta
- r-** carta, morte
- l-** palma, golpe
- m-** campo, bomba
- n-** canto, mentira

Apesar de o português licenciar as consoantes *s*, *r*, *l*, *m* e *n* como preferidas para a posição de coda, temos palavras que violam essa condição, como por exemplo: *infecção*, *mogno*, *objetivo*, *adquirir*, *atmosfera*. Para evitar sequências como essas, que não obedecem às regras de boa-formação silábica do português, é que se insere uma vogal epentética. Contudo, é importante ressaltar que a realização da epêntese não é categórica, ou seja, existe variação de pronúncias *com* e *sem* a inserção da vogal epentética. É o que o projeto VAREP tem apontado.

1.1 O projeto *A variação da epêntese vocálica no português do sul do Brasil (VAREP)*

Este projeto, coordenado pela Dra. Gisela Collischonn de 1998 a 2001 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscou obter dados descritivos sobre a ocorrência desse fenômeno variável no português do sul do Brasil e sobre o papel dos fatores que o condicionam. A metodologia utilizada é a variacionista, a qual busca, através da sistematização de fatores linguísticos e extralinguísticos, descrever o comportamento variável de um determinado fenômeno. A análise estatística é feita pelo pacote de programas estatísticos VARBRUL (SANKOFF, 1988). Os dados utilizados nas análises da epêntese foram obtidos a partir do banco de dados do Projeto VARSUL e consistem em

informantes de seis cidades da região sul (24 de cada cidade, num total de 144 informantes e 1060 dados).

Os grupos de fatores linguísticos considerados são:

1) Consoante Precedente: é a que ocupa a posição de coda da sílaba (a consoante que provoca a epêntese). É o caso de [d] em **advogado**.

Alveolar- **admirar**

Velar- **técnica**

Labial- **adaptar**

2) Consoante Seguinte: é a que ocupa a posição de ataque da sílaba que sucede a epêntese. É o caso de [v] em **advogado**.

Fricativa sibilante- **opção**

Fricativa não- sibilante- **objeto**

Nasal- **mogno**

Oclusiva- **helicóptero**

3) Posição da epêntese em relação à sílaba tônica

Pretônica- **advogado**

Postônica- **vodka**

4) Origem do vocábulo: uma palavra é considerada *estrangeira* se não estiver registrada no Dicionário Aurélio (1988).

Estrangeira- *Oktoberfest*

Nativa - **corrupção**

Além desses fatores, propostos pelo projeto supracitado, incluímos o fator *classe gramatical* que será importante para a discussão do enquadramento da regra de realização de epêntese como sendo uma mudança neogramática ou como difusão lexical.

5) Classe gramatical

Nomes (substantivos e adjetivos) - **advogado**

Verbos- **administrar**

Os fatores extralinguísticos considerados foram:

Grupo geográfico

Porto Alegre (RS)

Florianópolis (SC)
Curitiba (PR)
Flores da Cunha (RS)
Panambi (RS)
Blumenau (SC)

Sexo
Feminino
Masculino

3) Escolaridade
Primário
Ginásio
Colegial

Esta classificação baseia-se na estratificação do banco de dados do projeto VARSUL. Primário e Ginásio correspondem ao atual Ensino Fundamental e Colegial ao Ensino Médio.

4) Idade
Mais de 50 anos
Menos de 50 anos

1.2 Resultados com a amostra das seis cidades¹

Na rodada com as amostras das seis cidades, as variáveis selecionadas pelo programa estatístico como relevantes foram, em ordem de importância: *consoante seguinte, grupo geográfico, consoante precedente, posição da epêntese em relação à sílaba tônica, idade e classe gramatical.*

A seguir apresentamos as tabelas para cada um desses grupos de fatores. Os resultados da Tabela 1 apontam para um maior favorecimento da ocorrência de epêntese nos contextos seguintes de nasais (peso relativo 0,70) e fricativas não sibilantes (0,67); ao passo que as oclusivas (0,41) e as fricativas sibilantes (0,37) desfavorecem a inserção vocálica. *Aplicação (Apl)* refere-se às formas em que ocorre epêntese e *Total* a todas as formas que apresentaram contexto para a realização do fenômeno.

¹ Para maiores detalhes sobre os resultados obtidos pelo projeto “A variação da epêntese no português do sul do Brasil”, ver Collischonn (2000, 2002, 2003) e Keller (1999), este último trabalho é dedicado apenas à análise das cidades de Panambi e Blumenau.

Tabela 1: Consoante Seguinte

	Apl/Total	%	Peso relativo
Nasal- mogno	186/294	63	0,70
Fricativa não- sibilante- objeto	53/93	57	0,67
Oclusiva- helicóptero	68/220	31	0,41
Fricativa sibilante- opção	124/453	27	0,37
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

A Tabela 2 indica que o fenômeno da epêntese distribui-se de forma heterogênea entre as cidades consideradas: os falantes de Porto Alegre e Curitiba realizam mais epêntese, com pesos relativos de 0,77 e 0,63, respectivamente; os falantes de Flores da Cunha (0,57) e Florianópolis (0,53) estão numa faixa intermediária, em torno do ponto neutro e os de Panambi (0,25) e Blumenau (0,26) apresentam taxas de realização consideravelmente mais baixas do que as outras cidades.

Tabela 2: Grupo geográfico

	Apl/Total	%	Peso relativo
Porto Alegre	102/182	56	0,77
Curitiba	100/195	51	0,63
Flores da Cunha	78/170	46	0,57
Florianópolis	64/149	43	0,53
Panambi	44/179	25	0,25
Blumenau	43/185	23	0,26
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

A Tabela 3 indica favorecimento da epêntese nos contextos em que consoantes alveolares estão em posição precedente, com peso relativo de 0,62. As consoantes labiais parecem estar num ponto intermediário, isto é, não favorecem nem desfavorecem a realização do fenômeno (em torno de 0,5). Ao passo que, parece haver desfavorecimento da ocorrência de epêntese quando há uma oclusiva velar (peso relativo de 0,32) nessa posição.

Tabela 3: Consoante Precedente

	Apl/Total	%	Peso relativo
Alveolar- admirar	185/307	60	0,62
Labial- adaptar	168/404	42	0,57
Velar- técnica	78/349	22	0,32
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

Na Tabela 4 que apresenta os resultados obtidos para o grupo *posição da epêntese em relação à sílaba tônica*, podemos observar um desfavorecimento do fenômeno em posição *postônica* (peso relativo 0,34). A posição *pretônica* parece favorecer a realização de epêntese (peso relativo 0,59).

Tabela 4: Posição da epêntese em relação à sílaba tônica

	Apl/Total	%	Peso relativo
Pretônica- advogado	343/691	50	0,59
Postônica- vodca	88/369	24	0,34
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

Os resultados da Tabela 5 mostram que ter *menos de 50 anos* favorece a realização da epêntese e que ter *mais de 50 anos* a desfavorece. Contudo, a diferença entre os pesos relativos (0,58 e 0,44) não é muito grande, o que nos indica que o fenômeno pode ser considerado estável no conjunto das seis cidades. No entanto, este fator foi selecionado em análises que consideravam apenas as cidades de Panambi e Blumenau² e parece que nestas localidades há uma mudança em progresso. Contudo, neste trabalho, não nos deteremos na análise deste grupo de fatores.

Tabela 5: Idade

	Apl/Total	%	Peso relativo
Menos de 50 anos	244/610	42	0,58
Mais de 50 anos	187/450	40	0,44
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

A Tabela 6 mostra que há um ligeiro favorecimento da realização de epêntese nas formas verbais (peso relativo 0,60) em relação às formas nominais

² Para maiores detalhes, ver Keller (1999) e Collischonn (2003).

(peso relativo 0,47), no entanto, os dados não estão bem distribuídos, o que pode estar atrapalhando a análise estatística e não estar mostrando nitidamente o papel desta variável.

Tabela 6: Classe gramatical

	Apl/Total	%	Peso relativo
Verbo	124/229	54	0,60
Nome	307/831	37	0,47
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

2 Status da regra de epêntese

Tradicionalmente, considera-se a epêntese como uma regra pós-lexical. Alguns dos argumentos para esta classificação são: a epêntese não é condicionada pelo contexto fonético, não apresenta exceções, não é condicionada morfológicamente e parece não ser acessível à intuição dos falantes. No entanto, nossos resultados sugerem que nem todos esses argumentos são confirmados, especialmente no que diz respeito à sensibilidade à classe gramatical e à intuição do falante.

Nesta seção, retomamos as características propostas por Labov (1981) para identificar uma regra como neogramática ou difusionista e as propostas por Gussenhoven & Jacobs (1998) para identificar uma regra como lexical ou pós-lexical e as utilizamos para analisar o fenômeno da epêntese vocálica.

No Quadro 1, apresentamos algumas das características propostas por Labov (1981) para diferenciar mudanças neogramáticas de mudanças difusionistas.

Quadro 1: Algumas das características da mudança neogramática e da difusão lexical (adaptado de LABOV, 1981)

	Mudança neogramática	Difusão lexical
Discreta	não	sim
Condicionamento fonético	estrito	largo
Exceções lexicais	não	sim
Condicionamento gramatical	não	sim
Afetada socialmente	sim	não

Kiparsky (1988) repensa a posição de Labov (1981) e propõe que as regras sejam interpretadas no âmbito da Fonologia Lexical. Para Kiparsky, as regras difusionistas atuam no léxico e as neogramáticas têm aplicação no pós-léxico.

No Quadro 2 apresentamos algumas das características propostas por Gussenhoven & Jacobs (1998) para diferenciar regras lexicais de regras pós-lexicais.

Quadro 2: Algumas das características das regras lexicais e pós-lexicais (adaptado de GUSSENHOVEN & JACOBS, 1998)

Regras lexicais: a) podem referir-se a categorias morfológicas; b) têm exceções; c) são acessíveis à intuição do falante nativo.	Regras pós-lexicais: a) não podem referir-se a categorias morfológicas; b) não têm exceções; c) não são facilmente acessíveis à intuição do falante nativo.
---	--

A seguir fazemos uma análise conjunta das características apresentadas nos Quadros 1 e 2.

Discreta

Uma regra discreta – difusionista – produz um *output* binário. Diferentemente, mudanças neogramáticas são foneticamente graduais, ou seja, podem produzir uma variação entre dois pólos. As regras neogramáticas, que aplicam no pós-léxico, portanto, produzem *outputs* não binários.

Nas pesquisas do VAREP não fizemos uma análise qualitativa da epêntese, ou seja, não analisamos especificamente qual tipo de segmento vocálico era inserido, mas apenas se havia inserção ou não de vogal. No entanto, pela audição dos dados foi possível identificarmos realizações com inserção de segmentos tais como [e], [ʰ], [i], isto é, podemos ter um *output* gradiente. Além disso, Cagliari (1981) diz que a vogal epentética [i] pode realizar-se, também, com uma qualidade mais centralizada, como um [«] quando estiver diante de uma oclusiva alveodental surda ou de uma nasal alveodental e for precedida de uma oclusiva velar. É o que acontece, por exemplo, com *factual* [fa - k« - tu - aw] e com *acne* [a - k« - ni].

Socialmente afetada

Mudanças neogramáticas são socialmente afetadas, mas o falante parece não ter nenhum grau de consciência social: o fenômeno não é percebido pela comunidade como indicador de prestígio ou estigma, por exemplo. Ao passo que,

mudanças difusionistas carregam alto grau de consciência social, de modo que, nesse caso, a escolha por uma ou outra variedade reflete uso consciente do falante.

Como apresentamos na seção 1, os fatores extra-linguísticos *grupo geográfico* e *idade* foram selecionados pelo programa estatístico, ou seja, a epêntese sofre condicionamento social. No entanto, pensamos que com base nesses grupos de fatores não se pode afirmar que o fenômeno não é estigmatizado e é prestigiado pela comunidade. Seria interessante fazer-se uma coleta de dados que incluísse a percepção do falante com relação à epêntese, isto é, se o falante sente que as formas com epêntese são bem aceitas ou não. Aparentemente, o fenômeno não é estigmatizado, uma vez que as formas com epêntese parecem não ser corrigidas pelos professores na fala dos alunos, embora sejam corrigidas na escrita, mas não há um cuidado especial com a epêntese como existe com outros fenômenos, como por exemplo, a concordância nominal. Contudo, essa é uma opinião nossa.

Sensibilidade ao contexto fonético e sensibilidade morfológica

Mudanças neogramáticas/pós-lexicais são sensíveis ao contexto fonético e não apresentam condicionamentos gramaticais, ao passo que as mudanças difusionistas/lexicais são gramaticalmente condicionadas e sofrem nenhum ou pouco condicionamento fonético.

Conforme as tabelas apresentadas na seção 1, vimos que a epêntese é condicionada pelo *contexto precedente*, pelo *tipo de consoante seguinte* e pela *posição da epêntese em relação à sílaba tônica*, ou seja, a epêntese parece ser fortemente condicionada foneticamente. Por isso, o fenômeno da epêntese pode ser considerado uma mudança neogramática.

No entanto, o grupo de fatores *classe gramatical* também foi selecionado pelo programa estatístico, o que nos faz pensar que a epêntese também pode estar sofrendo condicionamento gramatical e por isso, possa ser considerada como difusão lexical. Contudo, é preciso ter cuidado ao dizermos que a epêntese possa estar se implementando via difusão lexical porque, conforme a Tabela 6 da seção 2, repetida aqui na Tabela 10, a distribuição dos dados não está bem equilibrada e os resultados podem não ser muito precisos. Mas, é importante não ignorarmos esta informação, isto é, é interessante fazer uma análise mais acurada acerca do papel da classe morfológica dos vocábulos para a realização de epêntese.

Tabela 10: Classe gramatical

	Apl/Total	%	Peso relativo
Verbo	124/229	54	0,60
Nome	307/831	37	0,47
Total	431/1060	41	

Input: 0,37 Significância: 0,008

Exceções

Regras difusionistas/ pós-lexicais não se aplicam em todas as formas onde encontram contexto para ocorrerem. Ao contrário, podem existir exceções lexicais às quais uma regra de difusão lexical não se aplica. De acordo com MacMahon (1994), uma mudança pode ser considerada difusionista quando não afeta 100% de seu vocabulário elegido. Por outro lado, as mudanças neogramáticas tendem a aplicar *across the board*, sem exceções.

Collischonn (2003) ao tratar do fenômeno da epêntese diz que essa regra pode estar em estratos diferentes nas capitais do sul do Brasil e nas cidades de Panambi, Blumenau e Flores da Cunha. A autora propõe que nas capitais a epêntese seja pós-lexical e que nas cidades interioranas ela seja lexical ou esteja num estágio de transição entre o nível lexical e o pós-lexical. Neste trabalho, não fazemos tal distinção. Contudo, tal distinção corrobora nossa tentativa de repensar o comportamento pós-lexical da epêntese, isto é, é possível pensar que esse fenômeno possa estar também se implementando via difusão lexical em uma dada variedade do português.

Collischonn (2003) também apresenta outras questões que poderiam ser investigadas acerca do fenômeno da epêntese, quais sejam, (i) com que outras regras o fenômeno interage? (ii) quais são as palavras (formas-alvo) que manifestam o fenômeno de maneira categórica? (iii) quais são as palavras que nunca manifestam aplicação? (iv) o fenômeno pode ser transferido para L2 ou não?

Dentre as questões acima, investigamos a questão (ii). Não fizemos uma análise exaustiva de todos os vocábulos, mas um levantamento geral entre as formas mais frequentes que apresentaram um predomínio de realizações *com* ou *sem* epêntese. Os resultados desse levantamento podem ser vistos no Quadro 3:

Quadro 3: Vocábulo com predomínio de realizações *com* ou *sem* epêntese:

Vocábulo	Nº de formas-alvo	Com epêntese	Sem epêntese
Táxi	30	29	01
Pneu	19	18	01
Aspecto	24	02	22
Total geral de formas-alvo	1060		

O Quadro 3 sugere que os vocábulos *táxi* e *pneu* estão se implementando no léxico com a inserção de vogal epentética, uma vez que cerca de 90% das vezes em que ocorrem há a inserção de um segmento vocálico. O Quadro 3 também sugere que há preferência por parte dos falantes (em torno de 90% das vezes em que a palavra ocorre, ocorre *sem* inserção de vogal), por realizarem o vocábulo *aspecto* sem epêntese, embora este vocábulo apresente contexto para a realização do fenômeno. Isto quer dizer que, aparentemente, existem exceções para a realização do fenômeno em questão, ou seja, parece que os falantes fazem algum tipo de seleção lexical para a realização de epêntese. Contudo, os dados que aqui se apresentam não são numerosos, por isso seria interessante que se fizesse uma análise mais apurada dos dados para verificar se realmente há algum tipo de condicionamento lexical para a ocorrência da epêntese.

Intuição do falante nativo

De acordo com essa propriedade, o falante nativo é capaz de distinguir se segmentos foneticamente diferentes têm a mesma representação subjacente ou se estão relacionados a diferentes representações.

Embora o grupo de fatores escolaridade não tenha sido selecionado na rodada com as seis cidades, é interessante observar seu comportamento em falantes de Porto Alegre. Numa análise estatística que englobava também o nível superior os informantes menos escolarizados (primário e ginásio) apresentaram alta taxa de realização do fenômeno (0,80), ao passo que os mais escolarizados realizaram menos epêntese (0,35 e 0,52), como vemos na Tabela 11.

Tabela 11: Taxa de epêntese com indivíduos de Porto Alegre quanto à escolaridade

	Apl/Total	%	Peso relativo
Primário	30/40	75	0,80
Ginásio	25/34	74	0,80
Colegial	47/108	44	0,52
Superior	56/173	32	0,35
Total	158/355	45	

Input: 0,45 Significância: 0,037

É importante observar que o número de formas-alvo vai aumentando consideravelmente com o aumento da escolaridade. Os indivíduos com menor escolarização, primário e ginásio, apresentam 40 e 34 formas-alvo, respectivamente. Entre os indivíduos com maior escolarização, colegial e superior, temos 108 e 173 formas-alvo, respectivamente.

Além do uso mais elevado de formas-alvo, os informantes mais escolarizados utilizam formas que fazem parte de um léxico mais especializado. É conhecido o fato de que vocábulos com contexto para a realização de epêntese fazem parte de um léxico mais restrito e culto, como por exemplo, *obscurantista*, *contraceptivo*, *sectarismo*. O fato de os informantes mais escolarizados utilizarem mais essas formas-alvo indica que, além de maior escolaridade, eles devem ter um contato maior com materiais escritos, já que está comprovado que a leitura é o meio mais efetivo de aumento do vocabulário. Maior escolarização significa mais tempo na escola, isto é, mais tempo de leitura e escrita. Mesmo que possam existir indivíduos menos escolarizados que tenham, em virtude de atividade profissional, contato intenso com a escrita, isso é exceção e não a regra. Passar mais tempo na escola propicia ao indivíduo uma gama maior de leituras e com isso mais oportunidades de expansão de vocabulário.

Em muitos textos de alunos é comum vermos formas hipercorrigidas tais como *advinhar* (sem a vogal *i*) por comparação com outras formas como *admitir* e *admirar*. Tal fato pode não indicar que exista consciência por parte do falante em relação à epêntese, mas sem dúvida, há algum tipo de interferência da escrita na maior ou menor realização de epêntese.

Keller e Collischonn (2001) dizem que

“a nossa tese fundamental é de que a consciência da forma escrita deve ter algum papel sobre a forma fonológica subjacente. A interpretação é de que o conhecimento da ortografia da palavra pode condicionar a competência do falante. Falantes com menos escolaridade teriam a forma subjacente das palavras com

a vogal (por exemplo, /'sigino/ e /adi'mite/). Falantes com maior escolaridade teriam a forma subjacente sem a vogal. A variação dependente de fatores sociais então estaria concentrada não numa regra variável, mas numa diferença lexical (havendo espaço para tratamentos diferenciados para diferentes itens lexicais)".

(KELLER e COLLISCHONN, 2001, p. 35)

De acordo com a afirmação acima, é possível pensarmos que realmente exista algum tipo de sensibilidade lexical por parte dos falantes, especialmente, os mais escolarizados.

No Quadro 4, organizamos os argumentos em defesa da epêntese como regra neogramática/pós-lexical e como regra difusionista/lexical.

Quadro 4: Argumentos em favor do *status* neogramática/pós-lexical e do *status* difusionista/lexical do fenômeno da epêntese

Regra neogramática/pós-lexical	Regra difusionista/lexical
a) é condicionada foneticamente: os grupos de fatores <i>contexto precedente</i> , <i>tipo de consoante perdida</i> e <i>posição da epêntese em relação à sílaba tônica</i> foram selecionados pelo programa estatístico; b) apresenta <i>outputs</i> gradientes; c) é socialmente afetada.	a) pode ser condicionada morfológicamente: o grupo de fatores <i>classe gramatical</i> foi selecionado pelo programa estatístico; b) parece apresentar exceções lexicais como o vocábulo <i>aspecto</i> ; c) parece estar acessível à intuição dos informantes mais escolarizados.

Harris (1989) como Kiparsky (1988), também atribui ao léxico as regras que se aplicam conforme a hipótese da Difusão Lexical, e ao pós-léxico as regras que se aplicam segundo a hipótese neogramática. Além disso, admite a presença de regras variáveis no léxico, resultado de processos de lexicalização. A constatação desse tipo de regra no léxico aponta para a necessidade de reorganização de um nível lexical sem que se produza imediatamente a reestruturação do inventário fonêmico subjacente.

Esta afirmação de Harris (1989) é importante, pois permite que possa haver um nível intermediário ou de transição entre o léxico e o pós-léxico, isto é, podemos ter uma regra que apresente ao mesmo tempo características lexicais e características pós-lexicais. Esse parece ser o caso da epêntese.

O fenômeno da epêntese começa no componente pós-lexical onde há contraste fonético. A mudança fonológica se dá neste componente através do processo de fonologização da regra, no nosso caso a da epêntese vocálica. Posteriormente, esta regra, segundo Harris (1989), pode sofrer um outro processo, o de lexicalização, que alça a regra ao componente gramatical puro

da língua, o que não quer dizer que tenha perdido propriedades do nível pós-lexical. A lexicalização representa um estágio intermediário potencial entre a implementação da mudança e sua eventual morte, quando e se o contraste que se implementa venha a ser reestruturado na subjacência.

Referências bibliográficas

- BISOL, L. Os constituintes prosódicos. In: _____ (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- COLLISCHONN, G. Um estudo da epêntese à luz da Teoria da Sílabas de Junko Ito (1986). *Letras de Hoje*, v. 31, n. 2. p. 149-158, 1996.
- _____. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil: análise variacionista e tratamento pela Teoria da Otimalidade. *Letras de Hoje*, v. 35, nº 1, 2000, p. 285-318.
- _____. A epêntese vocálica no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (org.) *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro (VARSUL)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. Epêntese vocálica no português do sul do Brasil: variáveis extralinguísticas. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 285-297, 2003.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. Tese (Livro-Docência em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- GUSSENHOVEN, C; JACOBS, H. *Understanding Phonology*. NY: Oxford, 1998.
- HARRIS, J. Towards a lexical analysis of sound change in progress. *Journal of Linguistics*, n. 25, 1989, p. 35-56.
- KELLER, T. O fenômeno da epêntese vocálica no português falado em Panambi e Blumenau. *Cadernos do I.L.* Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- _____; COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica e o papel da escrita na determinação da forma subjacente. *Anais do III SENALE*: Pelotas, 2001.
- KIPARSKY, P. Phonological change. In: NEWMeyer, F. (ed.) *Linguistics: the Cambridge survey*. Vol.1: Linguistic Theory: foundations. Cambridge: CUP, 1988, p. 363-415.
- LABOV, W. Resolving the Neogrammarian controversy. *Language*, v.57, 1981, p. 267-308.
- LEE, S-H. Epêntese no português. *Estudos Lingüísticos XXII – Anais de Seminários do GEL*, Ribeirão Preto, Instituição Moura Lacerda, v. II, p. 847-854, 1993.

- MACMAHON, A. *Understanding language change*. NY: Cambridge University Press, 1994.
- MIGLIORINI, L; MASSINI-CAGLIARI, G. A epêntese vocálica no português brasileiro: regra lexical ou pós-lexical? *Todas as Letras Q*, v. 13, n.1, 2011.
- SANKOFF, D. Variable Rules, In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, N; MATTEIR, K. J. (eds.). *Sociolinguistics: an international handbook of science of language and society*. New York: Walter Gruyter, 1998, p.984-998.

O CONSTRUCTO DE FAULSTICH PARA A VARIAÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS

Cleide Lemes da Silva Cruz
Universidade de Brasília

RESUMO: O tema central desta pesquisa é o estudo da terminologia têxtil, à luz da aplicação do modelo da Teoria da Variação em Terminologia, proposto por Faulstich (1995-2003). A aplicação da Teoria da Variação de Faulstich comprovou a existência da variação na Linguagem de Especialidade. Foram analisados dados da área têxtil, coletados em revistas de moda feminina, por meio dos quais se evidenciou a variação no uso de UTC dentro do constructo proposto por Faulstich, em que a variação ocorre pela ação do movimento gradual do termo no tempo e no espaço e é provocada pela função de uma dada variável.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia, Teoria da Variação de Faulstich.

***ABSTRACT:** The central subject of this research is the study about textile terminology, according to the Variation Theory, on model proposed by Faulstich (1995-2003). The Faulstich's Variation Theory application has proved the existence of variation in Specialized Language. Data of the textile area were analyzed, after having been collected from women's fashion magazines by means of which can see variation on the CTU's usage into the 'constructo' proposed by Faulstich, where variation occurs by the action of the gradual movement in time and space and it's caused by the function of a given variable.*

***KEYWORDS:** Terminology, Faulstich's Variation Theory.*

Introdução

O tema deste artigo é o estudo da variação de unidades terminológicas complexas (UTC) no âmbito da Linguagem de Especialidade (Indústria têxtil). A subárea selecionada foi a de fibras e tecidos têxteis. A pesquisa é de natureza qualitativa, na área de Léxico e Terminologia, e tem por suporte a Teoria da Variação em Terminologia, desenvolvida por Faulstich (1995-2003).

Em terminologia, afirma Faulstich (1995), os fenômenos variáveis ocorrem no sistema interno da língua na qual estão redigidos os textos de especialidade. Trata-se, portanto, de variação regular intrínseca e não de variação superficial, sob a forma de «como registrar o termo». Somente na dimensão vocabular de um corpus textual, de preferência especializado, é possível avaliar o que varia e como as terminologias variam. Foi essa dimensão que nos guiou para a análise da terminologia da indústria têxtil, por meio da sistematização das unidades terminológicas complexas e, sobretudo, para a análise do fenômeno de instituição de denominação de determinados termos que designam um ou outro tipo de fibra/tecido. Posto que, as designações das fibras partem diretamente do nome dado à semente (algodão), ao caule (linho, cânhamo, rami e juta), à folha (sisal), ao pelo (lã e *cashmere*) e à secreção (seda), da mesma forma, ocorre com os tecidos que se originam destas fibras, ou seja, conservam o nome de sua fibra originária. O que se quer discutir, mais especificamente é a variação possível na terminologia da área, com o intuito de aplicar o modelo teórico postulado por Faulstich (1995-2003), ao partir da análise da denominação para um tipo de tecido, que tem em sua composição uma determinada fibra e outros filamentos¹. O procedimento para a análise se vale do constructo teórico de Faulstich para a análise da variação em UTC no português do Brasil (PB) e igualmente considerará os empréstimos linguísticos, que nessa área são muito presentes.

1.1 A terminologia como mecanismo de constituição da área de conhecimento

O trabalho terminológico surge da necessidade de sistematizar denominações e conceitos das diferentes expressões ou termos, com o objetivo de facilitar a comunicação entre especialistas. Este objetivo, para ser atingido, no nosso caso, supõe a obtenção de outras tarefas não menos importantes: a sistematização de uma terminologia da área da Indústria Têxtil, que contemple conceitos próprios e por empréstimo, para que se reconheça sua autonomia. Na prática, significa estabelecer a linguagem de especialidade da área.

Segundo Cabré (1993, p.14), “estudar una materia equivale a aprender los lenguajes de esa materia”. Este saber é um conhecimento dos pontos de vista específicos que orientam um modo próprio de explicar e de interpretar a

1 Qualquer fio muito fino de no mínimo 1.000 m de comprimento. A justaposição de 8 até cerca de 500 filamentos finos formam os fios de filamento. Cf. em MALUF, E. e KOLBE, W. *Dados técnicos para a indústria têxtil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, 2003.

realidade. Na ausência das linguagens de especialidade, “sabemos o mundo” segundo o que nos dita a linguagem natural, inserindo-nos no senso comum. No entanto, não é apenas com o recurso à linguagem natural que se introduz a indeterminação conceitual. Saber o mundo por meio de um conjunto de termos sem consistência conceitual, provenientes, por exemplo, de diferentes áreas, na ausência de normalização, equivale a ter em mãos vários fragmentos que, se juntados, não fazem sentido ou o fazem à custa de muito esforço. Em larga medida, portanto, o conhecimento e a compreensão de uma área de conhecimento vinculam-se ao domínio da linguagem desta mesma área. O núcleo específico de uma linguagem de especialidade é seu vocabulário, que normalizado e organizado semântica e logicamente constitui a terminologia da área.

Os termos são criados e se desenvolvem em uma língua concreta porque as ideias, processos ou objetos que esses termos designam foram criados pela sociedade que deles se utiliza. Quando não consolidados, isto é, na ausência de um assentamento conceitual ou na presença de ambivalências semânticas, que poderiam supostamente estabelecer condições de criação, tem-se um impasse ou retardamento teórico, que compromete a área como um todo.

Nesse sentido, é fato reconhecido que as denominações servem de referência para a determinação do vocabulário de uma especialidade. Integram semelhante vocabulário os termos relativos aos objetos, processos e métodos da área. Como os conceitos atribuídos aos termos não resultam de convenções arbitrárias ou de preferências individuais, mas de relações entre suas características constitutivas, passíveis de serem objetivadas e confirmadas, o reconhecimento de uma denominação e de seu conceito é tarefa que exige análise da pertinência dessas características ou traços em relação ao domínio considerado. Em si mesmas, as denominações podem ser fruto da germinação de ideias, do desenvolvimento efetivo do conhecimento da área ou de mera confusão, nesse caso, por ausência de rigor, ou por modismo. Por essa razão, o uso da palavra “em estado natural” é sempre um risco.

Como afirmam Krieger e Finatto (2003, p. 17), a importância do processo denominativo para as atividades de conceitualização explica, assim, o papel das terminologias na fixação e na circulação do saber científico e técnico. Onde o sentido da afirmação de que “para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e comunicação profissional”. (Cabré, 1993, p. 37)

O léxico temático configura-se, portanto, como um componente linguístico, não apenas inerente, mas também a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos transmitem conteúdos próprios de cada área.

1.2 Um vislumbre na origem da terminologia

A terminologia moderna começa com Eugen Wüster em 1931, quando esse professor publica *Die internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektronik*, que demonstrava sua preocupação com a metodologia e a norma aplicadas à terminologia, sendo essa, um instrumento que visava à “eliminação das ambigüidades nas comunicações científicas e técnicas”, na opinião de Rondeau². Em 1968, Wüster publica o *Dictionnaire multilingue de la machine-outil: notions fondamentales*, documento no qual ele dá um passo em direção à onomasiologia. Mesmo assim, ele inscreve seu pensamento no domínio particular da normalização, preceituando a biunivocidade terminológica.

Sager (1993, p. 292) observa dez anos depois de Wüster, que os primeiros terminólogos registravam somente o uso aceito ou aprovado de um termo, o que correspondia a algo como uma forma recomendada. Hoje, porém, se reconhece que a fixação de uso, mediante uma prescrição ou normalização, deve obedecer ao uso estabelecido, em vez de precedê-lo, ou seja, o uso permite a identificação e a categorização das variantes linguísticas dos termos em diferentes tipos de textos, mesmo levando em conta que especialistas não teriam dificuldades de distinguir entre uma variante e um termo. Ainda assim, os dicionários e glossários registravam somente o uso da linguagem escrita, todavia, nesse momento em que a linguagem falada adquire importância por meio da mídia, é necessário investigar as formas faladas do léxico.

Sager revela a necessidade de observação de um termo em seu contexto de uso social, indicando “uma apreciação mais realista dos diversos usos da linguagem; na prática, o uso comunicativo ocupa uma posição principal antes dos usos classificador e ideacional que se vê em ação durante a formação dos termos” (1993, p. 292). Ao afirmar isso, Sager expressa hipóteses acerca da existência e do uso das variantes. Em uma delas, o autor se aproxima dos princípios requeridos pela socioterminologia, ao declarar que existe a necessidade de variação léxica/terminológica e que esta se manifesta com diversa intensidade nos diferentes tipos de textos. Observa ainda que, apesar da afirmação teórica da univocidade da referência, de fato, nas linguagens especializadas, existe uma variação considerável.

2 Cf. Rondeau, Guy. Introduction à la terminologie. 2 ed., Gaetan Morin, Québec, 1984, 238 p. In.: Faulstich, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. Ciência da Informação – Vol. 24, nº 2, 1995 – Artigos.

1.3 O papel da socioterminologia e a variação

No universo da terminologia, a variação revela peculiaridades próprias a serem estudadas e que exigem método próprio para sistematização de termos e de variantes.

É nesse sentido que se abre para essa investigação a socioterminologia, termo esse, usado pela primeira vez, em um artigo de 1981, escrito por Jean-Claude Boulanger, conforme Faulstich (1995). A partir de então, vários são os linguistas que defendem o estudo e o registro social do termo, pois reconhecem que as terminologias estão abertas à variação.

A socioterminologia vem adquirindo, por isso, posição de disciplina de caráter teórico e não somente de um método analítico aplicado, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas que levem em conta termo e variante(s). Dessa forma, é uma disciplina que se ocupa da identificação e da categorização das variantes linguísticas dos termos em diferentes tipos de situação de uso da língua, nos diversos níveis e planos hierárquicos do discurso científico e técnico.

A sistematização dessas variantes é tarefa da socioterminologia, cujo estatuto fica assegurado pela análise da diversidade de termos que ocorrem nos planos vertical, horizontal e temporal da língua, conforme postulados por Faulstich (1998).

Para que se estabeleçam padrões socioterminológicos existentes na funcionalidade da terminologia das linguagens de especialidade, é preciso, antes de tudo, reconhecer esses padrões de acordo com uma metodologia linguística que afaste o estudo da terminologia do padrão prescritivista, até então único método usado na descrição terminológica. O modelo mais adequado, por conseguinte, é o funcionalismo linguístico cuja abordagem é orientada para os fenômenos linguísticos em si. Essa perspectiva tem como objeto científico descrever e explicar os próprios fenômenos linguísticos.

Nesse sentido, o modelo proposto por Faulstich, a partir de 1995, funcionará, neste trabalho, como um guia para o exame da funcionalidade socioterminológica cujo *corpus* é a linguagem de especialidade da área têxtil.

2 A variação em terminologia

Nesta seção, interessa-nos examinar as idéias de autores que discutem a questão da presença ou não da variação no âmbito da terminologia. Como todas as unidades lexicais, os termos não ocorrem isoladamente, mas combinados com

outras unidades do discurso, em estruturas sintáticas específicas, combinatórias, expressões idiomáticas, em frases onde desempenham determinadas funções. Por outro lado, as unidades lexicais especializadas não ocorrem em discursos artificiais, porque, também os termos científicos e técnicos estão sujeitos à variação, no tempo, no espaço e na sociedade.

Encarados desta forma, os termos passam a ser um tema de estudo interessante para a linguística, que sobre eles desenvolve uma análise fundamentalmente descritiva e funcionalista. Nesse sentido, os termos passam a ser observados em contexto discursivo, e não isoladamente, e analisados tendo em conta as circunstâncias da produção discursiva, como níveis de especialização, público-alvo, objetivos da comunicação, entre outros.

Vários autores discutem a variação em terminologia, dentre eles há os que não a reconhecem e os que a defendem. São eles, Sager (1993), Cabré (1993), Gaudin (1993), Wüster (2001), Boulanger (2001), Aubert (2001), Faulstich (1995-2003) entre outros.

Eugen Wüster³ defendia a tese de que a terminologia não deveria acolher ambiguidades realizadas por denominações plurivalentes (termos homônimos e polissêmicos) e por denominações múltiplas (termos sinônimos). Segundo essa perspectiva, interpretavam-se como anômalos os casos que gerassem ambiguidades e motivassem a variação. Para ele, “variação linguística era toda perturbação da unidade linguística” que se caracteriza pelo aparecimento de sinônimos ou homônimos de variação e que a variação poderia ser eliminada por meio da normalização dos termos, que eram considerados unidades unívocas e monorreferenciais, dentro de uma área de especialidade.

Wüster, adverte Faulstich (2001), reconhecia a polissemia dos termos, mas enfatizava que dentro de um domínio específico o termo deveria ser monovalente, mesmo sendo polissêmico. Na perspectiva clássica, os termos técnicos são representações conceituais que ocupam um determinado lugar numa hierarquia lógica de conhecimento. Logo, as unidades lexicais especializadas não comportam diversidades conceituais, estando isentas de polissemia.

Com o direcionamento inovador, intensificam-se os estudos fundamentados na complexidade que envolve o funcionamento das terminologias, tal como qualquer outra unidade da língua natural. Dentre esses, encontram-se as proposições em favor de uma socioterminologia, formuladas por Gaudin desde 1993. Este autor critica fortemente a política normalizadora conferida ao manejo internacional da terminologia. Nesse sentido, diz ele:

3 Esta análise está publicada por Faulstich, E. na *TradTerm*, 7, 2001, p.17.

Sobre esse ponto, tentaremos mostrar como, no mesmo movimento que conduziu a linguística estrutural à sociolinguística, uma socioterminologia pode levar em conta a realidade do funcionamento da linguagem e restituir toda sua dimensão social às práticas linguageiras concernidas (1993, p. 16).

Boulanger apud Faulstich (2001) amplia ainda mais essa discussão quando procura explicitar que a variação é um fenômeno de língua, de usos e de natural ocorrência nas linguagens de especialidade, e que terminologia é disciplina de ordem social.

Teóricos, como Sager (1993), passaram a considerar o emprego do termo no ambiente social, isto é, o emprego real do termo. Então, a terminologia vista pela lente contemporânea de Sager considera, necessariamente, a variação dos termos.

Sager assume postura crítica, quando comenta que a terminologia tradicional é prescritiva em seu trabalho de normalizar os termos, e que, por essa razão, tende a não aceitar a variação. Discute ainda, o distanciamento da visão de Wüster para os estudos atuais e “reconhece que a fixação de uso, mediante uma prescrição ou normalização, deve obedecer ao uso estabelecido em vez de precedê-lo” (1993, p. 292).

Faulstich, em 1995, traça um caminho para a pesquisa socioterminológica e, por consequência, de uma terminologia funcionalista. No dizer de Aubert apud Finatto (2001, p. 153), “abre-se, assim, espaço para que, ao lado de uma terminologia padronizadora, se desenvolva uma vertente de estudos mais propriamente descritivos, não-intervencionistas, que poderíamos rotular de *socioterminologia*”.

Faulstich (1995, p. 20) cria postulados para uma socioterminologia, entendendo que a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o mesmo termo é usado. Afirma ainda que “a terminologia é passível de variação porque faz parte da língua, porque é heterogênea por natureza, e porque é de uso social”.

Aubert apud Finatto (2001, p. 153), afirma que “a comunidade de usuários das linguagens de especialidade, tanto quanto a comunidade e a língua em geral, não constitui um todo uniforme, mas se subdivide em grupos variados, com necessidades, pressupostos e motivações também variados”, assim, é inevitável que “as diferenças de ordem sócio-cultural, aliadas àquelas vinculadas ao ponto de vista e à motivação, venham a gerar usos linguísticos distintos, introduzindo,

deste modo, a variação terminológica”(p. 154).

Cabré (1993) também postula que dentro da linguagem de especialidade há distintas variações, e destaca a importância de se investigar em que caso se dá esta variação e, assim afirma:

(...) todo lenguaje de especialidad, en la medida en que es un subconjunto del general, participa de sus mismas características; se trata, pues, de un código unitario que permite variaciones (...) La variación de los lenguajes de especialidad sigue los mismos criterios de diversificación sistemática referidos a la lengua general: las modalidades dialectales, los registros y las variedades estilísticas. En efecto, los lenguajes especializados, por el hecho de ser subcódigos del lenguaje general, participan de sus mismas modalidades dialectales y funcionales – aunque de forma más restringida – puesto que la función comunicativa es la prioritaria entre especialistas (p.157).

Cabré (1993, p. 157-160) identifica a variação: i) em textos científicos que tratam da mesma temática em períodos distantes no tempo, os quais podem apresentar diferenças interessantes na conceituação da disciplina, assim como, em seus aspectos expressivos e, ii) em textos especializados de autores que não têm a mesma procedência geográfica. Quanto ao item ii), a autora chama a atenção para o fato de que quanto mais especializado for o texto, menor será a variação dialetal.

Desse modo, a variação em terminologia, afirma Faulstich (2001), surge como contraponto à perspectiva tradicional da terminologia. Sendo a variação inerente a qualquer língua, entenderemos aqui variação terminológica como um tipo de variação linguística igualmente condicionada por fatores intra e extra-sistêmicos. Uma vez que a variação terminológica se dá no âmbito do uso especializado da língua por parte de uma determinada comunidade profissional, podemos distingui-la daquela que ocorre a utilização não profissional da língua.

As perspectivas para uma comunicação especializada de melhor qualidade, em qualquer área de conhecimento, constroem-se também a partir do reconhecimento da naturalidade e inerência da variação terminológica como um tipo de variação linguística. Afinal, é inevitável que, como afirma Aubert apud Finatto (2001):

[...] as diferenças de ordem sócio-cultural, aliadas àquelas vinculadas ao ponto de vista e à motivação, venham a gerar usos lingüísticos distintos, introduzindo, deste modo, a variação terminológica e toda intervenção lingüística, uma vez efetivada, passa a sujeitar-se às vicissitudes sócio-históricas da comunidade e da

língua no seio das quais a intervenção foi efetivada, ou seja, torna-se sujeita às instabilidades, às mutações e às transformações, no tempo e nos espaços (geográfico, social, situacional e individual) em que as terminologias são empregadas (p.153).

Este afirma ainda que a ciência e a prática terminológica deverão buscar, complementarmente, outros caminhos. Uma adequada compreensão das linguagens de especialidade somente se pode dar a partir do entendimento de que os termos não existem em isolamento, nem derivam sua existência apenas de um arcabouço lógico-conceptual, mas se manifestam, circulam e exercem sua função em situação, em uso efetivo.

Essa nova visão teve início a partir da década de 1990, quando começaram a surgir trabalhos que criticavam a falta de sensibilidade dos trabalhos terminológicos a situações de variação, ocasionadas pela diversidade de grupos sociais que trabalham em uma área especializada. Reconheceu-se que a análise do termo descontextualizado do meio social conduzia à interpretação que o marginalizavam de sua condição linguística. Assim, a terminologia variacionista, que se enquadra dentro de uma abordagem funcionalista, de acordo com Faulstich (1995), passa a dar ênfase à diversidade, porque reconhece que é por meio das línguas que se exercem as atividades sociais e cooperativas entre os falantes. Dentro desse ponto de vista, a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o mesmo termo é usado.

Outra decorrência da compreensão de que o termo é um elemento das línguas naturais, isto é, unidade lexical que sofre todas as implicações sistêmicas e contextuais como qualquer palavra da língua, como postula Cabré (1993):

Tanto o conhecimento especializado quanto os textos especializados, como as unidades terminológicas, podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação. Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade (p.162).

Faulstich propõe, em 1995, nos estudos de socioterminologia, uma abordagem funcionalista do termo, como já dissemos anteriormente, descreve as bases metodológicas para a pesquisa socioterminológica e defende princípios de estreita relação entre termo e variação. Elabora, ainda, uma tipologia de variantes terminológicas e inclui, entre os postulados, a possibilidade de a terminologia variar e de a “variação poder indicar uma mudança em curso”. No

modelo de Faulstich (1998-1999), esse postulado abre a análise do termo sob duas perspectivas: a sincrônica, em que formas variantes apresentam o mesmo significado referencial, e a diacrônica em que o termo é descrito no seu percurso histórico, que “possibilita sistematizar estruturas léxico-terminológicas variantes, as quais permitem reconstruir quadros conceptuais da época, validados ou não na atualidade” (1999), e assim, a autora nos dá uma síntese da questão:

Termos são signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; são entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas; são itens do léxico especializado, que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas (p. 28).

3.2 O constructo da teoria da variação de Faulstich

Para a construção da Teoria da Variação em Terminologia, Faulstich (2002, p. 76) levou em conta que a unidade terminológica, o termo, “pode assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência”.

Essa teoria está sustentada por cinco postulados⁴, quais sejam:

- a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- d) aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso;
- e) análise da terminologia em co-textos lingüísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.

Orientada por esses postulados, Faulstich formulou o constructo teórico da variação, do qual se valerá para demonstrar as variações concorrente, coorrente e competitiva, na análise dos dados mais adiante.

⁴ Os postulados da teoria da variação em terminologia foram apresentados, primeiramente, no XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), realizada na Universidade de Campinas (Unicamp), em junho de 1998.

Lamberti (1999, p. 53) chama atenção para um princípio acerca da função da variação, assim estabelecida:

A **variação** ocorre pela ação do movimento gradual do termo no tempo e no espaço e é provocada pela função de uma dada **variável** (função e variável são conceitos compreendidos dentro de um espectro funcional. (t) representa um conjunto de termos passíveis de serem atualizados com diferentes valores para uma dada situação. (f) representa uma função responsável pela determinação de um valor específico. A regra geral fica assim estabelecida: (f) é representada por (t), em que (t) é uma variável; (t) poderá funcionar com qualquer valor, dependendo do desempenho de (f)+(t). A posição da variável (t) permite que seja atualizada qualquer uma das variantes).

Faulstich (2002, p. 73), por sua vez, observa que a **variável**, será realizada sob a forma de uma **variante** e organiza a tipologia de as **variantes** que podem pertencer a três pólos: variantes concorrentes, variantes coocorrentes e variantes competitivas, definidas a seguir.

Variantes concorrentes são aquelas que podem concorrer entre si, ou podem concorrer para a mudança. Nessa condição, uma variante que concorre com outra ao mesmo tempo não ocupa o mesmo espaço, por causa da própria natureza da concorrência. Se uma variante está presente no plano discursivo, a outra não aparece. Assim, as **variantes concorrentes**, enquanto tais, se organizam em distribuição complementar. Por outro lado, se uma variante X corrobora com o surgimento de uma concorrente Y, isto significa que o processo da mudança está em curso e a expressão Y tende a estabilizar-se por ser mais fortuita do que X no contexto social. As **concorrentes** são variantes formais. A **variante formal** é uma forma linguística ou forma exclusiva de registro que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado. Classificam-se em **variantes terminológicas linguísticas** e **variantes terminológicas de registro**.

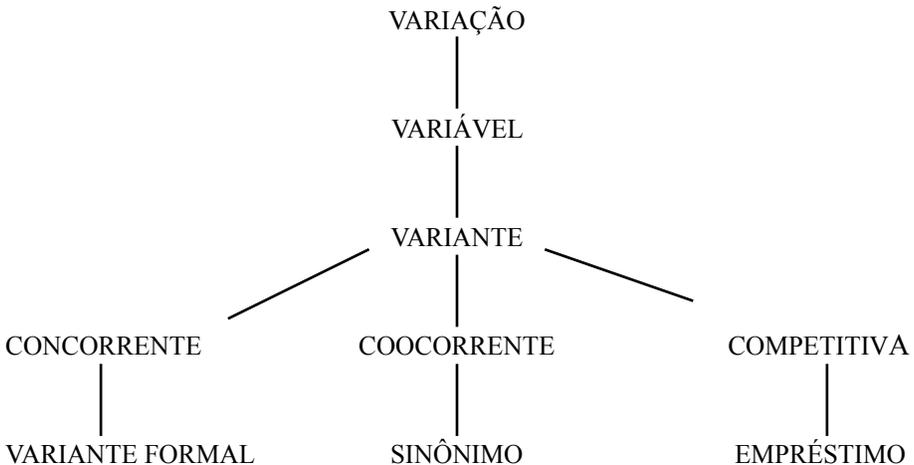
Variantes coocorrentes são aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente. Estas variantes têm por função fazer progredir o discurso e organizam, na mensagem, a coesão lexical. Entre **variantes coocorrentes** há compatibilidade semântica uma vez que elas se equivalem no plano do conteúdo. São entidades cujos valores relativizam a informação semântica do texto e respondem pelas referências sociodiscursivas da informação. Assim, quanto mais a linguagem é científica, mais ela é universal. Se o texto estiver redigido em linguagem de divulgação científica mais variação apresentará, já que este tipo de discurso visa uma situação de comunicação em que o usuário é dotado de menor memória científica e técnica. As **variantes coocorrentes**

formalizam a sinonímia terminológica. A sinonímia terminológica relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo.

As **variantes competitivas** são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. As **variantes competitivas** sofrem, em seu desempenho, interseções, devido à própria natureza estrangeira da expressão. Esse fenômeno se dá quando a estrutura da língua do termo estrangeiro é perturbada por estruturas da língua vernacular; a mistura de formantes ativa a variação. As **variantes competitivas** realizam-se por meio de pares formados por empréstimos linguísticos e formas vernaculares. Os empréstimos linguísticos são itens lexicais que se originam de língua estrangeira e, depois, no contexto social da língua recebedora, se tornam variantes porque provocam o surgimento de uma forma vernacular, por causa do ambiente linguístico estranho à sua permanência natural.

Donde a *variação*, que ocorre pela ação do movimento gradual do termo no tempo e no espaço, é provocada pela função de uma dada *variável*; a variável, por sua vez, se realiza sob forma de uma *variante* e as variantes se comportam como variáveis dependentes, dentro de um processo de variação, a caminho de concretizar-se como mudança (1998-1999). O modelo de Faulstich está assim representado (Fig. 1):

Figura 1: Modelo de variação de acordo com Faulstich (1999).



3.3 Propriedades e concepções de termo

A unidade terminológica é, simultaneamente, tanto elemento constitutivo da produção do saber, quanto componente linguístico, cujas propriedades favorecem a comunicação especializada. Para avançar no exame do fenômeno terminológico, é necessário, ao lado do reconhecimento da funcionalidade dos termos no campo da expressão e da comunicação humanas, observar uma série de aspectos relacionados à sua conceituação, identificação e constituição.

Todo panorama geral relativo aos principais aspectos que envolvem o estatuto e a estrutura das unidades terminológicas, como afirmam Krieger e Finatto (2004, p. 76), implica estabelecer relações com teorias terminológicas dada à existência de diferentes concepções. Wüster apud Krieger e Finatto (2004), assim define a expressão termo, como sendo “uma unidade terminológica consiste em uma palavra à qual se atribui um conceito como seu significado (...), ao passo que, para a maioria dos linguistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo” (p. 76).

Wüster destaca o papel do conceito como componente responsável pela atribuição do estatuto terminológico a uma unidade lexical da língua. Dessa forma, estabelece a propriedade básica que distingue termos de palavras, salientando que a compreensão de uma unidade da língua, na condição de termo, está fundamentada no papel da dimensão conceitual do signo linguístico que responde, neste caso, pelo denominado conteúdo especializado. Para complementar às visões de termo, Alain Rey (1979) afirma que “o nome é o objeto mesmo da Terminologia: com efeito, um nome definível no interior de um sistema corrente, enumerativo e/ou estruturado, é um termo; o conteúdo de sua definição correspondendo a uma noção (conceito), analisável em compreensão” (p.22).

Rey explicita as condições para que uma unidade lexical alcance o estatuto de termo, lembrando ainda que um nome é um termo, quando se distingue conceitualmente de outra unidade lexical de uma mesma terminologia. Exemplo dessa distinção pode ser tomado à terminologia têxtil, objeto de nossa investigação, em que os termos *lycra* e *elastano*, embora frequentemente confundidos, não se equivalem conceitualmente, porquanto o primeiro designa *marca registrada da DuPont para seu fio elastano*; enquanto o segundo foi cunhado para identificar o *fio com propriedades elásticas que em conformidade com a regulamentação INMETRO deve conter no mínimo 85% de massa de poliuretano segmentado*, isto equivale dizer que, toda lycra é fio elastano, porém nem todo fio elastano é lycra.

Nessa perspectiva, o plano do conteúdo dos termos é compreendido como da ordem dos conceitos, enquanto o das palavras comuns da língua é da ordem dos significados. Explica-se assim também o fundamento onomasiológico que articula a essência dos termos que preside a gênese das terminologias, bem como as razões pelas quais os termos cumprem as funções de fixar e divulgar o conhecimento especializado.

O estatuto terminológico de uma unidade lexical define-se por sua dimensão conceitual, ou seja, o que faz de um signo linguístico um termo é o seu conteúdo específico. Como afirma Lérat apud Krieger e Finatto (2004), “as denominações técnicas estão na língua porque são suscetíveis de serem traduzidas em língua estrangeira, mas são denominações de conhecimentos especializados, e é isso que as torna pertinentes terminologicamente” (p.78).

A dimensão conceitual do universo terminológico responde fortemente pelas interpretações de que um termo é, antes de uma unidade linguística, uma unidade de conhecimento, cujo valor define-se pelo lugar que ocupa na estrutura conceitual de especialidade. Compartilha dessa mesma concepção Sager (1993) quando este apresenta o termo como elemento linguístico individual tal como aparece nos discursos metalinguísticos dos dicionários, mas sem se esquecer de que a origem dos termos está no texto, uma vez que no texto está a linguagem natural.

3.3.1 Unidades terminológicas complexas – UTC

De acordo com o postulado de Bloomfield apud Elia (2004)⁵, as unidades significativas mínimas ou se apresentam como formas livres ou como formas presas. As formas livres ocorrem isoladamente; as formas presas, ao revés, pressupõem sempre uma forma livre à qual se ligam. Assim, a palavra pode ser definida como unidade significativa livre, ou melhor, mínima. A palavra pode ter significação *lexemática ou morfemática*, isto é, ou referencial ou gramatical. Neste último caso a palavra é tida como uma das possíveis formas de morfemas, ou seja, o chamado morfema lexical, também conhecido como lexema. Câmara Júnior (1991) prefere, em vez de “palavra gramatical”, a expressão “vocábulo gramatical”, porque, na sua ótica, a palavra deve ter sempre significação lexemática (ou, na nomenclatura que adota, valor semântico, isto é, de um semantema). São exemplos de palavras gramaticais os artigos, as preposições, as conjunções; estudam-se na Gramática e são em número limitado.

5 Ver Elia, S. E. *As unidades Lexemáticas*. Disponível no site: http://www.filologia.org.br/anais/anais_003.html acessado dia 15/07/04.

Já as palavras lexemáticas, ou referenciais, constituem a maior parte do léxico de uma língua e são de número indeterminado; parte destas, encontradas nos dicionários. O crescimento vocabular resulta das constantes mutações por que passam as coletividades humanas, logo, sempre surgem novas criações no acervo lexical dos idiomas (neologismos).

Cabe aqui, para a análise da ‘palavra’ no âmbito linguístico, uma discussão sobre *lexia*. *Lexia*, termo que se deve ao linguista francês Bernard Pottier em 1978, é nome geral para qualquer unidade lexemática. A menor unidade lexemática é a palavra, que Pottier denomina *lexia simples*, p. ex. “árvore”. A *lexia simples* se combina com outras *lexias simples* para formar novas unidades lexemáticas: a *lexia composta* (correntemente *palavra composta*), que Pottier define como resultado de uma integração semântica, como “guarda-chuva” e a *lexia complexa*, como “café da manhã”, entendida como uma sequência de palavras em via de lexicalização, em graus diversos. Pottier baseia sua análise linguística nas *lexias*, unidades lexicais memorizadas, distinguindo-as entre: *lexia simples* (“árvore”), *lexia composta* (“guarda-chuva”), *lexia complexa* (“café da manhã”) e *lexia textual* (“quem tudo quer, tudo perde”).

Welker (2004, p. 19-20) resume as ideias de Pottier, fazendo o seguinte esquema sobre o que uma *lexia* pode ser:

- um *lexema* (isto é, um morfema lexical, uma palavra com significado próprio);
- um *gramema* (morfema gramatical: artigo, pronome, advérbio, preposição);
- um *lexema* e um ou mais *gramemas*: casas, dormiu, bonita, interminavelmente (cf. Faulstich 1980, p. 18).

Em síntese, existem:

- *lexias simples* (casa, casas, dormir, dormiu, bonito, bonita);
- *lexias compostas* (palavras compostas, como mestre-de-obras, e palavras derivadas, como deslizar);
- *lexias complexas* (cf. Faulstich, 1980): “uma sequência em vias de lexicalização, em diversos graus: guerra de nervos, conjunto habitacional, luz negra”);
- *lexias textuais* (cf. Faulstich, 1980): “uma *lexia complexa* que alcança o nível de um enunciado ou de um texto. [...] provérbios, hinos, adivinhações etc.”).

Enquanto Pottier considerava a palavra como um tipo de *lexia*, Martinet apud Faulstich (1980, p. 19-20) a denominava *lexema* e, embora esses dois

estudiosos tenham tratado a palavra de formas diferentes, o conceito teórico de ambos convergia para o entendimento do lexema como elemento de função léxica e, portanto, como unidade básica do léxico de uma língua.

A lexia pode ser vocabular ou fraseológica. A lexia vocabular pode constar de uma palavra simples (a lexia simples, de Pottier), ou de uma palavra derivada (lato sensu). A lexia simples é monolexemática, isto é, contém um só lexema: o radical ou tema; a palavra derivada também é monolexemática (contém somente um tema ou radical) acrescido, porém de um afixo (prefixo ou sufixo, ou ambos). Ex.: velho (lexia simples; palavra), revelho (lexia derivada; radical + prefixo), velhice (lexia derivada; radical + sufixo), envelhecer (lexia duplamente derivada ou parassintética; radical + prefixo + sufixo), exemplos encontrados em Elia (cf. nota de rodapé nº 5).

As lexias fraseológicas são polilexemáticas, isto é, contém mais de um tema ou radical. Resultam de uma associação de palavras, que, em virtude de seu uso constante na língua, acabam por se transformar em construções fixas. Acham-se, pois, num processo de lexicalização semântica, vale dizer, que, numa forma múltipla, adquirem significado único.

Outro termo que também se impõe à nossa atenção é o de sintagma, como se sabe introduzido por Saussure (1987), que define como “relação que as palavras contraem entre si, em virtude do caráter linear do significante”. Martinet apud Faulstich (1980, p. 19-20), distingue sintagma de sintema, termo por ele criado. Sintagma, diz-nos, é “toda e qualquer combinação de monemas”. O sintema distingue-se do sintagma por ser este constituído de monemas livres, ao passo que o sintema é formado por monemas “conjuntos”. Monemas conjuntos são os constitutivos da palavra composta ou derivada.

Ainda sob a ótica da investigação acerca das concepções de termo, Barros (2004, p. 100), afirma que o *termo*⁶ pode ser *simples*, definido pela Norma Internacional ISO 1087 como “constituído de um só radical, com ou sem afixos” (ISO 1087, 1990, p.7) – ex.: *malha, crepe*⁷ etc. – ou *complexo*, isto é, “constituído de dois ou mais radicais, aos quais se podem acrescentar outros elementos” (ISO 1087, 1990, p.7) – ex.: *malha creponada stretch, algodão cotelê stretch*.⁸

Os *termos compostos* também são unidades lexicais formadas por dois ou mais radicais. Distinguem-se, no entanto, dos termos complexos pelo alto grau de lexicalização e pelo conjunto de morfemas lexicais e/ou gramaticais

6 Grifo da autora.

7 Exemplos extraídos de nossa pesquisa em terminologia têxtil.

8 Ibidem.

que os constitui, em situação de não-autonomia representada graficamente pela utilização do hífen, como em *meia-malha*, *risca-de-giz*⁹. Cumpre ressaltar que consideramos as unidades lexicais compostas por aglutinação, como registramos em nossa pesquisa o termo *viscolycra*¹⁰, e pela justaposição sem hífen de dois ou mais radicais como termos simples.

Barros (2004, p. 101), observa que as unidades terminológicas, formadas por um único lexema, podem ainda ser chamadas por diversos estudiosos do assunto, de *termos lexemáticos* ou *termos-palavras* e as unidades terminológicas constituídas de diversos lexemas (termos complexos) são também ditas *termos sintagmáticos*, *termos-sintagmas* ou ainda *sintagmas terminológicos*.

No discurso científico e especializado, a produção discursiva exprime-se em grande parte pela criação de termos de tipo sintagmático. Essa produção feita por oposições distintivas entre unidades terminológicas, que têm como lexema-base um hiperônimo (termo mais genérico), constitui o processo mais comum de formação de termos nas línguas de especialidade, como nos seguintes conjuntos de sintagmas terminológicos encontrados em nossa pesquisa:

- crepe
 - crepe georgete
 - crepe stretch
 - crepe de malha
 - crepe de microfibra
 - crepe de malha stretch

- malha
 - malha gorgorão
 - malha creponada
 - malha de crepe
 - malha creponada stretch
 - malha fria brilhante

Os termos complexos podem ter tamanhos diferentes. Nas séries acima, os sintagmas terminológicos chegam a compor-se de até três unidades lexemáticas. A primeira série tem como base o termo *crepe* e a segunda, o termo *malha*.

9 Ibidem.

10 Ibidem.

3. Fundamentos para a análise dos dados

Considera-se a variação terminológica analisada no *corpus* pesquisado, baseado no estudo teórico postulado por Faulstich (1995), onde a autora considera que as “variantes são resultados dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica, faz do termo”. E ainda que, “para descrever terminologias em variação, é necessário ter em conta qual é o padrão de língua que está sendo considerado”.

Explica-se a ocorrência da variação pelo fato que a “unidade terminológica pode ter ou pode assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência”¹¹. Resulta que o termo será funcional dentro de uma linguagem de especialidade, porque assumirá uma função específica de determinado valor, de acordo com o contexto de uso.

O processo de variação se dá dentro de um construto teórico em que variáveis produzem variantes que funcionam nas línguas de acordo com as funções que elas venham ter no discurso de especialidade ou na língua comum.

E desse raciocínio surgem três polos de variantes, conforme propõe Faulstich (2002, p. 77): as *concorrentes*, que são subdivididas em variantes terminológicas linguísticas e variantes terminológicas de registro, as *coocorrentes* e as *competitivas*, conforme anteriormente.

As **variantes terminológicas linguísticas** são aquelas em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação. As **variantes terminológicas de registro** são aquelas em que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos.

Para classificar as variantes terminológicas linguísticas, obedecemos aos seguintes princípios:

- i) a interpretação semântica é a base para análise do termo;
- ii) as UTS e UTC são analisadas sob o ponto de vista funcional;
- iii) os subsistemas da língua portuguesa constituem o fundo linguístico de análise;
- iv) os usos escrito e oral dos termos são levados em conta.

Para a análise das variantes linguísticas, nos valeremos dos seguintes tipos propostos por Faulstich (2001):

11 Cf. Faulstich, E. In.: Lamberti, F. *Uma interpretação variacionista do empréstimo linguístico no português do Brasil*. In *Linguística aplicada à Terminologia e à Lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS, Inst. De Letras, NEC, 2003.

1. *Variante terminológica morfológica*, a que apresenta alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição do termo, sem que o conceito se altere, como *malha de crepe* e *malha creponada*, a variação atua nos formantes do termo.
2. *Variante terminológica lexical*, em que a forma do item da estrutura lexical de uma unidade terminológica complexa (UTC) sofre apagamento, mas o conceito do termo não se altera, como em *crepe de malha stretch* e *crepe de malha Ø*. O apagamento de um dos elementos de predicação reduz a extensão do termo, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base preserva o conceito inerente ao termo naquele contexto.
3. *Variante terminológica fonológica*: a que a escrita pode surgir de formas decalcadas da fala, como em *voal* em relação a *voile*.
4. *Variante terminológica gráfica*, a que se apresenta sob a forma gráfica diversificada de acordo com as convenções da língua, como *xadrez tartã* e *xadrez tartan*. Este tipo de variação decorre da forma escrita do termo.
5. *Variante terminológica sintática*, em que há alternância entre duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma UTC. Neste caso, a variação se processa na substituição de uma parte do item lexical por outro de estrutura semelhante, formando uma mesma unidade terminológica, como em *vetor de clonagem gênica* e *vetor de clonagem de genes*. (Faulstich, 2001, p. 28).

A classificação das variantes de registro obedece aos seguintes princípios:

- a) os termos são recolhidos no discurso real da linguagem de especialidade;
- b) os termos pertencem à variedade sócio-profissional;
- c) os termos são recolhidos de textos de procedência diversificada, que tratam do mesmo assunto;
- d) os termos são recolhidos de discursos com maior ou menor grau de formalismo, que tratam do mesmo assunto;
- e) os termos são recolhidos de textos redigidos em épocas diferentes, que tratam do mesmo assunto;
- f) os usos escrito e oral são levados em conta.

A variante de registro é de três tipos: i) a variante terminológica geográfica, ii) a variante terminológica de discurso e iii) a variante terminológica temporal. Destes três tipos, em nosso trabalho, abordar-se-á somente o último, a variante terminológica temporal.

No que se refere à presença de variantes concorrentes, como afirma Faulstich (1999) que, “quando uma variante concorre com outra ao mesmo tempo não ocupa o mesmo espaço, por causa da própria natureza da concorrência”. Citem-se, por exemplo, o caso das variantes terminológicas de discurso, de acordo com nossos dados: *shantung* com *spandex*¹², que figura nos dicionários e glossários têxteis (discurso técnico) e *shantung* com *elastano*¹³ ou ainda *shantung* com *lycra*¹⁴, atestados na língua comum (discurso vulgarizado).

As variantes coocorrentes, afirma Faulstich (1999), formalizam a sinonímia terminológica; esta “relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo”. Servem de exemplos *jeans com elastano* e *jeans com lycra* que são considerados sinônimos, pois podem ser utilizados nos mesmos contextos.

Com relação às variantes competitivas, Faulstich (1999) as define da seguinte forma:

As variantes competitivas são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. (...) As variantes competitivas realizam-se por meio de pares formadas por empréstimos linguísticos e formas vernaculares.

As variantes competitivas relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes. Assim sendo, afirma Lamberti (2003):

[...] as variantes competitivas são entidades lexicais que se compõem de, pelo menos, um par formado por lexema (s) de língua estrangeira e de língua vernacular. A variação se apresenta como fato porque o empréstimo, segundo a interpretação variacionista, tem a característica de motivar o surgimento do elemento de competição na língua vernacular que o recebe, (p. 88).

Faulstich (1999) explica como as variantes competitivas são formadas ao observar que:

12 Fibra sintética na qual a substância formadora é uma longa cadeia polimérica composta de no mínimo 85% de poliuretano segmentado. O spandex mais importante, no momento, é o Lycra da DuPont.

13 Fio que deve conter no mínimo 85% de massa de poliuretano segmentado.

14 Marca registrada da DuPont para seu fio elastano.

As variantes competitivas sofrem, em seu desempenho, intersecções devido à própria natureza estrangeira da expressão. Esse fenômeno se dá quando a estrutura da língua do termo estrangeiro é perturbada por estruturas da língua vernacular; a mistura ativa a variação.

Citem-se, por exemplo, os casos *chiffon* e *chifon*, *crepe georgette* e *crepe georgete* em que as estruturas de *chiffon* e *georgette* já se encontram adaptadas ao padrão silábico do português.

4. Procedimentos para análise e classificação dos dados

Com a finalidade de verificar como se dá o processo de variação terminológica de unidades complexas, foram distribuídas, conforme descrição dos termos a seguir, UTCs motivadas por uma subdivisão interna, para melhor visualização dos aspectos analisados. Assim, o grupo foi subdividido, como apresentamos a seguir:

- O **Grupo das UTC** foi subdividido em:
- **1a - variantes concorrentes:**
- i - primeiro subgrupo: variantes linguísticas;
- ii – segundo subgrupo: variantes de registro;
- **1b – coocorrentes:** sinônimos
- **1c - variantes competitivas:**
- i – primeiro subgrupo: formas estrangeiras
- ii – segundo subgrupo: formas híbridas

Faz-se necessário abordar o postulado desenvolvido por Faulstich (2003), no seguinte modelo para analisarmos as UTCs:

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle$$

Em que:

T = terminologia¹⁵

F = formativo¹⁶

LT = fundo lexical terminológico

R = regra

15 Refere-se ao conjunto de termos e não à disciplina. Ver em Faulstich, E. *Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas*. 2003, p.14.

16 Ibidem.

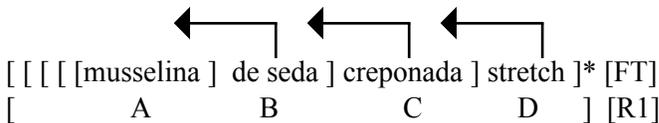
Seja

$C = \langle T (F), LT, R \rangle$ em que $LT [A]$, $F = \{R\}$ e $R [F \rightarrow A]$

a	$F \rightarrow Aa$
B	$F \rightarrow B$
C	$F \rightarrow ABC$
n	etc.

Faulstich (2003) afirma que o constructo (C) é igual á equação formada por terminologia (T), que se compõe de formativo (F). Um formativo terminológico pode ser ou um termo simples ($F \rightarrow A$), ou predicado¹⁷ (AB; AaB; ABC etc.). Em outras palavras, os formativos se organizam numa sequência de base + predicado, até que as combinações sucessivas atinjam a exaustão semântica. Um termo atinge a exaustão semântica quando i) é formulado de acordo com as regras da gramática da língua questão; ii) encerra um conceito evidente; iii) proporciona que seja formulada uma definição.

Ainda, segundo a autora, a construção de terminologias complexas é um fenômeno que se dá num contínuo conceitual que vai do + geral ao + específico. No lugar de formativo + geral está uma base lexical de caráter genérico que opera um significado abrangente e da língua comum, ou mais próximo dela. A base sustenta um predicado, organizado por meio de argumentos¹⁸, que atribuem à base o caráter particularizante de ‘especialidade’ e forma a unidade terminológica complexa (UTC), como neste exemplo (*) da área *têxtil*.



Em que A é base predicada por BCD com movimentos da direita para esquerda. Assim, A opera o conceito + geral, B reopera no conceito A; C reopera no conceito AB e D reopera no conceito ABC e fecha o termo complexo.

Como bem afirma Faulstich (2003:15), no contínuo de uma UTC, os argumentos são reoperadores do significado de cada conjunto sintagmático

17 De acordo com M. H. de Moura Neves que afirma que “Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas segundo suas propriedades formais e funcionais”. Em *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 23. Citada por Faulstich, 2003, p.14

18 De acordo com M. H. de Moura Neves “argumentos são [constituintes] exigidos pela semântica do predicado”. Em *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 23. Citada por Faulstich, 2003, p.14

anteriormente, com a função de especificar, de tal forma que no intervalo que vai do + geral ao + específico se processa o novo conceito, que seja próprio da área de especialidade a que pertence o termo em causa.

Procede-se, então, à apresentação dos subgrupos (1a); (1b) e (1c) do Grupo das UTCs seguidos de suas respectivas variações. Em seguida, analisam-se as variações das unidades lexicais, com base em categorias estabelecidas anteriormente.

5. Análise dos dados do grupo I

As **Unidades terminológicas complexas (UTC)** coletadas nas obras de área de especialidade e abonadas, através de consulta, em dicionários e glosários que apresentassem os termos coletados estão assim analisadas.

1a - Variantes concorrentes

A análise dos dados, obtidos nessa fase, permitiu a identificação de todas as variantes linguísticas estabelecidas por Faulstich (1999), qual seja:

i – Primeiro subgrupo: variante linguística

ia) gráfica:

Neste tipo de variação, os formativos *xadrez tartã* e *xadrez do tipo tartan* são diferenciados na escrita pelo uso da marca de nasalização til (~) no primeiro formativo, e, no segundo, pela presença do arqui fonema nasal, registrado com ‘n’.

Nos pares *lã stretch* e *lãzinha stretch* a variação do termo *lã* se dá pelo acréscimo do sufixo (z)inho que designa “tecido feito de um tipo de lã muito leve e bastante adequado para vestidos, saias e casaquinhos” (adaptado de Terminologia do vestuário, 1996:61); *lã* significa “fibra ou tecido de origem animal, macia e ondulada” (Glossário têxtil e curiosidades, s/d).

ib) lexical:

Nos formativos cotton lycra e lycra-cotton a variação se apresenta na troca de posição de termos. Ressalta-se ainda que a posição em que um termo aparece em diferença do outro, não deve ser encarado como um percentual a mais de um fio ao outro, por exemplo, não há porque afirmar que no constructo *cotton lycra* há mais cotton do que lycra e vice-versa.

A variante lexical neste tipo de UTC se dá na base da construção dos termos. Para explicitá-la, apresentam-se os casos a seguir.

5.1 Variante na forma escrita do adjetivo que compõe o sintagma terminológico

Esta variação se processa na substituição de uma parte do item terminológico por outro, como, por exemplo, em *malha creponada* e *malha de crepe*. Assim, o adjetivo *creponada* se expande no sintagma preposicionado *de crepe*, formado de preposição + substantivo, ou ocorre o contrário, o sintagma preposicionado se reduz a um adjetivo. Tanto a forma expandida, quanto a reduzida têm função de predicar a base. Assim, há a possibilidade de uma outra expansão e esta forma pode ser expandida à direita por meio de mais um argumento, como, no exemplo, encontrado no *corpus* pesquisado, *malha creponada stretch*.

Já nos pares *algodão stretch* e *algodão com stretch*, observa-se que há uma expansão do predicado, formado a partir de argumentos associados à base *algodão* + preposição + substantivo, sem, porém, perder ou alterar o significado.

Nos pares, *crepe de malha stretch* e *crepe de malha* há o apagamento de um dos elementos de predicação (*crepe de malha [stretch]*), este apagamento reduz a extensão do termo, e simplifica o significado. Mesmo a base preservando o conceito inerente ao termo naquele contexto, há uma diferença de significado, quando se observa a predicação, pois o apagamento do adjetivo diferencia o significado de *crepe de malha stretch* e *crepe de malha*.

Neste conjunto de dados, a derivação se apresenta assim:

- | | | |
|---------------------------|--------|----|
| 1. crepe* | [AF] | R1 |
| 2. crepe de malha Ø | [ABØF] | R2 |
| 3. crepe de malha stretch | [ABCF] | R3 |

O termo 1, marcado por asterisco (*), não está explicitado aqui, pois já foi mencionado junto à análise das UTS; em 2 ‘*crepe de malha Ø*’, o zero (Ø) diz que ali é o lugar de um formativo apagado no texto. A existência de um zero pode ser para, simplesmente encurtar a extensão de um termo, evitar a redundância ou a repetição lexical e conceitual; porém em 3 o formativo ‘*crepe de malha*’ recebe o argumento ‘*stretch*’ que encerra o conceito definitivo do termo ‘*crepe de malha stretch*’. O usuário dessa terminologia incorpora o termo e aplica regras de derivação de forma espontânea, acrescentando-lhe um novo predicador ou não.

No formativo *veludo de seda pura*, a derivação se apresenta assim:

- | | | |
|------------------------|----------------------|----|
| 1. veludo* | [AF] | R1 |
| 2. veludo de seda | [ABF] | R2 |
| 3. veludo de seda pura | [ABbF] ¹⁹ | R3 |

Cabe observar que ao termo da R1 [AF] – *veludo* – é acrescentada uma locução adjetiva formada por (prep. + subs.) – *de seda* – que forma a R2 [AB], observa-se aqui, que, quando se acrescenta um argumento à direita, este particulariza um pouco mais a unidade lexical. Ao formativo da R2 é acrescentado o adjetivo *pura*, gerando assim, a R3 [ABb], a qual indica que ‘B’ [de seda] suporta o termo apositivo ‘b’, que deve ser lido como ‘que é pura’. A cada novo argumento acrescentado à base, cria-se um novo conceito.

No par *malha fria* e *malha fria brilhante* observa-se que à base *malha fria* que significa “tecido de malharia circular produzido principalmente com fios sintéticos (poliamida) cuja característica é caimento, toque agradável, transmitindo sensação de tecido frio ou gelado” (Terminologia do Vestuário, 1996: 65); foi acrescentado um constituinte – *brilhante* – adjetivo que qualifica esta base. Esta variação ocorre quando um constituinte é acrescentado à base; como seriam possíveis, as seguintes construções: *malha fria paetizada*, *malha fria canelada*, *malha fria aveludada*.

Quanto à construção *microfibra risca-de-giz*, temos duas análises a fazer: a UTC é composta de um termo formado por derivação prefixal em que o prefixo micr(o) juntou-se ao substantivo – fibra – criando um novo termo – microfibra; a esta base anexou-se um sintagma composto por substantivo + preposição + substantivo – *risca de giz* que, ao se juntarem, originou uma UTC. Ressalta-se, porém, que todo formativo sendo ele um adjetivo, tem a função de predicar a base, no caso desse em específico, o formativo acrescenta características individualizantes, capazes de formar um conceito e um único referente.

5.2 Variante na forma escrita do argumento que compõe o sintagma terminológico

No conjunto abaixo, a derivação se apresenta assim:

- | | | |
|--------------------|-------|----|
| 1. tule* | [AF] | R1 |
| 2. tule e elastano | [ABF] | R2 |
| 3. tule de lycra | [ACF] | R3 |

¹⁹ Na regra de formativos, a repetição do símbolo em minúscula *diz que se trata de um significado apositivo*. Cf. em Faulstich, E. *Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003, p. 16.

Ao comparar 2. *tule e elastano* e 3. *tule de lycra*, percebe-se que 3. poderia se posicionar como termo sinônimo de 2., porém este processo não é possível, embora o conceito de *elastano seja o fio da Du Pont internacionalmente conhecido com o nome de Lycra* (SENAI/CNTV, 1996). No meio técnico há uma advertência quanto ao uso do termo *lycra* pelo termo *elastano*, que diz *toda lycra é fio elastano, porém nem todo fio elastano é lycra*.

Observa-se ainda a composição de R2 [ABF] em que o formativo liga a base ao argumento através do uso de uma conjunção aditiva (e). E na R3 [ACF] a formação se faz pelo uso de uma locução adjetiva (prep. + subst.).

ii – Segundo subgrupo: variante de registro (discurso):

Cite-se, por exemplo, o caso das variantes terminológicas de discurso, de acordo com nossos dados: *shantung* com *spandex*, que figura nos dicionários e glossários têxteis no discurso técnico e *shantung* com *elastano* ou ainda *shantung* com *lycra*, atestados na língua comum no discurso vulgarizado.

1b - Variantes coocorrentes:

Neste tipo de variação, constatou-se que dentro das UTC coletadas na pesquisa, foram consideradas coocorrentes, ou seja, sinonímicas, as seguintes unidades terminológicas:

jeans com lycra / jeans com elastano / jeans stretch / jeans com stretch – sarja stretch / sarja com lycra, embora se saiba que, se levarmos em conta as propriedades de cada unidade terminológica, isto não será possível, porque cada uma delas apresenta diferença na composição de seus urdumes.

Malha de crepe / malha creponada, são dois termos coocorrentes, pois a diferença está somente na construção do formativo preposicional e adjetival.

1c – Variantes competitivas:

As variantes competitivas compostas por UTC foram analisadas somente dentro da subdivisão das formas estrangeiras e híbridas, posto que em sua maioria se compuseram de base vernacular e constituinte estrangeira ou vice-versa; como se observa a seguir:

i – Primeiro subgrupo: formas estrangeiras

5.3 Empréstimo tal qual na língua inglesa sem equivalentes vernaculares

Neste caso, o empréstimo mantém a forma tal qual é em sua origem e não gera nenhuma forma vernacular. Cite-se como ilustração, os exemplos de *cotton*

lycra e lycra-cotton, black jeans, lycra soft, changeant stretch e etc. Continua, neste tipo de construção, o privilégio da forma estrangeira pela ausência de uma vernacular. Mesmo porque, ninguém iria se referir ao *black jeans* como ‘jeans preto’.

ii – Segundo subgrupo: formas híbridas

5.4 Empréstimo que gera termo composto híbrido de base vernacular + argumento estrangeiro

A formação de palavras compostas no PB, através de empréstimo estrangeiro, gerou a formação de UTC híbridas, através da sequência de base + predicado; nessa análise, normalmente a base é um termo vernacular e o predicado, um ou mais termos estrangeiros. Este processo motivou o surgimento de um novo termo e um significado correspondente. Ocorrendo, desta forma, o preenchimento de lacuna lexical vernacular motivada pela palavra composta híbrida.

Aos termos vernaculares: *algodão, brim, gabardine, lã, linho, malha, microfibra, popeline, sarja, mescla, tafetá, tule, tricoline e veludo* anexa-se o constituinte adjetival estrangeiro *stretch*, que qualifica a base de modo particular e, assim, ficam constituídos: *algodão stretch, brim stretch, gabardine stretch, lã stretch, linho stretch, malha stretch, microfibra stretch, popeline stretch, sarja stretch, mescla stretch, tafetá stretch, tule stretch, tricoline stretch e veludo stretch*.

Além desses, outros termos são formados de base vernacular + predicado estrangeiro, a exemplo disso temos: *crepe mousson* que também pode ser do tipo *georgette e patou, lã pied-de-poule, malha tweed, malha cotton, moletom soft, seda lingerie e xadrez vichy*.

5.5 Empréstimo que gera termo composto híbrido de base estrangeira + argumento vernacular

Nesse tipo de variação, a ocorrência deu-se na construção de base estrangeira + locução adjetiva vernacular. Cite-se, para ilustrar, os exemplos ocorridos em *lingerie de seda*, pelo acréscimo de uma locução adjetiva – de seda – anexada à base estrangeira – *lingerie* – que o diferencia de *lingerie de crepe, lingerie de musseline*.

Em *jacquard acrílico*, o termo de base estrangeira (francês) recebe formativo adjetival vernacular, que o particulariza em relação à *jacquard de seda*.

Em *shantung de seda*, a base estrangeira *shantung* (chinesa) que recebe o formativo prep. + subst. havendo, no entanto, no PB um termo vernacular

decalcado, equivalente ao termo estrangeiro – shantung = xantungue, este não encontrado no *corpus* de análise.

5.6 Empréstimo que gera termo composto híbrido de base estrangeira + argumento vernacular + argumento estrangeiro

Nessa categoria, ocorre, como exemplo, *jeans índigo blue*, em que a base estrangeira – *jeans* – recebe o adjetivo – *índigo* – termo que provoca dúvidas quanto ao seu aparecimento no PB, como constatamos em Houaiss (2001) “... os autores divergem quanto aos caminhos que a forma percorreu para chegar ao port. Segundo AGC, pelo castelhano; outros veem interveniência do italiano ou do francês, bem como as outras línguas, românicas ou não românicas; e remetem para *indig(o)-*, *hindu* e *índio*; f.hist. sXIV *jndio*, 1858” . A esse formativo se anexa outro adjetivo estrangeiro – *blue*, que encerra o conceito *jeans índigo blue*.

O mesmo se dá com o formativo *Jeans com xadrez vichy*, sendo que o termo *vichy* designa ”padronagem xadrez de tecidos utilizados para toalhas de mesa, que apresentam as cores branca e vermelha” (adaptado de Terminologia do vestuário, 1996:95) em que o formativo prep. + subst. + adj, além de especificar o tipo de *jeans* ainda o qualifica melhor fazendo uso do formativo apositivo *vichy*, que significa ‘que é’ branco e vermelho, diferente de ‘tartã’, marrom e bege.

5.7 Empréstimo que gera termo composto híbrido com elementos aportuguesados

No termo *algodão cotelê stretch* observamos que à base – algodão – acrescentou-se o adjetivo *cotelê* – termo aportuguesado do francês – *côtelé*, que também recebe um outro adjetivo do inglês – *stretch*, que encerra o conceito de *algodão cotelê stretch*.

Em *jérsei com lycra* temos a base aportuguesada do inglês *Jersey* – jérsei, adequado ao padrão de acentuação do PB; que recebe o formativo com preposição + estrangeirismo. Assim, o formativo adjetival *com lycra* particulariza o termo jérsei.

Considerações finais

Um número muito reduzido de variação concorrente, em específico, variantes gráfica e lexical, foi observado na análise do Grupo das UTCs. Já a correspondente à variação linguística do tipo lexical foi de maior ocorrência. A

subdivisão, para essa análise, em pequenos grupos, se deu para que se verificasse como ocorria a ativação da variação no constructo terminológico complexo.

Destaca-se a variação do sintagma adjetival (composto por um adjetivo ou sintagma preposicionado); o uso de diferentes preposições (de, com) fez com que o termo fosse mais ou menos particularizado; o apagamento ou não de constituintes originou novos termos e conceitos; a cada novo constituinte acrescentado à direita caracterizava um novo termo e, por conseguinte, um novo conceito.

Constatou-se que as variantes coocorrentes se realizam mais no discurso vulgarizado e menos no padrão oral da língua e, muitas vezes, notou-se que as especificidades de cada termo não são levadas em consideração.

A presença de variantes competitivas no que diz respeito às UTCs são também em grande número, por razões anteriormente mencionadas e pela lacuna existente no léxico do PB; nas UTC os termos são formados a partir da junção de base vernacular + constituinte estrangeira ou vice-versa, sendo portanto, formas híbridas. Ocorrem poucos estrangeirismos complexos; a exemplo temos *cotton lycra*, *black jeans*, *lycra soft*, *changeant stretch* entre outros.

O termo estrangeiro *stretch* é elemento ativador de variação, pois ocorre em diversos termos vernaculares, como, por exemplo, nos pares *sarja stretch* e *sarja com lycra*; *malha stretch* e *malha com elastano*.

O mecanismo de reação da língua ainda está adormecido no que se refere à formação das UTC à luz da variação competitiva, porém se mostra capaz em criar termos no vernáculo, mesmo se valendo de termos aportuguesados, como nos exemplos *jérsei com lycra* e *algodão cotelê stretch*.

Este estudo possibilitou aplicar o modelo apresentado por Faulstich (1995-2003) na intenção de analisar os termos de fibras e tecidos, na área têxtil, bem como o processo de como se dá a variação em terminologia. O modelo, à medida que foi testado, comprovou que na área de especialidade há variação sim, ao contrário do que afirmava Wüster; e que a variação ocorre dentro de um constructo teórico que visa organizar uma gramática, como postula Faulstich.

Referências bibliográficas

- BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004. 285p.
- CABRÉ, M.T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Espanha, Antártida/Empúries, 1993.
- CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de linguística descritiva*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 72 p.

- CRUZ, C. L. S. *Estudo da Terminologia das Fibras e Tecidos na Área Têxtil*. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Distrito Federal.
- ELIA, S. E. *As unidades lexemáticas*. Disponível no site: <http://www.filologia.org.br/anais/anais003.html> acessado dia 15/07/04.
- FAULSTICH, E. *Lexicologia: a linguagem do noticiário policial*. Brasília: Horizonte, 1980.
- _____. *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação*. Brasília: Centro Lexterm, 1995. 31p.
- _____. *Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina*. Ciência da Informação, vol. 24, n.2, 1995 – Artigos.
- _____. *Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina*. Ciência da Comunicação, MCT/CNPq/IBICT, Brasília (24), n.3, 1996, pp. 281-288.
- _____. *Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha*. Actes Réflexions Méthodologiques sur le Travail en Terminologie et en Terminotique dans les Langues Latines. Realiter, Université de Nice-Sophie Antipolis, Nice, 1996, pp. 15-19.
- _____. *Da linguística histórica à terminologia*. Investigações, vol. 7, Recife: UFP, 1997.
- _____. *Princípios formais e funcionais de variação em terminologia*. Seminário de Terminologia Teórica, Barcelona, 28-29 de janeiro, 1999.
- _____. *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. LIV/IL/UnB/Centro Lexterm. Brasília, 2001.
- _____. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – V.7 – USP. São Paulo: Humanitas, 2001.
- _____. *Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia*. In. Ramos, G. G. e Lagos, M. F. P. Panorama actual de la terminologia. Editorial Comares, Granada, 2002.
- _____. *Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas*. In. Faulstich, E. e Abreu, S. P. *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia* – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.
- FINATTO, M. J. B. *Unidade e variação na língua portuguesa: a variação em terminologia*. In. Krieger, M. T. e Maciel, A. M. B. *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001.

- GAUDIN, E. *Pour une socioterminologie: Dès problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen, Publications de l'Université de Rouen, 1993.
- GLOSSÁRIO TÊXTIL E CURIOSIDADES, disponível no site: <http://www.casapinto.com.br/CPGlossarioTextil.html#La> acessado dia 12/10/04.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.
- KRIEGER, M. T. e FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LAMBERTI, F. C. C. *Empréstimos linguísticos no português do Brasil: uma interpretação variacionista*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Distrito Federal.
- LAMBERTI, F. C. C. *Uma interpretação variacionista do empréstimo linguístico no português do Brasil*. In: Faulstich, E. e Abreu, S. P. *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia* – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.
- ORGANISATION INTERNACIONALE DE NORMALISATION. ISO – *Travaux terminologiques – vocabulaire – Partie 1. Théorie et application*. Genebra, ISO, 2000 (ISO/R1087-1).
- REY, A. *La terminologie: noms et notions*. Paris, PUF, 1979.
- SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. [Trad. del inglés Laura Chumillas Moya]. Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Madrid: Pirâmide, 1993, 448p.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 13 ed. São Paulo: Cultrix, 1987. 279 p.
- SENAI/CNTV. *Terminologia do vestuário: português; espanhol-português; inglês-português; francês-português*. São Paulo, 1996.
- SPENGLER, A. *Decifrando a moda: Glossário*. São Paulo: STS, 1993.
- VINCENT-RICARD, F. *As espirais da moda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DIRETO CORREFERENCIAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UM FATO EM VARIAÇÃO

Edila Vianna da Silva

Universidade Federal Fluminense

Academia Brasileira de Filologia

RESUMO: Neste artigo, apresentaremos uma retrospectiva dos trabalhos sobre o OD anafórico de terceira pessoa, especialmente os de cunho variacionista, três dos quais orientados pela autora do artigo. O primeiro examinou o fato na linguagem oral de pescadores da região norte fluminense; o segundo teve como *corpus* redações de alunos do ensino médio, em escolas de Niterói –RJ, e o terceiro examinou a variável em amostras de língua falada e escrita produzidas por estudantes cariocas, integrantes do acervo do Projeto Integrado Discurso e Gramática. A análise dos resultados indica a tendência ao desaparecimento do clítico objeto direto na fala.

PALAVRAS-CHAVE: representação do objeto direto; variação linguística; desaparecimento do clítico

ABSTRACT: *This paper outlines a retrospective of the works on the anaphoric third person direct object, especially variationist studies, three of which were guided by the author of this article. The first research examined the representation of the OD in the oral language of fishermen in northern Rio de Janeiro; the second was based on essays produced by high school students of Niterói - RJ, and the third examined this variable fact in samples of spoken and written language produced by students from Rio. The analysis demonstrates the disappearance of the clitic direct object in oral form of the Portuguese in Brazil.*

KEYWORDS: *representation of the direct object; linguistic variation; clitic disappearance*

Introdução

Estudos apoiados na Teoria da Variação (Omena, 1979; Tarallo, 1983; Duarte, 1986, 1989, 2001; Corrêa, 1991), bem como os realizados dentro do

quadro teórico da Teoria Gerativa (Cyrino, 1990; Kato, 1991), defendem, já algum tempo, que o português do Brasil está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa associado ao aumento da ocorrência de objetos nulos.

Considerando-se a importância do tema para a descrição do português do Brasil, cotejamos trabalhos mais recentes que têm como suporte teórico a sociolinguística variacionista e que versaram sobre a modalidade falada e escrita do português do Brasil, no que concerne à representação do objeto direto anafórico, com o objetivo de verificar se os resultados desses estudos confirmam as conclusões dos teóricos citados quanto ao comportamento da anáfora, qual seja, o possível desaparecimento do clítico objeto direto na fala.

Conforme evidenciam Averbug (2003), Cordeiro (2004) e Oliveira (2005), entre outros, a variedade brasileira do português inclina-se, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo de 3.^a pessoa (1) pelo pronome tônico ELE (2), por SNs anafóricos, com a repetição do referente do OD, (3) ou por uma categoria vazia, também chamada de objeto nulo (4), variantes ilustradas, respectivamente, em (1) – (4), de estruturas retiradas da amostra do *Projeto Integrado Discurso e Gramática*.¹

- (1) “*Ele é um designer conhecido e eu o conhecia através de eventos que o seu escritório havia organizado.*” (D&G: narrativa de experiência pessoal escrita, ensino superior)
- (2) “*(...) das professoras eu acho elas boas... porque... todas as professoras que eu... já estudei... eu passei de ano.*” (D&G: relato de opinião oral, 4^a série do EF)
- (3) “*Eu vi uma senhora no açougue (...) quiseram assaltar... a mulher.*” (D&G: narrativa recontada escrita, 8^a série do EF)
- (4) “*Eu estava ensopa::da de areia... aí eu voltei pra água... pra tirar [a areia]*” (D&G: narrativa de experiência pessoal oral, ensino superior)

2. Pesquisas sobre a variável na modalidade oral

Primeiro trabalho de cunho variacionista a estudar a variável em foco, Omena, em sua dissertação de mestrado (1979), buscou estabelecer as estraté-

1 Trata-se de entrevistas de base narrativa e dissertativa concedidas por vinte e quatro informantes cariocas com diferentes níveis de escolaridade: oito da 4^a série do Ensino Fundamental, oito da 8^a série do Ensino Fundamental e oito do último ano do Ensino Superior.

gias de maior ocorrência na fala de quatro integrantes do projeto MOBRAL² adotando o modelo proposto por Labov. Dentre as variantes analisadas, Omena encontrou 76% de objeto nulo e 24% de ocorrência de pronome nominativo em função acusativa. Não houve uma ocorrência sequer de clítico acusativo na fala desses informantes, variante que aparecera apenas na fala de um universitário, em três ocorrências somente, em estudo piloto que antecedeu sua dissertação.

O trabalho de Omena tornou-se importante fonte para os estudos sobre o objeto nulo no Português do Brasil, pois além de indicar o emprego de duas variantes para o fato analisado e a tendência ao desaparecimento do clítico no PB, apresentou, outrossim, alguns dos fatores favorecedores para o uso mais freqüente de uma em detrimento da outra.

Segundo suas pesquisas, os fatores condicionantes para a maior ocorrência da variante objeto nulo foram: a) o traço semântico de animacidade do antecedente: o traço [- animado] do antecedente, com cerca de 95% das ocorrências, favorece o apagamento do objeto; b) a identidade de função entre o antecedente e a variante (OD), com uma aplicação de 86,5% aos dados, contribui também para o índice de apagamento do objeto e c) a ocorrência em estruturas SVO, com 78,6% dos dados, é fator considerável para a variante.

Duarte (1986; 1989) procura buscar os contextos lingüísticos e extralingüísticos que estariam agindo na realização da variável objeto direto anafórico, utilizando um *corpus* formado de a) gravações da fala natural de cinquenta paulistanos nativos e b) da linguagem de televisão. Em sua pesquisa, Duarte observa o comportamento de uma variante não considerada por Omena, o uso de sintagmas nominais anafóricos, representados ou por SNs plenos (1) ou SNs lexicais com alteração dos determinantes modificados (2), respectivamente ilustrados em:

- (1) Ele vai ver a Dondinha e o pai da Dondinha manda a DONDINHA entrar, ele pega um facão...
- (2) Meu filho ficou morando *no apartamento*, mas ele reclamava muito do barulho, e a gente foi na onda dele de vender ESSE APARTAMENTO...

A pesquisa de Duarte fornece os percentuais de uso das variantes abaixo mencionados.

2 MOBRAL, **Movimento Brasileiro de Alfabetização**, foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*".

Tabela 1 – Distribuição percentual dos dados computados, segundo a variante usada (Adaptada de Duarte,1989:21)

Variante	%
Clítico	4,9
Pron. Lexical	15,4
SN anafórico	17,1
Obj. nulo	62,6
Total	100

Observa-se que o índice mais alto do clítico acusativo de terceira pessoa não chega a 5% e que o objeto nulo constitui a forma preferencial para a representação do objeto direto anafórico.

No que concerne aos condicionamentos linguísticos atuantes na realização da variável, Duarte levanta fatores de natureza morfológica, sintática e semântica e enfatiza que o traço [+ ou – animado] do objeto mostra-se extremamente importante na escolha da variante candidata à representação do objeto direto anafórico. Enquanto o uso do clítico e do pronome lexical é fortemente condicionado pelo traço [+ animado] do objeto, a preferência pelo objeto nulo e pelos SNs anafóricos recai sobre os objetos com antecedente [- animado].

No que diz respeito ao condicionamento social, Duarte averigua o papel de duas variáveis: nível de escolaridade (1º grau completo ou incompleto, 2º e 3º graus) e faixa etária (de 22 a 33anos, de 34 a 46 anos e acima de 46 anos). A autora organiza ainda outro grupo, constituído de jovens entre 15 e 17 anos, cursando a 8ª série do 1º grau.

As tabelas que seguem apresentam o percentual de ocorrência das variantes, conforme a ação das variáveis independentes supracitadas.

Tabela 2 – Uso das variantes, segundo a escolaridade (Adaptada de Duarte, 1989:26)

Variante	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Obj, nulo
Grupo de fator				
Jovens 1º grau	–	23,5%	10,7%	65,9%
1º grau	3,4%	21%	11,7%	63,9%
2º grau	3,6%	21,6%	14,1%	60,7%
3º grau	6,4%	9,8%	18,8%	65%

Tabela 3 – Uso das variantes, segundo a faixa etária (Adaptada de Duarte, 1989:27)

Variantes	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Objeto nulo
Faixa etária				
Jovens – 15 a 17 anos	–	23,5%	10,7%	65,8%
22 a 33 anos	5%	20,7%	13,5%	60,8%
34 a 46 anos	3%	16,1%	13,3%	67,6%
Acima da 46 anos	5,7%	15,1%	18 %	61,2%

Duarte chama a atenção para a total ausência de clíticos na fala dos mais jovens, enquanto para os demais grupos seu uso cresce ligeiramente de acordo com o nível de escolaridade e permanece variável em relação à faixa etária. Contrariamente, o emprego do pronome sujeito de terceira pessoa, mais freqüente na fala dos jovens (23,5 %), diminui à medida que escolaridade e faixa etária sobem. Quanto à variante SN anafórico, que possui comportamento semelhante ao do clítico, a autora observa que entre os informantes situados nos níveis mais altos de escolaridade e faixa etária seu uso supera o do pronome sujeito em função acusativa. Segundo a autora, o favorecimento do objeto nulo por todos os grupos evidencia o estágio de implementação da variante no sistema lingüístico. Duarte acrescenta à pesquisa um teste de percepção e produção por meio do qual observou a reação dos seus informantes diante do uso das variantes estudadas em diferentes contextos. A ausência de estigma em relação ao apagamento do objeto, que é sequer percebido pelos informantes, indica que seu uso pode ser mais freqüente do que o do pronome lexical, estigmatizado por esses mesmos falantes, de acordo com o contexto sintático. Em estruturas simples, é menor a aceitação do pronome lexical, como em: “Eu vi ELE ontem no cinema”. Já em estruturas mais complexas, o falante considera mais natural dizer: “Eu acho ELA sensacional”.

O estudo de Pará (1997), centrado na fala de pescadores do estado do Rio de Janeiro apresentou resultados semelhantes ao estudo de Omena. Confirmando o princípio da economia lingüística, a análise dos dados comprovou que o cancelamento do elemento lexical na posição de OD é a estratégia mais produtiva, com um percentual de aplicação de 63% no *corpus*: o percentual atingido pela variante superou a soma dos percentuais alcançados por suas concorrentes. Seguiu-se a representação do objeto direto anafórico por SN, com 24% de aplicação, que se explica pela preocupação do falante com a clareza do discurso, que supera princípios gerais comprovadamente relevantes para o

fenômeno da variação, tais como o da economia linguística e o do paralelismo formal. Contrariamente ao que se esperava, o pronome ELE em função acusativa, com 14% de aplicação, apresentou menor produtividade do que a representação por SN anafórico, para o que concorreram a natureza animada do referente e o paralelismo de função. Também nesse trabalho, constata-se que em estruturas mais complexas, com verbo TD e predicativo do OD (Achei ELE mais forte), o falante prefere representar o referente na função de objeto pela pronome ELE. Em relação às duas últimas variantes, somente se pode afirmar que essas formas concorrem em variação estável no dialeto estudado.

3 Pesquisas sobre a variável nas modalidades oral/ escrita

Corrêa (1991) estuda o comportamento da representação do OD anafórico em um *corpus* misto formado de textos orais e escritos. Após a análise da produção oral e escrita de quarenta alunos do Ensino Fundamental, cinco para cada uma das oito séries que o compõem, a que se acrescenta a fala de cinco universitários e de adultos analfabetos, a pesquisa de Corrêa revela a intervenção da escola no processo de aquisição do clítico acusativo de terceira pessoa.

Em primeiro lugar, salienta-se o uso inexpressivo do clítico acusativo na fala (sem ocorrência entre os adultos analfabetos e entre os alunos de 1.^a até à 4.^a séries), fato já comprovado por Duarte (1989), Omena e Pará. De acordo com Corrêa, a emergência desta variante ocorre, na língua escrita, pela primeira vez na 3.^a/4.^a séries, e na oral, a partir da 5.^a série, ratificando a hipótese de que a variante normativa já não faz parte do *input*, que leva à aquisição da L1 no PB, e que sua aquisição se dá primeiro na escrita para depois acontecer na fala.

Quanto à amostra de língua escrita, a autora constata o decréscimo de objetos nulos e pronomes lexicais, ao mesmo tempo em que verifica o aumento do uso dos clíticos, por meio do alto percentual de ocorrência que essa variante alcança com o aumento da escolaridade, passando de 9,3% nas 3.^a/4.^a séries para 85,7% na escrita universitária. A escola atua outrossim no combate à ocorrência da variante pronome ELE em função acusativa, uma vez que há uma diminuição de sua presença na fala com o aumento do nível de escolaridade (passa de 25,6% na fala de adultos analfabetos para 7,1% na fala de universitários) e, na escrita, simplesmente desaparece nos textos escritos por universitários.

A estratégia mais estável é o apagamento do objeto na fala e na escrita, excetuando-se sua ocorrência nos textos dos alunos universitários, quando

atinge um percentual de apenas 9,5 %, pois, como já se comentou, a variante mais frequente nesses textos é o clítico acusativo, com percentual de 85,7 %.

Silva (2008), com a mesma finalidade de examinar a variável objeto direto anafórico, tomou por objeto de estudo um conjunto de textos orais e escritos retirados da amostra do Projeto Integrado Discurso e Gramática. Utilizou entrevistas de base narrativa e dissertativa concedidas por vinte e quatro informantes cariocas com diferentes níveis de escolaridade: oito da 4.^a série do Ensino Fundamental, oito da 8.^a série do Ensino Fundamental e oito do último ano do Ensino Superior.

Formou o *corpus* do trabalho com narrativas de experiência pessoal orais e escritas, narrativas recontadas orais e escritas e relatos de opinião orais e escritos, o que totalizou cento e quarenta e quatro textos.

Verificando a ocorrência residual do clítico acusativo de terceira pessoa, trabalhou apenas com três estratégias de representação do fenômeno em variação: objeto nulo, SN anafórico e pronome lexical.

Na distribuição das variantes de objeto direto anafórico, computaram-se 230 ocorrências, dentre as quais 112 (48%) são de objetos nulos, 63 (27%) de SNs anafóricos, 49 (21%) de pronomes lexicais e somente 6 (2%) de clíticos.

O primeiro ponto a ressaltar nos resultados dessa pesquisa é o baixíssimo emprego da variante padrão (clítico acusativo de terceira pessoa), o qual se contrapõe à alta frequência da categoria vazia. Esta evidência confirma a idéia defendida por Duarte (1989) de que o apagamento do objeto constitui importante estratégia de esquiva, face ao uso do clítico, forma de representação mais artificial, e do pronome nominativo em função acusativa.

Tabela 4 – Influência da variável escolaridade sobre as variantes pronome lexical e SN anafórico

Variante	Pronome lexical		SN anafórico
	Frequência	P. R.	Frequência
Grupo de fator			
4 ^a série do EF	25/43= 58%	.75	18/43= 41%
8 ^a série do EF	16/26= 61%	.52	10/26= 38%
Ensino Superior	8/43= 18%	.23	32/45= 81%

Tabela 5– Influência da variável escolaridade sobre as variantes pronome lexical e objeto nulo

Variante	Pronome lexical		Objeto nulo
	Frequência	P.R	Frequência
Grupo de fator			
4ª série do EF	25/61= 40%	.70	36/61= 59%
8ª série do EF	16/49= 32%	.49	33/49= 67%
Ensino Superior	8/51= 15%	.26	43/51= 84%

Os resultados corroboram os estudos de Duarte (1989) e Averbug (2003), indicando que falantes com alto grau de escolarização tendem a utilizar pouco a variante estigmatizada (pronome lexical), enquanto falantes menos escolarizados parecem produzir com maior frequência a forma não-padrão.

O emprego de SNs anafóricos exhibe um percentual estável na passagem da 4.ª para a 8.ª série do EF. Já no discurso de estudantes do último período do Ensino Superior apresenta um grande número de registros, figurando-se como uma estratégia neutra.

A variante objeto nulo se afirma igualmente como uma importante candidata à representação da variável em estudo. A preferência pela categoria vazia, em todos os segmentos escolares observados, indica a sua implementação no sistema lingüístico do português do Brasil, evidência já pontuada por Duarte (1989) e Averbug (2003).

Verifica-se, assim, que o processo de escolarização obtém êxito ao conseguir coibir o uso do pronome sujeito em função acusativa. Contudo, fracassa ao tentar imprimir a forma de prestígio. Contrariando as expectativas do atual trabalho, não houve aumento do uso de clíticos, à medida que se elevava o nível de escolaridade do informante – foram registradas apenas seis ocorrências em todo o *corpus*. Isso sugere que o emprego do clítico relaciona-se ao nível de letramento do estudante, isto é, à prática de leitura e de produção de textos escritos que possui.

Averbug (2003) analisa o comportamento variável da representação do objeto direto anafórico em textos escritos por alunos com distintos níveis de escolaridade: Ensino Fundamental (Classe de Alfabetização, 4.ª e 8.ª séries), Ensino Médio (3.ª série) e Superior (turmas de Português Instrumental).

Os dados recolhidos durante a análise da variável espelham toda a evolução da aprendizagem do aluno, a começar de sua entrada na Classe de Alfabetização, passando pelas séries terminais de cada segmento escolar **Tabela 6** – Representação do objeto direto anafórico, segundo a escolaridade (Adaptada de Averbug, 2003)

Variantes	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Obj. nulo
Grupo de fator				
Cl. Alf.	2%	19%	30%	49%
4ª série	6%	15%	34%	45%
8ª série	23%	13%	31%	33%
3ª série do EM	28%	6%	30%	36%
ENS. SUP.	40%	–	37%	23%

Averbug chega a conclusões semelhantes às de Corrêa, comprovando o aumento significativo do emprego do clítico, variante prestigiada, e a reduzida expressão da variante estigmatizada, o pronome nominativo *ele*. Devido à ação da Escola, a frequência do clítico cresce gradativamente de 2%, na Classe de Alfabetização, para 40% no Ensino Superior, ao mesmo tempo em que o pronome lexical sofre queda de 19% para nenhuma ocorrência. O uso de SN anafórico e objeto nulo embora diminuam, mantêm-se como estratégias importantes na manifestação do objeto direto anafórico. A autora pondera que a implementação do objeto nulo na língua oral atinge também a modalidade escrita.

A pesquisa de Averbug demonstra que a Escola recupera, parcialmente, as formas ausentes na língua oral. Se, por um lado, a escrita dos alunos consegue reproduzir o padrão estabelecido, por outro, põe em prática, igualmente, variantes do registro oral.

Cordeiro (2004), preocupada em entender como se processa a recuperação do clítico acusativo de terceira pessoa pela Escola, realiza um estudo a partir da aplicação de dois testes a alunos do Ensino Fundamental (2.º segmento) e Médio: um teste de produção e um de percepção. O primeiro consiste na reformulação de um texto que apresenta problemas coesivos; o segundo, na reprodução de uma fábula lida pelo professor, repleta de clíticos acusativos.

Por meio do teste de produção, a autora observou o comportamento da variante padrão em relação à variante estigmatizada. Nas três primeiras séries do segundo segmento do Ensino Fundamental (5.ª, 6.ª e 7.ª), o pronome lexical é mais usado que o clítico; nas duas séries do Ensino Médio (1.ª e 2.ª), é o clítico acusativo a variante de maior frequência. Entre a 8.ª série do EF e a 1ª do EM, verifica-se a concorrência entre essas duas formas, resolvida em favor da variante de prestígio a partir da 2.ª série do EM. À medida que ocorre a evolução das séries escolares, o uso do clítico e do pronome lexical vai se acomodando em função da estrutura sentencial. Ocorre quase uma espécie de especialização: o clítico ocorre nas estruturas simples e o pronome lexical nas estruturas complexas. Observe-se que o trabalho de Duarte (1986) já assinalara

que na estrutura complexa há redução do estigma em relação ao uso do pronome lexical em posição de objeto.

A aplicação do teste de percepção tornou possível a compreensão das fases de aparecimento do clítico e dos traços de animacidade a ele associados. Segundo a autora, dentre as séries do EF, é na 8.^a que o clítico exibe o mais alto percentual de ocorrência. Os clíticos produzidos por alunos das etapas escolares iniciais possuem o traço semântico [+ animado]. Já os de traço [- animado] ou [+ sentencial] aparecem em momentos posteriores. Centrando a atenção nos traços de referencialidade, Cordeiro chega à seguinte escala evolutiva da aprendizagem dos clíticos.

5.^a e 6.^a séries – clítico [+ animado]

7.^a série – clítico [+ animado] e [- animado]

8.^a série – clítico [+ animado], [- animado] e sentencial

A avaliação dos dados indica que a “descoberta” do clítico obedece à hierarquia referencial: em primeiro lugar, o aprendiz assimila o traço [+ animado] do referente; em seguida, o traço [- animado]; e, por fim, compreende que o clítico também retoma antecedentes sentenciais.

Cordeiro (Op. Cit.) justifica a maior produção de clíticos na 8.^a série do EF em função da distribuição do conteúdo gramatical. Segundo a autora, esta série escolar constitui comumente o período em que se ensina a análise dos períodos compostos por subordinação. É nesse momento que se concretiza a aprendizagem do clítico, uma vez que o aluno já tem apreendido o conceito de oração.

Silva e Araújo (2008) analisaram um *corpus* formado de vinte e oito redações: dez do sexto ano, oito da oitava série e dez do segundo ano do ensino médio, partindo das hipóteses de que os textos dos menos escolarizados deveriam apresentar maior frequência do pronome acusativo – ELE -, a variante estigmatizada (C), assim como do objeto nulo (A). Optou-se, por isso, por uma proposta de produção textual de gênero narrativo, acessível a todos os níveis de escolaridade.

Além dessas estruturas, consideraram-se também a de representação do objeto direto anafórico pela repetição do sintagma lexical (B) e por um clítico (D), opções justificadas com base nos estudos variacionistas de Duarte (1986, 1989, 2001) e Pará (1997), já comentados.

Simplificadamente, a pesquisa chegou a resultados semelhantes aos obtidos nos estudos mencionados. Observe-se, em seguida, a tabela que os resume.

Tabela 7: Resultado total das ocorrências nos textos dos informantes dos três níveis de escolaridade.

Fatores	Ocorrências (%)
A (Apagamento)	47 (37,3%)
B (Repetição do sintagma nominal)	63 (50%)
C (Pronome oblíquo tônico)	2 (1,59%)
D (Representação por um clítico)	14 (11,11%)
TOTAL	126

Os dados demonstram haver, no texto desses estudantes, maior produtividade da repetição do sintagma lexical (50%), seguida do apagamento (37,3), da representação por um clítico (11,11%) e, por último, da representação por um pronome oblíquo tônico (1,59%). A tabela revela baixo índice percentual deste último, o que demonstra que tal estrutura é estigmatizada principalmente na escrita.

A tabela evidencia que, na língua escrita, a norma é a repetição do sintagma nominal seguida pelo apagamento do objeto direto. Este fato reflete que as representações mais usualmente utilizadas na fala são também as mais empregadas na escrita, embora haja, na fala, maior produtividade do apagamento seguida de repetição do sintagma.

Observe a tabela abaixo que apresenta os resultados da representação do objeto direto anafórico nos três níveis de escolaridade.

Tabela 8: Resultado das ocorrências por níveis de escolaridade.

Fator	Sexto ano- EF	Nono ano –EF	Segunda série -EM
	Nº. de ocorrências (65)	Nº. de ocorrências (18)	Nº. de ocorrências (43)
A (AP.)	23 (35,31%)	11 (61,11%)	13 (30,23 %)
B(rep.)	34 (52,34%)	4 (22,22%)	25 (58,14 %)
C(ele)	-	1 (5,56%)	1 (2,33 %)
D (clít.)	8 (12,31%)	2 (11,11%)	4 (9,3 %)

Os dados apontam para a ocorrência do fator B ser predominante sobre os demais nos textos dos informantes da quinta série (sexto ano) e do segundo ano. Constata-se pelos índices relativos às redações da oitava série (nono ano) a predominância acentuada de ocorrências de A (61%) sobrepondo-se às ocorrências de B (22%).

Em relação ao fator C, não há nenhuma ocorrência da estrutura entre os informantes da quinta série e apenas duas ocorrências entre os informantes da oitava série e do segundo ano, o que reforça a tese de que tal estrutura é estigmatizada na escrita.

Os resultados comunicam, ainda, ao contrário do que se esperava, que não houve uma progressão do uso da estrutura de maior privilégio na língua escrita – representação do objeto pelo clítico. Contrariando a suposição de que principalmente à escola cabe o ensino estrutura, a maior produtividade do clítico deu-se em textos dos estudantes da quinta série, demonstrando o que seu uso relaciona-se diretamente à experiência de leitura e escrita do informante.

Considerações finais

A revisão das pesquisas mencionadas evidencia que o clítico acusativo (*o/a*) está em franco processo de extinção na língua oral. Nas estruturas complexas é substituído pelo pronome *ele* (*Achei ele um chato; Vi ele tocar a campanha*); nas demais estruturas pelo Sintagma Nominal ou simplesmente por uma posição vazia, a que se tem chamado de objeto nulo/ categoria vazia, que domina na língua oral e é bastante significativa na escrita. Considerando-se o alto percentual de nulo, encontrado nos trabalhos cotejados, conclui-se que na fala o clítico cede espaço para o objeto nulo nas estruturas simples. Tendo em vista que o uso do clítico acusativo é residual na fala, ele não ocorre no *input* a que a criança brasileira está exposta, de modo que ela só irá aprender a usar o clítico acusativo durante o processo de escolarização, conforme Corrêa verificou em sua pesquisa. E mais, a aprendizagem se dá primeiramente na escrita e depois é que se incorpora à fala.

Referências

- AVERBUG, Mayra Cristina Guimarães. Variação lingüística e ensino: em foco o objeto direto anafórico. In: *VIII Congresso da ASSEL-RIO. Anais...* Rio de Janeiro: ASSEL-RIO, 1999, p. 827-834.
- _____. Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes. In: *VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Cadernos...* Série VII, nº 11. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-12.html>. Acesso em 15 de julho de 2008.
- CORDEIRO, Roseli. *A aprendizagem dos clíticos acusativos de 3.ª pessoa*. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). USP, São Paulo.

- CORRÊA, Vilma Reche. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). UNICAMP, São Paulo.
- CYRINO, S.M.L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163 – 184.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Linguística). PUC-SP, São Paulo.
- _____. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.
- _____. Ensino da língua em contexto de mudança. *Cadernos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, v. IV, nº 12. Rio de Janeiro: 2001. p. 51-61, 2001.
- OLIVEIRA, M. O ensino da língua portuguesa: os clíticos acusativos. (Comunicação). In: *IV Seminário de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2005.
- Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maril013.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2008.
- OMENA, N.P de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1970. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). PUC-RJ, Rio de Janeiro.
- PARÁ, Mara Lúcia D. Estratégias de representação do objeto direto co-referencial. 1997. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA, Fernanda Gomes. *O objeto direto anafórico: variação em textos orais e escritos de estudantes cariocas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA, Edila V. da. e ARAÚJO, Carolina. *Variação e ensino: a realização do objeto direto anafórico* (Comunicação). XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

TOPÔNIMOS COMPOSTOS POR *LÂNDIA* E *PÓLIS*: ALGUNS ASPECTOS DISCURSIVOS

Ana Claudia Castiglioni

Universidade Estadual Paulista-São José do Rio Preto

RESUMO: A Análise do Discurso, teoria que orientará a análise dos dados neste trabalho, procura compreender os sentidos expressos pela linguagem, levando em consideração o sujeito afetado por fatores extralinguísticos, sejam eles históricos, sociais, políticos, e exposto a determinadas condições de produção de discursos. Sob este ponto de vista, analisaremos brevemente os topônimos que se caracterizam por serem nomes híbridos, compostos por *pólis* e *lândia*, que nomeiam cinco cidades do estado de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: topônimos; *lândia*; *pólis*; sentidos.

ABSTRACT: *The Discourse Analysis, which will guide the data analysis in this paper, seeks to understand the expressed meanings through language, taking into consideration the subject affected by extralinguistic factors, be they historical, social, political, and exposed to conditions of production of discourses. Under this point of view, we will briefly analyze names that are characterized by being hybrid names, composed by pólis and lândia, which name five cities in the state of Mato Grosso do Sul.*

KEYWORDS: *toponimies; lândia; pólis; meanings*

Introdução

Algo comum e bastante recorrente quando se observa nomes de ruas ou de cidades é o fato de muitos desses nomes se referirem a pessoas. O que remete diretamente a possíveis homenagens prestadas a sujeitos que ocuparam um lugar social, seja ele político ou administrativo para determinada região. A Toponímia é a ciência que trata do estudo desses nomes próprios de lugares e além do estudo linguístico de um nome, a pesquisa toponímica estabelece relações entre a cultura e a história do lugar, ou seja, realiza uma pesquisa abran-

gente em que se analisam aspectos geográficos, históricos, sócio-econômicos e linguísticos que permitam ao estudioso descobrir a origem e a motivação de um determinado topônimo. A principal característica da Toponímia constitui-se no seu caráter integral e interdisciplinar, o que possibilita o estudo de uma determinada realidade social, desvendando sua cultura, seus hábitos e seus interesses. Para Dick (1992), a Toponímia é o estudo dos designativos geográficos em sua bipartição física (rios, córregos, morros) e humana (aldeias, povoados, cidades, ruas, fazendas).

Contudo, outras possibilidades de estudos com os nomes próprios são abordadas, como a produção de sentidos que pode ser atribuída a eles quando tomados por textos, abordagem proposta pela teoria da Análise de Discurso na qual pretendemos buscar respaldo, assim como na Toponímia, para tratar brevemente de um aspecto da toponímia de Mato Grosso do Sul, a saber, os topônimos relativos a pessoas que designam as cidades deste estado, um total de cinco nomes tendo em sua estrutura as terminações *lândia* e *polis*. Os dados foram catalogados nos mapas dos municípios em escala 1.100.000¹ e registrados no banco do Projeto ATEMS². Neste banco encontram-se registrados todos os nomes dos setenta e oito municípios, sendo destes, quinze classificados como antropotopônimos ou topônimos relativos a nomes de pessoas, sendo cinco desses compostos pelos elementos de composição *landia* e *polis*. A classificação de antropotopônimos foi adotada conforme a classificação proposta por Dick (1992, p. 31-34) cujo modelo se divide em onze taxinomias de natureza física, e dezesseis de natureza antro-po-cultural. A terminologia técnica utilizada pela autora é formada pelo termo que justifica a escolha do elemento denominativo e pelo vocábulo que identifica a ciência específica. Assim, por exemplo, nomes relativos às formas topográficas foram denominados geomorfotopônimos (geomorfo = elemento designativo; topônimo = identificação da ciência específica), como *Montanhas* (AH³ RN), *Monte Alto* (AH SP), *Morro Azul* (AH RS) (DICK, 1992, p. 26 e 31). Ou então nomes relativos a nomes de pessoas são classificados como antro-po + topônimo, como *Fernandópolis* (AH SP). Os nomes que serão analisados são os antropotopônimos Alcinópolis, Anaurilândia, Cassilândia, Deodápolis e Sidrolândia. Durante esta abordagem

1 Mapas disponíveis no site do IBGE <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> com acesso de janeiro a julho de 2008.

2 ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul – projeto em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a coordenação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

3 AH: Acidente Humano.

discursiva recuperaremos alguns fatos históricos e aspectos sociais, políticos e geográficos que influenciaram a nomeação destas cidades sedes de município.

Topônimos como objeto simbólico: pressupostos teóricos e análise

A Análise de Discurso, teoria que orientará a análise dos dados toponímicos neste trabalho, procura compreender os sentidos expressos pela linguagem, levando em consideração o sujeito afetado por fatores extralinguísticos, sejam eles históricos, sociais, políticos, e exposto a determinadas condições de produção de discursos. Os discursos são tratados por esta teoria como a materialidade da ideologia dos sujeitos. Segundo Orlandi (2001, p. 20) a

Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o sendo de modo servil e trabalha uma noção, a de discurso, que não se reduz ao objeto da linguística, nem se deixa absorver pela teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

O discurso enquanto objeto de análise, também chamado objeto simbólico, pode apresentar-se de diversas formas, como uma reportagem, um artigo de lei, um verbete, uma conversa, um quadro, uma placa ou, no caso deste trabalho, designativos de cidades. Passa a ser mais do que transmissão de informação, possibilitando reflexões em torno dos efeitos de sentidos que podem ser depreendidas de acordo com os sujeitos, suas ideologias e situação de produção, desse modo, a leitura proposta por uma análise discursiva vai além do que é evidente no texto e desfaz a ideia de que a linguagem é transparente.

As condições de produção de um discurso compreendem “os sujeitos, a situação e a memória” (ORLANDI, 2001, p. 30) e nesse sentido o conceito de condições de produção leva a considerar os fatores extralinguísticos para a compreensão dos discursos. O objeto discursivo se forma na articulação do lingüístico com o histórico. É nessa medida que se concebe um funcionamento discursivo, o qual pressupõe a relação da língua com a exterioridade (NUNES, 2006, p. 19).

As condições de produção podem ser consideradas em sentido estrito, em que o contexto imediato é relevante ou em sentido amplo onde o contexto sócio-histórico e ideológico são incluídos. Para a breve análise dos nomes das cinco cidades que faremos neste trabalho consideraremos o sentido amplo das condições de produção dos topônimos, uma vez que as localidades foram nomeadas em época anterior, levando naturalmente a serem considerados os fatos e a situação do momento da nomeação. O contexto amplo é, no caso dos nomes das cidades, o modo como a sociedade se organiza nomeando os lugares de acordo com decretos e leis para que este lugar possa existir de forma oficial, registrado em órgãos públicos e localizado em mapas. A esse respeito, Guimarães (2002, p. 44) aponta que “o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico”. Em relação ao sujeito, na análise de discurso, não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. O enunciador e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito, que são historicamente constituídas. A memória discursiva, por sua vez, é tratada como interdiscurso que é definido por tudo aquilo que já foi dito, as enunciações anteriores. É a relação de tudo o que está sendo dito, o momento da enunciação, com o passado.

Com relação ao objeto simbólico a ser analisado neste trabalho, os nomes próprios de alguns lugares que se referem a pessoas, ou seja, os antropotopônimos, também são estudados pela toponímia, como já referido anteriormente. Estes estudos voltam-se para as questões linguísticas do estudo do nome, como a estrutura morfológica, a etimologia, a classificação taxionômica, a presença de variantes; e para questões extralinguísticas, como as informações enciclopédicas e a história do lugar, o contexto em que este nome aparece e, sobretudo, a motivação do nome. Nesse sentido o ato de nomear é influenciado pelas características físicas, reais, objetivas do lugar e da impressão, da imagem que o denominador tem daquele lugar, ou seja, o motivo que o impeliu a referir-se de uma ou de outra forma a um determinado local, atribuindo-lhe um nome. Esse momento de associação entre um signo linguístico de natureza arbitrária e um novo referente é que transforma esse signo em topônimo. Formular uma ideia e escolher elementos denominativos que estejam agregados a um novo referente, nesse caso a um lugar, transforma os signos linguísticos arbitrários em signos motivados, ou seja, em signos toponímicos. A respeito do estudo da motivação dos topônimos Isquierdo (1996, p. 90) pondera que

o signo toponímico se nos apresenta como um dos aspectos do léxico, particularmente complexo, no que se refere a sua motivação designativa. A diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos.

Os topônimos que surgem de forma espontânea são também chamados por Dick (1992), de vocábulos toponímicos básicos. São aqueles que servem para definir um espaço, um ambiente. É a forma de um morro, é o curso do rio, sendo ele acidentado, suave, raso, com corredeiras, com saltos, sem peixes. Segundo a autora, esses nomes são incorporados de forma natural aos usos linguísticos de um grupo:

[...] a aparente indefinição resulta, geralmente, ou de sua própria unicidade na área ou da maior familiaridade com o acidente em si. O chamamento espontâneo torna supérflua naquele momento, qualquer outra referência, só aconselhada para uma melhor identificação, quando preciso for (DICK, 1996, p. 65).

No caso da toponímia do Brasil, os nomes que surgiram de forma espontânea são em sua maioria de procedência indígena, especialmente os voltados para a nomeação de acidentes físicos, ocorrida na época anterior ao descobrimento, “denominações que confirmam a admirável justeza e absoluta precisão do nosso ameríndio ao traduzir no batismo dos acidentes, a realidade geográfica” (CARDOSO, 1961, p. 192). Há também a origem sistemática ou oficial da nomeação, atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído ou não (DICK, 1992, p. 49).

A motivação é que permite ao pesquisador a busca da explicação da escolha do nome, a causa denominativa. No caso do estudo dos topônimos, muitas vezes apenas a etimologia da palavra não é suficiente para explicar sua motivação, já que antes de nomear um lugar, o topônimo era um signo linguístico comum de natureza arbitrária. O topônimo configura-se como um elemento do léxico que é escolhido para melhor definir a idéia que um indivíduo tem de um espaço. Por essa razão é que os estudos toponímicos buscam em outras ciências subsídios que colaborem na descoberta da história de um nome.

Os fatores extralinguísticos são relevantes durante a análise de um topônimo e, sobretudo, quando se trata da motivação. Nesse particular, Isquerdo (1996, p. 85) ressalta que

um topônimo além de determinar a identidade de um lugar, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sócio-cultural de uma região. Desta forma, o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois, de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido.

No Brasil os estudos toponímicos se deparam com nomes não apenas de origem portuguesa, como também com designativos provenientes da língua dos outros povos que existiram no País, desde o início da sua história: os indígenas, os africanos, e os europeus. Para Dick (1987, p. 99), “há em cada uma dessas camadas língu-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define”.

A população indígena tinha uma tendência motivadora bastante objetiva para nomear os acidentes, haja vista o contato direto desses grupos com a natureza, o que lhes facilitava a descrição do acidente geográfico. Cardoso (1961, p. 92-93) traz muitos exemplos que ilustram essa capacidade ameríndia, entre eles, os casos de lago *Jaciuaruá*, espelho da lua, gruta *Capóimutá*, boca da lua, *Uêi-tepê*, serra do Sol. A nomeação feita pelos indígenas, de fato, ocorreu antes da colonização, já que com a chegada dos portugueses ao Brasil os nomes começaram a ser substituídos por palavras lusitanas ou por palavras em tupi que era a língua de prestígio entre os primeiros habitantes do território brasileiro. Os elementos que motivavam a nomeação indígena geralmente estavam relacionados à natureza.

Os portugueses que chegaram ao continente americano tinham como principal objetivo a exploração econômica e a catequização dos povos ditos ‘selvagens’, daí o fator extralingüístico que mais os motivava no ato de nomear o novo espaço era a demonstração de avanço em terras brasileiras. Os acidentes físicos ainda não nomeados ou acidentes humanos que começaram a surgir recebiam nomes especialmente de santos de devoção católica e de localidades portuguesas em homenagem à terra natal dos colonizadores, como nos exemplos citados por Dick (1992, p.81): rio *de São Francisco*, angra *de Todos os Santos*, cabo *de Santo Agostinho*. O mesmo aconteceu com os demais imigrantes europeus que também nomeavam os seus povoados com nomes de cidades européias, evidenciando o saudosismo da terra natal, como as cidades *Nova Milano*, *Nova Vicença*, *Nova Veneza* (DICK, 1992, p. 101), diferente dos portugueses, que denominavam os lugares fazendo referência a Portugal por uma questão de dominação, de afirmação de posse por meio da língua.

Já topônimos de origem africana, como *Mocambo*, *Cabaça*, *Cacimba*, *Caxambu*, *Marimondo*, buscam inspiração nos vocábulos referentes à cultura espiritual, à culinária, às danças, aos utensílios utilizados pelos africanos. A quantidade de acidentes nomeados que fazem referência a esses povos é pouco expressiva e o processo de nomeação é, em grande parte, feita pelo colonizador (DICK, 1992, p. 148). Pondera, ainda, a mesma toponimista que,

enquanto a denominação indígena, por uma necessidade de identificação do próprio habitat, é preexistente ao branco, que a aceitou, geralmente promovendo, ele também, a criação de novos vocábulos dessa origem, o negro ocupou, no país, um papel secundário em relação ao processo denominativo (DICK, 1992, p. 153).

A nomeação geralmente é causada por influências externas, pela realidade que cerca o designador, mas nem sempre é assim, pois o denominador pode se afastar dessa tendência. Nesse particular Dick (1999, p. 133) ressalta que

não há um compromisso real do denominador nem uma imposição do processo de nomeação quanto a representar fidedignamente a paisagem; num contexto físico como o brasileiro, dominado pela geomorfologia exuberante, o denominador pode resistir a esse cenário [...] Em seu livre arbítrio, o sujeito pode optar por injunções de diversas ordens afastando-se de qualquer tendência objetiva, presa às condições do meio.

Desse modo, ao analisar o nome das cidades e suas características extralinguísticas, neste trabalho considerados de uma forma discursiva, pode-se chegar a aspectos culturais, sociais e políticos de uma localidade. Guimarães (2002, p. 44) ao tratar dos nomes de rua, explica que “a enunciação que nomeia uma rua toma como unidade algo que uma enunciação anterior construiu por certas relações específicas de determinação”, no caso dos nomes de cidades que estamos tratando, são designativos que já nomearam uma pessoa, ou seja, é uma enunciação a partir da enunciação que nomeou alguém, trazendo para as cidades a história desta enunciação anterior. São sujeitos tentando perpetuar a si mesmos e a sua história por meio de uma designação institucionalizada e que possivelmente nunca será mudada. Os nomes que possuem uma estrutura híbrida como Alcínópolis, Anaurilândia, Cassilândia, Deodápolis, e Sidrolândia, demonstram ser descritivos, já que as formações geralmente usadas como elemento de composição em inglês *land* significa terra e *polis*, do grego, cidade, indicam que determinada localidade pertence a determinado sujeito. Como em

Alcinópolis, nome formado por parte de um nome de pessoa, *Alcino*, e pelo elemento de composição *polis*. Nesse caso, o sujeito designador é um sujeito que ocupa um lugar político, pois conforme Ferreira Neto (2004, p. 163)

O lugar onde hoje se localiza o município era conhecido como fazenda Bananal. Depois, passou a Alcinópolis em homenagem ao primeiro representante da região da fazenda Bananal na câmara de vereadores, Alcino Fernandes Carneiro, que também foi eleito primeiro prefeito de Alcinópolis, exercendo o mandato no período de 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996.

Assim, a motivação do designativo não passa pela homenagem, e sim, pela pretensão de associar a história pessoal deste sujeito a história da localidade, acontecendo, dessa forma, a exemplo do que acontece com parte das outras cidades citadas, um processo de silenciamento das outras histórias que envolvem a localidade bem como seus outros moradores.

Processo semelhante ocorre com o nome da cidade de Cassilândia, com sua estrutura morfológica formada também por parte de um nome próprio de pessoa e o elemento de composição *lândia* constituído a partir da unidade léxica *land* podemos depreender que a terra pertence a alguém. Neste caso, ao analisarmos as condições de produção consideradas em sentido amplo onde o contexto sócio-histórico e ideológico são incluídos, observamos que, ao contrário do que acontece com as outras cidades, o sujeito cujo nome compõe o designativo da cidade é alguém que de fato era dono da terra onde começou a se formar o povoado que posteriormente foi elevado a município. O contexto histórico para o processo denominativo acontece por volta de 1931, quando, procedente de Patrocínio, Minas Gerais, chegava à região onde é hoje o município citado, Joaquim Balduino de Souza se estabelecendo em terras devolutas, junto às propriedades já existentes. Em 1943, Joaquim Balduino, mais conhecido pela alcunha de *Cassinha*, considerando a distância e as dificuldades para atingir os centros comerciais, idealizou a formação de um povoado que servisse de apoio para os fazendeiros que dia a dia se deslocavam para a região; procedendo a doação de um terreno onde seriam construídas uma praça e a igreja⁴. Este sujeito representa na memória social, a ideologia do bem comum realizado por meio da doação de terras de uma propriedade particular para a criação de uma localidade que oferecesse abrigo a população rural que para encontrar conforto precisava se deslocar até centros maiores.

4 Dados históricos disponíveis no site do IBGE <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 06/01/2010.

No caso do topônimo Deodópolis, diferentemente das duas designações anteriormente citadas, a denominação passa pelo sentido de ocupação já que o contexto histórico registra que o nome seria uma homenagem a Deodato Leonardo da Silva, que teria adquirido vários lotes na região que fazia parte da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, onde hoje fica o município, e teria dado início à população da localidade. A região, integrante da Colônia Federal de Dourados, encontrava-se parcialmente ocupada por colonos, quando em 1958, chegou Deodato Leonardo da Silva, juntamente com outras famílias, inicialmente ocupando apenas um rancho para posteriormente adquirir vários lotes⁵. No caso deste designativo observa-se uma condição de produção do discurso, no caso o ato de escolha do nome, implicada pela formação social na qual o sujeito ocupante da terra, por meio da denominação do município, pode manipular as formações imaginárias que se constituirão posteriormente ao momento da nomeação a respeito do município, ou seja, a partir da estrutura morfológica da palavra Deodópolis, pode-se deduzir a posição discursiva do sujeito cujo nome integra o topônimo, posição politicamente dominante determinada pela história pessoal que sempre virá agregada à história da localidade.

Com relação ao antropotopônimo Anaurilândia, também com sua estrutura morfológica formada por parte de um nome de pessoa, *Anaurelissia*, e o elemento de composição *polis*, verifica-se a presença de um nome feminino, fato pouco recorrente entre as homenagens com nome de cidade no estado de Mato Grosso do Sul, que só ocorre em mais dois nomes, a saber, o município de *Inocência*, que homenageia a personagem do livro de mesmo nome do autor Visconde de Taunay, cuja história se passa na região, e o município de *Angélica*, nome da esposa de um colonizador do município. Anaurilândia teve como primeiro nome vila Água Amarela, alterado depois que um dos primeiros moradores, Ciriaco Gonzáles, percebendo o início da povoação, loteou parte de sua fazenda para a formação da vila, mudando o nome da localidade de Água Amarela para Anaurilândia, homenageando sua esposa⁶. Mesmo com a presença de um nome feminino na toponímia no município, o contexto histórico contempla a história do fundador que, carinhosamente nomeia a cidade com o nome da mulher. Percebe-se com estes dados, também na toponímia, sujeitos ideologicamente marcados pelo comportamento de quem não aceita a igualdade entre os sexos, tão mais evidente anos atrás, possivelmente quando a maioria dos municípios brasileiros foram nomeados, inclusive o município em questão.

5 www.ms.gov.br/municipios consultado em junho de 2003.

6 Dados históricos disponíveis no site do IBGE <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 06/01/2010.

Por fim, o topônimo Sidrolândia, também de estrutura híbrida, representa um discurso que permeia a promoção social do fundador. As terras onde hoje se localiza a cidade eram de propriedade de Sidrônio Antunes de Andrade, morador da região que herdou a fazenda pelo falecimento da esposa. Ao lotear a fazenda em uma região bastante movimentada por ser caminho para a capital do estado, Campo Grande, o fazendeiro logo viu seu empreendimento prosperar e nomeou pessoalmente o povoado usando seu próprio nome⁷. Frente ao objeto simbólico *Sidrolândia*, pode-se interpretar que o sentido aparece evidente, levando a constituição de um sujeito denominador inscrito em uma formação ideológica voltada para a projeção histórico-social individual que estará sempre junto da história do município. A respeito das formações ideológicas, Orlandi (2001, p. 43), destaca que

os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

Considerações finais

A análise dos nomes de cidade pode, como já citado alhures, esclarecer o contexto histórico e político da época em que ocorreu o processo designativo. As condições de produção revelam-se tanto no nome como nos fatores extralinguísticos também considerados e presentes na história oficial de cada cidade, revelando a motivação de sua nomeação.

No caso da breve análise com os nomes de cidades, nota-se de modo comum a presença de sujeitos, representados pelo topônimo, ideologicamente marcados, e é a relação desses sujeitos com a história que determina o sentido do discurso. A esse respeito, Orlandi (2001, p. 47) explica que

É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história com os sentidos. Esta é a marca de subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua.

⁷ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 07/2003.

E, das observações sobre os nomes de pessoas, depreende-se que, em se tratando de nomes próprios, não há sujeito nomeador com ideologia mais evidente que estes que emprestaram seus nomes à toponímia, marcados pelo desejo de perpetuar sua história na memória social por meio da relação do seu nome com um designativo oficialmente intitucionalizado, no caso, um município.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, A. L. *Toponímia Brasília*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- DICK, M. V. P. A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. Aspectos descritivos do Atlas Toponímico do estado de São Paulo. In: XLIV Reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência. São Paulo, 1992.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.
- _____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de casos. In: *Investigações Lingüísticas e Teoria Literária*. Volume. 09, p.119-148, 1999.
- _____. Toponímia e cultura. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, nº. 27, p. 93 – 101, 1992.
- _____. O documento toponímico e sua representação funcional. In: *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, XXI Anais de seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL)*. Jaú, 1992.
- FERREIRA NETO, J. *Raízes de Coxim*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.
- GUIMARÃES, E. (Org.). Enciclopédia das línguas. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E.; FONTANA, M. Z. *Introdução às Ciências da Linguagem: A palavra e a Frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2007. de France, 1997.
- ISQUERDO, A. N. *O Fato Lingüístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural*. 1996. Tese (Doutorado em Letras). UNESP, Araraquara.

- MAZIÈRE, F. “O enunciado definidor: discurso e sintaxe”, in *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*, tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.
- NUNES, J. H; PETTER, M. (Orgs). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. (Org.). *Cidade Atravessada - Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. *As formas do Silêncio. No movimento de sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

O DIALETO CAIPIRA, DE AMADEU AMARAL: DISCURSO FUNDADOR
E ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Vanise Gomes Medeiros
Universidade Federal Fluminense
Thiago Mattos de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Nosso objeto de análise neste artigo é *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral. Publicado em 1920, o livro de Amaral inscreve-se como um dos primeiros estudos dialetológicos do Brasil. Antecedendo a *Semana de 22*, Amaral estuda falares brasileiros e centra-se em São Paulo, indicando aí o dialeto caipira. Nosso objetivo é analisar aquilo que vai sendo desenhado como dialeto caipira e refletir sobre nossas duas hipóteses: até que ponto o livro de Amaral constituiria um discurso fundador e até que ponto constituiria um acontecimento linguístico. Temos como aporte teórico a *Análise do Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas*.

PALAVRAS-CHAVE: dialeto caipira; Amadeu Amaral; Análise do Discurso; História das Ideias Linguísticas; discurso fundador; acontecimento.

ABSTRACT: *Our object of analysis is “O dialeto caipira”, written by Amadeu Amaral. Published in 1920, Amaral’s founds dialectology studies in Brazil. Amaral focuses on Sao Paulo, looking at the “dialeto caipira”. Our goal is to examine what is being designed as “dialeto caipira”. The reading of “O dialeto caipira” led us to two hypotheses: if “O dialeto caipira” can be considered as a founding discourse and an event language. We use Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas.*

KEYWORDS: *Discourse analysis; History of linguistic ideias; Amadeu Amaral; dialeto caipira; dialectology*

Assim como nós criamos as línguas, também as línguas criam a nós
Agualusa, 2010

Precisamos descobrir o Brasil
Drummond, 1936 (2002)

O dialeto caipira, de Amadeu Amaral, obra capital nos estudos de dialetologia no Brasil, foi publicado em 1920, data já perfeitamente inserida nos debates que eclodirão com a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922. Os debates em torno daquilo que significa, nos dizeres de Drummond (2002, p. 51) quatorze anos após a Semana, “descobrir o Brasil” (o verso “Precisamos descobrir o Brasil”, com seus respectivos e significativos desdobramentos “Precisamos educar o Brasil”, “Precisamos louvar o Brasil”, “Precisamos adorar o Brasil” e, finalmente, “Precisamos esquecer o Brasil”, fechando esse eixo vertical de dizeres indicadores dessa necessidade de re-significar o Brasil) ganham força. Não é somente no mundo literário (ou, melhor dizendo, no mundo das artes) que o debate ocorre. N’*O dialeto caipira*, por exemplo, Amadeu Amaral se impõe a tarefa (hercúlea e germinal) de capturar e descrever um suposto falar “original” do “caipira”, falar esse que, se chegou a dominar grande parte de São Paulo, agora (assim identifica o autor) estaria, pela força do progresso, significativamente reduzido:

“É de todos sabido que o nosso falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem. [...] O processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos, que partiram os fios à continuidade da sua evolução” (Amaral, 1920, p. 1, grifos do autor)

Já aqui, com efeito, começamos a observar o que vai sendo identificado e significado como “dialeto caipira” e seu falante. Começamos a identificar, aí, uma memória em que Amadeu Amaral se inscreve, tecendo relações com uma ampla rede de filiações e modos de significar a língua do/no Brasil e o falar do brasileiro. Caberia perguntarmo-nos, ao mesmo tempo, se já não estamos identificando em Amaral um modo de significar essa língua que, afinal, permanecerá naturalizada num determinado imaginário em torno de língua do/no Brasil, em que se torna *evidente* e *natural* que tal falar e os “falares regionais”, por assim dizer, só podem estar do lado do erro, do equívoco, do desvio; organismo contaminado e que contamina, organismo sempre lacunar, em que se verifica uma falta em relação à língua-matriz de Portugal.

Lançar um olhar sobre o que o filólogo dizia nos momentos que circundam a Semana é, nesse sentido, lançar um olhar sobre o que Ferreira e Cardoso (1994) chamam de passagem da primeira fase para a segunda fase dos estudos dialetais no Brasil, inaugurada com *O dialeto caipira*, em 1920. Na visão de Guimarães (2006), o binômio Amadeu Amaral-Antenor Nascentes estará perfeitamente aliado à segunda fase de gramatização do português brasileiro. Esclareça-se que, ao falarmos de gramatização, conceito de Auroux (1992: p. 65) – “processo que conduz a *descrever e instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” –, entendemos como um processo que funciona “como instrumento de estabilização, pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e polêmicas em torno da língua que falamos” (Pfeiffer, 2001, p. 168). Para Guimarães (2006), o primeiro período de gramatização do português brasileiro caracteriza-se por uma ausência de estudos de língua portuguesa realizados no Brasil; o segundo período, ainda que sejam mantidas posições defensoras de unidade entre o português lusitano e o português brasileiro, aponta para estudos sobre o português do Brasil, olhando para aquilo que se coloca como nacional; o terceiro período é marcado pela fundação dos cursos de Letras no Brasil, que passam a funcionar como espaços de pesquisas em torno da linguagem; o quarto período, finalmente, caracteriza-se pela presença obrigatória da linguística nos cursos de graduação de Letras e pela criação dos programas de pós-graduação em linguística no Brasil. Ao falarmos d’*O dialeto caipira* como pertencente à segunda fase, estamos falando de estudos *sobre* língua do/no Brasil na década de 1920, momento em que “institucionaliza-se convenientemente a relação do brasileiro e do Brasil com a língua nacional, e a nossa sociedade organiza-se diante de suas necessidades de representação científica” (Orlandi, 2002, p. 159). A relação agora se dá “entre brasileiros e brasileiros (incluindo, excluindo, valorizando, hierarquizando, estigmatizando, explicando)” (*idem*, p. 161); o olhar volta-se para aquilo que, dentro da unidade, varia. O que não significa, no entanto, que não seja possível perceber n’*O dialeto caipira* um sujeito que fala em grande medida do lugar do português, caracterizando o “dialeto caipira” a partir de uma posição de quem fala do lugar do lusitano, significando o “dialeto” do lugar da corrupção, da contaminação, da falta, do inculto, dos “roceiros ignorantes e atrasados” (Amaral, 1920, p. 1).

Debruçamo-nos n’*O dialeto caipira* como tentativa de ali esboçarmos um desenho discursivo, identificando posições-sujeito, sentidos atribuídos ao “dialeto caipira”, à língua do/no Brasil e questionando-nos com que força

Amaral funda uma discursividade em torno de língua em solo brasileiro. Foi com surpresa que deparamo-nos com um curioso exercício proposto no livro didático *Português: Linguagens – 6º ano*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães:

- “A professora disse para a Mariazinha:
- Mariazinha, me dê um exemplo de verbo.
- Bicicreta! – respondeu a menina.
- Não se diz ‘bicicreta’, e sim ‘bicicleta’. Além disso, bicicleta não é verbo. Pedro, diga você um verbo.
- Prástico! – disse o garoto.
- É ‘plástico’, não ‘prástico’. E também não é verbo. Laura, é sua vez: me dê um exemplo correto de verbo – pediu a professora.
- Hospedar! – respondeu Laura.
- Muito bem! – disse a professora.
- Agora, forme uma frase com esse verbo.
- Os pedar da bicicreta é de prástico!”

[...]

10. Esse tipo de fenômeno é característico de uma variedade linguística. Que tipo de variedade, na anedota, os três alunos utilizam?” (Cereja; Magalhães: 2010, p. 97)

Após a reprodução da anedota em torno do “mau uso” da língua portuguesa, é perguntado que tipo de variedade linguística é utilizada na anedota. A resposta, indicada no “livro do professor”, é curta, direta, sem deixar espaços para divagações: “Utilizam o dialeto caipira” (*idem*, p. 98). Contraditoriamente tomados de surpresa, alegria e indignação, decidimos que era inevitável trazeremos tal exercício, articulado à nossa análise d’*O dialeto caipira*. Afinal, ele denunciava a força de um determinado imaginário sobre língua do/no Brasil e sobre o próprio falar do brasileiro, força daquilo que encontramos em Amadeu Amaral permanecendo no imaginário acerca de língua do/no Brasil e, mais especificamente, acerca de “dialeto caipira”. Cereja e Magalhães expõem, com tal proposta de exercício, a força de uma discursividade que faz significar “dialeto caipira” e “falante caipira” do lado do erro, da anedota e do desvio. Dito de outro modo, Cereja e Magalhães atestam a permanência no imaginário de algo que se denomina “dialeto caipira”. Resta sabermos, no entanto, que dialeto caipira é esse.

Ao nos colocarmos no lugar teórico da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux), compreendemos um instrumento de produção de conhecimento metalinguístico (estando *O dialeto caipira* inevitavelmente aí incluído) como discurso, como objeto simbólico e histórico, e não apenas como trabalho “imparcial objeto descritivo”. É olhando para o texto que identificamos os movimentos ideológicos, as posições-sujeito, a memória discursiva. Para a Análise do Discurso, falar já é tomar posição, na medida em que, como nos lembra Mariani,

“usar uma palavra é não usar outra, é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer. Falar é inscrever-se em redes históricas e sociais de produções de sentidos que antecedem ao próprio ato em si, e cuja memória nem sempre se depreende com nitidez” (Mariani, 2004, p. 40)

Interessa, pois, “a compreensão histórica dos processos de produção de sentidos” (*idem*, p. 40). O discurso passa a ser “efeito de sentido entre interlocutores” (Pêcheux apud Orlandi, 2010, p. 14), o que significa assumir um olhar outro sobre a linguagem, que é deslocada de seu lugar de instrumento de transparente comunicação para um lugar em que discurso é efeito de sentido entre interlocutores que estão, acrescentemos, social e histórica e ideologicamente situados. Ao abordarmos discursivamente *O dialeto caipira*, estamos ao mesmo tempo filiando-nos à História das Ideias Linguísticas tocada pelo aparato teórico da Análise do Discurso: analisamos discursos da e sobre a língua, trabalhando, de um lado, “com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida” (Orlandi, 2001, p. 16), e, de outro, com “a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem” (*idem*, p. 16), situando-nos na posição de estudiosos especialistas da linguagem. Dessa articulação Análise de Discurso/História das Ideias Linguísticas advém um modo de abordagem do objeto que “leva em conta a historicidade dos sentidos e dos saberes linguísticos” (Nunes, 2006, p. 17).

1. *O dialeto caipira*: imaginário acerca de língua do/no Brasil

O dialeto caipira, publicado por Amadeu Amaral em 1920, iniciará os estudos dialetológicos no Brasil. Se falamos em termos de Europa, no entanto, o estudo dos dialetos vem a se consolidar já no século XIX, graças sobretudo à obra *Os falares da França* (1888), de Gaston Paris, apontando para a neces-

cidade de serem estudados os *patois* franceses, “em via de descaracterização pelo acelerado processo de nivelamento cultural” (Brandão, 1991, p. 8). Gaston Paris, imerso no ambiente positivista que então dominava as ciências, chamava a atenção para a necessidade de que as descrições dialetais seguissem o mesmo rigor metodológico que era aplicado às “ciências naturais”. Tal concepção de ciência (e, mais especificamente, de trabalho de descrição dialetal) parece emergir em Amadeu Amaral décadas depois: “estudos sérios, positivos, minuciosos” (Amaral, 1920, p. 2), defende o filólogo brasileiro, acrescentando, ainda, que aqueles que dali em diante se dedicarem aos estudos dialetológicos devem ser “observadores imparciais, pacientes e metódicos [...] banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente” (*idem*, p. 2). A concepção de ciência de Amaral traz, pois, uma memória positivista europeia, em que um mesmo sentido de ciência (e de fazer ciência) pode (e deve) ser aplicado, em iguais níveis e condições, para as ciências naturais e para as ciências humanas. Exige-se daquele que descreverá aspectos dialetológicos o mesmo rigor metodológico (e, pode-se dizer, o mesmo *método*) que se exige do cientista natural; o positivismo, nesse sentido, trabalha como fundo necessário e indispensável para se significar a ciência e o fazer científico, sempre apontando para uma necessidade de que tudo seja “pessoalmente apanhado em uso, na boca de indivíduos desprevenidos” (*ibidem*, p. 3).

Aquilo que Amadeu Amaral se propõe a fazer é tentar dar conta de aspectos fônicos, mórficos, sintáticos e lexicais daquilo que indica como “dialeto caipira”, significado como “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo” (*ibidem*, p. 2). Começamos a tocar, com efeito, naquilo que entendemos como um dos pontos fundamentais para se procurar compreender os sentidos para língua do/no Brasil trazidos pela obra *O dialeto caipira*, a saber, a denominação para algo que ocorre em termos linguísticos no Brasil e para o que vai ser denominado como “dialeto caipira”. É preciso, olhando para esse jogo de denominações para a língua do/no Brasil e para o “dialeto caipira”, destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, não há nomeação para língua do/no Brasil. Amaral nomeia “português europeu” ou “português de Portugal” e silencia quanto ao nome de uma língua em território brasileiro. Ao se referir à língua do/no Brasil, Amaral jamais a chamará de *língua*, trata-se de dialeto: “Tivemos até vinte anos a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado” (Amaral, 1920, p. 1). Opera, nesse modo de nomear a língua que aqui (o)corre, uma memória portuguesa que toma como ponto de referência o português de Portugal, espécie de “língua materna” da língua do Brasil, que não pode ser senão “dialeto”, variação da

matriz lusitana. Trata-se, vale destacar, de um bom dialeto do “português de Portugal (“dialeto bem pronunciado”), que faz prenunciar no “mal dialeto”.

Em segundo lugar, nomeia como “dialeto caipira” o “linguajar dos naturais”, posto como do lugar dos “vícios”, do “caipirismo”, do “falar caipira” próprio de “roceiros ignorantes e atrasados” e que só sofreria modificações com a chegada do “progresso”, do trabalho assalariado e da “civilização”.

Em rápidas palavras, há uma divisão que comparece com a denominação “dialeto caipira”. Este é parte do “dialeto bem pronunciado”, língua falada que se corrompeu. Então o que aqui se fala não é língua, mas parte dela, isto é, dialeção da língua portuguesa, e o “falar caipira” resulta de deturpação daquilo que já era cópia – ainda que bem feita - de uma língua. Ou seja: a língua falada no Brasil é posta como dialeção, reprodução (imperfeita) da língua-matriz lusitana. O “dialeto caipira” é da ordem do vício, da corrupção, do atraso.

A questão da nomeação da língua falada em solo brasileiro surge no século XIX, com a polêmica de “como separar o que já era brasileiro do que permanecia português” (Eliá, 2003, p. 140). Tensão, aliás, não resolvida que adentra o século XX. É do século XIX que data, pode-se assim considerar, o início do processo de gramatização do português brasileiro, estendendo-se pelo século XX (Guimarães, 1996). Na já mencionada proposta de Guimarães (1996; 2006), *O dialeto caipira* estaria precisamente na segunda fase da gramatização do português brasileiro, em que figurará o binômio Amaral-Nascentes.

O trabalho de Amadeu Amaral está inserido nessa fase de gramatização do português brasileiro e desempenha importante papel no processo, na medida em que *O dialeto caipira* funciona como instrumento que, de uma forma ou de outra, diz da língua no Brasil; dá contornos ao que que denomina “dialeto caipira” e, assim, estanca em certo momento e aprisiona, como faz qualquer descrição, um certo falar. E o faz assumindo, na maior parte das vezes, o lugar do sujeito português, a partir do qual a “língua portuguesa” tem como referente a língua portuguesa *de Portugal*:

“É de todos sabido que o nosso falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria cultura. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência” (Amaral, 1920, p. 1);

“Foi o que criou aos paulistas [...] a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem” (*id.*, p. 1);

“Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados...” (*ib.*, p. 1).

No Brasil há a “dialeção portuguesa”, o “linguajar”, o “falar”, a língua das variações. E, dentro dessas variações, “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo”; isto é: o “dialeto caipira”, representado num jogo parafrástico que o coloca no lugar da corrupção, da contaminação, do atraso. O caipira “representante genuíno da espécie” (ibidem, p. 2) é significado, como “espécie rara” (denominação que faz ecoar um discurso “biologizante” positivista), dadas as transformações do meio, que passou a entrar no movimento do “progresso”, um dos responsáveis por interromper o “processo dialetal caipira”, ao lado da introdução da “instrução” e da “educação”, que “vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos” (ibidem, p. 2). Com efeito, ao assumir frequentemente a posição-sujeito do português, inscreve a língua nacional numa memória que a representará irremediavelmente no lugar “da corrupção, do desvio, do erro” (Pfeiffer, 2001, p. 172).

Diríamos que Amadeu Amaral inscreve-se naquilo que Pfeiffer chama de “quarto eixo” (Pfeiffer, 2001, p. 180) das polêmicas acerca de língua nacional nos séculos XIX e XX. À guisa, de explicação, no primeiro eixo, encontra-se uma diferenciação entre língua de Portugal e língua do Brasil, sendo esta última, no entanto, jamais nomeado como “língua brasileira”, mas somente como “nossa língua”; no segundo eixo, verifica-se uma posição de enunciação de um sujeito português falando sobre a língua do/no Brasil; a língua de Portugal conserva-se no lugar da legitimidade, enquanto a do Brasil, no lugar do desvio; no terceiro eixo, encontra-se um sujeito brasileiro que reivindica a língua portuguesa como *sua* língua, encarando-se a língua portuguesa como viva em ambos os territórios (Portugal e Brasil); no quarto eixo, por fim, tem-se a perspectiva de que no Brasil há “Brasis”, deslocando-se o olhar, pois, para a diversidade dentro do próprio território brasileiro. É aí que podemos situar Amaral, por um lado, na medida em que trabalha uma identidade para a língua em solo brasileiro que rompe, até certo ponto, a referência a Portugal; tem-se um Brasil que é muitos; tem-se “Brasis” com muitos e variados espaços de realização da língua nacional, admitindo diferenças:

“O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal” (Amaral, 1920, p. 2).

Por outro lado, a denominação “linguajar brasileiro”, de qualquer modo, permanece no lugar da dispersão, da corrupção e da regionalização, em opo-

sição “à denominação de ‘língua portuguesa’ que entra em jogo parafrástico com ‘unidade’, ‘elemento da alta literatura’, ‘a escrita’” (Pfeiffer, 2001, p. 182). Isso significa que, ainda que Amadeu Amaral tenha um gesto de olhar para a diversidade do próprio Brasil (isto é, para os Brasis do Brasil), inscreve-se, a despeito desse gesto, na posição-sujeito do português, significando o “linguajar” do Brasil (e especificamente o “dialeto caipira”) no lugar da deturpação da língua-matriz lusitana.

Ao nomear e descrever o “dialeto caipira”, Amadeu Amaral inscreve-se fundamentalmente numa memória portuguesa acerca de língua do/no Brasil, colocando-se em grande medida em aliança com o dizer do colonizador lusitano. Ao olhar para a língua do Brasil (e, mais especificamente, para um aspecto dialetológico da língua do Brasil), toma como ponto básico de referência a língua portuguesa de Portugal, identificada como matriz, lugar de estruturas estabilizadas e legítimas. O “dialeto caipira” quase extinto, segundo Amaral, pelo “movimento do progresso” (com a mão-de-obra dos imigrantes brancos), resta “encantado” em redutos em que o progresso ainda não chegou com efetiva força, na boca de falantes analfabetos do interior atrasado.

No entanto, como vimos com o exercício proposto no livro de Cereja e Magalhães, ele permaneceu; e permaneceu com a força da exclusão, afinal, tal é a força desses sentidos para “dialeto caipira”, língua e falar do brasileiro, sentidos tomados como naturais, evidentes, óbvios; sentidos tomados, nos dizeres de Mariani, “como verdades indiscutíveis e muitas vezes tomadas como naturais ou universais [...] Este é o mecanismo ideológico que obriga o sujeito a repetir ‘x’ sem nem se dar conta de que poderia dizer ‘y’ ou, até mesmo, querer dizer ‘z’” (Mariani, 2004, p. 2).

2. Discurso fundador e acontecimento

A leitura d’*O dialeto caipira* nos levou a duas hipóteses: até que ponto o livro de Amaral constituiria um discurso fundador e até que ponto constituiria um acontecimento linguístico. Tais hipóteses advieram das discussões acerca do livro, do material de Cereja trazido por Mattos e das inquietações e questões de Medeiros: em que medida podemos dizer que *O dialeto caipira* funda uma discursividade? Com que força aquilo que encontramos em Amadeu Amaral permanece no imaginário acerca de língua do/no Brasil e falar do brasileiro? Antes de prosseguir, é preciso, então, situar discurso fundador e acontecimento linguístico.

O que caracteriza o discurso fundador é, nos dizeres de Orlandi, o fato de que ele

“cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. [...]Esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significante – apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo.” (Orlandi, 1993, p. 13)

A partir desse funcionamento, o discurso fundador cria uma “tradição de sentidos”, e projeta-se tanto para o antes quanto para o depois, produzindo o efeito de evidência (trabalhada pela ideologia). Dito de outro modo, o discurso fundador reformula uma memória discursiva, (re)significando-a. A partir dele – que, vale salientar, não se entende como um discurso original nem como um discurso primeiro, mas como um discurso que se articula como origem ao reorganizar significativamente a memória (Medeiros, 2003) –, instaura-se uma discursividade que trabalha projetando-se para o futuro e, por conseguinte, apagando o processo de reformulação de um passado. Nos dizeres de Orlandi:

“é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade”. (Orlandi, 1993, p. 24)

Um discurso fundador pode ou não ser da ordem do acontecimento. O acontecimento, conforme Pêcheux, é “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 1990, p. 17), momento em que um fato – sem esquecer que “os fatos reclamam sentido”, como nos lembra P. Henry (1994, p. 51) – precisa ser significado (conforme o próprio exemplo de Pêcheux, podemos citar o episódio da eleição de Mitterrand na França, constituindo um fato que surge e precisa ser significados). O acontecimento aponta para aquilo que é “acidental, singular, descontínuo, não previsível” (Mariani, 1998), ao mesmo tempo em que “a necessidade interpretativa busca integrá-lo, transformando-o em novos elementos da memória” (*idem*); dito de outro modo, subsiste à dispersão do acontecimento a necessidade de significá-lo e necessariamente integrá-lo a uma rede de sentidos. Orlandi vai introduzir a noção de acontecimento linguístico¹

1 Orlandi o faz a partir da noção de acontecimento discursivo em Maldidier e Guilhaumou. A esse respeito, conferir Maldidier e Guilhaumou (1989), Mariani (2004), Medeiros (2010).

para “nomear especialmente, um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua (nacional)” (Orlandi, 2002, p. 32).

Estamos então considerando *O dialeto caipira* como um acontecimento linguístico em função da tensão da nomeação - por um lado, o gesto de nomear e demarcar consiste em um acontecimento na língua, por outro, este não sem a tensa memória da língua do colonizador -, e como um discurso fundador sobre o que vai significar doravante “dialeto caipira”.

Com Amaral, funda-se um lugar dentro e fora da língua: dentro na medida em se põe como parte de outra língua - no caso, corrompida -, fora, na medida em que é parte que não se quer nem deve falar - erro a ser evitado e que irá terminar com a colonização branca chegando:

Desapareceu quase por completo a influência do negro, cujo contato com os brancos é cada vez menor e cuja mentalidade, por seu turno, se modifica rapidamente. [...] A instrução e a educação, hoje muito mais difundidas e mais exigentes, vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos. (Amaral, 1920, p. 2)

Daí propormos seu livro como um discurso fundador sobre um certo falar. Já entendê-lo como acontecimento linguístico adveio da nomeação - dialeto caipira - e do aprisionamento disso que se intitula como dialeto caipira através da apresentação do que seriam suas características fonéticas, morfológicas, sintáticas e lexicais. Nome e contorno o fazem um acontecimento linguístico a partir de agora nomeado e circunscrito. Dito de outra maneira, com Amadeu Amaral que se institui e se nomeia uma porção de língua em solo brasileiro, caracterizando-a e, por assim dizer, instaurando um desenho sobre um certo falar que, ao mesmo tempo, gera uma memória, entendida como “*aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.*” (Pêcheux, 1999, p. 52). Resumidamente definindo, é um saber que permite que aquilo que é dito faça sentido, sendo tal saber algo dito anteriormente, em outro lugar, mas que continua servindo de lugar em que os dizeres se inscreverão.

Nossa pergunta sobre até que ponto *O dialeto caipira* consistiria em um acontecimento linguístico adveio ainda da tênue relação entre discurso

fundador e acontecimento. O discurso fundador, como Orlandi (1993) propõe, não rompe com um passado: reorganiza-o, promovendo outras filiações; dito de outro modo, o discurso fundador rearranja uma memória e funda uma discursividade, estabelecendo aí um pré-construído, ou seja, “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 1999, p. 31); a partir dele instauram-se discursividades, que podem ou não a ele se referir. O acontecimento, ao contrário, se faz na hiância entre o não sentido e o sentido; estabelece-se no espaço de ruptura; é da ordem daquilo que irrompe e reclamada sentidos; melhor dizendo: é um real a ser capturado e significado pelo imaginário.

Julgamos possível, como já dissemos, considerar *O dialeto caipira* como discurso fundador e acontecimento linguístico na medida em que, ao mesmo tempo em que instaura uma discursividade sobre determinado aspecto da língua do/no Brasil (isto é, o dialeto caipira), denomina e delimita uma região dessa língua, instaurando um desenho sobre certo falar; Amadeu Amaral, com efeito, dá para esse (por ele assim nomeado) “dialeto caipira” um contorno fonético, sintático, lexical. Trata-se de um gesto de nomear e caracterizar essa porção da língua do/no Brasil; de um gesto de instaurar e descrever esse dialeto; de um gesto de dar contornos e nomear esse dialeto, gerando uma memória. Resta a questão, no entanto, de que desenho é esse que Amadeu Amaral institui e descreve; que aspectos são por ele trazidos. Isto nos levou a analisar de que língua do/no Brasil e de que “dialeto caipira” está se falando; que dialeto Amadeu Amaral está *instituído*, nomeando e descrevendo.

3. O desenho d’*O dialeto caipira*

Aquilo a que Amadeu Amaral se propõe é procurar dar conta de aspectos fônicos, mórficos, sintáticos e lexicais do “dialeto caipira”, entendido como “um aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo” (Amaral, p. 2). O que Amaral faz é, como mostramos, dar um contorno a esse dialeto, nomeando-o, dando-lhe lugar, descrevendo-o, como do lugar dos “vícios”, do “caipirismo”, ao “falar caipira” próprio de “roceiros ignorantes e atrasados” e que só sofreria modificações com a chegada do “progresso”, do trabalho assalariado e da “civilização”. Essas marcas retornam permanentemente, seja no momento de tratar dos aspectos fônicos do dialeto caipira, seja no momento de tratar dos aspectos lexicais. No que se refere à caracterização da fonética,

“o tom geral do frasear [do dialeto caipira] é lento e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa” (*idem*, p. 4).

Lentidão e monotonia *versus* riqueza e emotividade: tal é, aí, a oposição que negativiza o dialeto caipira. Enquanto o lusitano apresenta uma “pronúncia vigorosa e rápida” (*ibidem*, p. 4), o dialeto caipira traz em si a marca da lentidão, cuja principal causa seria a quase total ausência de “adoçamento e elisão das vogais átonas” (*ibidem*, p. 4), fenômeno fortemente presente no português de Portugal. O excesso de vogais está, aí, associado ao desvio e ao erro, marcas fundamentais do dialeto caipira.

Mas se por um lado o excesso resulta em uma penalização que faz significar língua e sujeito como da ordem da lentidão, por outro lado, quando a falta se apresenta no dialeto caipira, tampouco ela é positivizada. Quando, por exemplo, se olha para a ocorrência de ditongos:

“em Portugal, bem como no falar da gente culta no Brasil, há notório sincretismo no uso dos ditongos *ou* e *oi*. Para o caipira tal sincretismo não existe”, o que leva a pronúncias como “lavôra, ôro, estôro, côro, côve [...]” (*ibidem*, p. 7)

Dito de outra forma, temos a contradição aí operando: é agora a falta que se coloca no lugar do desvio, em contraposição à língua matriz portuguesa, ao passo que, no que se referia à fonética, era o excesso que colocava o dialeto no lugar do erro. O que se observa, de qualquer modo, é, tanto num caso quanto em outro, a oposição “dialeto caipira” *versus* “língua portuguesa”, em que o primeiro é posto no lugar da falha, dialeto percorrido por desvios, dialeto limitado e pobre; e o segundo, no lugar da legitimidade, no lugar da língua bem falada e rica. Se o falante caipira pronuncia demoradamente as vogais, o excesso se faz impeditivo de uma pronúncia “vigorosa e rápida”, rica em diferentes modos de pronúncia de vogais; se o falante caipira suprime a semivogal dos ditongos, a falta se faz desvio e erro.

Sobressai, pois, a oposição entre língua do/no Brasil, que está para a dialeção, e língua portuguesa de Portugal, que está para a legitimidade, para o bem falar e, finalmente, para a alta literatura.

Tanto é assim que, ao chegarmos aos aspectos lexicais, deparamo-nos com a lista de “vocabulário” colhida por Amadeu Amaral. Ali, sua lógica de incluir/excluir aquilo que constará como vocabulário típico do dialeto caipira se inscreve no lugar do lusitano: ao se efetuar o registro do léxico do dialeto

caipira, àquilo que é colhido só é dada existência pelo discurso literário português; dito de outro modo, Amaral só registra vocábulos que ainda estejam em uso pelos “roceiros” e, ao mesmo tempo, tenha sido usado na (considerada) alta literatura portuguesa. É, mais uma vez, a língua de Portugal que sustenta e permite variações, mas que irremediavelmente permanece como legítima língua matriz:

“Este glossário não se propõe reunir [...] todos os brasileirismos correntes em S. Paulo. Apenas registra vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta. [...] Deixamos de lado, em regra geral, aqueles [vocábulos] que não temos visto usados senão em escritos literários.” (Amaral, p. 36)

Não será de espantar, a partir daí, que muitos dos vocábulos recolhidos tragam, junto à sua definição, um exemplo de uso colhido de textos de Camões, Gil Vicente e Padre Vieira, ainda que seja para ilustrar o próprio dialeto caipira:

- i) para, por exemplo, exemplificar o uso de “atanazar”, recorre-se a Gil Vicente: “Veis aqueles azotar/Com vergas de hierro ardiendo/Y despues atanazar?” (*idem*, p. 49);
- ii) para exemplificar “estumar”, recorre-se a Gregório de Matos: “Estimando-lhe um cão pecheuigue/O demo do gato botou ceitil” (*ibidem*, p. 102);
- iii) e, para exemplificar “antão”, recorre-se a nada menos que *Os lusíadas*, de Camões: “Filhos forão, parece, ou companheiros./E nella antão os íncolas primeiros” (*ibidem*, p. 43).

O olhar volta-se para o dialeto caipira, na tentativa de capturar e listar seu vocabulário próprio; no entanto, o que permite, sustenta e legitima a captura é o discurso lusitano, através do discurso literário de Portugal. Só se pode capturar aquilo que de antemão esteve presente na considerada alta literatura portuguesa. Tem-se, novamente, a língua matriz de Portugal como referência básica, elemento fundamental, estando o dialeto caipira em condição de assujeitamento, em condição de variação dessa língua-base, em condição de dialetação, inconstância e flutuação, sem constituir língua.

Em síntese, Amaral propõe-se a capturar o “falar do caipira”, listando seu vocabulário; propõe-se a olhar para o Brasil; propõe-se a nomear e descrever um aspecto (a saber: o dialeto caipira) do “linguajar brasileiro”. Ao instituir, nomear e descrever tal dialeto, no entanto, inscreve-se na posição-sujeito do português, instaurando uma discursividade e uma memória tais que, a partir

de então, torna-se evidente e natural que o “dialeto caipira” só pode ser da ordem do desvio, do erro, da anedota. Funda-se uma discursividade em que o dialeto caipira é colocado como parte deturpada de um linguajar nacional também já em condição de corrupção; é em Amadeu Amaral, ainda, que se dá esse gesto de nomear e descrever tal “dialeto caipira”, dando-lhe um desenho, circunscrevendo-o e dando-lhe, em última análise, um lugar.

A anedota trazida por Cereja e Magalhães funda-se em larga medida no “mau uso” da língua, mau uso este marcado fortemente no r retroflexo (“os pedar”), invariavelmente associado ao falante caipira e, daí, ao “mau uso”, ao desvio, ao vício. Retoma-se aí aquilo que já está em Amadeu Amaral posto como “alterações normais” dos fonemas, em relação à língua de Portugal:

Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. **Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones.** (Amaral, 1920, p. 5, grifo nosso)

O exemplo de Cereja e Magalhães, pois, vem atestar a permanência no imaginário disso que doravante se denomina e se entende como “dialeto caipira”; o exemplo de Cereja e Magalhães, finalmente, vem atestar que, tal é essa discursividade fundada por Amaral, é evidente e natural que o dialeto caipira só pode estar no lugar da deturpação, do erro, do riso e da anedota, parte atrasada e deturpada de um linguajar brasileiro já ele mesmo corrompido, tomando-se como referência a língua-matriz lusitana, lugar da alta literatura e da legitimidade.

Referências

- AGUALUSA, José Eduardo. *Milagrário pessoal*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>>. Acesso em: 10/03/2012.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização* Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*: 6º ano. São Paulo: Atual, 6ª. ed., 2010.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- DIAS, Luiz Francisco. “O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica”. In: ORLANDI, Eni. (org) *História das ideias linguísticas*. São Paulo: Pontes, 2001
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. “Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso”. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 61-70.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos Estudos do Português do Brasil: a Gramatização Brasileira”. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2006.
- HENRY, P. “A história não existe?” In: ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.
- _____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro, Campinas: Revan e Editora da Unicamp, 1998.
- MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. (org.). *Idéias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG, 2010.
- MATTOS, Thiago. *Dizeres de língua nacional nos anos 20: entre o literato e o filólogo*. Projeto FAPERJ (E-26/102.313/2011).
- MEDEIROS, Vanise. *Dizer (d)o brasileiro: língua e sujeito*. Projeto FAPERJ (E-26/102-252/2009).
- _____. “A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK” Revista 25 da Anpoll, no. 25, jul/dez, 2008-11-26 - ISSN 1414.7564

- _____. “Jornal, arquivo e instrumento lingüístico”. In: *Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG; RJ: FAPERJ, 2010.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. (org) *História das ideias lingüísticas*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. Campinas: Cortez, 2002.
- _____. “Apresentação”. In: ORLANDI, Eni. (org) *História das ideias lingüísticas*. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. “Vão surgindo sentidos”. In.: ORLANDI, ENi (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

VARIAÇÕES CLASSIFICATÓRIAS DO LATIM, PREMISSAS DA MODALIDADE VULGAR E SUA DERIVAÇÃO SA ROMÂNIA

Nehemias Nasaré Lourenço
Universidade Estadual da Paraíba
Ricardo Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO: O latim oferece dificuldades quanto à paridade do sistema classificatório quando apenas considerado o binômio “clássico” e “vulgar”. Tal divisão pode configurar arestas complicadas quanto à sua percepção, porque o latim vulgar além de ser língua usada na informalidade da elite quanto, numa perspectiva diacrônica, não é um produto derivado diretamente do clássico. Para descortinar o falso “consenso”, apreciamos a origem do latim vulgar, suas nomenclaturas e perspectivas assinaladas por gramáticos, filólogos e linguistas que pesquisam a história da língua portuguesa e a derivação românica do latim no Império, tais como Oswaldo Antônio Furlan (2006), Ernesto Faria (1958), Ismael Coutinho (2005) etc.

PALAVRAS-CHAVE: latim, vulgar, clássico, sistema classificatório.

ABSTRACT: *The Latin offers us some difficulties in relation to the classificatory system parity when we consider just the « classic » and « vulgar » binomial. This division might produce complicating edges due to its perception this because the Vulgar Latin besides be a language used into the elite informal speech, in a diachronic perspective, it is not directly a product that has come from the classic one. To disprove the “false” consensus, we appreciate the Vulgar Latin origin and also its nomenclature and perspectives pointed through grammarians, philologists and linguists that reach out the Portuguese language history and the Latin Romanic derivation into the Empire, such as Oswaldo Antônio Furlan (2006), Ernesto Faria (1958), Ismael Coutinho (2005) etc.*

KEY WORDS: *Latin, vulgar, classic, classification system.*

Prolegômenos ao estudo do latim.

Hoje, a língua latina tem sido uma constante em grades curriculares de cursos acadêmicos, tais como: Direito, Administração, Filosofia, Ciências Biológicas e, principalmente, Letras. Contudo, muitos estudantes de nível superior não conseguem entender o motivo pelo qual essa disciplina é lecionada.

Creemos que um desses motivos seja a aquisição de uma melhor compreensão histórica da nossa língua vernácula e de sua evolução. Para isto, não podemos prescindir de estudar um pouco de filologia, que nos orienta com subsídios histórico-linguísticos. Asseveramos que a modalidade “vulgar” do latim é pouco estudada e, talvez por isso, considerada desimportante por uns menos esclarecidos. Também, dada a simplicidade com que certos autores opõem a modalidade vulgar à clássica, não é de se espantar que o estudo do latim privilegie o erudito em detrimento do popular.

Não satisfeitos com a discriminação linguística e histórica, sobretudo de classificação, do LV¹, tomamo-lo para investigar a conceituação, a origem, os tipos de classificação e as perspectivas assinaladas por gramáticos, filólogos e linguístas - que pesquisam a história da língua latina e sua derivação portuguesa; além de constatar sua derivação românica no Império, buscando, desse modo, dar-lhe uma conceituação mais honrosa e justa. Tal procedimento nos encaminhará à constatação de que o “vulgar” não é derivado do “clássico”.

Inicialmente, faz-se necessário compreendermos as definições referentes ao “latim” para chegarmos a uma melhor conceituação de seu entendimento. Em seguida, veremos como se classificam e se definem o Latim Clássico (LC) e o Latim Vulgar (LV), contributos que nos servirão de alicerce para a pesquisa, iniciando o estudo histórico-linguístico.

Grande parte dos dicionários escolares tais como os minidicionários *Antonio Olinto* (2001) e *Soares Amora* (2009) e o dicionário *Escolar da Língua Portuguesa* (1976)² definem, de forma simplória, o termo “latim” como sendo uma língua que era falada pelo povo, pela massa, que habitava o pequeno terri-

1 LV refere-se ao Latim Vulgar.

2 Optamos por usar os dicionários escolares face aos acadêmicos por cremos que o que vale nesse momento é o fato destes serem a documentação, quiçá mais importante, que possuímos no léxico da língua portuguesa comprovando, desse modo, que o latim (termo encontrado em qualquer dicionário da língua portuguesa) é sim importante ao estudo de nossa língua vernácula. Também, por considerarmos que a vivacidade da língua faz com que as palavras não morram. Elas podem até entrar em desuso, mas continuam guardadas ou em um processo de constante modificação, fatos que fazem com que elas existam, como aconteceu com a língua latina.

tório denominado Lácio (*Latium*), na Península Itálica. Partindo dessa definição, podemos dar continuidade ao procedimento do objetivo deste trabalho, vendo a história do latim como ponto de ancoragem e o fato de que não se trata de uma língua primária, porém, de uma derivação de outras línguas que lhe precederam.

É interessante, também, vermos que o latim teve sua evolução com etapas bem demarcadas quanto ao uso do sistema linguístico, mas com interseções históricas de coexistência de povos e abrandamentos de aspectos e que, em suas etapas subsequentes, originou as línguas românicas, que consideramos ser o latim transformado através do tempo e do espaço.

Com efeito, o latim não é documentalmente oriundo da língua indoeuropeia, pois a mesma não existia como língua, senão como um conjunto de línguas originárias e hipotéticas, das quais não se encontram atualmente nenhum registro escrito. Aceita-se, pois, como hipótese a ideia generalista de um sistema de correspondências entre línguas de um tronco comum, o que nos faz refletir sobre uma possível existência de um nascedouro linguístico a que chamamos de indoeuropeu. Faria afirma que:

O latim pertence à grande família das línguas indo-européias, como numerosas outras línguas da Europa e da Ásia, entre as quais mencionaremos o grego, o sânscrito, o hitita, etc. Cumpre, porém, desde logo, notar que esta língua polida, manejada com maestria pelos vigorosos escritores da época áurea da literatura latina, não saiu já assim burilada do primitivo indo-europeu. Fruto sazornado de uma prolongada elaboração, representa êsse momento o seu maior esplendor, que no decurso de sua alongada história fora precedido de vários estágios perfeitamente demarcados. Seguir-se-iam a ele também outros estágios subsequentes, que iriam culminar na formação das línguas românicas, que nada mais são do que o próprio latim transformado através do tempo e do espaço. (FARIA, 1958, pp. 5-6)

Não obstante, o Latim não vai ligar-se subsequentemente ao indoeuropeu, mas às unidades linguísticas que lhe precedem imediatamente ou ladeiam historicamente, como o ítalo-céltico e o ítálico. Decerto, o Latim pertence à família linguística indoeuropeia, como ocorre com outras línguas da Ásia e da Europa, muito embora ele tenha sua origem no corpo linguístico de um latim primitivo, que deu sinais de existência escrita no século VI a.C., pois que não surgiu já forjado em sua modalidade clássica. Necessariamente, ele foi se transformando através do tempo e ao sabor do contato entre povos de falares diversos – como o *úmbrio*, o *osco* e o *sabélico* – pertencentes ao ramo ítálico. Dessa miscelânea linguística, sobrepujou-as o latim; dele, surgiram as línguas novilatinas. Assim, enuncia Farias:

(...) permanecido do indo-europeu nenhum documento escrito, nenhuma inscrição, devemos preliminarmente observar que o indo-europeu como idioma pròpriamente dito não existe. O que há é um sistema de correspondências entre as chamadas línguas indo-européias, correspondências essas que sugerem a pré-existência de uma unidade comum que se convencionou chamar de indo-europeu. Entretanto, como julgam notáveis lingüistas e filólogos que têm estudado o assunto, não vai o latim prender-se diretamente ao primitivo indo-europeu, mas dêle está separado por outras unidades lingüísticas subseqüentes como o ítalo-céltico e o ítálico. (FARIAS, 1958, pp. 5-6)

Assim, a Língua Latina tem em seu histórico o fato de ter sido amplamente usada por vários povos e por um dos maiores impérios já vistos, o Romano. É considerada uma língua do ramo ítálico, originalmente falada no Lácio, região em que foi fundada a cidade de Roma. Foi difundida mais amplamente como língua na Europa através da expansão imperial, levada por soldados e comerciantes aos lugares mais distantes da Europa, à Ásia Menor e à costa do Norte da África, a antiga Mauritânia.

Atualmente, o Latim é comumente estudado, basicamente e/ou aprofundadamente, em alguns cursos universitários. O Latim é uma língua morta, mas não extinta, pois os conceitos lingüísticos de “morto” e “extinto”, ainda que apresentem proximidade, não se confundem. O primeiro é característico àquelas línguas que não possuem uma comunidade lingüística de falantes nativos de determinada língua materna, mas que há, pelo menos, registros devidamente documentados. O segundo termo, por sua vez, faz alusão àquelas línguas que não possuem comunidade lingüística de falantes nativos de determinada língua materna e tampouco registros documentados.

Talvez por se tratar de língua morta, o Latim não desperte imediatamente entusiasmo para ser estudado, mas isso não é exclusivo da língua, porque o pensamento, a história e, *grosso modo*, toda tradição vem sendo cada vez mais substituída pelo interesse do novidadeiro. Nesse sentido, a tradição e a memória ocidental são vistas como “inúteis” ao utilitarismo da recompensa imediata. No entanto, devemos estudar o Latim para podermos entender melhor o que ocorreu com a nossa língua vernácula.

O Latim pode ser classificado em várias categorias, por exemplo: clássico, vulgar, arcaico, imperial, cristão, tardio ou baixo-latim, escolástico, bárbaro

etc.³, sendo o “vulgar” e o “clássico” os dois mais conhecidos conceitos, quiçá por serem entendidos dicotomicamente. É importante termos em mente que não são conceitos distintos, senão duas vertentes da mesma língua.

Partindo desse binômio, vemos e não nos damos por satisfeitos com as considerações feitas em relação ao LV como, por exemplo: ser considerado uma derivação do clássico e falado apenas pelo povo e não pela elite, considerações que procuramos refutar.

No presente artigo, verificamos a origem do LV, suas nomenclaturas, suas perspectivas, suas constatações e derivações românicas, mais especificamente, no desenrolar do Império.

Para que estes pontos sejam abordados de maneira mais esclarecedora, redigimos dois capítulos, sendo o tópico principal do primeiro a decadência do império conhecido em nossa História como Império Romano; e do segundo, a noção marginalizada que muitos têm quanto ao LV.

De maneira mais específica, no capítulo introdutório, abordamos o conceito do léxico “decadência” através de um estudo histórico-lexical; pontuamos alguns fatos da História do Império Romano no tocante à sua vastidão e aos problemas que essa expansão territorial trouxe junto consigo.

Entretentes, uma breve explicação do que se compreende como “latim bárbaro”⁴; explicamos como se deu o gênese das línguas neolatinas e, por fim, citamos o fenômeno do substrato linguístico no latim.

O segundo capítulo, por sua vez, trata das premissas da modalidade vulgar do latim, contextualizando-o com os dias atuais.

Para o desenvolvimento do mesmo, foi necessário que tivéssemos um conhecimento, mesmo que introdutório, de alguns aspectos de Filologia, o que nos proporcionou reafirmar que pouco se estuda o LV na Contemporaneidade. Também, constatamos que o “vulgar” não é uma derivação bastarda do “clássico” como ainda se crê.

3 latim arcaico, aquele que se documenta desde cerca de 600 aC até cerca de 100 aC; latim imperial, aquele que foi escrito nos dois primeiros séculos da era cristã, já não clássico mas ainda de ótima qualidade, como o de Tácito, Sêneca, Plínio o Jovem, Juvenal e Quintiliano; latim cristão, o empregado pelos escritores cristãos após o século II dC para anunciar ao povo não cristão a boa-nova de Cristo; latim tardio ou baixo-latim, o dos séc. III a VII, usado pelos monges, pautado na tradição gramatical do latim literário; latim escolástico, aquele que foi escrito pelo teólogos da Escolástica dos séc. XII e XIII; (FONSECA, 1985, pp. 31-49)

4 latim bárbaro, “conjunto de fórmulas latinas mais ou menos corretas, de mistura com vocábulos de outras línguas [como a galaico-portuguesa] sob forma alatinada ou não, que foi legado à posteridade nos documentos notariais da Idade Média” (FURLAN, 2006, p. 33.)

Eversão do Império Romano

A palavra “decadência” é concebida comumente em sentido negativo. Facilmente, podemos percebê-la como sinônimo daquilo que vai cada vez a menos. É interessante observarmos que esse termo, embora simples e de significado conhecido por todos, não possui origem grega, tampouco latina. Como, então, os antigos faziam referência a algo decadente?

A ideia mais próxima do termo era designada por termos concretos; não, abstratos. Podemos citar, como exemplo, o dizer de Tito Lívio, no capítulo “Decadência” do livro *História e Memória*, de Jacques Le Goff:

Labente deinde paulatim disciplina velut desidentes primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint Tum, ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora, quibus Nec vitia nostra Nec remedia pati possumus perventum est. [À medida que a disciplina moral abrandava, os costumes foram-se relaxando pouco a pouco; decaíram cada vez mais e, finalmente, quase à beira do abismo, chegamos aos nossos dias incapazes já de suportar os vícios e de lhes dar remédio]. (GOFF, 2010, p. 373)

As palavras *labente* (deslize), *lapsi* (queda) e *praecipites* (aniquilamento) exprimem uma ideia de “decadência”. Entretanto, há termos que melhor exprimem essa noção: *labes* (queda) e *ruína*. De posse do sentido desse termo, perguntamos: pode um grande Império, como o Romano, vir a decair?

Conhecendo um pouco da História do Império Romano, podemos afirmar que este era muito vasto e isso causava muita dificuldade de transporte e locomoção. Nessa perspectiva, essa vastidão também enfraqueceu o poder de domínio do imperador. O problema aumentava: enquanto o Império Romano ficava cada vez mais fraco, mais forte se tornava a investidura dos bárbaros. Roma, em meados do século III, entrou na “Era do Obscurantismo”⁵.

Posteriormente, em 395, o Império foi dividido em dois pelo imperador Teodósio: o do Ocidente cuja capital era Roma; e o do Oriente, cuja capital era Constantinopla (hoje, Istambul). O primeiro, depois de tantas invasões bárbaras, já estava decadente e teve como resultado a derrubada do último imperador do Ocidente, a saber: Rômulo Augústulo. O novo imperador, Odoacro, fez-se proclamar rei da Itália e aliou-se ao Imperador do Oriente. Entretanto, Odoacro

5 Diversas foram as causas do complexo fenômeno da decadência daquela época. Entre eles, podemos citar como exemplo: a degradação do conhecimento técnico pelas religiões, as invasões bárbaras, a **exaustão dos recursos do Estado para manutenção de imensa máquina militar, a depravação moral.**

governava apenas no Oriente, já que os bárbaros eram os que controlavam o Ocidente. Como afirma Haury:

O Império do Ocidente já estava, então, em plena decadência, esfacelado pelas invasões sucessivas dos bárbaros, quando em 476 caiu em poder do bárbaro romanizado Odoacro, um alto oficial do exército romano, germano da tribo dos hérulos. Odoacro derrubou o último imperador do Ocidente (Rômulo Augústulo) e se fez proclamar rei da Itália, aliado ao Imperador do Oriente. O Império parecia, então, reunificado, mas, na realidade, o Imperador mandava apenas no Oriente, pois, no Ocidente, reconhecidos como aliados, dominavam os bárbaros. (HAURY, 2008, p. 25)

Em contato com civilizações mais adiantadas, como a grega⁶, a língua dita literária vicejou na literatura latina, mas, quando os bárbaros invadiram o Império, a nobreza desapareceu, pois possuía preocupação com a cultura intelectual, que passou a ser cultivada mais seguramente nos mosteiros. Com a construção desse lócus específico de contemplação, transcendência espiritual e investimento intelectual, concebeu-se o Latim Eclesiástico, ou por metonímia, o Latim da Igreja (também conhecido como medieval ou baixo latim). Esse latim eclesiástico era escrito, mas havia nele neologismos, helenismos e um vasto repertório oriundo das línguas faladas. Ainda assim, esse foi o latim literário do declínio do Império do Ocidente e a língua oficial das ciências na Idade Média.

Concomitantemente ao latim medieval, surgiu o latim bárbaro, isto é, o latim sem regras e também com aportes de outras línguas. Notadamente verificado nos documentos cartoriais, o latim bárbaro consistia na latinização de palavras que não existiam no latim ou na “barbarização” do sistema morfossintático do próprio latim. Mesmo assim, ele era utilizado nos cartórios para documentar contratos e escritos de ordem jurídica.

Ao passo que ocorria uma transformação da língua literária, o *sermo vulgaris* (LV) era levado às regiões mais longínquas do Império Romano pelos soldados e por comerciantes. Das modificações sofridas nesse latim instalado em vários rincões da România, surgiram os romances medievais e, após, as línguas neolatinas que hoje conhecemos: o italiano, o francês, o espanhol e o português, entre outras. Essas afirmações são confirmadas por Coutinho, quando diz que:

6 A civilização grega, mesmo após ter sido colonizada pelos romanos, ainda possuía o prestígio de ser a mais rica e bela civilização da Antiguidade além de exercer influência, sobretudo, na língua. Até o século II, a língua grega ainda era usada no Cristianismo italiano.

[...] mais tarde, com a ruína do Império Romano, e o avassalamento dos seus domínios pelas hordas bárbaras, cuja conseqüência foi [...] o fechamento das escolas e o desaparecimento da aristocracia, onde se cultivavam as boas letras.

[...]

Foram essas transformações, que ele sofreu em cada região, que deram em resultado o aparecimento dos diferentes romances e, posteriormente, das várias línguas neolatinas. (COUTINHO, 2005, pp. 30-31)

Hauy também confirma essa noção, quando indaga retoricamente:

Como se explica que o latim vulgar, que, até o terceiro século da Era Cristã, conservara suas características fundamentais, se tenha diferenciado tanto, nas diversas regiões, a ponto de se transformar [...] nas línguas neolatinas: francês, italiano, espanhol, romeno, rético, dalmático, sardo, galego e português?

Vários fatores concorreram para essa ebulição lingüística, para a dialeção românica, para o aparecimento das línguas neolatinas: o tempo, a política de dominação dos romanos, a vastíssima extensão geográfica do Império e sua fragmentação política [...] (HAUY, 2008, p. 27)

Assim como ocorre com a língua portuguesa hoje, a língua latina sofreu mudanças com o tempo. Com as várias conquistas, é obvio que o latim não ficou isento do fenômeno conhecido como substrato lingüístico, ou seja, a infiltração da língua na língua do povo vencedor. Apesar de sua pujante vitória sobre as línguas pré-românicas, o latim acomodou muitos desses aspectos relevantes em sua estrutura lingüística, começando pelo processo de simplificação das declinações.

Entretanto, não é trabalho fácil aprofundar o estudo sobre o LV, pois o mesmo não era comumente encontrado em escritos, visto que muitos autores e escribas não tinham ganas de retratar a maneira de falar da população composta de *nautae* (marinheiros), *milites* (soldados), *agricolae* (agricultores) *lonsores* (barbeiros), *sutores* (sapateiros) etc., contudo, isso não implica dizer que não há registros escritos do LV. O problema maior dá-se quando um humilde escrevia julgando estar utilizando o LC. Nas palavras de Coutinho:

Não é fácil conhecer, em seus pormenores, esta modalidade do latim. Nos autores latinos não houve nunca o propósito deliberado de retratar o falar do vulgo. O humilde entalhador, ao gravar na pedra ou no mármore uma inscrição, julgava estar escrevendo a boa língua, ou seja, o latim clássico. [...], entretanto, não queremos dizer que não se encontrem absolutamente palavras ou expressões do povo em seus trabalhos. (COUTINHO, 2005, p. 31)

Podemos, então, afirmar que, devido a uma ingênua ideia de estar escrevendo utilizando o LC, quando na verdade escreviam com o LV, os mais humildes nos forneceram um ponto de partida que tornou possível fazer uma comparação entre uma e outra modalidade do Latim. Também, concedeu-nos a oportunidade de vermos como a mesma era utilizada pelos afortunados e pelos desafortunados, rompendo, assim, com a separação dicotômica sofrida pelas variantes e explicitada no capítulo seguinte.

Premissas da modalidade vulgar

Visto que o latim é uma língua derivada de um conjunto de línguas que se convencionou chamar de indoeuropeu, que serviu como porto para outras línguas, cabe-nos separar o latim, doravante, em dois conceitos: “clássico” e “vulgar”. Embora saibamos que o “clássico” seja deveras importante, vamos pô-lo numa perspectiva coadjuvante, pois que essa modalidade não é o nosso objeto principal de estudo.

Primeiramente, é oportuno pôr em relevo que o LV era uma língua utilizada pelas mais diversas camadas da sociedade, como explica Ilari (2007, p. 58): “o latim vulgar aparece então como a língua que as várias camadas da população romana (inclusive a aristocracia) falaram e escreveram em situações informais”. O autor segue seu raciocínio afirmando que “o latim vulgar é então a expressão própria das camadas populares mais humildes da sociedade romana”.

Apesar das afirmações de Ilari, não podemos tomá-las como totalmente corretas devido ao mau emprego do termo “expressão”. Se atentarmos para a ideia que o termo engloba, veremos que ele conceitua o ato, a maneira ou efeito de exprimir. Diante disto, podemos incidi-lo com a assertiva de Elia (2004, p. 26), outro estudioso da Língua Latina e que refuta as assertivas do primeiro, quando afirma que “era o latim vulgar língua falada, não escrita. Língua de conversação diária, praticada **por pessoas pertencentes a várias classes sociais (...)**” (Grifo nosso).

Analisando melhor os expostos, é-nos facultado concluir que o LV era comumente usado para a fala e não para a escrita, pelo povo e pela elite, porém sendo frequentemente enfocado como de uso para o povo. Ainda assim, cabe-nos perguntar como fica a ideia de Ilari no tocante a sua afirmação de que o LV também era usado na modalidade escrita.

Contrapondo-o à atividade oral, o LV também tinha como uso frequente, a atividade de escrita. Esta era direcionada à propagação de (certas) obras literárias e à preservação de textos, para os quais a escrita servia para compartilhar o conhecimento a partir de determinada perspectiva social. Segundo Elia:

(o latim vulgar) por sua natureza refugia à fixação pela escrita, indispensável apenas quando se trata da perpetuação de obras literárias ou da preservação de textos, como os das leis, que se impõem ao conhecimento de uma coletividade. (ELIA, 2004, p. 26)

Entretanto, mesmo havendo estes escritos do período arcaico ou primitivo do latim – como Leis e obras de expressão religiosa – é comum dizer que não há textos escritos em latim (especialmente usando o LV). Como isso é possível? Como se pode dizer que não há textos escritos em LV, sabendo-se que os mesmos existiam? O fato é que os textos escritos através LV não eram textos de autores da fase Clássica, como Cícero, que possuía obras destinadas ao paladar da população culta.

Pautemo-nos em dois autores, Elia e Ilari, para afirmarmos que o LV, embora usado para a comunicação oral da população, era na verdade usado também pela elite.

Quanto à escrita, podemos dizer que era preferível chamá-la de literária, pois não havia escritos prestigiados à época usando a variante vulgar. Da semelhante forma, destinava-se o LC ao discurso público através do gênero “oratória” – que se dividia em política ou jurídica. Essa, por sua vez, em “criminais” ou “civis”.

É possível afirmar que, na modalidade escrita, o LV atingiu a camada também mediana, de comerciantes que transitavam entre a elite e a plebe, isto é, em alguns escritos feitos por pessoas que se situavam em nível cultural mediano⁷. Nesse aspecto, podemos encontrar semelhança ao que atualmente acontece: a influência oral na escrita. Cícero em carta a Peto diz: “*Quid tibi ego videor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum?... Epistulas vero cotidianis verbis texere solemus.*” (Elia, 2004, p. 29). “Que te pareço nas cartas? Pois não pratico contigo a língua popular?... Na verdade costumo redigir cartas com as palavras de todo o dia.”

Cícero também usou um tom parecido com o da língua coloquial quando escreveu a Ático. Se prestarmos bem atenção, fica evidente que o que Cícero escreveu a Ático foi uma carta e, se formos mais a fundo, perceberemos que o gênero textual carta configura-se como pessoal, íntimo e, neste caso, como se tratava de comunicação entre conhecidos, Cícero optou, portanto, pelo uso do coloquial.

7 Consideravam-se pessoas de nível mediano aquelas que escreviam com simplicidade, sem a preocupação da gramática e do estilo, ou seja, onde se encontra os traços da fala vulgar.

Ilari (2007, p. 57) nos diz, “por exemplo, um homem público do final do período republicano não utilizaria a mesma linguagem para discursar no fórum, para escrever cartas aos amigos e familiares e para dirigir-se a seus serviçais”, o que corrobora a assertiva de Elia.

Elia (2004, p. 30) nos chama a atenção quando diz que “o gênero epistolar (...) também se presta à inclusão de vulgarismos. (...) trata-se somente de vulgarismos na construção de frases e de formação de palavras, quase nada de Morfologia ou Fonética”. Isso nos permite dizer que apesar das epístolas terem usado um tom próximo ao popular, não sofrem e não provocam mudanças morfológicas e/ou fonéticas, o que nos deixa entrever as mudanças sintáticas e semânticas, visto que o latim não possuía classicamente grande analiticidade sintática, porque havia prevalência do uso do verbo em fins de frases e alterações estruturais ocasionadas ao final dos nomes, a que se convencionou chamar de casos.

Contudo, não é somente nas cartas que o LV era empregado, senão em certos gêneros poéticos como na sátira, por exemplo. Também, na fala de certas personagens, como podemos considerar no teatro plautino, ainda na fase helenística da literatura romana.

Grande quantidade de palavras usadas por Petrônio, em *Satiricon*, são provenientes da variante popular e são introduzidas, ainda que numa perspectiva crítica e moralista, pelas permutas: *caldus* por *calidus* (fenômeno da síncope da vogal pós-tônica, medial e interconsonantal), *intestinas* por *intestina* (fenômeno de apócope), *balneus* por *balneum* (variação de declinação), *bovis* por *bos* (supressão de sílaba interna) etc. Tais palavras são vulgarismos extraídos do estudo de Paul Perrochat sobre *Le Festin de Trimalcion*, Paris, 1952, e davam sinais de “decadência da língua” para os mais puristas.

Será, então, que havia uma língua coloquial falada pelos aristocratas? Sim. Podemos dizer que houve uma língua (coloquial) falada pelos aristocratas romanos e que servia de base para a linguagem literária, ou seja, àquela relativa a conhecimentos humanos adquiridos pelo estudo. Nessa variante, evitava-se que a modalidade literária se aproximasse do proto-romance⁸ (língua eminentemente popular), pois que o modelo conservador servia de prerrogativa para a preservação da variante “artisticamente” considerada superior.

8 O Latim Vulgar é comumente confundido com o Proto-romance. Proto-romance é uma proto-língua, por exemplo, o último estágio comum a todas as línguas românicas; devido ao fato de algumas línguas terem se ramificado antes que outras. É também comum o emprego desse termo para reconstruir os últimos estágios, por exemplo, o romance proto-continental (depois da ramificação da Sardenha).

Creemos que, aqui, se faz necessário um melhor esclarecimento: havia, de fato, uma língua coloquial (vulgar) falada pela elite romana. Esta língua servia como base para a expressão do pensamento literário, além de tentar evitar que tal expressão do pensamento literário se tornasse popular. Ilari diz que:

Existiu, é verdade, um latim coloquial falado pela aristocracia: e os gramáticos e escritores romanos recomendaram freqüentemente que a linguagem da literatura se baseasse nele; mas essa era uma recomendação de caráter conservador, e visava a evitar que a língua literária se afastasse de seu suporte tradicional – a língua falada pela aristocracia – não a aproximá-la do proto-romance. (ILARI, 2007, p. 59)

Torna-se evidente, então, que a aristocracia não fazia uso constante do LC, mas que também possuía uma linguagem coloquial e mais, aconselhou que a linguagem literária se baseasse no mesma. Entretanto, esse conselho não servia, vias de regra, senão o de uma recomendação coma finalidade de evitar que a língua tradicionalmente usada pela aristocracia romana se “contaminasse” com o proto-romance; em outros termos, com “barbarismos” promovidos através de estímulos vindos das mais distantes localidades do Império, sem as prerrogativas estilísticas do que se convencionou por “falar bem o latim”.

3. Possíveis ilações

Após o exposto, concluímos que, de fato, o LV não era utilizado apenas pela elite, senão também pelos autores e escritores clássicos quando escreviam as peças teatrais, sátiras, epístolas, entre outros gêneros e subgêneros literários e, neles, podiam ser encontradas palavras e até expressões que eram mais utilizadas pelo mais diversos tipos populares, quando representados. Ou seja: por aqueles que não eram membros da elite. Como exemplo a fato, podemos citar os vulgarismos, os neologismos e os helenismos que Plauto usava em suas peças ou Petrônio no *Satiricon*. Sobretudo, chama-nos a atenção o fato de o LV estar inserido no domínio do Literário quando utilizado para a escrita de obras que imitavam ou satirizavam o coloquialismo, o que nos faz refletir sobre a possibilidade de uma posição refratária ao manancial popular, quando da preservação e da preferência pelo Clássico.

Também, o LV era representado para fins cômicos ou para fazer críticas. Para esses fins, não houve, no entanto, investimento no gênero épico ou na tragédia e na lírica, situações em que o LC era mais adequado à elevação das representações: heróis, notáveis e deuses.

Temos, então, as seguintes vertentes do latim: 1) o Vulgar, sendo utilizado pela elite e pelo povo no registro informal e nos meios escritos para transmissão do conhecimento; 2) o Literário, que não deixa de ser uma variante do Vulgar fundamentada na *sermo* da elite romana, visto que recebeu essa nomenclatura devido ao fato de ser utilizado para corresponder às obras literárias escritas na variante artística; 3) o Clássico, falado e escrito pela elite romana e pelos autores da fase clássica, como Cícero em situação de adequação formal a língua que fixou, porque diz-se do clássico como sendo a língua de Cícero.

Pondo em relevo apenas o LV e o LC de maneira sucinta, reputamos Furlan quando esclarece que:

Latim vulgar é, pois aquela variante que foi correntemente falada pelo povo romano no Império e [...] sem conotação pejorativa, o latim falado em situações informais pela população romana (incluindo a aristocracia), uma variante popular, a do *vulgus*, “povo”.

[...]

O latim clássico é o da língua literária e da língua escrita em situação formal, com preocupações estéticas ou didáticas pelos escritores do período áureo da literatura latina (c. 100 aC. A 100 dC.) (FURLAN, 2006, pp. 31-32)

Uma pergunta oportuna seria baseada no porquê da alcunha/nomenclatura de Vulgar para designar exclusivamente a variante popular, visto que ele também servia para escrever os conhecimentos que eram transmitidos, que tinham papel importante na literatura da época. Embora haja registros no epistolário latino, não encontramos exatamente o porquê do LV ser compreendido de forma imprecisa por autores, professores e alunos da língua latina.

Entender o LV no sentido pejorativo, depreciativo no tocante ao vulgarismo, é atualmente condenável e, conforme Furlan

implicaria equívoco resultante de visão lingüística superada: a) de mudança, que se apóia no princípio de deterioração lingüística, como se o latim vulgar tivesse resultado de corrupção do latim clássico; b) de língua morta, como se o latim não sobrevivesse hoje nas línguas românicas; c) de evolução cronológica, como se o latim vulgar tivesse sucedido ao latim clássico. (FURLAN, 2006, p. 31)

É notório que houve, no decorrer da história, uma evolução semântica do conceito “vulgar”, mas para aclarar a noção evolutiva do léxico e do conceito é necessário fazermos um pequeno estudo da origem da palavra. O termo em questão, que significava “povo”, tem sua origem latina na palavra *vulgus*, *i* no

período clássico; e *vulgaris* (sermo vulgaris) no período pós-clássico e cristão. Trata-se de um substantivo da segunda declinação e que só é declinável no singular (*singularia tantum*). O mesmo fato ocorre com os termos *pelagus*, *i* que significa “mar profundo” e *virus*, *i*, significando “veneno”. Trata-se, portanto de um termo no singular que alcançava a população num sentido mais abrangente. Hoje, há implicações sociológicas no emprego próprio ou apropriado da palavra “povo”.

Atualmente também, o termo “vulgar” é quase exclusivamente utilizado para referir-se àquilo que tem como característica algo de baixo valor econômico, moral, ou cultural. Também serve de adjetivo àquilo que não tem nada que se faça destacar. Essas definições marginalizam, quando não põem no esquecimento, a definição que cremos ser mais próxima à semântica original: de povo. Deste modo, o conceito “vulgar” de hoje é bem diferente do que definia sua ideia primordialmente.

O proto-romance foi marginalizado pelos que defenderam a posteridade do Latim Erudito, ou seja, a do Clássico. Essas pessoas temiam que ele fosse deteriorado, acontecimento inevitável devido à expansão do Império. Em outras palavras, os conservadores do LC tinham receio de que a variante vulgar de base aristocrática se “desviasse” em direção ao proto-romance, por isso, tentaram controlar a língua, isentando-a de modificações expressivas que designassem sua decadência.

Por fim, esse conservadorismo dá-se por receio de que o Clássico perdesse seu caráter erudito, edificado a muito custo. Uma exemplificação dessa ideia dar-se-ia se tomássemos a passagem do “Banquete de Trimalcião” (outras leituras possíveis: Trimaquião, Trimaucião)⁹, incluídas no *Satiricon*, de Petrônio, que configura uma sátira a personagens exagerados, glutões, e sem a “etiqueta exigida” pela modalidade clássica da língua em seus discursos.

Referências bibliográficas

AMORA, Antonio Soares. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. 19ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

9 Trimalcião era um liberto rico. Organizou um banquete que critica a realidade da época, como por exemplo, uma medida do imperador Cláudio: a permissão que nos banquetes oficiais se eliminassem as flatulências. Trimalcião, em determinada parte do banquete, faz alusão a essa medida quando diz que “se alguém quiser fazer suas necessidades, não há porque se acanhar. [...] não há tormento tão grande como a gente segurar. Isso é a única coisa que Júpiter não pode impedir”.

- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 9ed. São Paulo: FENAME, 1976.
- ELIA, Sílvio. *Preparação à Lingüística Românica*. 1ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. [Introdução].
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. 14ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958. [Introdução].
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *O português entre as línguas do mundo: situação, história, variedades*. Coimbra: Almedina, 1985.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- GOFF, Jacques Le; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. *História e memória*. 5ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- HAUY, AMINI BOAINAIM; SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. 1ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3ed. São Paulo: Ática, 2007. [Introdução].
- OLINTO, Antonio. *Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2001.

O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO DA LINGUÍSTICA APLICADA BRASILEIRA

Hilda Rodrigues da Costa
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: O objetivo desse artigo é traçar o percurso historiográfico da Linguística Aplicada brasileira, demonstrando a partir dos discursos historiográficos os caminhos que possibilitaram a emergência da área, Linguística Aplicada, que doravante chamaremos de LA, sua interação com outros campos do saber, sua relevância para o desenvolvimento da pesquisa aplicada no âmbito da educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia, Linguística Aplicada, discurso

***ABSTRACT:** The aim of this paper is to trace the route of Applied Linguistics Brazilian historiography, showing the speeches from the historiographical paths that caused the emergency area, Applied linguistics, who now call LA, its interaction with other fields of knowledge, its relevance to the development of applied research in the context of Brazilian education.*

***KEY WORDS:** historiography, applied linguistics, discourse*

A crença de que a história é linear e ordenada tem sido questionada, e especialmente no que diz respeito a sua tendência de manter na obscuridade as visões alternativas de mundo e a de adotar um percurso linear e ascendente de progresso. A noção de um sujeito uno, racional, cartesiano, capaz de conhecer a si mesmo e a outros objetos, também se tornou questionável.¹

1 PENNYCOOK, A. A linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, p. 35, 1998.

Introdução

O conhecimento e os problemas vivenciados pela vida social passaram a assumir um papel de grande importância na construção das relações de poder. Uma vez que, os efeitos desse paradigma nas ciências sociais, em que as práticas discursivas deixaram de ser neutras motivadas por escolhas, intencionais ou não, promoveram mudanças significativas em determinados contextos sociais.

Esses fatores impulsionaram o aparecimento de múltiplas abordagens, de bases diferentes, mas que tornam a linguagem processo e produto da atividade histórica do homem, pois, de acordo com Koerner (1996, p. 57), “as teorias linguísticas não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica”, sugerindo, segundo Pennycook (1998), a necessidade de reavaliar determinado conhecimento em detrimento de outros.

Para Kuhn (1996, apud Moschetti, 2004, p. 46), “a emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada”, exigindo do pesquisador uma nova postura diante da busca por novas regras, bem como a produção de novos instrumentos para a pesquisa, na busca por novas soluções para os problemas da vida real que envolva, principalmente a linguagem.

Assim, compreender as práticas linguísticas presentes em nossa sociedade fez com que a pesquisa em Linguística Aplicada assumisse uma nova concepção, pois, “ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva” (FABRÍCIO, 2006, p. 48), possibilitando a criação de novos regimes de verdade, formulando uma interpretação mais próxima possível do que acontece nos dias atuais com o homem e a língua.

Desse modo, o caminho trilhado pela LA é marcado pelo movimento, pela ação, pela possibilidade de fazer pesquisa, rompendo fronteiras na busca por novos saberes, produzindo conhecimento no campo dos estudos linguísticos, voltado para as práticas sociais da contemporaneidade.

Isso significa que todo conhecimento advém de algum lugar e que é necessário ir além da tradição científica de apresentar resultados, pois, para Moita Lopes (2006, p. 22), “politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social são parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA”. É ver por outro ângulo, é dialogar com outras teorias, buscando compreender “a multiplicidade de paradigmas que constituem o universo científico contem-

porâneo”, promovendo um repensar contínuo de “seu universo de referência” (SIGNORINI, 1998, apud MOITA LOPES, 2006, p. 23).

A perspectiva de pesquisa aplicada aqui apresentada não emergiu como um campo do saber institucionalizado, com identidade própria, como ciência pronta. Muitos foram os obstáculos transpostos desde a década de 1940, período em que novos regimes de verdade começavam a dar os primeiros passos na busca por novos instrumentos, novas metodologias, novas ciências capazes de responder aos anseios dos novos pesquisadores em solucionar os problemas daquela época.

1. LA e seu contexto histórico

Na América das décadas de 1920 a 1950, a partir de bases estruturalistas², os estudos linguísticos cultivaram interesses bastante diversificados quanto à pesquisa, resultando em um trabalho minucioso de descrição das línguas indígenas do continente americano. Nesse mesmo período, várias correntes linguísticas foram constituídas tanto na Europa quanto na América: a Linguística Histórica, a Linguística Estrutural, a Linguística Histórica-Comparatista, a Linguística Descritiva, a Linguística Contrastiva, dentre outras.

Da união de certos pesquisadores da Linguística Descritiva e da Linguística Contrastiva na solução de problemas relativos ao uso da linguagem, emergiu um novo campo de estudo, a Linguística Aplicada (LA). Os discursos que construíram e constroem essa área de investigação tornaram-se complexos e, em determinados momentos, traçaram certos conceitos quanto à forma de produzir conhecimentos, em detrimento de outros.

Ao traçar o perfil sócio-histórico da LA, observa-se que o desenvolvimento de suas concepções está intimamente ligado ao contexto sociopolítico que se apresentava na América do Norte na década de 1940, durante o período da II Guerra Mundial (CAVALCANTI, 1986; CELANI, 1992; DAMIANOVIC, 2005; GOMES DE MATOS, 1976; KLEIMAN, 1992; MOITA LOPES, 2009), sendo esse fato histórico de certa forma responsável pela atribuição de cientificidade ao estudo da linguagem.

O contexto sociopolítico vivenciado na América do Norte durante o período da guerra exigia o conhecimento de outros idiomas por parte dos soldados

2 Mesmo não reconhecendo a influência dos estudos saussurianos sob as bases estruturalistas americanas, podemos identificar tais princípios nos trabalhos de Leornad Bloomfield, tido como referência intelectual, ou melhor, dizendo “pai do estruturalismo americano”.

americanos, pois realizar contato com os aliados e inimigos falantes de outras línguas era imprescindível. O ensino de línguas a partir desse momento passa a ser visto com outros olhos, com outras perspectivas, deixando de ser apenas um método cujo objetivo único era o de ensinar a ler.

Em 1939 é criado o *English Language Institute*, na Universidade de Michigan, tendo como fundador Charles C. Fries. Essa instituição foi considerada pioneira quanto à aplicação de princípios da linguística ao ensino de inglês³, particularmente na elaboração de material didático e em questões relativas à tradução (TUCKER, s/d apud MOITA LOPES, 2009, p. 12). Um ano depois da criação do instituto, em 1940, o termo Linguística Aplicada é criado por Charles C. Fries e Robert Lado, ambos com um profundo conhecimento da estrutura de línguas, em especial as faladas pelos índios norte-americanos. Os trabalhos, as pesquisas destes linguistas “estruturalistas” contribuíram para a constituição da Linguística Aplicada, pois buscavam uma aplicação prática para as teorias da Linguística moderna, com o objetivo de serem vistos como cientistas aplicados e, não como humanistas. Nesse período existia uma preocupação universal com a fundamentação linguística nos programas de ensino de línguas, na formação do professor e na elaboração do material didático, objetivando condições para a solução de problemas em sala de aula.

Segundo TUCKER (s.d. apud PAIVA, 2009, p. 26), em 1946, aconteceu o primeiro “curso independente de LA na Universidade de Michigan, onde lecionavam Charles Fries e Robert Lado”. Em 1948, Charles C. Fries, na Universidade de Michigan, deu início ao periódico *Language Learning: A Quarterly Journal of Applied Linguistics*, com o apoio de Kenneth L. Pike e W. Freeman Twaddel, dentre outros, e com o objetivo de disseminar informações sobre o trabalho do Instituto Fries de Língua Inglesa (fundado em 1941). O cientificismo pregado pelos linguistas “aplicados” buscou estabelecer as bases para que a LA pudesse se instituir como “ciência”, segundo os parâmetros da época, década de 1940, através da aplicação das teorias linguísticas ao ensino de línguas.

Em 1956, Pit Corder fundou na Escócia o Departamento de Linguística Aplicada da Universidade de Edimburgo, cuja tarefa principal era estabelecer, pela primeira vez, nos novos cursos de graduação as bases intelectuais do ensino e aprendizagem de línguas. Nesse mesmo período, J. C. Catford criou a Escola de Linguística Aplicada, na Universidade de Edimburgo, com o intuito de solidificar os estudos em LA na Europa.

3 Em vários momentos a Linguística Aplicada será denominada como ensino de línguas, pelos autores dessa época.

Três anos depois, em 1959, foi criado o Centro de Linguística Aplicada em Washington, Estados Unidos, fomentado pela fundação Ford, sob o comando de Charles Ferguson, com o objetivo de auxiliar na solução de problemas com relação ao ensino de línguas, encontrados em vários países em desenvolvimento. Institutos semelhantes foram criados em várias partes do mundo, visando à coleta e à análise de dados sobre o papel e o uso do inglês e de outras línguas, e resultando na criação de programas e materiais para o ensino de idiomas, bem como o treinamento de professores para a sua utilização.

Na busca por um modo rápido e eficaz de se aprender a falar “a língua do Pacífico”, linguistas como Fries e Lado, dentre outros com conhecimento profundo da estrutura de línguas, em especial as faladas pelos índios norte-americanos, apreenderam para si o desejo de implementar o ensino de língua estrangeira, devido ao contexto sócio-histórico vivenciado durante a 2ª Guerra Mundial, recorrendo a teorias linguísticas e psicológicas, reformulando os paradigmas que regiam o ensino de línguas, na América.

Esses saberes apoiados por um suporte institucional, capazes de reconduzir todo um conjunto de práticas “pedagógicas”, colaboraram para o desenvolvimento da Linguística Aplicada, partindo de uma abordagem descritiva. Esses estudiosos fizeram as primeiras tentativas de aplicação de teorias linguísticas em questões ligadas ao ensino de línguas. Demarcaram, assim, as superfícies primeiras de emergência da LA, ao final da década de 1940, descrevendo as instâncias de delimitação e as grades de especificação do campo aplicado.

O desenvolvimento da LA foi se consolidando aos poucos; apesar dos trabalhos desenvolvidos durante a década de 1940 e 1950, somente em 1964, na cidade francesa de Nancy, é que foi fundada a *Association Internationale de Linguistique Appliquée* (AILA)⁴, representando um marco na história da LA, com o propósito de institucionalizar a Linguística Aplicada como uma ciência autônoma, desencadeando uma discussão sistemática sobre a área.

Dois anos mais tarde, 1966, é criada a *British Association of Applied Linguistics* (BAAL)⁵, tendo como primeiro presidente Pit S. Corder. Somente

4 O primeiro congresso internacional ocorreu em 1964, ano de sua fundação, o segundo, em 1969, em Cambridge. A partir daí, os congressos passaram a obedecer a uma periodicidade de três anos, com publicação de anais.

5 Notas sobre a História da Associação Britânica de Linguística Aplicada, 1967-1997: The first formal proposal for the creation of a “British Applied Linguistics Association” was made in 1965 by Peter Strevens, then recently appointed to a new Chair in Applied linguistics at Essex, and also secretary of the newly-formed Association Internationale de Linguistique Appliquée. (consultar http://www.baal.org.uk/about_history.pdf.)

em 1977 é fundada a *American Association of Applied Linguistics*, após a mesa-redonda “*On the Scope of Applied Linguistics*”, na reunião anual da *Teachers of English to Speakers of Other Languages* (TESOL), em Miami.

O caminho trilhado pela LA em busca de sua emancipação não foi tranquilo. Muitos foram os obstáculos desde a primeira reunião em maio de 1973, na sede da TESOL, além de várias reuniões da Linguistics Society of America (LSA). Em agosto deste mesmo ano, em reunião da LSA em Ann Arbor, foi proposto que a LA se tornasse uma subseção da LSA, a qual fora aprovada em uma reunião subsequente na cidade de San Diego, em dezembro de 1973.

No entanto, foi colocado como condição para pertencer a LSA que a LA como subseção “mantivesse os padrões de qualidade da LSA” (CELANI, 1992, p. 16), essa falta de confiança nos padrões observados na área de LA fez com que a subseção não fosse criada. Porém, paralelamente aos acontecimentos na TESOL, criou-se um grupo designado Linguística Aplicada, dentro dos grupos de interesse especial, denominado SIG, o qual teve como primeiro coordenador Bernard Spolsky, em 1976, na reunião da TESOL em Nova York. Apesar da falta de confiança nos padrões na área de LA pela Teachers of English to Speakers of Other Languages (TESOL), o grupo deu continuidade aos estudos em LA, buscando sua legitimidade.

Hoje, quase cinquenta anos após sua fundação, a *Association Internationale de Linguistique Appliquée* (AILA) é a federação internacional de associações nacionais ou regionais de Linguística Aplicada e conta com a participação de mais de 8.000 filiados em todo mundo, abrangendo mais de 25 comissões científicas. A cada três anos é realizado o congresso internacional da AILA, sendo este o maior evento em Linguística Aplicada, reunindo pesquisadores e profissionais de todas as áreas da LA, envolvendo cerca de 2.000 participantes nos dias de hoje.

Os congressos realizados pela AILA são tidos como exemplo da história da associação. Realizados em localidades diferentes, eles demonstram a expansão geográfica da área, abordando temas importantes quanto ao uso da linguagem e a prática social.

2. A emergência de uma disciplina

O campo de emergência da disciplina Linguística Aplicada⁶ no Brasil está ligado diretamente à “institucionalização da Linguística”, no início da década

6 A Linguística Aplicada emerge no seio da Linguística, não havendo uma separação ou mesmo uma independência disciplinar na década de 1960, no Brasil.

de 1960. Em plena ditadura militar, o trabalho de pesquisa de campo nas universidades brasileiras era considerado perigoso devido à crise política de 1964. Segundo Rodrigues (1988 apud ALTMAN, 2003, p. 77), “pesquisadores nos meios rurais se tornaram fortemente suspeitos de subversão” por questionar os atos políticos que regiam o país naquele determinado momento histórico.

De acordo com Mattoso Câmara (1976 [1968] apud ALTMAN, 2003, p. 101), na década de 1930, a “Linguística era considerada como conhecimento básico para os professores de língua e para os estudantes interessados em crítica literária”, sendo incluída na área de humanidades. Altman (2003, p. 265), lembra que “foi o Estado que banuiu pela primeira vez a Linguística dos currículos de Letras no final dos anos 30, quando desativou a Universidade do Distrito Federal, e foi também o Estado que a impôs novamente, nos chamados Currículos Mínimos, através da resolução de 1962”. Nesse período, a universidade brasileira estava longe de poder propiciar condições necessárias para a realização de pesquisa, devido a sua estrutura centralizadora quanto ao ensino, privilegiando o ensino e não a pesquisa.

A necessidade de preencher os novos espaços institucionais, criados pela resolução de 1962, fez com que jovens professores, formados na disciplina, ocupassem esses espaços em consonância com os filólogos, sem maiores disputas, o que ocasionou certa dificuldade de conscientização de seu papel como linguistas. Segundo Altman (2003, p. 265), a “primeira geração, formada nos primeiros cursos, não se percebia *linguista*”. Até hoje, muitos deles preferem autodenominar-se “professores de línguas, com formação em Linguística” ou, quando muito, “professores de Linguística” (cf., por exemplo, Celani, 1984).

Em meio a este cenário emergia no Brasil a disciplina Linguística⁷, independente em relação à Filologia e à Dialectologia tradicionais no campo acadêmico, revolucionando não apenas o modo de concepção do objeto-linguagem, mas a concepção da profissionalização do linguista, da carreira universitária, acarretando mudanças no poder acadêmico. Nesse período atuavam na área apenas Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues e Francisco Gomes de Matos.

Diante desse desafio, em 1963, Aryon Rodrigues implantou na Universidade de Brasília (UNB), o primeiro departamento de Linguística e, consecutivamente, o primeiro programa de pós-graduação, em nível de mestrado,

7 O estruturalismo adentrou o cenário brasileiro via institucionalização da Linguística, nos Currículos Mínimos Federais das Faculdades de Letras (ALTMAN, 2003, p. 77).

voltado para a formação de pesquisadores em Linguística. Assim, um novo corpo profissional foi concebido, mas com inúmeros grupos de especialidades divergentes quanto às teorias linguísticas, métodos e objetos de análise. Entretanto, unidos por um projeto prático: a criação de espaços institucionais, como os programas de pós-graduação. A formação desses linguistas estava representada oficialmente por dois modelos, os das universidades francesas, presente na Universidade de São Paulo, e o modelo norte-americano, instituído na Universidade do Rio de Janeiro.

Mesmo com a implantação de programas de pós-graduação, a falta de profissionais nas universidades ainda era grande, o que resultou na importação de professores-pesquisadores da Europa e da América, com o objetivo de atender as necessidades da área, que estava em plena expansão. Juntamente com a bagagem desses profissionais vieram novas teorias, novas concepções quanto ao estudo da linguagem, como a Linguística Aplicada, que em um primeiro momento de sua história tem a Linguística como sua única fonte teórica, o que posteriormente será negado pelos próprios linguistas aplicados que foram forjados no calor do seio desta disciplina.

Três anos após a Linguística ter sido incluída no currículo do curso de letras, introduzia-se a Linguística Aplicada em nosso país, “graças à iniciativa de uma entidade privada, especializada no ensino de línguas” (GOMES DE MATOS, 1976, p. 49). Isso levou ao desenvolvimento de dois campos simultaneamente, o da Linguística Teórica ou Geral e o da Linguística Aplicada, sendo considerado um fato de grande relevância para a história das ciências humanísticas no Brasil. Segundo Gomes de Matos (1976, p. 49), “convém enfatizar o que tanto no que diz respeito às teorias quanto às Aplicações, o interesse primordial dos especialistas brasileiros que ‘fazem’ Linguística está centrado no HOMEM”. E, como exemplo, bastaria mencionar os estudos da Sociolinguística e da Psicolinguística que já estavam sendo realizados em algumas universidades brasileiras.

Em 1965, no Rio de Janeiro, aconteceu o 1º Seminário Brasileiro de Linguística, uma iniciativa do Instituto de Idiomas Yázigí, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, dentre outras instituições. Além das

conferências⁸, ocorreram também palestras e mesas-redondas sobre Linguística Aplicada e cursos como os de História das Idéias Linguísticas, de Mattoso Câmara Jr; de Apresentação de Técnicas da Linguística Descritiva, de Sarah Gudchinsky; e de Orientação de Linguística Aplicada, de Francisco Gomes de Matos. Ao final desse ano, mais precisamente em dezembro de 1965, foi promovido em Montevideu o I Instituto Linguístico Latino-americano, sob a orientação *Programa Internacional de Linguística y Enseñanza de Idiomas* (PILEI), da Associação de Linguística e Filologia da America Latina (ALFAL) e da Universidad de La Republica. De acordo, com Gomes de Matos (1976, p. 50), nesse instituto, “houve um (re) encontro de brasileiros interessados em Linguística Aplicada, e a partir desse momento o PILEI passou a exercer uma influência favorável ao desenvolvimento da Linguística Geral e da Aplicada em particular, no Brasil”.

No ano seguinte, em março de 1966 ocorreu a primeira institucionalização da LA no Brasil, através do Centro de Linguística Aplicada Yázigi, em São Paulo, por recomendação do Programa Internacional de Linguística y Enseñanza de Idiomas, PILEI. Segundo ALTMAN (2003, p. 173),

foi o encontro de Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues e Gomes de Matos nos Institutos Interamericanos e nos Seminários de Linguística que propiciou, entretanto, a criação pelo Instituto Yázigi, em 1966, de um Centro de Linguística Aplicada, que inaugurou uma segunda publicação periódica, esta sim, de circulação universitária, denominada Estudos Linguísticos. Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada.

8 Os conferencistas presentes neste seminário foram Valnir Chagas, Aryon Dall’Igna Rodrigues, Evanildo Bechara, Geraldo Cintra, Adazir Almeida Carvalho, Margot Levi Mattoso e Francisco Gomes de Matos. Nesse mesmo ano outros eventos contribuíram para a institucionalização da LA no Brasil como: a elaboração de um levantamento sobre o ensino de línguas estrangeiras no Brasil (de autoria de F. Gomes de Matos, para a obra *Ibero-American and Caribbean Linguistics. Vol. IV of Current Trends in Linguistics*. Sendo publicada apenas em 1968, na Holanda.); a influência do Museu Nacional (UFRJ) com a publicação de *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, de Mattoso Câmara Jr., com um suplemento de pesquisa por Sarah Godschinsky, cabendo à Linguística americana a “tarefa de abordar questões aplicadas de análise linguística”; a distribuição da *Revista de Metodologia do Ensino de Línguas e Linguística* a professores e instituições do todo o país, pelo departamento de estudos e pesquisa do instituto de Idiomas Yázigi (essa publicação teve início em 1962, sendo pioneira no Brasil); sobre o patrocínio do instituto Nacional do Livro - MEC foi publicado o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, de Nelson Rossi; um dos primeiros livros de inglês para escolas secundárias influenciadas pela Linguística Aplicada de base estruturalista – *Look and Speak English*, de J. F. Mello também fora publicado neste ano, além de outros eventos.

Esse instrumento⁹ de divulgação especializado, sob a direção de Joaquim Mattoso Câmara Jr., Aryon Dall’Igna Rodrigues e Francisco Gomes de Matos¹⁰, incluía o Brasil no circuito interamericano de estudos linguísticos. Gomes de Matos lembra que, até 1966, estudiosos como Augustinus Staub, Clea Rameh, Geraldo Cintra, como o próprio Gomes de Matos, e grande parte dos interessados em adentrar o campo da LA haviam iniciado seus estudos em LA por meio da gramática contrastiva. Nesse mesmo ano, Aryon Rodrigues publica o artigo *Tarefas da Linguística no Brasil*, em *Estudos Linguísticos*: vol. 1 n° 1, destacando as prioridades da Linguística Aplicada no Brasil.

Com a publicação desse artigo, além dos eventos, os anos seguintes favoreceram a multiplicação de oportunidades quanto aos estudos em Linguística Teórica e Aplicada, através dos seminários e institutos linguísticos oferecidos pelo CLA-Yázigi, PILEI e universidades brasileiras com participação de professores de linguística, língua portuguesa e línguas estrangeiras, que viam na Linguística um caminho seguro para a melhoria do ensino de línguas.

Em 1968, aconteceu o 4º Seminário Brasileiro de Linguística, em Recife, em meio ao qual aconteceu a primeira reunião para o estudo da fundação da associação brasileira de linguística, convocada por Mattoso Câmara. Nesse

9 De acordo com Altman (2003, p. 172-173), a revista ESTUDOS do Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto de Idiomas Yázigi (1961-1964, não corrente) foi lançada em 1961, em edição mimeografada com a indicação Ano I, 1961, n° 1. Esse mesmo número foi relançado em edição impressa no ano seguinte, sob a indicação Ano I, 1962, n° 1. Ao todo, foram publicados sete números: Ano I, 1962, (1-4); Ano II, 1963, (1-2); Ano III, 1964(1), voltado principalmente para o ensino de línguas estrangeiras, a principal motivação do Yázigi ao lançar esta revista (apresentada, aliás, como um despretenso boletim) era manter os professores do Instituto informados sobre as mais recentes metodologias de ensino de línguas – especificamente sobre o que então era proposto como o *Yázigi Methol* (Garon, 1961:1-9). O referencial teórico adotado – e recomendado – por esses primeiros boletins do Yázigi era essencialmente o chamado descritivista norte-americano: Sapir, Bloomfield, Gleason, Hall, Fries, Lado, Nida, Pike, Hill, Hockett, Trager (ESTUDOS, 1961: 25-31). Tal tipo de abordagem, entretanto, com orientação pedagógica, só encontrava algum eco entre aqueles ligados a instituições, geralmente particulares, dedicadas ao ensino instrumental de línguas estrangeiras.

10 É importante ressaltar que nesse período já se fazia pesquisa em Linguística Aplicada, porém a mesma se apresentava como parte da integrante da Linguística, como ocorreu também nos Estados Unidos e na Europa. Mattoso Câmara, Aryon Rodrigues e Gomes de Matos foram os principais ativistas para a institucionalização e desenvolvimento da Linguística e da Linguística Aplicada no Brasil, reconhecidos pela dedicação aos estudos da linguagem (ALTMAN, 2003; CELANI, 1992; KLEIMAN, 1992; MOITA LOPES, 2009; SCHERER, 2003).

mesmo ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Museu Nacional estabeleceram um curso de pós-graduação em Linguística, tendo como uma das áreas de concentração: Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas. A partir desse ano, alguns jovens pesquisadores passaram a exercer as primeiras lideranças intelectuais, os quais viriam a constituir a primeira geração de “linguistas”¹¹ do país: Celani, Castilho, Blikstein, Franchi, Gomes de Matos, Rector, Rodrigues, Pais.

No segundo congresso da ALFAL, em 1969, a participação de brasileiros na apresentação de trabalhos em Linguística Aplicada foi significativa, como no V simpósio do PILEI, dentre outros eventos acadêmicos que proporcionaram a difusão das pesquisas, cursos em Linguística e Linguística Aplicada no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais. Essas apresentações marcaram oficialmente a existência de uma Linguística Aplicada brasileira.

No dia 9 de janeiro de 1969, é fundada a ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística¹², de caráter nacional, tendo Mattoso Câmara como conselheiro, Aryon Rodrigues como presidente e Gomes de Matos como secretário, a qual foi subsidiada pela fundação Ford e o instituto de Idiomas Yázigi. Atualmente, sua sede tem caráter itinerante, em outras palavras, sua localização é na instituição em que atua seu presidente, por um período de dois anos.

A título de pesquisa, observou-se que o biênio de 1971-1973 não teve um representante, há um espaço vazio na história da instituição. Verificando o histórico da entidade, observa-se que esse dado não está contemplado, nem mesmo na página oficial da ABRALIN. No entanto, Altman (2003, p. 162) faz apenas uma referência a essa ruptura na história da associação: “Tendo interrompido suas atividades logo em 1971, a Associação ressurgiu, como núcleo organizador de eventos, em 1974 [...]”, dando continuidade aos trabalhos da associação.

O programa de estudos pós-graduados em Linguística Aplicada ao ensino de línguas, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1970, marcou a entrada oficial da LA no Brasil. Esse programa foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação e pelo Conselho Nacional de Pesquisas como “Centro de Excelência”, tendo como coordenadora a Dra. Maria Antonieta Alba Celani, uma das figuras mais atuantes no campo da LA.

Esse processo de emancipação da LA em relação à Linguística não se consolidou plenamente, exigindo de seus pesquisadores a formalização de uma associação voltada para a pesquisa em LA. De acordo com Scherer (2003, p. 71),

11 Entre esses linguistas estavam alguns linguista aplicados.

12 Homepage: <http://www.abralin.org>

o registro oficial da Associação de Linguística Aplicada no Brasil (ALAB) data de 25/01/1991, com foro na cidade de Campinas e sede inicial na sala 17 do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp (TLA 17). Tal associação foi fundada em assembléia geral, em 27/06/1990, no V encontro Nacional da ANPOLL. O objetivo dela é “incentivar a pesquisa e o ensino na área de Linguística Aplicada no Brasil no que se refere especificamente às atividades nas suas subáreas principais, a saber, o ensino/aprendizagem de língua materna, línguas estrangeiras, segundas línguas/educação bilíngue, tradução e situações de contato socioprofissional” (TLA 17, carta dirigida aos leitores).

A primeira diretoria da ALAB foi eleita também em 1991, tendo como primeiro presidente a professora Marilda do Couto Cavalcanti; como vice-presidente a professora Mara Sofia Zanotto Paschoal e a professora Sumiko Nishitani Ikeda, como secretária. Nesse mesmo ano, a AILA reconheceu a ALAB como entidade filiada. Em 1992, a ALAB assume a responsabilidade de continuar promovendo o Congresso Nacional de Linguística Aplicada, a cada três anos. Em sua homepage oficial¹³, a ALAB apresenta como objetivo:

(re)construir um lócus acadêmico-científico dinâmico e reflexivo, fomentado, por sua vez, estudos e reflexões da área de LA, não concebida mais aplicação de teorias linguística, mas como um campo de investigação indisciplinar, transgressiva e híbrida.

Para que esse objetivo seja alcançado a ALAB visa: política de valorização e aumento de incentivos culturais e econômicos aos intercâmbios e pesquisas em LA; a divulgação dos conhecimentos, por meio de publicações científicas; o desenvolvimento de pesquisas nacional e internacional, através do desenvolvimento de trabalhos transdisciplinares e interinstitucionais e a consolidação da LA como área de estudos.

Após onze anos de sua fundação, a ALAB criou, em 2001, a Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA), uma publicação sem fins lucrativos, que tinha como missão encorajar a pesquisa na área de Linguística Aplicada, sendo esse periódico considerado um sinal de fortalecimento da área.

13 Site oficial: www.alab.org.br

3. A concepção de Linguística Aplicada no contexto brasileiro

A constituição de uma ciência ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova marca um momento decisivo de sua própria história. Segundo Benveniste (1989, p. 252),

uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados.

Para Benveniste (1989, p. 252), criar um conceito é “a primeira e a última operação de uma ciência”, pois toda disciplina que pretende obter o estatuto de ciência deve “definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e antes de tudo quais são suas unidades”, pois a emergência de uma ciência, bem como a transformação de termos essenciais são acontecimentos importantes de sua evolução que, por sua vez, suscitam novos conceitos quanto à forma de produzir conhecimento.

Para compreender melhor o conceito de LA e sua evolução no Brasil, é preciso buscar na memória as primeiras fotografias, como diria Moita Lopes (2009), dos passos iniciais da LA brasileira como, por exemplo, a primeira definição de LA presente no artigo *Tarefas da Linguística no Brasil*¹⁴, de Aryon Rodrigues, publicado em 1966, pela revista brasileira de Linguística Teórica e Aplicada, v. 1, n. 1.

A finalidade deste artigo é por em evidência vários problemas de natureza linguística que devem ser abordados no Brasil, mais cedo ou mais tarde, individual ou coletivamente, com intenções teóricas ou práticas. Para tanto, é conveniente distinguir primeiramente, entre o que podemos chamar de linguística pura em contraste com linguística aplicada. Estas designações são paralelas às que ocorrem em outras disciplinas, por exemplo, física pura e física aplicada. A linguística pura é propriamente a ciência da linguagem: a investigação destinada a adquirir e ampliar o conhecimento a respeito das línguas e da linguagem, ao passo que podemos chamar de linguística aplicada todo trabalho de aplicação daqueles conhecimentos a resolução de problemas práticos ou de problemas de outras ciências. Quem faz linguística pura faz linguística em si e por si, para descobrir

¹⁴ É interessante observar que os temas propostos por Aryon Rodrigues há quarenta anos, ainda hoje são referências nas pesquisas realizadas pela LA no Brasil e no mundo.

como são as línguas, qual a natureza de cada idioma em particular, quais as características gerais das línguas e do fenômeno linguagem. Quem faz linguística aplicada faz uso desses conhecimentos em atividades práticas como o ensino de línguas, a resolução de problemas de tradução automática ou de alfabetização, a análise de estilos literários e de documentos arcaicos, etc. (RODRIGUES, 1966).

É interessante ressaltar que mesmo antes da chegada formal da LA no Brasil já se fazia Linguística Aplicada, mas atribuindo à Linguística o papel principal quanto às investigações a respeito das línguas e da linguagem. Essas investigações em Linguística, por sua vez, priorizaram os estudos em línguas indígenas, língua portuguesa, línguas de minoria européia e asiática e línguas africanas. Enquanto à LA, dedicava-se a aplicação de Linguística ao ensino de línguas, ao ensino de português como língua materna, ao ensino de português como língua estrangeira, ao estabelecimento e reforma de ortografias, ortografias para línguas indígenas, aplicação à alfabetização, aplicação à tradução, entre outras aplicações.

Esse conceito de aplicação linguística, principalmente quanto ao ensino de línguas, mesmo com a chegada formal da LA em solo brasileiro, fez-se presente durante a década de 1970 com seminários e publicações, os quais enfatizavam esse conceito no contexto acadêmico e que, consecutivamente, mobilizaram a institucionalização da área em terras brasileiras.

Tal concepção discursiva pode ser verificada no artigo *Dez anos de Linguística Aplicada no Brasil*, publicado em 1976, por Gomes de Matos, que ressalta a importância da LA e a concepção de “aplicação de princípios, técnicas e resultados das investigações teóricas sobre as línguas para a solução de problemas educacionais e sócio-culturais” (GOMES DE MATOS, 1976, p. 49), enfatizando a importância de se receber uma orientação adequada em Linguística Aplicada para a solução de problemas educacionais e socioculturais. Seguindo esse princípio, o campo da Linguística Aplicada, em sua primeira fase, passou por algumas definições que influenciaram diretamente a forma de fazer LA como aplicação da Linguística, unidirecionada ao ensino de línguas.

Gomes Matos (1976) com o intuito de dar veracidade científica e, ao mesmo tempo, demonstrar os primeiros passos evolutivos da LA, apresenta em seu artigo um fragmento de Pit Corder (1972), em que “a Linguística Aplicada é a utilização do conhecimento sobre a natureza da linguagem ativada pela pesquisa linguística para o melhoramento da eficiência de certas tarefas práticas nas

quais a linguagem é um componente central” (CORDER, 1972 apud GOMES DE MATOS, 1976, p. 1)¹⁵.

Quase vinte anos depois, com o intuito de resgatar parte da história da LA, Celani (1992) em seu artigo *Afinal, o que é Linguística Aplicada?* também recorre a Pit Corder (1973) em seu livro *Introducing Applied Linguistics*, afirmando que talvez a mais antiga das interpretações da LA encontra-se na tradição britânica, a qual serviu como referencial teórico para o desenvolvimento da LA quanto ao ensino de línguas no Brasil.

Moita Lopes ao traçar o percurso histórico da LA em seu artigo *Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar*, publicado em 2009, quase vinte anos depois do artigo de Celani, reafirma por meio do mesmo livro de Pit Corder, de 1973, *Introducing Applied Linguistics*, “a relevância da Linguística para o ensino de línguas de forma científica” (MOITA LOPES, 2009, p. 13).

Um bom número de linguistas aplicados brasileiros teve sua iniciação na área com a ajuda desse e dos demais livros que compunham *Edinburgh Series*, publicado por Corder et. al., na década de 1970. Nessa fase, a influência da Linguística na LA, era um fato incontestável para a formação do professor de línguas. O costume de se falar de aplicação de linguística ao ensino de inglês fez com que tais afirmações se consolidassem, o que teria ocasionado o registro por historiadores da ciência da linguagem, sobre essa relação estreita entre o ensino de língua, principalmente inglesa, com a Linguística.

Em meio às ocorrências relacionadas ao ensino de línguas, destacou-se uma importante propriedade geral das línguas, o princípio da natureza social da linguagem, o que de certa forma pode ser considerado um dos pressupostos implícitos da Linguística contemporânea, sendo objeto de atenção cada vez maior por parte de sociolinguistas, os quais estavam interessados em examinar a relevância de seus estudos para o ensino de inglês e de outras línguas. De acordo com Gomes de Matos (1976, p. 102), uma “evidência desse fato é o interesse da UNESCO em promover reuniões periódicas de especialistas em Linguística Aplicada e Metodologia do Ensino de Línguas”¹⁶.

15 “Applied Linguistics is the utilization of the knowledge about the nature of language achieved by linguistic research for the improvement of the efficiency of some practical task in which language is a central component.”

16 A mais recente ocorreu em Paris de 15 a 20 de setembro de 1975. Para um resumo das idéias e conclusões principais desse encontro, v. ALSSED Newsletter n. 4 – March 1976, publicada pela Division of Structures and Content of Life-Long Education, UNESCO, Place de Fontenoy, Paris, 75700, France.

Tal interesse representou um sinal de desenvolvimento da área como um ramo do saber que, posteriormente, foi considerada como “aplicações do estudo da linguagem a qualquer área de interesse prático e aplicações das pesquisas em linguística teórica” (RICHARDS et. al., 1985 apud CELANI, 1992, p. 17).

De acordo com Celani (1992), a LA não estaria vinculada apenas a uma área do saber, recorrendo a outros campos como a sociologia, a história, os estudos culturais, a psicologia, a antropologia, a teoria da informação, além da linguística, “a fim de desenvolver seus próprios modelos teóricos de linguagem e de uso da linguagem” (CELANI, 1992, p. 17).

Como fonte, Celani (1992) cita os sumários das últimas reuniões da AILA, nos quais pode ser verificado um aumento do número de tópicos abordados, além do ensino/aprendizagem de línguas, como: ensino/aprendizagem da língua materna, multilinguismo, testes, planejamento linguístico, sociolinguística, psicolinguística, lexicografia, tradução, linguística contrastiva, linguística computacional, estilística, letramento, dentre outros.

A ideia de mediação foi outro princípio adotado, ao final da década de 1970, para definir epistemologicamente “Linguística Aplicada”, a qual é encontrada, segundo Celani (1992), nos trabalhos de Anthony (1980), Russel, Campbell (1980) e em Widdowson (1975). Segundo Palmer (1980 apud CELANI, 1992, p. 18), “a Linguística é uma disciplina que pode englobar várias matérias (*subjects*), podendo ser usada para dar-lhes substância intelectual.” Essas matérias podem ser compreendidas como constituintes de outras disciplinas, que não a Linguística.

O artigo *A propósito de Linguística Aplicada*, de Cavalcanti, publicado em 1986, na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, é um exemplo do trabalho que começava a deslanchar no campo aplicado brasileiro quanto à pesquisa em LA, ao tentar desvencilhar-se por completo da Linguística, em busca de autonomia científica, apoiando-se nos trabalhos de Spolsky (1980), Strevens (1980) e Widdowson (1980). Esses autores afirmavam que a LA é mais ampla que a aplicação de teorias linguísticas em problemas de uso da linguagem, recorrendo a outros campos disciplinares para a solução de problemas quanto ao uso da linguagem, cabendo ao linguista aplicado decidir a relevância de tais subsídios advindos da Linguística para o desenvolvimento de seus estudos.

Esse processo de mediação logo passaria a ser compreendido como interdisciplinar, refutando “a Linguística como ciência-mãe da LA” (CAVALCANTI, 1986 apud BERTOLDO, 2003, p. 122), na busca por uma autonomia maior, principalmente no contexto institucional brasileiro, pois essa foi a área que mais recebeu apoio financeiro para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao ensino e aprendizagem no Brasil e no mundo.

A metáfora da LA como ponto de intersecção, de acordo com Celani (1992), apontado por Buckingham (1980), Kaplan (1980), Stevens (1980), Ingran (1980), enfatiza o entendimento de que a LA é uma área interdisciplinar, o que justifica o uso do nome como direito próprio (CELANI, 1992, p. 19), sendo capaz de construir seus próprios princípios científicos.

Essa busca por autonomia e legitimidade institucional, na década de 1990, tornou-se ainda mais forte no contexto brasileiro com a fundação da *Associação de Linguística Aplicada do Brasil*, sendo considerado um indicativo de maturidade dos profissionais da área. Como exemplo de sua independência, Celani (1992) cita as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em LA e os temas defendidos nas dissertações e teses, além da diversidade de linhas de pesquisa em outras áreas que não o ensino de línguas. Fato que pode ser constatado ao ler os objetivos da área na homepage da ALAB, bem como o artigo *Sessenta anos de Linguística aplicada: de onde viemos e para onde vamos*, de Paiva (2009), o qual apresenta a produção da pesquisa em LA no Brasil, a teoria suporte, o método de pesquisa e a comparação entre a pesquisa internacional e a nacional.

Apesar de ser uma área jovem, a LA brasileira vem buscando um status próprio, porém sempre apoiado sobre um suporte teórico, mais do que nunca europeu, na busca por uma independência; o que leva, ainda hoje, a uma negação de sua base epistemológica, a Linguística, por parte de seus pesquisadores, mesmo acontecendo o contrário no resto do mundo, como apresenta a AILA em sua homepage ao considerar a Linguística como um dos suportes teóricos da LA.

O resultado é uma luta ideológica, apoiada por uma política institucional, pois, mesmo negando, os linguistas aplicados brasileiros reconhecem em seus artigos as contribuições da Linguística para a constituição da LA, de forma direta ou indireta, possibilitando a evolução da pesquisa.

4. LA e a busca por uma identidade própria

A necessidade de independência epistemológica da LA em oposição à Linguística, por uma vontade de verdade, reflete a busca por uma autonomia da área em defender seu espaço, demarcar seu território, estabelecer uma teoria e não uma mera aplicação teórica. Entretanto, nesta busca legítima pode-se considerar um certo apagamento de sua única base epistemológica estável, a Linguística (COSTA e GERALDI, 2007).

Essa vontade de verdade implica em uma vontade de saber, na formação de uma empiria, como consequência de uma descoberta, como se sua própria

história estivesse apoiada apenas sobre um suporte institucional, excluindo sua origem em favor de uma identidade própria.

Este discurso da “negação da Linguística pela LA”, denominado por Costa e Geraldini (2007) como *o paradoxo aplicado*, remete a um discurso tecido ao longo do século XX, que teve sua fundamentação primeira no próprio seio da Linguística, deslocando-se em meio a uma série de mutações, em meio à aparição de novas formações discursivas.

O discurso disciplinar “aplicado”, por sua vez, teve como ponto de partida o ensino de línguas. Segundo Celani (1992), foram as contribuições de Pit Corder, Halliday, McIntosh e Stevens, Widdowson, dentre outros, em meio à década de 1970, para o ensino de línguas, que despertaram esta necessidade, esta vontade de autodefinição da LA em relação à “ciência pura”. Celani (1992, p. 18), ao afirmar que “a LA seria um mediador entre descrições teóricas e atividades práticas diversas”, apresenta como referência os quatro volumes de *Edinburgh Series*, que contribuíram para a iniciação de muitos linguistas aplicados, os quais marcaram época e serviram de guia para muitos cursos de pós-graduação.

Na década de 1980, a Linguística Aplicada passa a ampliar seu campo de ação em busca de sua emancipação epistemológica, em relação à Linguística. Os efeitos dessas mudanças quanto à metodologia de pesquisa e ao objeto de estudo fizeram com que o linguista aplicado recorresse a outros campos científicos, ultrapassando fronteiras em busca de respostas para os problemas sociais que envolvessem a linguagem. Consequentemente, essas mudanças refletiram intensamente no papel desenvolvido pelo linguista aplicado, exigindo-lhe um poder de afirmação e auto-afirmação perante as demais áreas do conhecimento, de forma independente, e refutando até mesmo sua origem em favor de sua independência.

Este processo, por sua vez, foi, e ainda é, objeto de debate da área, que se configurou primeiramente, na Europa, no final da década de 1970, através dos congressos da AILA, das publicações, dos recursos para pesquisa, dos programas de pós-graduação em LA que se formaram em vários países.

No Brasil esta discussão ainda persiste, segundo Kleiman (1998, p. 51), pela “configuração da prática de pesquisa na Linguística Aplicada no país e o teor das questões discutidas na comunidade estrangeira, que há alguns anos vem debatendo a história e a epistemologia da prática de pesquisa em LA”. De acordo com a autora, a negação da Linguística pela LA ainda configura um problema, nos dias atuais. No entanto, esse “problema” não pertence apenas à LA, pois a história da Linguística no Brasil também passou por caminhos

tortuosos em relação à filologia e, como a própria história aponta, os primeiros linguistas foram antes de tudo filólogos por formação.

Esta constatação só vem a reafirmar que o enunciado “linguística aplicada não é linguística” não é criado aleatoriamente, ele obedece a uma ordem discursiva que é tecida em determinado contexto, em determinada época. Valoriza e institui uma verdade “científica” no lugar de outra, através dos campos institucionais, das demandas, das pesquisas, da vontade de saber.

As concepções epistemológicas relativas ao termo *Linguística Aplicada* levaram a várias interpretações em sua primeira fase. Entretanto, mesmo diante desses obstáculos, Celani (1992) afirma que as publicações, as reuniões internacionais da AILA, foram as grandes responsáveis pela busca da LA por sua legitimação no meio acadêmico, o que resultou, e ainda resulta, em concepções diferenciadas quanto ao papel da LA.

A criação da Associação de Linguística Aplicada do Brasil, em 1990, de acordo com Celani (1992, p. 21) foi um “indicativo de maturidade dos profissionais da área”, reafirmando que “embora a linguagem esteja no centro da LA, esta não é necessariamente dominada pela Linguística” (CELANI, 1992, p. 21). E que “em uma representação gráfica da relação da LA com outras disciplinas com as quais se relaciona, a LA não apareceria na ponta de uma seta partindo da Linguística” (CELANI, 1992, p. 21). Para a autora, a LA estaria no centro, e dela partiriam setas bidirecionais para disciplinas relacionadas com a linguagem, e entre elas estaria a Linguística, em “pé de igualdade”.

Na visão da autora, um sinal de independência da LA no Brasil seriam as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em LA, que emergiram na década 1970, e os assuntos abordados nas dissertações e teses produzidas, fortalecendo-a cada vez mais, deixando de ser mera “aplicação da Linguística”.

Considerações finais

O presente artigo buscou descrever, em uma perspectiva historiográfica, o percurso argumentativo de defesa da área Linguística Aplicada, por meio dos discursos historiográficos de alguns autores que participaram ativamente do processo de constituição e institucionalização da mesma. No entanto, vale ressaltar que a construção discursiva da LA, no Brasil é atravessada por uma heterogeneidade de ações e dizeres na busca pelo conhecimento, pela autonomia.

Segundo Pennycook (1998, p. 35-36), “a noção de um sujeito uno, racional, cartesiano, capaz de conhecer a si mesmo e a outros objetos, também se tornou altamente questionável”, o que suscitou sérios questionamentos

quanto aos modos de fazer pesquisa e, conseqüentemente, ao rompimento com cadeias conceituais cristalizadas, promovendo um repensar contínuo por parte do pesquisador.

Esse fator torna possível a emergência de certos paradigmas quanto ao uso da linguagem, formando-se novos conceitos através do tempo por meio de sistematizações, pelo estabelecimento de relações com outros campos disciplinares, promovendo a atividade científica.

Assim, partindo princípio de que a emergência da Linguística Aplicada está vinculada à Linguística e que o desejo de negação, presente no discurso argumentativo de defesa da área, remete à criação de novos regimes de verdade, considerando-se os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos, é possível compreender suas diferentes fases, assegurando assim a edificação de uma área por meio dos movimentos de renovação.

Desse modo, o estudo sobre as mudanças linguísticas adquiriu novos olhares e, conseqüentemente, novas abordagens. Uma vez que, o princípio de que a história é linear e ordenada já não correspondia a uma única visão de mundo.

O fato é que novos modos de produzir conhecimento são reinventados, exigindo novas práticas discursivas, considerando o sujeito em sua heterogeneidade, e que está em constante processo de transformação social (FABRÍCIO, 2006), buscando soluções para os problemas que envolvam a linguagem e a vida social.

Considerada por muitos autores como uma ciência jovem, a LA nesses quase sessenta anos de existência tem contribuído com afinco para o desenvolvimento da pesquisa, transgredindo fronteiras, renovando conceitos, reinventando discursos científicos, antes cristalizados, por meio da linguagem como prática social, produzindo frutos nas diversas vertentes que compõem o universo da LA em todo o mundo. Tal fato pode ser evidenciado pelos congressos internacionais e nacionais, seminários, programas de pós-graduação, além de publicações especializadas.

Esse processo evolutivo foi possível devido à reflexão sobre a língua e a linguagem, em um primeiro momento, por meio do ensino de línguas e, conseqüentemente, pela demanda social, como processo e produto da atividade histórica do homem no mundo.

Referências

- ALTMAN, C. Memórias da linguística na linguística brasileira. *Revista da ANPOLL*, n. 2, 1996, p.173-187.
- _____. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988). 2ª ed. – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- _____. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista argentina de historiografia linguística*, n. 1, v. 2, 2009, p. 115-136.
- BENVENISTE, É. Problemas de Linguística geral I. (trad.) NOVAK, M. G.; NERI, M. L. Campinas - SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. Problemas de Linguística geral II. (trad.) GUIMARÃES, E. et al.; Campinas - SP: Pontes Editores, 2005.
- CAVALCANTI, M. A propósito de Linguística Aplicada. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas-SP, v. 7, n.2, 1986, p. 5-12.
- CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 129-142.
- _____. A relevância da Linguística Aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M. e TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). *Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008, p. 17-32.
- _____. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. *Revista Linguagem & Ensino*, vol. 8, n. 1, 2005, p. 101-122.
- _____. AILA 1996 e um estado da arte em microcosmo da Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 197-212.
- _____. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 129-142.
- CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992, p. 15-23.
- _____. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I. &
- COSTA, A. F. Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional. Tese de doutorado, UNICAMP, 2007.

- COSTA, A. & GERALDI, J. W. O paradoxo aplicado. *Revista Signótica: UFG*, 2007, p. 157-175.
- D'ANGELIS, W. R. Aryon das Línguas Rodrigues. *Estudos de Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 4, nº 2, dez. 2006, p. 13-19.
- FABRÍCIO, B. P. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-66.
- GOMES DE MATOS, F. Dez anos de Linguística Aplicada no Brasil (1965/1975). *Revista de Cultura Vozes*. Ano 70 v. LXX n. 1, 1976, p. 49-57.
- _____. *Linguística Aplicada ao ensino de inglês*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- _____. O dicionário de Linguística e Gramática: notas de um leitor-posfaciador. D.E.L.T.A [online]. v. 20, 2004, p. 159-164.
- _____. Influência da Linguística em materiais didáticos para Ensino de Português como língua estrangeira: uma perspectiva brasileira *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* - v. 2, 2007, p. 47-59.
- KLEIMAN, A. B. O ensino de línguas no Brasil. In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992, p. 25-36.
- _____. O Estatuto Disciplinar da Linguística Aplicada: O traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 51-77.
- _____. A formação do professor: retrospectivas e perspectivas na pesquisa. In: _____. (org.). Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001, p. 13-38.
- KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, 1996, p.45-70.
- MATTOSO CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa*. 22ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 254.
- MILANI, S. e. Bases epistemológicas para a Historiografia Linguística: objeto e metodologia. In: GELCO. Cuiabá - MT, 2008, no prelo.
- MOITA LOPES. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 113-128.
- _____. Fotografias da Linguística Aplicada no campo de línguas estrangeiras no Brasil. *DELTA* [online]. 1999, vol.15, n.spe, p. 419-435. ISSN 0102-4450.

- _____. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- _____. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, 13- 44.
- _____. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 85-108.
- _____. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. MOSCHETTI, M. Crises e revoluções: a revolução copernicana segundo Thomas Kuhn. *Revista Analecta*. v. 5 n. 1 jan./jun. 2004, p. 45-54.
- PAIVA, V. M.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada In: PEREIRA, R. C. M e ROCA, M. P. (org.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 25-50.
- PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992.
- PENNYCOOK, A. A linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica In: SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. *Critical Applied Linguistics*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2001.
- _____. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. . In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-66.
- RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 77-80.
- RODRIGUES, A. D. Tarefas da Linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos* (revista brasileira de Linguística Teórica e Aplicada), v. 1, n. 1, 1966, p. 4-15.
- SIGNORINI, I. e CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. A questão da lingual legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 169-190.

CONSTRUÇÕES EM FOCO: O CASO DE *DAQUI VEM* E *VAMOS LÁ*

Ana Cláudia Machado Teixeira

Universidade Federal Fluminense

Rossana Alves Rocha

Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Investigamos as motivações semântico-pragmáticas que levam à emergência de microconstruções (Traugott, 2008), tais como *daqui vem* e *vamos lá* na Língua Portuguesa. Baseados na hipótese de Oliveira (2010), tencionamos validar que a base construcional verbo e locativo, em diferentes ordenações, promovem funções distintas. A partir da ordenação LocV, formam-se elementos de conexão; e, da ordenação Vloc, formam-se marcadores discursivos. Utilizamos o aparato teórico do funcionalismo, nos termos de Hopper (1991), Traugott & Dasher (2005), e da Gramática de Construção, mormente, em Croft (2001). Consideramos, em uma análise sincrônica, os contextos específicos de uso nos quais essas construções se convencionalizam.

PALAVRAS-CHAVE: Construções com locativo; Funcionalismo; Gramaticalização.

ABSTRACT: *This paper investigates the semantic-pragmatic motivations that lead to the emergency of *daqui vem* and *vamos lá* micro-constructions in Portuguese. Based on the hypothesis of Oliveira (2010), we intend to validate that constructional verb and locative base, in a different orderings, promote distinct functions. From the LocV ordering are formed connections elements and from the Vloc ordering are formed discourse markers. We use the theoretical apparatus of functionalism according to Hopper (1991), Traugot & Dasher (2005) and Construction Grammar especially in Croft (2001). We consider, in a synchronic analysis, the specific contexts of the use in which these constructions are conventionalized.*

KEYWORDS: *Constructions with locative; Functionalism; Grammaticalization.*

Introdução

A visão funcionalista da língua compreende a gramática como um sistema formado pelas regularidades decorrentes de pressões do uso, relacionadas às intenções comunicativas dos falantes, incluindo seus interesses e necessidades pragmático-discursivos. Para atender a essas demandas, novas formas gramaticais se desenvolvem para suprir lacunas geradas nas trocas comunicativas ou em função de novos conteúdos cognitivos.

A partir desse panorama, evidencia-se o processo de gramaticalização, adotado aqui nos termos de Himmelmann (2004), segundo o qual os contextos em que uma forma gramaticalizada se insere sofrem expansão.

A fim de dar conta de nosso objeto de estudo, aliamos a gramaticalização ao aparato teórico da Gramática de Construções, que define construções como pareamentos de forma e sentido, pensando-os como unidades primitivas da representação sintática (CROFT, 2001). Essa abordagem integrada tem sido adotada pelos estudos recentes do funcionalismo, para melhor compreender e analisar os fenômenos da língua em uso.

A hipótese que tencionamos validar é a de que a construção LocV situa-se num nível menos avançado de gramaticalização em relação à construção Vloc. A primeira cumpre, geralmente, função sintática, integrante de predicado, como elemento de conexão; a segunda atua basicamente no nível pragmático, mais frouxa da estrutura sintática, como marcador discursivo.

Este trabalho focaliza a investigação das motivações semântico-pragmáticas que levam à emergência das construções *daqui vem* e *vamos lá* na Língua Portuguesa. Tais microconstruções deixaram de ser formadas por itens independentes para tornarem-se uma construção - unidade de forma e sentido (CROFT, 2001) - em contextos específicos (TRAUGOTT, 2003 e 2008) e (BYBEE, 2003).

Primeiramente, apresentamos a fundamentação teórica que dá suporte ao tratamento qualitativo e sincrônico dos dados, na sequência, passamos à análise e finalizamos com algumas considerações.

1. Fundamentação teórica

Nos termos de Traugott (2003) e Bybee (2003), a recente literatura sobre gramaticalização parece concordar que não é mais suficiente defini-la como um processo pelo qual um item lexical torna-se um morfema gramatical, mas como um processo que focaliza centralmente o desenvolvimento de lexemas

em construções de contexto específico, expandindo as fronteiras do que é frequentemente considerado gramaticalização.

Conforme Bybee (2003), devido à crescente autonomia e à opacidade de sua estrutura interna, as construções são capazes de assumir novas funções discursivas que surgem a partir dos contextos em que são comumente usadas. Tais construções, a partir de motivação pragmático-discursiva e de frequência de uso, tornam-se convencionalizadas e, por consequência, mais disponíveis.

Quanto ao postulado de Himmelmann (2004, p.32-33) acerca da gramaticalização, o autor aponta três tipos de expansão contextuais. Como podemos observar a seguir:

- a. Expansão *Host-class*: uma forma gramaticalizada aumentará sua série de colocações com os membros da parte relevante do discurso (Substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio). Trata-se de aumento na frequência *type*, ou seja, na produtividade;
- b. Expansão sintática: uma forma gramaticalizada se estenderá para contextos mais amplos, por exemplo, a partir de posições de argumento central (tais como sujeito e objeto) a posições (como frases direcionais e temporais);
- c. Expansão semântico-pragmática: uma forma gramaticalizada desenvolverá novas polissemias em contextos pragmáticos ou semânticos.

Segundo Hopper & Traugott (1993, p.2), sob o ponto de vista sincrônico, a gramaticalização é um fenômeno discursivo-pragmático, em que o foco de estudo são os padrões do uso linguístico. Nesse sentido, estamos utilizando tal perspectiva pela identificação das polissemias e descrições dos padrões funcionais de *daqui vem e vamos lá* vistos em modelos fluidos de uso no português contemporâneo.

Quanto às construções, adotamos o modelo croftiano. Segundo Croft (2005, p.274, *apud* TROUSDALE, 2008, p.5-6), construção é uma unidade convencional simbólica. Em sua palavras: “Grosso modo, uma construção é uma rotina enraizada (“unidade”), que é geralmente usada na comunidade de fala (“convencional”), e envolve um par de forma e significado (“simbólica”)”. Portanto, assumimos a natureza “convencional” de *daqui vem e vamos lá* concentrando-nos na evidência de que são uma unidade, ou seja, a estrutura tem sido rotineira; e são simbólicas, isto é, envolvem a estrutura de um par particular de forma e significado.

Para tratar das microconstruções analisadas, utilizamos a taxonomia de Traugott (2008), que, a partir do modelo croftiano, propõe níveis de esquematicidade para construções baseados na seguinte relação:

- a. macroconstruções (LocV e Vloc): construções esquemáticas, altamente abstratas;
- b. mesoconstruções (LocVmov como *daqui vem, daí vem*; e VmovLoc como *vamos lá, vá lá*): grupos de construções relacionadas e ainda abstratas, que possuem semântica e/ou sintaxe semelhante;
- c. microconstruções (*daqui vem* e *vamos lá*): tipos de construções individuais;
- d. constructos (como nos exemplos (3), (4) e (6): *tokens* empiricamente comprovados, que são o *locus* da mudança.

Quando trata dos processos de extensão de sentido, Traugott (2008) afirma que, no nível macro, a possibilidade de existir atração semântica é menor em virtude de representar macroesquemas altamente abstratos. Para a autora, a atração ocorre a partir do mesonível, no qual uma instanciação da construção pode, por analogia, promover a gramaticalização de outra.

A partir da análise de Traugott (2008), postulamos que *daqui vem* e *vamos lá* são microconstruções, uma vez que funcionam como tipos individuais de construções cujo sentido é mais convencional e idiomatizado. A análise toma por base os três tipos de expansão elaborados por Himmelmann (2004) e os princípios de Hopper (1991), sendo estes últimos indicadores de estágios iniciais do processo de gramaticalização.

Duas características para identificação de uma microconstrução, em virtude de seu estágio idiomatizado, são a imobilidade de seus constituintes e a impossibilidade de variações sintáticas em sua composição. A alternância dos membros implicaria mudança de sentido ou de função. Tais restrições são consequência desse processo de amalgamento inerente ao estágio de gramaticalização. Conforme observamos a seguir:

- (1) O assunto virou para a crise financeira nos EUA e sua repercussão no Brasil. Um café forte para dar uma sacudida, e **vamos lá**. Contando com certo atraso, eu teria 1 hora para criá-la.

(Sequência expositiva, Revista Época, acessado em 14/04/2010)

- (2) Não sei se por pretenciosismo ou falsa estupidez, mas acho que um Hitchcock film não devia poder ser refeito, porque é impossível fazer igual e inimaginável fazer melhor (embora aceite a obra de Van Sant do Pshico, porque convenhamos, o que se tem ali é uma saturação ao ponto da cristalização do que é um filme do mestre, é uma obra plástica – diferente do que é o cinema – que deveria ser apresentada num museu). **Daqui vem** a minha raiva, quando percebo que The

Lodger foi feito (com algumas alterações é certo, entre elas as cores, os som, passar-se na América, a senhora que aluga o quarto é sozinha).

(Sequência expositiva, Blog Sem fôlego, acessado em 15/06/2009)

Nos exemplos (1) e (2), não podemos alterar os elementos como *lá vamos e vem daqui* ou negá-los como *não vamos lá e não daqui vem* ou inserir neles um outro constituinte *vamos então lá e daqui então vem* sem que o sentido seja alterado. O caso de *vamos lá e daqui vem*, como exemplificado, já apresenta uma composição sintático-semântica convencionalizada através do uso.

Para a abordagem de *daqui vem e vamos lá*, levamos em consideração ainda quatro pressupostos funcionalistas associados à mudança linguística, a saber:

1. *Metaforização*: caracteriza-se pela mudança de significado de um item e/ou construção que passa de domínio cognitivo mais concreto para mais abstrato (TRAUGOTT & DASHER, 2005, p.75). Nas microconstruções, as formas verbais *vem* e *vamos* partem do domínio de movimento e os locativos *lá* e *daqui* partem do de lugar, em direção a domínios mais abstratos, em que se percebe um deslocamento na expressividade e na intenção. Tal mudança ocasiona um enfraquecimento de seus sentidos originais em prol de um sentido único e pragmaticamente motivado.
2. *Reinterpretação contextual ou metonimização*: caracteriza-se pela extensão de sentido da construção baseada no estabelecimento de um contato mental entre um ponto de referência e outro, mesmo que implicitamente. Segundo Radden (*apud* BARCELONA, 2000, p.98):

Os contextos induzem reinterpretações, tornando-se convencionalizados pelo reforço pragmático. O relacionamento conceitual entre uma entidade nomeada e implicada estão baseadas em contiguidade, portanto, metonímia.

3. *Subjetivação*: conforme Traugott e Dasher (2005, p.97), é um mecanismo de recrutamento de significados para expressar e regular crenças, atitudes. Na visão dos autores:

A subjetivação é associativa e metonímica ao ato de comunicação do falante, mais especialmente para a atitude dos falantes, sendo mais interessante, linguisticamente, a expressão dessa atitude tanto diante da factualidade da proposição quanto da postura retórica argumentativa a ser tomada.

4. *Intersubjetivação*: é mais útil pensada paralelamente à subjetivação, na medida em que codifica a expressão do falante em atenção ao ouvinte (2005, p.97). Isso porque o falante revela pontos de vista em andamento na negociação interacional da produção discursiva. Quando esses pontos de vista codificados sinalizam atenção particular do ouvinte, a intersubjetivação ocorre.

Na análise, podemos perceber mais claramente a atuação desses pressupostos bem como dos princípios e das extensões citados anteriormente.

2. Análise

Demos ênfase a uma análise qualitativa e sincrônica dos dados a fim de demonstrar as motivações semântico-pragmáticas da mudança. Expomos, assim, alguns dados dos *corpora*¹ utilizados em nossa pesquisa de doutorado em andamento.

É possível identificar duas funções nas microconstruções estudadas: as gramaticais e as pragmáticas. Em *daqui vem*, a função gramatical reside na articulação de porções de texto, estabelecendo noções semânticas como causa, origem e consequência. Já em *vamos lá*, a função pragmática se define na ligação entre as porções de informação no decorrer da interação, portanto, mais descolada da estrutura sintática.

Além disso, as formas verbais componentes das microconstruções apresentam resquícios de movimento. Em *daqui vem*, retorna-se à porção anterior para localizar a origem dos argumentos, por isso operador argumentativo; e em *vamos lá*, a opinião do falante desloca-se em direção ao interlocutor chamando a atenção deste, por isso marcador discursivo. Os usos gramaticais ou pragmáticos relacionam-se, ainda, com a semântica dos locativos presentes: *aqui* designa maior pontualidade por favorecer leitura a partir de algo já dito e *lá* denota menor precisão por projetar algo em um ponto distante.

Nesse sentido, as duas microconstruções *daqui vem* e *vamos lá* cobrem um leque distinto de operações na língua em uso. Observamos, na primeira, funções de elemento de conexão entre blocos de texto e, na última, funções de encaminhamento de perspectivas do autor.

¹ Os *corpora* são formados por ocorrências retiradas do site “Corpus do Português”, de blogs e revistas online e por entrevistas do *Corpus D&G*.

3. Construção LocV: funções gramaticais

A microconstrução *daqui vem* é considerada gramatical por atuar na estruturação sintático-textual como elemento de conexão interno. Essa microconstrução se especializa em contextos argumentativos ou expositivos específicos em que uma opinião é veiculada em favor de convencimento ou de explicação.

Como veremos adiante, *daqui vem* possui posição mais fixa na estrutura sintática, típica de operadores argumentativos. A ordenação pré-verbal do locativo, próxima à porção em que se inserem as bases para a consideração posterior, favorece a função de elemento de conexão pelo traço de remissão anafórica.

Segundo Martellota, Barbosa e Leitão (2001), a ordenação pré-verbal além de ser mais antiga, estava disponível a todo tipo de circunstancial até o século XVIII, o que contraria, de acordo com os autores, a tendência pós-verbal que vigora a partir do século XIX. A menor ocorrência de *daqui vem* nos *corpora* vai ao encontro dessa afirmação.

Identificamos, em *daqui vem*, funções distintas para a mesma forma (Hopper, 1991), característica inerente aos estágios iniciais do processo de gramaticalização. Como disposto a seguir:

(3) Hoje, com 29 anos, é o profissional do campo, responsável pela organização geral do Búzios Golf Club, como a realização de eventos e torneios.(..) - Treinei muito, estudei as regras, e me tornei profissional após fazer prova na Associação Profissional, em São Paulo. O golfe tem uma série de regras e etiqueta. Também estudei inglês e agora estou fazendo francês. Todos os caddies **daqui vem** de bairros próximos, como Rasa e Cem Braças. Ao invés de ficarem pela rua aprendem uma profissão.

(Sequência expositiva, Site El Parador Pousada, acessado em 30/04/2012)

(4) Achamos bacana a idéia de a Gisele estar na capa da primeira edição da revista Rolling Stone Brasil. (...) Cada minúsculo detalhe é importante quando se trata de alguém reconhecida por superlativos como maior, melhor, super, hiper, über. A sensação de entrar no mundo fabuloso de Gisele não assusta porque a simpatia da maior popstar **daqui vem** antes de seus títulos.

(Sequência expositiva, Site Rollingstone, acessado em 15/06/2009)

Os fragmentos (3) e (4) evidenciam *daqui* e *vem* como palavras sintática e semanticamente mais autônomas, ressaltando que a ordenação Loc+V em si não configura uma leitura construcional. O advérbio locativo e o verbo de

movimento estão em sintagmas diferentes e são interpretados em seus usos mais prototípicos; este, referindo-se ao deslocamento de alguma coisa de um lugar para outro; aquele, indicando um espaço físico-concreto.

Assim, a localização do advérbio e do verbo, em sequência, não define *daqui vem* como uma construção, mas como um constructo. *Daqui*, em (3), faz referência a Búzios Golf Club e, em (4), ao Brasil, fazendo remissão anafórica. Já o verbo de movimento *vem* indica o deslocamento: em (3), de um substantivo concreto (*caddies*) e, em (4), de um abstrato, o sentimento (*simpatia*). Esses fatores indicam particularidades mais textuais, porém ainda prototípicas, o que segundo Traugott (2008) representam o *locus* da mudança.

Em (5), o falante ao se basear na importância que a missa dominical tem assumido ao longo dos séculos, introduz, por meio de *daqui vem*, sua preocupação sobre a manutenção desse ritual. Assim, a microconstrução funciona como operador argumentativo por introduzir uma consideração, baseada em crenças e valores subjetivos, em relação à informação antecedente. Tanto a posição inicial de *daqui vem* no enunciado quanto a ordenação LocV corroboram essa interpretação metafórica por favorecerem referência anafórica. Tais usos são próprios de contextos argumentativos que induzem reinterpretações, conforme o pressuposto da metonimização.

(5) A história da igreja diz-nos que a participação na Missa dominical tem sido, ao longo de vinte séculos, o melhor apoio para a fé dos católicos. **Daqui vem** a nossa preocupação de Pastores em cuidar de manter viva esta fonte primeira da vida cristã e de a lembrar a todos os filhos da Igreja; de verdade, não podemos esquecer o valor da Missa dominical e a necessidade de nela participarmos.

(Sequência argumentativa, Site ansião.net, acessado em 15/06/2009)

Como operador argumentativo, entendemos *daqui vem* responsável pela relação entre enunciados, estabelecendo noções sintático-semânticas de causa, consequência e origem. Nesse sentido, há uma abstratização dos dois termos que passam a articular uma referência distinta daquela advinda da soma de seus constituintes. Trata-se, portanto, de uso mais gramaticalizado desses elementos, que são considerados como uma construção, um todo de sentido e forma (CROFT, 2001).

No dado (6) abaixo, temos um contexto metonímico favorecedor do processo de gramaticalização, pela leitura ambígua de *daqui vem*:

(6) Este chacra é um mestre que nos faz ouvir a inteligência cósmica, e então sabemos que rumo tomar. **Daqui vem** a capacidade de canalizar sem desligamento da matéria.

(*Sequência argumentativa, Site astrologia na web, acessado em 15/06/2009*)

Nessa ocorrência, percebemos, ao mesmo tempo, uma leitura desvinculada e outra leitura construcional. Naquela, *daqui* aponta para o chacra, um local virtual no corpo, e *vem* indica o deslocamento da capacidade de canalização, um uso mais prototípico. Numa outra leitura, *daqui vem* pode ser interpretado metaforicamente como microconstrução, na funcionalidade de operador argumentativo, por conectar uma informação base, o fazer “ouvir a inteligência cósmica” a uma habilidade de canalização destacada na porção textual seguinte.

Os novos usos de (5) e (6) são resultado das expansões contextuais postuladas por Hilmmemman (2004) na medida em que há: i) novos empregos de *daqui vem*, constituindo aumento na frequência *type*; ii) ampliação do contexto sintático, pelo uso como elemento de conexão; iii) desenvolvimento de novas polissemias com especialização em contextos argumentativos.

Com relação aos princípios de Hopper (1991), percebemos que os *construtos* convivem simultaneamente com as microconstruções, o que revela: i) novas camadas coexistindo com as antigas; ii) formas que têm em comum a etimologia, mas divergem funcionalmente; iii) manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada; iv) estreitamento da escolha para se codificar determinada função e v) perda dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva por parte da forma em processo de gramaticalização.

Nesses usos mais gramaticalizados, identificamos restrição quanto à imobilidade dos itens o que certifica o estágio idiomatizado da microconstrução. A alternância dos membros, sua negação ou a inserção de outro constituinte implica mudança de sentido.

Essa análise demonstra um fenômeno discursivo-pragmático típico de mudanças linguísticas em andamento. Assim, verificamos um gradiente do uso de *daqui* e *vem* mais prototípicos, pela presença de palavras autônomas, para um uso mais abstratizado, com as palavras entrincheiradas formando uma construção.

4. Construção VLoc: funções pragmáticas

A microconstrução *vamos lá* é considerada um marcador discursivo por funcionar no nível pragmático, mais frouxa da estrutura sintática. *Vamos lá* se convencionaliza em contextos argumentativos ou expositivos em que existem articulação de ideias, relações lógicas, portanto maior elaboração criativa. Desse modo, subjetividade implica incidência dos usos da microconstrução.

Nos dados, ao contrário do que acontece em *daqui vem*, a frequência de *vamos lá* é maior. Tal fato pode estar relacionado à ordenação mais moderna do circunstancial (MARTELOTA, BARBOSA e LEITÃO, 2001). Nesse sentido, a ordenação pós-verbal do locativo, próxima à porção em que se insere a opinião posterior do autor, favorece a função de elemento de organização textual-discursiva. A microconstrução articula o discurso do autor marcando seu ponto de vista, sua estratégia de convencimento ou a maneira como conduz a interação.

Como podemos observar nos exemplos a seguir, *vamos lá* assume tendência um pouco mais livre, apresentando um leque maior de possibilidades de colocação, característica dos marcadores discursivos. Dependendo do contexto em que se especializa, a microconstrução apresenta funções distintas para a mesma forma. A forma original permanece e convive autonomamente ao lado da forma gramaticalizada, embora diverjam funcionalmente. A coexistência de usos prototípicos, como em (7), e mais gramaticalizados, como em (8), (9) e (10), assinalam estágios iniciais do processo de gramaticalização (HOPPER, 1991).

(7) Por isso, não admito a indiferença. Eu jogo tranca com a mãe da diretora da loja. Ela sempre me diz: “**Vamos lá** que eu te apresento uma vendedora e você vai ser tratada feito rainha”.

(Sequência expositiva, Revista Veja, acessado em 29/08/2009)

A sequência expositiva ressalta o caráter informativo do trecho: a entrevistada relata à repórter a fala de sua amiga para explicar o ocorrido e o motivo pelo qual não admite indiferença. O conteúdo apresenta um fato presumidamente verdadeiro, portanto a leitura dos itens tende a ser de caráter mais literal. O contexto veicula uma cena espacial em que a forma verbal *vamos* assim como o locativo *lá* tendem a ser interpretados em seus sentidos mais originais. Como podemos observar, o verbo *ir* mantém propriedades sintáticas do verbo, uma vez que seleciona argumento sujeito.

O locativo possui sentido menos prototípico, um traço dos constructos. *Lá* faz referência anafórica à *loja* e, embora o referente seja um local, a remissão textual também é uma tarefa do pronome. Consideramos que essa função mais textual do locativo, inerente a esse tipo de constructo, seria ponto de partida para o processo de gramaticalização da microconstrução.

Nesse caso, não observamos as extensões contextuais postuladas por Himmelmann (2004) ou a atuação dos pressupostos de (inter)subjetivação, metonimização e metaforização. Entendemos que esse fato é coerente com o uso mais prototípico de *vamos lá*. Não há, portanto, motivações semântico-pragmáticas para que mudanças ocorram.

Com relação à imobilidade dos constituintes, verificamos que podemos trocar o locativo *lá* pelo termo *loja* ou não utilizar o locativo sem que o sentido sofra alterações substanciais. Portanto, não podemos ler a sequência com um único sentido, ou seja, como uma construção mais idiomatizada.

Em (8), o repórter pede que Requião fale acerca da economia que promoveu ao cancelar contratos e pagamentos advindos de negociações duvidosas. Em sua resposta, o governador, que estava falando anteriormente em cancelamento de contratos, enumera o que cancelou. A sua resposta poderia ter sido iniciada diretamente pela enumeração, mas ao inserir *vamos lá* o conteúdo que veicula ganha maior destaque. A maior pausa sugere, por hipótese, que a enumeração é extensa, ou seja, Requião conseguiu economizar muito enquanto governador. A microconstrução se cristaliza na posição entre a proposição anterior e o sinal de pontuação (dois-pontos), a fim de marcar a intenção do falante.

(8) O senhor poderia dar um balanço de quantos ou quanto economizou com isso? **Vamos lá:** de informática, eu cancelei 450 milhões com várias empresas (...). Além desses, cancelei contratos da Copel. (...).

(Sequência expositiva, site Corpus do português, acessado em 29/08/2009)

A sequência expositiva em que *vamos lá* se encontra e a inferência sugerida na cena comunicativa passam pela explicação que está a serviço dos interesses do entrevistado. A inferência sugere que Requião é um político que sabe cuidar do dinheiro público. A sequência, então, funciona como pano de fundo para a argumentação do entrevistado, assim está permeada pela subjetividade do falante.

Nesse caso, percebemos metaforização dos sentidos induzida pela reinterpretção contextual. A leitura original de deslocamento espacial de duas ou mais pessoas para algum lugar distante do falante e do interlocutor passa a

deslocamento na intenção. O falante pretende que o interlocutor compreenda sua intenção, para tanto especifica todos os itens que cancelou. A utilização de *vamos lá* reforça o teor pragmático-discursivo do trecho.

No fragmento (9), o entrevistador utiliza *vamos lá* para mudar o tópico discursivo² na medida em que o inquirido, a princípio, se encaminhava para um objetivo diverso do inicial. A forma verbal *vamos* não indica deslocamento no espaço e, sim, nos tópicos discursivos. *Lá*, por sua vez, indicando um lugar no texto dito ou a dizer, não caracteriza lugar concreto, mas cumpre funções mais textuais, fazendo referência catafórica.

(9) I: é ... você tem muitas outras prioridades ... do que uma janela agora né? E: é ... inclusive porque eu preciso fazer outras reformas na casa ... pra receber essa janela ... I: sim mas ... o entrevistado sou eu ... E: é verdade ... **vamos lá** ... a parte do mar tá acabado? I: é ... E: você vai mexer agora só no céu?

(Sequência injuntiva, inquirido do Corpus do grupo Discurso & Gramática)

A inferência de injunção se faz presente uma vez que orienta o leitor, por meio de comandos. Apesar de o verbo estar cristalizado no indicativo, a situação discursiva permite uma reinterpretação textual, levando a metaforização dos sentidos e, conseqüentemente, ao uso injuntivo de *vamos lá*. Contudo, tal injunção está atenuada pela inclusão do entrevistador representada na forma verbal *vamos*, por meio da 1ª. pessoa do plural. O entrevistador conduz o tópico, mas aguarda a companhia do entrevistado.

No próximo uso, *vamos lá* marca uma exortação, um encorajamento. O autor pretende levar o interlocutor a realizar determinada ação. A intenção é convencer por meio da persuasão, do conselho, incitando à prática do que é bom ou conveniente. Conforme observamos no exemplo abaixo:

(10) Uma charge na revista New Yorker de algum tempo atrás mostrava um cidadão da Roma antiga que, ao datar um documento, faz um gesto de desconsolo e se lamenta: “Esqueci de novo! Pus a.C. em vez de d.C.”. Explicar a graça de uma piada é a melhor forma de desmoralizá-la, mas, **vamos lá**, abramos uma exceção. O romano cometia o mesmo erro, hoje tão comum, de ao emitir um cheque, no começo do ano, repetirmos a data do ano que terminou.

(Sequência argumentativa, Revista Veja, acessado em 29/08/2009)

2 Estamos utilizando o conceito de tópico discursivo, segundo Koch (1992) cuja definição é “aquilo sobre o que se fala”.

Em (10), em uma sequência argumentativa, o articulista de *Veja* comenta acerca dos equívocos cometidos pelas pessoas em geral ao longo dos séculos. Em meio a seu comentário, numa estratégia persuasiva, utiliza *vamos lá* para convencer os leitores de sua interpretação. Nesse exemplo, tanto o verbo quanto o locativo encontram-se afastados de seu eixo categorial prototípico, em prol da formação de uma microconstrução que funciona, pragmaticamente, como um marcador discursivo, na veiculação e defesa da opinião expressa.

A microconstrução perde propriedades sintáticas do verbo, uma vez que não seleciona argumento e se cristaliza nessa estrutura morfossintática. Com relação ao sentido, *vamos lá* indica: i) desbotamento do sentido original que passa a ser altamente subjetivo, ii) fortalecimento da pragmática, representando a criatividade do falante no jogo discursivo, iii) mudança funcional relacionada a sequências tipológicas argumentativas em que há estratégia discursiva criativa e altamente elaborada.

Nos três últimos usos de *vamos lá* destacados, entendemos que o recrutamento da forma verbal *vamos* foi motivado pela nuance de sentido que persiste no novo uso (HOPPER, 1991) e pela especificidade contextual que propicia parceria, interesse comum e comunhão de ideias. A pressão de informatividade se estabelece no processo de metonimização, em razão das relações de contiguidade de sentido advindas das trocas interativas

No que diz respeito à abstratização de sentido, temos a acrescentar que em *vamos lá* a presença do verbo na 1ª. pessoa do plural parece demonstrar um exemplo mais acentuado da transição e complementaridade dos mecanismos de subjetivação e intersubjetivação. O verbo nessa pessoa do discurso demonstra uma integração maior entre falante e ouvinte, garantindo a intenção de compartilhamento de ideias e atitudes. Como tal processo é entendido pragmaticamente, o destinatário passa a ser focado na microconstrução de forma a demonstrar a atitude do falante em relação a ele. É na interação, no uso da língua, que inferências sugerem sentidos. E, se houver aceitação da comunidade linguística, determinados usos podem se consolidar.

Por sua vez, os locativos assumem papel periférico em relação ao verbo e passam a atuar à semelhança de uma forma dependente, nos termos de Câmara Jr (1976). Esses pronomes adverbiais são muito recrutados para fazer referência a domínios mais abstratos, atuando no plano textual e se constituindo “coringas” do jogo comunicativo. A nuance de sentido de imprecisão espacial favorece a projeção para um ponto distante. Nesses casos, para algo positivo que o autor tenciona ressaltar.

Os novos usos de (8), (9) e (10) comprovam que tais polissemias expandem os contextos sintáticos e semântico-pragmáticos bem como expandem a frequência *type*, conforme sugerido por Himmelmann (2004), em razão de: i) aumentarem o número de empregos de *vamos lá*, verificamos quatro usos distintos; ii) serem usados como marcadores discursivos, uma nova sintaxe; iii) desenvolverem novos usos vinculados a contextos opinativo-argumentativos.

Atestamos, com relação à imobilidade dos constituintes, que não podemos trocar as posições, inserir algum outro item ou ainda introduzir um elemento de negação sem que o sentido sofra alguma alteração. Assim, somente entendemos *vamos lá*, nesses contextos específicos, em um único sentido, ou seja, em uma leitura mais entrincheirada.

Considerações finais

Na breve análise empreendida por este artigo, identificamos que motivações sintático-semânticas e discursivo-pragmáticas específicas promovem usos polissêmicos que permitem a gramaticalização de *daqui vem* e *vamos lá*.

Ao identificar tais usos, verificamos a atuação de alguns dos princípios de Hopper (1991) e das expansões postuladas por Himmelmann (2004). Além disso, baseamo-nos nos níveis de esquematicidade de Traugott (2008) a fim de analisar a produtividade de uma abordagem interdisciplinar entre a Linguística Funcional e a Cognitiva.

Entendemos, ainda, que a produção e a circulação de variados tipos de texto, nas mais diferentes situações e ambientes sociais, promovem o surgimento e a utilização de microconstruções na medida em que há ganho pragmático-discursivo.

Os *corpora* mostraram que o estudo de uma microconstrução em uso deve frisar uma parte contextual-situativa, além de outros processos que interferem em suas funções.

Com relação à hipótese de as instanciações da construção LocV se situarem em um nível menos avançado de gramaticalização em comparação as de Vloc, verificamos que os usos gramaticalizados se especializam em contextos argumentativos e expositivos. As características subjetivas e criativas estão a serviço de textos mais elaborados de usos inovadores e tendem a ser os eleitos para a convencionalização das microconstruções.

Dessa forma, não observamos menor grau de gramaticalização a partir das ordenações e, sim, dos contextos específicos em que se inserem *daqui vem* e

vamos lá. Esse fato comprova o postulado de Traugott (2003) de que mudanças linguísticas por gramaticalização devem ser analisadas a partir de construções em contextos particulares.

A comprovação de que os esquemas construcionais LocV e Vloc cumprem um leque de funções que abarcam usos mais gramaticais e mais textuais demonstra a importância de se considerar também a pragmática como parte integrante da gramática de uma língua.

Consideramos, a partir dessa pesquisa inicial, que se abre favorável e relevante percurso para a pesquisa da gramaticalização de construções. Em uma próxima etapa, tencionamos observar os níveis de integração sintático-semântico das microconstruções através de um ponto de vista histórico.

Referências Bibliográficas

- BATORÉO, Hanna. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BYBEE, Joan. "Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency." *The Handbook of Historical Linguistics*. Joseph, Brian D. and Richard D. Janda (eds). Blackwell Publishing, 2003.
- CAMARA, Jr, Joaquim Mattoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CROFT, William. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticalization: Opposite or orthogonal? In Bisang, Himmelmann & Wiemer (eds.), 19–40, 2004
- HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C., HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization. Vol I. Focus on theoretical and methodological issues*, Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth C. (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, Ingedore V. Organização tópica da conversação. In: *A interação pela linguagem*. 6a. ed. São Paulo, Contexto, 1992.
- MARTELOTTA, Mario, BARBOSA, Afrânio & LEITÃO, Márcio. *Ordenação de advérbios intensificadores e qualitativos em -mente, em cartas de jornais do século XIX: bases para uma análise diacrônica*. [Rio de Janeiro]: UFRJ, 2001 [Mimeo].

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Projeto de pesquisa, Propp UFF. *Pronomes locativos em construções nominais e verbais do português contemporâneo: ordenação, polissemia e gramaticalização*, 2010.
- RADDEN, Günter. How metonymic are methapors? IN: BARCELONA SANCHEZ, Antonio, editor. *Metaphor and Metonymy at the Crossroads. A Cognitive perspective*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter. p. 93-108, 2000.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs & Richard B. DASHER. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, E.C “Constructions in Grammaticalization.” *The Handbook of Historical Linguistics*. Joseph, Brian D. and Richard D. Janda (eds). Blackwell Publishing, 2003.
- _____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R., JÄGER G., VEENSTRA, T. (eds.). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250, 2008.
- TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English. In *Constructional Approaches to English Grammar* [Topics in English Linguistics 57], G. Trousdale and N. Gisborne (eds), 33-67. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2008.

NEUTRALIZAÇÃO E CRASE: ESTUDO DE PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS NO PORTUGUÊS ARCAICO

Gisela Sequini Favaro

Universidade Estadual Paulista-Araraquara

RESUMO: Este estudo tem como objetivo principal analisar processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal através das formas do pretérito perfeito do modo indicativo, ou seja, processos que alteram a forma dos morfemas e geram alomorfias em vários níveis no Português Arcaico (PA) dos séculos XII-XIII, a partir de teorias não lineares (cf. Fonologia Lexical, Fonologia métrica e Geometria de Traços). Para a realização desta pesquisa foram consideradas como objeto as formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo; dos verbos regulares.

PALAVRAS-CHAVES: *Cantigas de Santa Maria*, Processos Morfofonológicos, Pretérito Perfeito.

ABSTRACT: *This study aims to analyse morphophonological processes triggered by verbal inflection in the forms of the indicative past tense, that is, processes that alter the shape of morphemes and generate allomorphs at various levels in the XII-XIII centuries Archaic Portuguese (AP) were investigated by Lexical Phonology (LP) and Autosegmental and Metrical Phonology.*

KEYWORDS: *Cantigas de Santa Maria; Morphophonological Processes; Indicative Past Tense*

Introdução

O objetivo principal deste artigo é o estudo de processos morfofonológicos¹ desencadeados pela flexão verbal das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo do Português Arcaico (doravante PA), no período conhecido

¹ Baseando-nos nos estudos de Lee (1992,1995), podemos definir morfofonologia como a interface entre a fonologia e a morfologia.

por trovadoresco (fins do século XII até meados dos século XIV) - referente à primeira fase do período arcaico.

A relevância desta pesquisa reside, principalmente, na descrição dos processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal que não são tão estudados no que se refere à constituição verbal da época medieval. Além disso, a abordagem comparativa, do ponto de vista da Linguística contemporânea, não é comum nos estudos sobre estes processos; assim, estudando a formação dos processos verbais da língua portuguesa e

comparando-os com os do português arcaico e do português atual, poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição dos processos morfofonológicos desencadeados pelas flexões verbais nesses dois períodos.

A escolha do tempo pretérito perfeito do Indicativo se justifica por duas razões: em primeiro lugar, pela sua produtividade no *corpus* das *Cantigas de Santa Maria* (doravante CSM) e em segundo lugar, por apresentar características peculiares, quando comparado aos demais tempos-modos do português, tanto no período arcaico como no período atual. Dentre essas “peculiaridades”, pode ser citado o fato de as formas de perfeito preservarem a vogal temática diante de desinências modo-temporais ou número pessoais iniciadas por vogal (ao contrário dos demais tempos, como os presentes do Indicativo e do Subjuntivo, em que a vogal temática é apagada, nessas condições (cf. Laroca, 2005).

Neste artigo abordaremos o processo de neutralização morfofonológica e da crase da vogal temática que ocorre nas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo, mapeadas nas CSM.

1 *Corpus*

Para a constituição do *corpus* do presente trabalho, escolheu-se analisar textos poéticos remanescentes do galego-português medieval. Tais textos apresentam uma grande importância pelo fato de que, quando estudamos um período passado da língua que não possui registros orais gravados na época, é na observação e na análise desse material que se podem levantar questões sobre certos aspectos da realização fonética da língua daquele período.

O *corpus* é constituído das 420 *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM) de Afonso X, a partir de edições interpretativas e fac-similadas disponíveis ao Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasi-*

leiro.² Estão disponíveis também microfimes de todos os quatro manuscritos em que sobreviveram as cantigas religiosas, fornecidos à orientadora deste trabalho pelas Bibliotecas depositárias dos originais.

De acordo com Bertolucci Pizzorusso (2002, p.142), as CSM são uma obra para ser vista e ouvida, na qual “uma milagristica por imagens junta-se à milagristica em versos”. Na visão de Mettmann (1986a, p.8), justamente por apresentarem um perfeito equilíbrio entre texto, melodias e miniaturas, ocupam um lugar importante na literatura medieval galego-portuguesa.

Chamando atenção para o contexto em que esta antologia foi criada, Leão (2002, p.1) nos mostra a riqueza dos trabalhos elaborados por Afonso X:

No mesmo *scriptorium* também se compilavam leis, ou se registravam em códigos várias normas consuetudinárias; escreviam-se tratados de várias ciências; registrava-se a história da Espanha, bem como uma história geral da humanidade; traduziam-se obras do hebraico, do árabe ou do grego por via do árabe; compunham-se obras sobre jogos e lazeres, como o xadrez e os dados; produziam-se poemas profanos e sacros, cujos textos eram copiados, musicados e miniaturados em belíssimos manuscritos.

Filgueira Valverde (1985, p.49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais.

De acordo com Mettmann (1986b, p.12), podemos dividir as cantigas de milagres em três grupos, segundo a procedência e o cenário das histórias narradas. No primeiro grupo encontramos os milagres da Virgem, divulgados pelo ocidente cristão; alguns reúnem milagres localizados em determinados santuários, sobretudo franceses. No segundo grupo estão as cantigas que tratam dos santuários da própria península. E, por fim, no terceiro grupo, as cantigas que relatam acontecimentos milagrosos sucedidos ao próprio Rei, a membros de sua família ou às pessoas próximas a ele; há ainda algumas cantigas que são de caráter biográfico.

2 O desenvolvimento desta pesquisa está vinculado ao Grupo de Pesquisa “Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro”, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, liderado pela orientadora do presente trabalho, cujo objetivo principal é a descrição de aspectos fonológicos da Língua Portuguesa no período arcaico, em especial o trovadoresco.

2 Metodologia

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Depois de coletados, os dados são separados de acordo com o tipo de processo morfofonológico verificado.

Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados utilizados nesta pesquisa. Os verbos no pretérito perfeito estão realçados em negrito:

(1) Fragmento da cantiga de número um (CSM 1)³.

[...]

E non ar quero obridar
 com' angeos cantada
 loor a Deus **foron** cantar
 e “paz en terra dada”;
 nen como a contrada
 aos tres Reis en Ultramar
ouv' a strela mostrada,
 por que sen demorada
vëeron sa offerta dar
 estranna e preçada.

[...]

(2) Fragmento da cantiga de número um (CSM 5)⁴.

Esta dona, de que vos **disse** ja, **foi** dun Emperador
 moller; mas pero del nome non sei, **foi** de Roma sennor
 e, per quant' eu de seu feit' **aprendi**, **foi** de mui gran valor.
 Mas a dona tant' era fremosa, que **foi** das belas flor
 e servidor de Deus e de sa ley amador,
 e **soube** Santa Maria mays d'al ben querer.

3 Aqui, apresentamos os versos de 37 a 46, de um total de 77 versos da cantiga.

4 Aqui, apresentamos os versos de 12 a 17, de um total de 186 versos da cantiga.

Depois de mapeadas as formas em todas as cantigas do *corpus*, de acordo com os procedimentos descritos acima, foram montados quadros, nos quais as formas verbais encontradas são classificadas por conjugação e número-pessoa, e tabelas, dando conta de todas as ocorrências.

3 Análise dos Resultados

Nas CSM foram mapeadas 295 formas verbais no pretérito perfeito do modo indicativo que sofrem o processo morfofonológico de neutralização e crase da vogal temática.

De acordo com Trask (2004, p.205), o conceito de neutralização foi introduzido e desenvolvido na década de 1930 pelo linguista Trubetzkoy. A existência da neutralização é uma indicação de que a fonologia tem a ver com o comportamento dos sons e com seu enquadramento num padrão, e não com seu valor fonético absoluto.

Crystal (2000, p.137) define neutralização como um termo usado na fonologia para descrever o que acontece quando a distinção entre dois fonemas se perde em um determinado contexto.

Já Dubois (1978, p.431) afirma que há tipos diferentes de neutralizações, conforme as condições nas quais elas se realizam. A neutralização assimilativa é uma neutralização determinada pela assimilação a um fonema contextual ou condicionada pelo contexto. Já a neutralização condicionada pela estrutura é a que se produz independentemente dos fonemas vizinhos e em posições determinadas da palavra. Outro tipo de neutralização que ocorre é a neutralização dissimilativa, isto é, quando dois fonemas em oposição se dissimilam com relação ao traço distintivo de um fonema contextual.

No caso das CSM, de todos os tipos acima expostos, o que mais se assemelha na análise dos dados mapeados é o primeiro, a neutralização assimilativa, pois, como poderá ser observado na análise do processo de neutralização, temos uma assimilação dos traços da vogal temática com os traços da vogal do sufixo número-pessoal, devido à ausência do sufixo modo-temporal. Portanto, nesse caso, há um processo de neutralização condicionado pelo contexto.

Para exemplificar o processo morfofonológico de neutralização e crase da vogal temática nas 2ª e 3ª conjugações na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do modo indicativo, tomamos como base os verbos *aprender* (2ª conjugação) e *cobrir* (3ª conjugação).

O verbo *aprender* sofre uma alternância de sua vogal temática de *-e-* para *-i-*, quando conjugado na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do

modo indicativo. Com a ausência de sufixo modo-temporal, temos a junção, ou seja, a crase da vogal temática com o sufixo número-pessoal.

Ressaltamos que essa “ausência” de sufixo modo-temporal, de acordo com Kehdi (2003), são os chamados morfemas zeros (representados por \emptyset), dotados de significado, pois, quando houver ausência de um traço formal significativo num determinado ponto da série, podemos designar como morfema \emptyset essa ausência:

- (3) **Verbo: *Aprender*--- Eu aprendi (PA e PB)**
***Cobrir*---Eu cobri (PA e PB)**

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

Aprend-	(e) -i-	- \emptyset-	-i-
Cobr-	-i-	- \emptyset-	-i-

Formulando a regra para esse processo com o verbo *aprender*, temos:

(4)

$$\left(\begin{array}{c} \text{V} \\ - \text{baixa} \end{array} \right) \quad \left(\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right) / \left(\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right)$$

Dependendo a regra para esse processo com o verbo *cobrir*, temos:

(5)

$$\left(\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right) \quad \left(\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right) / \left(\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{alta} \end{array} \right)$$

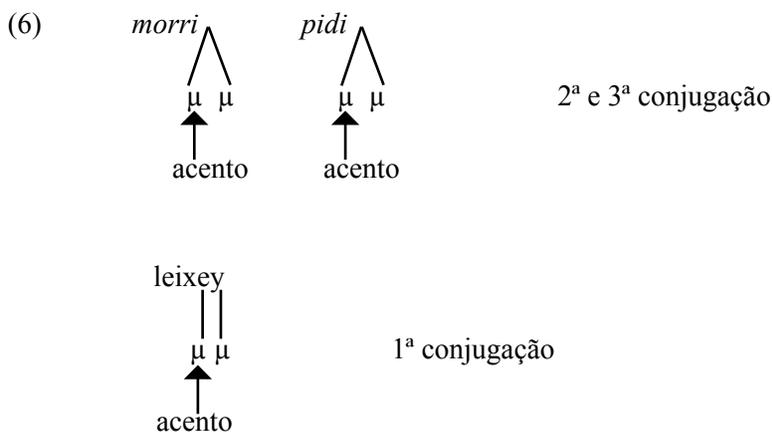
Câmara Jr. (1976[1970], p. 143), na perspectiva estruturalista, explica o fenômeno acima dizendo que, na 3ª pessoa do singular e na 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito, o tema em *-a* troca essa vogal para *-o* e para *-e* respectivamente, por causa da passagem dos ditongos /au/ e /ai/, de *amaut*, por *amaui*, e de *amai*, por *amaui*, com a perda da marca do *perfectum* (/au e /ai/) para /ou/ e /ei/ respectivamente. Entretanto, a distinção dos verbos de tema em *-e* e em *-i* continua como se vê em *temeu* e *partiu*, em face de *amou*, e em *temi*, *parti*, em face de *amei*.⁵

5 Câmara Jr. (1976 [1970], p. 143) afirma que em *amei* a desinência pessoal é *-i /i/*; ela não aparece em *temi*, *parti*, porque não há ditongo fonológico /ii/ em português.

Porém, essa hipótese pode ser representada de outra maneira, se levarmos em consideração as análises propostas pelos modelos das fonologias não-lineares (sobretudo a Fonologia Métrica).

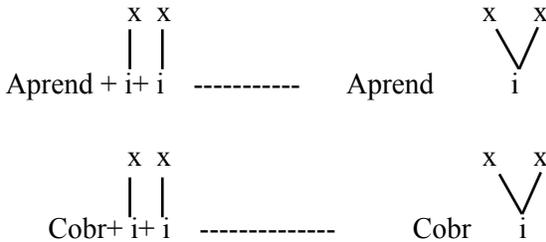
Temos que as formas da 2ª e da 3ª conjugação, no pretérito perfeito do modo indicativo, sofrem o processo de crase (fusão) da vogal temática na primeira pessoa do singular com o morfema de número-pessoa (NP), por serem da mesma natureza ([+alta]). Esse fenômeno cria uma forma com sílaba aberta final acentuada, que foge ao padrão da acentuação nas demais formas verbais. Massini-Cagliari (2005a, p.192) afirma que a única diferença entre a primeira pessoa do singular na primeira conjugação em relação à segunda e à terceira conjugações é o fato de a vogal temática, nessas duas conjugações, ser igual à vogal de NP. Neste caso, segundo a autora, o acento recai na sílaba que contém a segunda mora da direita para a esquerda.

Fazendo a análise dos dados do *corpus*

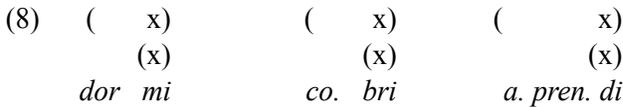


Vale ressaltar que, no padrão acentual do português arcaico, o acento tônico podia recair na última sílaba (ex: *perdi*) e na penúltima sílaba (ex: *perde*) e muito raramente na antepenúltima. Massini-Cagliari (1999, p.169-181) afirma também que o PA é sensível à quantidade de sílaba na construção dos pés. Isto quer dizer que qualquer sílaba longa ou pesada posicionada na última posição de sílaba da palavra atrai o acento principal.

Entretanto, esta aparente irregularidade pode ser explicada pelo fato de que restam dois tempos no *tier* prosódico unidos a uma mesma vogal, com a fusão. Por esta razão, a sílaba resultante é pesada, atraindo o acento.

(7) Verbo *Aprender e cobrir* (PA e PB)

Representando esse processo através da grade métrica, visualizamos a atribuição do acento, pois na flexão verbal a maioria dos acentos recai sobre a vogal presente no radical do verbo:



Através das análises, pode-se concluir que tanto a conjugação do PA quanto a do PB mantêm na forma subjacente a duração da vogal, tratando-se da conjugação verbal do pretérito perfeito do modo indicativo, na terceira pessoa do singular nas 2ª e 3ª conjugações, respectivamente. Com isso, a hipótese levantada por Câmara Jr. (1976 [1970]) de que não há ditongo fonológico /ii/ (o autor considera a forma de base) pode ser discutida, levando-se em consideração que de fato não é um ditongo, mas sim uma vogal pesada que atrai o acento, mostrando, segundo Massini-Cagliari (1999), que a conservação do peso silábico na localização do acento em PA deve ser levada em questão⁶.

Conclusão

O processo de neutralização com crase foi bastante produtiva, somando um total de 295 formas que sofrem esse tipo de processo, sendo que, desse

6 De acordo com os pressupostos da Fonologia Lexical, o processo de fusão pode ser localizado no Nível β (2) onde ocorrem todas as formas das flexões dos verbos regulares. O processo de fusão, que ocorre na neutralização e crase da vogal temática, é na verdade, um processo de geminação, pois, como podemos observar através dos exemplos descritos acima, as duas moras são mantidas.

total, 188 (70,9%) verbos pertencem à segunda conjugação e 107 (36,3%), à terceira conjugação.

Através das análises, podemos concluir que tanto a conjugação do PA quanto a do PB mantêm na forma subjacente a duração da vogal, tratando-se da conjugação verbal do pretérito perfeito do modo indicativo, na terceira pessoa do singular nas 2ª e 3ª conjugações, respectivamente. Para atestar a veracidade dessa hipótese, levamos em consideração a existência de uma vogal pesada que atrai o acento, no caso, o resultado da fusão da vogal temática /i/ com a vogal /i/ de número-pessoa, mostrando que a conservação do peso silábico na localização do acento em PA deve ser levada em questão.

Referências

- BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Afonso X. In LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2002, p.36-41 e 142-146.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976. 1.ed em 1970.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 35, 82
- DUBOIS, J. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de SantaMaría: Códice Rico de El Escorial*. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.
- KEHDI, V. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2003.
- LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de Morfologia do Português*. 4ª ed, Campinas, SP: Pontes, Juiz de Fora MG, UFJF, 2005.
- LEÃO, Â. V. (2002) *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. Ensaios – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). [<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>] (acesso em 17.01.2005)
- LEE, S. H. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1995, Tese de Doutorado.
- LEE, S.H. *Fonologia Lexical do Português*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 23, 1992, p.103-120.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores. Estudos de Prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. Araraquara: UNESP – FCL, 2005a, Tese de Livre Docência.

- MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa Maria (Cantigas 261 a 427)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.
- _____. (Ed.). *Cantigas de Santa Maria (Cantigas 101 a 260)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1988.
- _____. Algunas observaciones sobre la génesis de la colección de las Cantigas de Santa Maria y sobre el problema del autor. In: KATZ, I. J.; KELLER, J. E. (Ed.) *Studies on the Cantigas de Santa Maria*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1987, p. 355-366.
- _____. Introducción. In: ALFONSO X, EL SABIO. *Cantigas de Santa Maria (Cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia, 1986b. p. 7-42.
- _____. (Ed.). *Cantigas de Santa Maria (Cantigas 1 a 100)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986a.
- _____. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972, v.IV:Glossário.
- TRASK. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCAS DE INTERATIVIDADE NO DISCURSO PETISTA:
A TEORIA DOS ATOS DE FALA EM QUESTÃO

Leilane Ramos da Silva
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: A Teoria dos Atos de Fala costuma ser julgada, sob a tese de centralizar sua preocupação com o locutor, como pouco afeita ao interacionismo. Neste estudo, busca-se avaliar em que medida essa crítica procede, a partir da ideia de que não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas de linguagem. Sustenta-se que, ao se referir às ações e/ou às prováveis intenções de um locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Operacionalmente, toma-se como *corpus* 72 atos caracterizados como promessas e críticas veiculadas no discurso oficial petista do segundo turno das eleições presidenciais de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos Atos de Fala; discurso petista; interação

ABSTRACT: *The Theory of Speech Acts is used to be judged, under the thesis of centralize its preoccupation with the speaker, as a little bit related to the interaccionism. In this study, one searches to evaluate how valid this critic is, from the idea that one can not confuse ‘autonomy’ of an act with the ‘conversational dimension’ of such language practices. One argues that, if one refers to the actions of probable speaker’s intentions, the TSA does not propose a monological conception of the enunciation, it just take them as a “tool” that generates the interaction. Operationally, the corpus is composed of 72 acts characterized like promises and critics disseminated in the party of workers’ official discourse during the second turn of the presidential elections of 2006.*

KEYWORDS: *Speech Act Theory – party of workers’ discourse - interaction*

Introdução

Dizer que a Teoria dos Atos de Fala - TAF representa, em termos de formulação teórica, a contribuição mais efetiva aos estudos que tomam a linguagem como forma de ação é uma constante entre os estudiosos. É igualmente verdade, porém, que a referida teoria não ficou imune a críticas; pelo contrário, desde sua inserção no interior das reflexões filosófico-linguísticas, muitos são os reparos a ela dirigidos.

Sem dúvida, o conjunto desses ajustes é fruto, principalmente, dos avanços advindos da compreensão de linguagem como um processo enunciativo, com as respectivas atuações dos interlocutores.

Assim, como bem lembra Mari (2001), entre outras acusações, a teoria é normalmente avaliada, sob a tese de centralizar sua preocupação com o locutor, como defensora de uma visão pouco afeita ao interacionismo. Neste estudo, busca-se avaliar em que medida essa crítica procede, a partir da ideia de que não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas de linguagem. Sustenta-se que, ao se referir às ações e/ou às prováveis intenções de um locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Eis o que ganhará atenção nas linhas que se seguem.

Do ponto de vista operacional, toma-se como objeto um conjunto de 72 caracterizados como promessas e críticas veiculadas no discurso oficial petista do segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Para dar conta da análise, entrelaçam-se a classificação de Searle (2002) para os atos ilocucionários e as pesquisas desenvolvidas por Mari (2001) para os atos de fala indiretos com os estudos enunciativos tratados por Bakhtin (1992).

1. Teoria dos Atos de Fala: uma negação ao interacionismo?

Como se sabe, para a TAF, a linguagem é mediadora de distintas ações e, como tal, passa a ser entendida como uma prática. Nesse sentido, lúcida é a referência aos princípios físicos de que “toda ação prevê uma reação”, à medida que sua natureza é intrinsecamente promotora da atuação do “outro” (ainda que este “outro” seja marcado virtualmente, como no caso de uma pessoa que fala consigo mesma ou no caso dos atos ilocucionários ditos compromissivos (SEARLE, 2002)). Logo, os sujeitos não se restringem a meros emissores e receptores, ao contrário, passam a ocupar lugares no circuito da interação, em situação concreta de comunicação.

Sob essa ótica, a atuação do locutor representa condição *sine qua non* à interação. Mari (2001), pondo em relevo a dimensão colocada por Benveniste ao abordar a emissão de um ato de fala, assim se manifesta:

Esse contágio solipsista, antes de ser uma preferência pelas atitudes do locutor, é uma condição para desencadear qualquer processo interacional: só há interação verbal se algum locutor for capaz de tornar existente a enunciação, de fazê-la “mover”. E, nesse particular, podemos dizer que qualquer ato, que objetive validar a força que incorpora, está comprometido com uma ordem de fatores que transcende o locutor, ainda que esse possa ter responsabilidades sobre dimensões do conteúdo proposicional. (MARI, 2001, p. 94)

Infere-se do ponto de vista acima que, ao referir-se às ações e/ou às prováveis intenções de um dado locutor, a TAF não propugna uma concepção monológica da enunciação, apenas as toma como uma “alavanca” ocasionadora da interação. Dir-se-ia, então, que a citada teoria encontra-se nos limites da ação e da interação e, por isso, deve ser tratada como tal.

Desse prisma, mesmo ao considerar atos de fala tipicamente solipsistas, a exemplo de uma promessa, não há como se negar o fato de esta se revestir de um caráter transitivo, pois não é possível excluir o outro de sua esfera de realização. Logo, “... Ela é, portanto, um objeto social a ser partilhado pelos integrantes de uma interlocução, já que promessas não são feitas visando ao próprio locutor, mas visando a um destinatário específico” (MARI, 2001, p. 94)

Ainda fazendo menção às observações de Mari (2001), vê-se como a emissão de um “desejo” — também com um alto grau solipsista —, apesar de não prever um benefício ao outro, adquire um teor interlocutivo, à medida que o outro passa a compartilhar de sua existência, testemunhando-o.

Ora, em se tratando especificamente da classificação de Searle (1969, 2002) para os atos ilocucionários, sabe-se que várias são as críticas a ela dirigidas, mormente no que tange à explicitação das particularidades da atividade interacional e, embora não cabendo no âmbito deste artigo proceder a uma discussão exaustiva em torno dessa problemática, apenas a reflexão sobre duas questões principais é fundamental para o momento, quais sejam: a) *A construção de um ato de fala via intervenção direta do locutor exclui, necessariamente, a referência ao outro?* b) *Há, realmente, a necessidade do uso do termo “interação” para demarcar os limites interlocutivos relativos à emissão de um ato de fala?*

Antes de dar início a essa discussão, porém, convém trazer observações, ainda que de forma rápida, sobre a definição de força ilocucionária, da taxonomia

de Searle (1969; 2002) e, especialmente, dos atos aqui considerados: promessas (atos compromissivos) e críticas (atos essertivos) extraídas do discurso oficial de campanha petista no segundo turno das eleições presidenciais de 2006.

2. Princípios da TAF: diálogos possíveis

Entre outras noções importantes da TAF decorre a ideia de ‘força ilocucionária’, responsável pela forma por meio da qual a mensagem deve ser entendida pelo seu interlocutor. Logo, é a essa força que se deve o conjunto de atos de fala e, por extensão, os vários efeitos discursivos veiculados por uma promessa ou crítica facilmente identificada nos discursos de campanha.

De modo geral, a noção de força ilocucionária ocupa um lugar especial no meio dessas reflexões, seja quando se tenta classificar os atos de fala, seja quando a atenção se volta para a observação dos efeitos discursivos inerentes a esses atos ou a uma contextualização discursiva como um todo. Pode-se dizer que em todos os empenhos em classificar os atos de fala, entre eles o do próprio mentor da teoria - Austin -, a noção de força ilocucionária sempre se faz presente, apresentando-se como pivô da ação empregada com um fim específico.

Assim, embora se reconheça a importância das diversas classificações dos atos de fala, oriundas ou não na Linguística, para o esclarecimento das questões levantadas neste artigo, lançou-se mão da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002).

Para esse estudioso (1969; 2002), os atos ilocucionários dispõem-se da seguinte forma:

- a) **assertivos**: os membros dessa classe avaliados como “verdadeiro” ou “falso”, nesse caso, são atos que comprometem o falante com a expressão (ou não) da verdade;
- b) **diretivos**: são aqueles que representam tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer uma ação futura;
- c) **compromissivos** ou **comissivos**: são atos marcados pelo grau de compromisso do falante com uma linha de ação futura;
- d) **expressivos**: atos cujo propósito é a expressão de um estado psicológico. A verdade da proposição é pressuposta.

Além dessa tipologia, Searle acrescentou outra categoria — a das *declarações* —, para atender aos “casos em que se faz existir um estado de coisas ao declarar-se que ele existe, casos em que “dizer faz existir” (SEARLE, 2002,

p. 25). Quando realizadas de forma bem-sucedida, as *declarações* garantem a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

Mari (1998, 233), ao discutir a aplicação da tipologia de atos acima exposta aos discursos políticos, afirma que há uma tendência de os atos se apresentarem indiretamente. Para o autor, nesses casos, há duas principais correlações: a) *toda crítica implica uma promessa (implícita)*; b) *toda promessa implica uma crítica (implícita)*. Ou seja, o autor remete à ideia de Searle (2002) de que muitos atos da comunicação ordinária se realizam indiretamente. Para esse estudioso, nesses casos,

o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte. (SEARLE, 2002, p. 50)

Searle (1969), ao questionar o fato de que muitas sentenças indiretas apresentam-se de uma maneira quase convencional (como em *Você pode alcançar o sal?*, por exemplo), sugere que a emissão dessas sentenças explica-se em função das condições de realização feliz — condições preparatórias, condições de conteúdo e condições de sinceridade — dos atos de fala que costumam veicular indiretamente.

O estudioso propôs algumas explicações para esse assunto, muitas delas envolvendo os “postulados conversacionais” e ainda estruturas profundas alternativas. Depois, reconhecendo a incompletude das respostas dadas a suas perguntas, passa a defender a hipótese de que

em atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com uma informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte. (SEARLE, 2002, p.50)

Mais objetivamente, para Searle (1969, 2002), explicar a “parte indireta” dos atos de fala indiretos prescinde não só da inclusão de uma teoria dos atos de fala, mas também da recorrência a princípios gerais de conversação cooperativa (alguns dos quais foram abordados por Grice -1975), da informação fatural prévia comum ao falante e ao ouvinte e, ainda, da habilidade que permite ao ouvinte inferir os atos proferidos pelo falante.

Agora, convém reportar às condições de felicidade dos atos de fala: preparatórias, de sinceridade e de conteúdo proposicional.

De modo geral, pode-se afirmar que as condições preparatórias de um ato de fala representam as proposições de base que são inferidas no momento de sua execução, de modo a descrever o papel dos interlocutores nas diferentes situações discursivas. Obviamente, essas condições variam conforme o tipo de ato proferido. A condição preparatória de uma asserção, por exemplo, consiste na ideia de o falante assumir como verdadeiro o estado de coisas por ele reportado, assim como a de uma promessa reside no fato de o falante ser capaz de realizar uma ação futura e de o ouvinte querer que ele realize essa ação.

Já as condições de sinceridade “... podem ser descritas como atitudes proposicionais que expressam estados mentais, no momento da execução de um ato” (MARI, 2001, p.127). Ou seja, referem-se aos estados psicológicos que são expressos (crença, intenção, desejo, prazer) quando da emissão de um ato. A título de ilustração, eis as condições de sinceridade relativas a asserções, perguntas e promessas, respectivamente: o falante se compromete com a verdade da proposição expressa, ao deixar nítida a sua crença; o falante quer que seu ouvinte realize uma ação futura; o falante deseja praticar uma ação futura.

De acordo com Searle (1969, 2002), a condição de sinceridade

vale mesmo quando o falante é insincero, mesmo quando não tem a crença, o desejo, a intenção, o arrependimento ou o prazer que expressa; ele ainda assim expressa, ao realizar o ato de fala, uma crença, uma vontade, uma intenção, um arrependimento, um prazer. (SEARLE, 2002, p.7)

Considerando-se, aqui, a dimensão interacional dos atos de fala, essa afirmação do autor torna viva a ideia de que a expressão do estado psicológico — seja crença, desejo, intenção, arrependimento e outros — pelo locutor merece confiança da parte do interlocutor em função de uma reputação social. Nesse sentido, há um pacto de confiança que toma formas diferentes conforme as diversas posições ocupadas pelos interlocutores no interior de sua comunidade de palavra.

Quanto às condições do conteúdo proposicional, diz-se que elas estabelecem os padrões de compromisso entre falante e ouvinte, a partir da escolha de formas linguísticas à emissão do modo, entendendo-se este como a explicitação singular “... da maneira pela qual o ponto de realização de uma força ilocucional deva ser desempenhado para assegurar a satisfação de um ato de fala” (MARI, 2001, p. 121). Para não fugir à regra, seguem as condições do conteúdo proposicional inerentes a perguntas e promessas: o falante predica uma ação futura a ser realizada pelo ouvinte; o falante predica um ato futuro a ser praticado por ele mesmo.

Uma vez apresentados os princípios subjacentes à TAF aqui considerados, segue uma breve apresentação do material que constitui o *corpus* do presente artigo.

3. O locus onde se originam as promessas e críticas: o programa “O Brasil mudou”

O Programa Oficial “O Brasil mudou”, da bancada petista à reeleição presidencial¹, apresenta uma linguagem clara e convincente, caracterizada pela presença de dados comparativos entre gestões anteriores, diga-se, de passagem, tucanas. Dessa forma, muitos são os gráficos ilustrativos dos índices de desenvolvimento do Brasil em todos os setores da gestão que inicia em janeiro de 2003 e pretende se encerrar em dezembro de 2006. Sistemáticamente, está dividido em 4 partes principais – 1) “Brasil 2002: o país do apagão, do desemprego e da exclusão social”; 2) “Brasil 2003 – 2006: um novo modelo de desenvolvimento”; 3) “A redução da desigualdade se torna uma realidade” e 4) “Estratégia de campanha”.

Apesar de não se referir especificamente a esse tipo de discurso, Mari (1998, p.227) destaca que, na atividade política, é possível apreciar “ou as *promessas* que costumam compor o elenco das intenções da plataforma de um candidato, ou, complementarmente, as *críticas* que compõem sua estratégia de identificação – partidária.” Também afirma o estudioso que essas formas tendem a se manifestar indiretamente, como forma, muitas vezes, de mascarar os compromissos dos candidatos com futuras atuações administrativas.

No fundamental, pode-se dizer que o discurso do candidato Lula possui uma peculiaridade que o distingue de outros: sua campanha é permeada por uma exposição de fatos e dados de gestões anteriores, incluindo a do seu próprio mandato, e não por um conjunto de agressões verbais sobre o candidato que ora se coloca como concorrente à vaga presidencial.

Para Mari (1998), tal estratégia possui pouco valor interativo, quando comparada ao repertório de promessas e críticas que constituem uma campanha política. Porém, no caso específico da campanha de reeleição do candidato Lula, pode-se reconhecer o fato de que tal estratégia serviu para tornar seu discurso

1 No ano de 2006, a disputa presidencial brasileira apresentou-se de forma inversa aos últimos pleitos eleitorais, pois um líder petista, após três derrotas consecutivas para a bancada tucana, venceu, com o maior número de votos da história da política brasileira, as eleições presidenciais em 2002 e passou, então, a ser candidato à reeleição.

eloquente, ao tempo que deixa para o eleitor a responsabilidade de dizer “SIM” ou “NÃO” ao desenvolvimento. A propósito, o próprio nome do Programa de Governo revela tal intenção, afinal, intitula-se “O Brasil mudou” e, pelos dados que consegue expor, “mudou para melhor”.

Urge dizer, também, que há um tom de complementaridade e/ou continuidade característico do discurso presidencial do candidato petista. Ao tratarem da abordagem clássica de Searle a respeito da TAF, especificamente no que diz respeito ao conteúdo proposicional, Pereira e Gray afirmam que:

As diferenças no conteúdo proposicional de uma elocução se referem ao significado do próprio ato, ou seja, não se pode fazer algo que já foi feito. Quando o falante faz uma promessa, por exemplo, o que está sendo prometido não pode já ter sido cumprido já que se assim for tal ato não será concretizado/realizado. (PEREIRA; GRAY, 1999, p. 171)

Porém, levando em consideração o contexto sobre o qual se alicerça o discurso petista, é completamente compreensível e evidente a estratégia usada pelo candidato Lula. Aliás, o próprio candidato justifica o modo de apresentação de sua tática de campanha no *corpus*:

(01) “Iniciado o processo eleitoral, é hora de concentrar todas as nossas energias na defesa do nosso partido, do nosso governo e na eleição dos nossos candidatos e candidatas. Essa eleição será diferente. Pela primeira vez o candidato do PT é o presidente do País. Isso aumenta a nossa responsabilidade e a necessidade de apresentarmos um balanço das nossas realizações que justifiquem a continuidade do mandato”. (p.1)

4. As promessas (compromissivos) e críticas (assertivos) da campanha: a interação com o eleitor

De modo geral, pode-se reconhecer, nas promessas e críticas veiculadas no programa de governo ora em destaque, um caráter transitivo que intima o ouvinte/eleitor constantemente a uma concordância, a uma responsabilidade em fazer jus ao movimento de mudança positiva instituído no Brasil durante a gestão petista.

Nesse sentido, seja a partir de uma promessa direta (crítica implícita), seja a partir de uma crítica explícita (promessa implícita), constata-se um valor in-

terlocutivo, à medida que o eleitor é convidado a compartilhar de determinadas opiniões e, claro, a aderir a essa corrente por meio do voto, da confirmação de que a bancada petista é a certa para continuar guiando os rumos do país por mais 4 (quatro) anos. Curiosamente, isso se dá, por vezes, a partir de uma transferência de responsabilidade do candidato para o eleitor, que passa a assumir a posição de co-autor da ação a ser realizada, como acontece em

(02) “*Todos sabem que ainda há muito a ser realizado e essa é uma das razões para **reelegermos** Lula presidente [...].*” (p.34).

(03) “[...]. *O futuro está em nossas mãos e **nas do povo brasileiro.***” (p.35).

Como se pode atestar, em ambos os casos, faz-se presente uma transferência de responsabilidades, na medida em que ao eleitor cabe decidir e realizar a ação de definir o futuro da nação reelegendo o presidente Lula. Para isso, não há uma referência em vocativo ao eleitor, mas o diálogo/interação acontece.

Essa continuidade também é destaque no contexto de uma urgência ou compromisso direto do próprio locutor/candidato, ainda assim, vê-se uma partilha de informações que não acontece de modo alheio ao outro, muito pelo contrário, marca o papel do eleitor, que passa a ser testemunha de um propósito desse candidato: realizar, em caráter de completude de gestão, melhorias nos diversos setores de atividade governamental. Assim, faz-se uma exposição de uma ação já realizada e, em seguida, introduz-se uma promessa a ser cumprida até o término da gestão vigente – 2006:

(04) “[...] o governo **tem investido** na regularização fundiária através do programa *Papel Passado* que já promoveu a entrega de 238mil títulos de propriedade.” (p.12).

(05) “[...] As taxas médias de ocupação das aeronaves **estão em crescimento** desde 2003, de 53% para 69% em 2005.” (p.14).

(06) “[...] É, pela primeira vez, uma política sustentável de agricultura e pesca **beneficiará até o final do ano** um milhão de pescadores artesanais”. (p. 8).

(07) “[...] **Ao longo de 2006 serão investidos R\$ 5,6 milhões** em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.” (p.23).

Evidentemente, também há promessas que respondem por uma ideia de futuro mais distante e não apenas por uma realização mais imediata, como é possível visualizar nos seguintes casos:

(08) “[...] Essa expansão **vai gerar** 125mil novas vagas **ao longo de cinco anos.**” (p. 21)

(09) “Com a reforma do judiciário, ainda não concluída, os cidadãos **terão acesso** a uma Justiça mais desburocratizada. [...]” (p.26).

Nesses exemplos, sem dúvida, as ações (promessas) são de responsabilidade única do proponente, mas o ouvinte/eleitor, mais uma vez, participa de um diálogo e é potencialmente o futuro responsável pela cobrança de realização desse ato. O locutor/candidato não emite atos vãos, ele expressa o seu compromisso, ao mesmo tempo em que apresenta a consequência real e benéfica de seus feitos. Sua meta é gerar melhorias e o povo representa o seu confidente, mas também o seu pretense juiz e cobrador de deveres, responsável pela exigência de execução desse trabalho.

Do mesmo modo, as críticas destacadas no *corpus* estabelecem padrões de interatividade as mais diversas, reportando aos deslizos da bancada tucana, que governou o Brasil, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso – FHC até 2003 e que ora se apresenta como concorrente, com a candidatura de Geraldo Alckmin, para governá-lo a partir de 2007. Nesse peculiar, o eleitor é convidado a lembrar os maus tratos a que esteve submetida a nação brasileira em épocas anteriores ao exercício do governo Lula. É o que pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(10) “Para os neoliberais, como **Collor, FHC e Alckmin** a natureza e a vida das pessoas devem se submeter à lógica do mercado.” (p. 4).

(11) “Sucateado pelo governo **FHC**, o IBAMA ficou quase sem condições de cumprir sua missão de cuidar do nosso patrimônio natural.” (p. 12).

É mister salientar, ainda, o uso inusitado da forma pronominal ‘nosso’, em (11), que aproxima o ouvinte/eleitor do fato comentado, da mesma forma que realça um patrimônio comum (a natureza), estabelecendo um pacto de confiança e uma necessidade de cuidado em conjunto.

Oportunamente, há a demonstração explícita dos bons feitos do governo Lula e a subsequente alusão indireta aos equívocos da gestão do PSDB. Nesses casos, também, o eleitor é partícipe de uma conversa que se instaura via *flashback*, com o objetivo de fazer ativar, na sua memória, uma comparação de gestões e, obviamente, conquistar o seu voto. A propósito, eis os exemplos:

(12) “[...]. E o que é muito importante: **o governo Lula faz isso sem privilegiar aliados nem discriminar municípios e estados governados por adversários.**” (p.25).

(13) “Esse não é um governo blindado, é um governo absolutamente transparente, que participa e responde tudo.” (p. 35).

(14) “[...], em pleno século XXI mais de 6 milhões de famílias viviam sem luz elétrica [...]” (p.5).

(15) “As estradas federais ficaram abandonadas durante os dois governos tucanos [...]” (p.14).

Em todos esses exemplos, percebe-se o destaque dado à implementação de medidas petistas que sanaram (ou pretendem sanar) situações adversas originadas durante o governo tucano. A despeito dessa afirmação, nota-se como a forma do verbo no pretérito, em (14), dá uma ideia de algo resolvido no governo Lula, sobreposta a uma crítica ao estado do sistema elétrico na gestão anterior. No caso de (15), a crítica se volta aos dois mandatos do governo FHC, de maneira a lembrar o eleitor que a liderança era de um membro do PSDB, correligionário de Alckmin, que agora disputa o cargo de presidente.

Seja como for, o eleitor, em todos os exemplos apresentados, não figura como um mero gravador, ele é simultaneamente objeto de atenção, de compartilhamento de informações e denúncias e, principalmente, de interesse do candidato. Pode-se dizer, então, que ele é o futuro agente da ação de votar e, conseqüentemente, de definir o destino do país. Logo, o eleitor representa o ‘outro’ a quem o diálogo ou interação instituída se dirige, ainda que não fale/reaja imediatamente. Em outras palavras, esse outro está sempre presente e a interação é condição para as promessas e críticas realizadas.

Em termos de estratificação, pôde-e constatar a ocorrência de 72 atos, sendo 37 promessas e 35 críticas, que corresponde a 51% e 49%, respectivamente, como apresentado no gráfico seguinte:



GRÁFICO Nº 1: Distribuição de atos no *corpus*

É bem verdade que, em alguns desses casos, é mais perceptível a alusão ao outro, mas tal constatação não implica a existência de atos que dispensem um valor interativo. Para Mari (2001), não se deve confundir a ‘autonomia’ de um ato com a ‘dimensão conversacional’ de determinadas práticas específicas de linguagem. Ao tratar das perguntas, por exemplos, cujo propósito ilocucionário é gerar outro ato (a resposta) e, portanto, a atitude do outro é a razão de sua existência, o autor assim se manifesta:

A força diretiva de uma pergunta², enquanto ato, é autônoma, embora implique, em termos de sua realização, um outro ato — a resposta. A força diretiva de uma ordem também é autônoma e não implica, necessariamente, uma atividade verbal conseqüente, mas apenas a realização material de uma ação, prescrita no ato. A pergunta pode ter uma feição conversacional direta, à ordem essa escapa essa feição; ambas, porém, são práticas discursivas que integram locutor e alocutário. **Essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer, como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de algumas de suas condições e para casos específicos³.** (MARI, 2001, p. 95)

Mesclando as convicções transcritas acima ao posicionamento de Bakhtin (1992), ao afirmar que quem ouve um discurso adota uma atitude ‘responsiva ativa’ em relação a ele, uma noção se faz subjacente: *‘A troca de turno é o*

² Grifos do autor

³ Grifos nossos.

modo mais direto da interação, mas isso não lhe confere a exclusividade do circuito discursivo'. Nos exemplos aqui apresentados, tal assertiva é mais do que evidenciada.

A propósito, para Bakhtin (1992), ouvir um determinado discurso é apenas uma etapa da 'compreensão responsiva ativa', ou seja, uma resposta subsequente que não precisa, necessariamente, ser fônica ou gráfica; em se tratando de uma ordem, ela pode se manifestar, pelo menos, sob três formas: realizar-se como um ato, como uma atitude retardada e, ainda, como mutismo da indiferença. O eleitor, destinatário dos atos realizados no *corpus*, pode, por exemplo, lançar mão de todas essas posturas/respostas.

Quanto ao locutor, Bakhtin (1992) salienta o fato de este, ao emitir um ato de fala, já pressupor essa responsividade de seu interlocutor, além de trazer à tona a ideia de um 'locutor virtual respondente', à medida que:

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação. (BAKHTIN, 1992, p. 291)

Talvez os interacionistas mais ferrenhos venham a estranhar a mescla reportada. Afinal, abordar a autonomia de um ato / troca de turno dentro da perspectiva endossada pela TAF, mormente no que concerne à taxonomia de Searle (1969, 2002) para os atos ilocucionários, junto aos moldes dos estudos desenvolvidos por Bakhtin (1992) não é uma constante.

Mas, ao que tudo indica, essa alusão ajuda a responder às questões outrora formuladas, porque se se é possível falar de uma 'atitude responsiva ativa', também fica evidente a não obrigatoriedade de uma troca de turno e, nesse caso, parece absurdo dizer que um ato de fala cuja construção é feita via intervenção direta do locutor (a exemplo de um compromissivo) desmerece a presença do outro e, por extensão, a interação.

Reciprocamente, a TAF não precisa, necessariamente, mencionar o termo 'interação' como carro-chefe de suas reflexões, porque entende que esta já está inscrita nas práticas de linguagem, que é eminentemente dialógica, nos termos de Bakhtin (1992).

Conclusão

O conjunto das observações expostas deixa emergir, portanto, um conceito de ‘ato de fala’ que, de uma forma ou de outra, prevê e é destinado ao outro, imunizando a TAF da acusação de que seus princípios negam o interacionismo. Na tentativa de rascunhar essa definição, preferiu-se adotar, aqui, a voz de Chabrol (2001), quando argumenta:

É um ato de comunicação que consiste na relação de um projeto de ação comunicacional e de uma enunciação languageira que serve de suporte a uma orientação intencional de ação. Para o enunciador, trata-se, a partir de uma orientação para uma ação comunicacional, de obter a adesão a um julgamento, a compreensão de uma explicação e, assim, de produzir um ou mais enunciados que tornem manifesta para o outro sua intenção, levando em conta o contexto, o co-texto e o contrato de comunicação. Para o destinatário, trata-se, a partir do tratamento linguístico do enunciado, completado pelos conhecimentos necessários adquiridos, de reconstruir, através de uma interpretação inferencial, a intenção mais pertinente, levando em conta o contexto, o co-texto e as apostas de comunicação. (CHABROL, 2001, p.144-145)

Fundamentalmente, o problema é facilmente destrinchado: a acusação de que a TAF e, por extensão, a classificação de Searle para os atos ilocucionários é pouca afeita à interação é decorrente da inserção de inúmeras propostas taxonômicas criadas ao longo desses anos para os atos ilocucionários, que, preocupadas em dar conta da complexidade dos problemas aglutinados por um ato de fala, instituíram um número considerável de parâmetros classificatórios e esses parâmetros, por vezes (mal interpretados ou não), reforçaram a amplitude da força ilocucionária de um ato, a partir da aparente observação unilateral do locutor.

Hoje, não é difícil encontrar adeptos à afirmação de que é quase impossível nomear e/ou categorizar a natureza dos atos de fala que são emitidos, em especial quando tais atos são realizados indiretamente e/ou de forma ambígua (VION, 1992). Nesse sentido, vivifica-se a premissa de que os atos de fala dispõem de um caráter ilocucional e, inegavelmente, também, de um valor perlocucional previamente calculado, conforme as mais diversas funções interativas.

Sobre esse peculiar, muitas outras observações poderiam ser feitas, da mesma forma que muitas posições contrárias àquela aqui desenvolvida podem ser respaldadas, mas, como o foco deste artigo não se voltou para o esmiuçar dessa crítica correntemente feita à TAF, julgou-se conveniente apenas salientar

os mínimos e suficientes aspectos para a desconstrução da tese de que a referida teoria é avessa aos estudos da interação, pelo menos enquanto compreensão inicial.

Referências

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHABROL, C. Por uma classificação dos atos de fala. (Tradução de Hugo Mari e Renato de Mello) In: MARI, Hugo et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.
- MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos à prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, Ida Lúcia et al. *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 1998.
- PEREIRA, Tânia; GRAY, Adriana. A teoria dos atos de fala: da abordagem clássica à abordagem interacionista. In: CARNEIRO, Marisia (org). *Pistas e travessias: bases para estudos da linguagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 161 -183
- SEARLE, J.R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press, 1969.
- _____. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VION, Robert. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hanchette, 1992.
- O BRASIL MUDOU – programa de governo. Disponível em www.lulapresidente.com.br.
- ENVIO EM: 30/04/2012

ESTUDO COMPARATIVO DO PADRÃO FORMÂNTICO DA VOGAL /a/ PRODUZIDA POR SUJEITOS COM E SEM SÍNDROME DE DOWN

Marian dos Santos Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Wilmar da Rocha D'Ângelis

Universidade de Campinas

RESUMO: A Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética que ocorre durante a divisão celular do embrião e acarreta, dentre outras coisas, hipotonia da musculatura orofacial e macroglossia. Nesse trabalho, descrevemos as características acústicas da vogal /a/ produzida por sujeitos com Down, partindo da hipótese de que essas características anatômicas interferem no sinal acústico dessa vogal, quando produzida por esses sujeitos. Com base na Teoria Fonte Filtro, de Fant (1960), mensuramos em *script*, via *Praat*, os valores dos três primeiros formantes dos dados de 08 sujeitos adultos, dos sexos feminino e masculino, naturais de Vitória da Conquista, Bahia-Brasil, 04 com SD e 04 sem a síndrome.

PALAVRAS-CHAVE: hipotonia; macroglossia; síndrome de Down; vogais.

ABSTRACT: *Down syndrome (DS) is a genetic change that occurs during cell division of the embryo and leads, among other things, hypotonic orofacial muscles and macroglossy. In this paper we describe the acoustic characteristics of vowel /a/ produced by individuals with Down syndrome, assuming that these anatomical features interfere with the acoustic signal of this vowel, when produced by these subjects. Based on the Source Filter Theory, of Fant (1960), we measured in script via Praat, the values of the first three formants of data from 08 adult subjects, female and male, born in Vitoria da Conquista, Bahia, Brazil, 04 with DS and 04 without the syndrome.*

KEYWORDS: *Down syndrome; Hypotony; Macroglossy; Vowels.*

Considerações iniciais

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que o número de pessoas com síndrome de Down corresponda a 10% dos habitantes do planeta. Contudo, esse número é variável, pois não há concordância entre pesquisadores quando se trata do número proporcional entre nascimentos em geral e nascimentos de bebês com Down, a proporção oscila entre 1 para cada 600 partos, 1 para 700 e 1 para cada 800 partos. Se partirmos da hipótese da proporção 1 caso de síndrome para cada 700 partos e calcularmos considerando uma população mundial, em torno de 6 bilhões de pessoas, teremos um total de 857 milhões 142 mil pessoas com SD. Aplicando-se o mesmo cálculo, mas considerando-se a população brasileira, cerca de 185.712.713, conforme Censo/2010¹, teremos um total aproximado de 265 mil brasileiros com SD, dos quais, em média, 20 mil são baianos².

Considerando que pessoas com Síndrome de Down, alteração genética que ocorre durante a divisão celular do embrião, apresentam dificuldades variadas nas habilidades linguísticas, em todos os níveis – fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático e discursivo decorrentes de problemas, tais como, hipotonia da musculatura orofacial, macroglossia, entre outros e que, por isso, sua fala se diferencia, auditivamente, da fala do adulto sem esta síndrome, nesse trabalho visamos discutir eventuais diferenças acústicas entre a vogal /a/ produzida por sujeitos com Down, em relação à mesma vogal produzida por sujeito sem a síndrome.

Acreditamos que vogais produzidas por pessoa com SD se diferenciam daquelas produzidas por pessoas sem a síndrome já que o trato vocal daquele é diferente do trato deste. Assim, neste artigo, apresentaremos dados acústicos da vogal /a/, produzida por 08 sujeitos, naturais de Vitória da Conquista, Bahia, quatro com síndrome de Down, dois homens e duas mulheres e quatro sem

1 Dados das pesquisas do Censo/2010. Fonte: http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php. Acesso em 08/01/2011. 11:51 horas.

2 Infelizmente, não foi possível determinar a quantidade de cidadãos conquistenses com SD. Na tentativa de se chegar a essa informação, contatamos a regional do IBGE dessa cidade, as secretarias municipal e estadual de educação e a secretaria municipal de saúde, além da própria APAE/VC. Contudo, não obtivemos êxitos, pois as informações são sempre desconstruídas e/ou imprecisas. O que podemos afirmar, é que chegamos a manter contato com cerca de trinta sujeitos. É desejo nosso, ao fim desse Doutorado, implantar na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia o núcleo de estudos sobre síndrome de Down e desenvolver uma pesquisa com parcerias com as secretarias de saúde e educação do município, com vistas, dentre outras coisas, a determinar a quantidade de pessoas com a síndrome no município.

síndrome. Na análise que faremos, partimos do arcabouço teórico que conjuga em suas formulações tanto aspectos articulatórios quanto aspectos acústicos, a Teoria Acústica da Produção da Fala, ou Teoria Fonte e Filtro, de Fant (1960), pois a questão principal do trabalho é verificar em que medida características fonatórias peculiares aos sujeitos com Down alteram ou não a qualidade das vogais produzidas por esses sujeitos.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: além dessa parte introdutória, serão apresentados mais cinco itens, nos quais constam: (i) uma síntese bibliográfica dos trabalhos que investigam questões ligadas à síndrome de Down; (ii) uma síntese de questões teóricas relacionadas à Teoria Fonte e Filtro; (iii) a metodologia adotada na obtenção, mensuração e apresentação dos dados deste trabalho; (iv) a discussão dos dados e (v) as considerações finais do trabalho. Passamos, a seguir, aos itens aqui apontados.

1. Revisão da literatura

Nesta seção, apresentaremos as características que definem a SD como uma síndrome, bem como o que se diz sobre os sujeitos que são acometidos por ela, nos campos da saúde e no campo linguístico.

1.1 Síndrome de Down: aspectos genéticos e clínicos

A SD é uma alteração genética que ocorre durante a divisão celular do embrião. Segundo Motta (1980), enquanto na célula de um indivíduo normal, há 46 cromossomos divididos em 23 pares, no indivíduo com Down há 47 cromossomos, sendo que esse cromossomo extra se liga ao par 21, gerando o que a genética classifica como “trissomia”.

Conforme Mustacchi e Peres (2000), a mudança genética gerada por essa trissomia pode ser de três formas: i) a trissomia 21 padrão, aquela na qual o indivíduo apresenta 47 cromossomos em todas as células e três cromossomos no par 21, o que ocorre em 95% dos casos; ii) a trissomia por translocação, na qual o cromossomo extra se adere a um outro par, normalmente o par 14, com incidência de 3%, aproximadamente e; iii) o tipo mosaico, que se caracteriza por apresentar uma mistura de células normais com 46 cromossomos e células trissômicas, isto é, com 47 cromossomos.

Na suspeita diagnóstica, o médico se guia pelas principais características fenotípicas peculiares da síndrome, quais sejam: hipotonia muscular geral, fenda palpebral oblíqua, prega palmar transversa única, face achatada, ponte nasal deprimida, orelhas com baixa implantação etc. (Cf. MOTTA, 1980)

Ainda segundo Motta (1980), “em caso de dúvida diagnóstica, especialmente nos primeiros dias de vida, o exame cariótico informará com certeza a existência da síndrome de Down” (MOTTA, 1980, p. 149).

Motta (1980) fala em 1 a 2 casos de SD, para cada 1000 nascimentos e que esta é a síndrome mais comum, entre os distúrbios cromossômicos autosômicos, sendo mais

incidente entre as mulheres de idade mais avançada, embora qualquer mulher possa gerar um filho com a síndrome já que a alteração cromossômica ocorre ao acaso.

Autores como Motta (1980) e Mustacchi e Peres (2000) entre outros são unânimes em afirmar que uma hipotonia generalizada afeta toda a musculatura e ligamentos e isso faz com que a criança com Down tenha um aspecto flácido, seja hipoativo, se movimente menos e tenha reflexos e reações diminuídos. Além disso, complicações como cardiopatias, problemas visuais, respiratórios e gastro-esofágicos que podem acometer os indivíduos com essa síndrome acarretam um atraso ainda maior ao desenvolvimento psicomotor. Os autores ratificam que nesses sujeitos o comprometimento mental é grave.

Por todas as características anatômicas, fenotípicas, clínicas e mental já mencionadas, é comum, segundo Mota (1980), Mustacchi e Peres (2000) entre outros, que crianças com SD apresentem dificuldades variadas no seu desenvolvimento fisiológico, físico, linguístico e cognitivo. Tais dificuldades acompanham os sujeitos Down por toda vida e se refletem em lentidão e dificuldade no desenvolvimento das habilidades linguísticas – dificuldades articulatorias e motora, dificuldade de estruturação sintática – e pouca habilidade cognitiva, tais como as de abstrações matemáticas e as de raciocínio lógico. A seguir, apresentamos, sinteticamente, alguns dos trabalhos que se ocupam de questões linguagem na SD.

1.2 Síndrome de Down: aspectos linguísticos

Vários estudos como (GUNN 1985, LEVY, 1988, CAMARGO, 1994, FREITAS; MONTEIRO, 1995, OLIVEIRA, 2010), entre outros, tratam do atraso que o sujeito com SD apresenta no desenvolvimento linguístico.

Atraso este que envolve questões linguísticas em todos os níveis – fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático e discursivo. Embora saibamos ser possível separar os componentes fonético-fonológico, sintático-morfológico das questões de ordem pragmático discursivas, sabemos também que um problema ocorrido em um desses componentes afeta, por extensão, os demais.

Em primeiro lugar, destacamos que há controvérsias entre os pesquisadores do tema, no que se refere à existência de uma relação entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento lingüístico, mas esta é uma questão sobre a qual não vamos debater nesse artigo. Gunn (1985), dentre outros, preconizam que o retardo cognitivo moderado ou severo dificulta o entendimento, por parte do sujeito com SD, do fluxo da fala dos seus interlocutores.

Gunn (1985), ao discutir as características da linguagem na SD, afirma que os bebês com SD são quietos, exploram menos os sons e as primeiras palavras, bem como a combinação entre elas, aparecem mais tardiamente do que o habitual. Segundo, os jovens com SD podem produzir sentenças gramaticais, mas com estrutura de sentenças de crianças de 03 a 04 anos, embora seu conteúdo possa ser um pouco mais sofisticado. A autora ainda acrescenta que pessoas com SD têm os sons da fala distorcidos ou ininteligíveis.

Avaliando pesquisas sobre o desenvolvimento lingüístico de pessoas com SD, Levy (1988) observa que os trabalhos partem sempre do que consideram ser a “normalidade”. Segundo a autora, “partem de um fato concreto que é a Síndrome, para avaliá-la pelo “normal” e reafirmá-la no final” (LEVY, 1988, p.51), como também ocorre no contexto da avaliação de sujeitos cérebro-lesados (Cf. COUDRY, 1991). Assim, geralmente os trabalhos sobre a linguagem na SD deixam de considerar as formas alternativas de significação (gestos, expressões, pausas, entoações etc), as trilhas que os sujeitos percorrem na formulação dos enunciados (repetições, trocas etc), relevantes para se compreender o funcionamento real da linguagem, como salientam os trabalhos realizados na Neurolinguística Discursiva.

Seguindo uma linha mais discursiva, investigando as narrativas e relatos de experiências produzidos por crianças com SD, Camargo (1994) constata que crianças entre 04 e 06 anos de idade usam os mecanismos narrativos, embora sua fala seja mais dependente da fala do seu interlocutor. Para Camargo (1994), o conteúdo semântico do que é dito por criança com SD fica prejudicado em decorrência das dificuldades fonético-fonológicas que a criança apresenta.

Em sua pesquisa com quatro crianças com SD, Camargo (1994) averigua que o desempenho narrativo difere de uma para outra, como ocorre com crianças sem síndrome.

A autora compara seus dados com os apresentados por Perroni (1992) – que trata da aquisição de narrativas em crianças sem patologias - e verifica que uma das poucas diferenças entre esses sujeitos é o desenvolvimento das mesmas etapas em idade cronológica posterior. Os sujeitos com os quais trabalhou, ao final da coleta de dados, já contavam com mais de 5 anos de idade e os dados

foram comparados com os de crianças que, nessa idade, já se enquadravam como narradores pelos critérios estabelecidos por Perroni (1992). Camargo (1994) observou que dois dos sujeitos por ela investigados ainda apresentavam dificuldades com a estrutura da narrativa, tais como: falta de encadeamento de eventos, pouco distanciamento do momento da interlocução e repetição quase ecológica da fala do interlocutor.

Contudo, embora um pouco mais tardiamente, as narrativas dos sujeitos analisados, por Camargo (1994), apresentam aquilo que caracteriza as narrativas em geral: preocupação com o inédito, o encadeamento de eventos (aí, daí), uso de verbos no tempo perfeito (*acabou*), operadores de narrativas (*era uma vez*, *acabou a história*), entre outros. Embora, em algum momento, alguns dos sujeitos da pesquisa de Camargo (1994, p.83) usem de forma bastante incipiente os operadores narrativos, ou tenham “sua fala totalmente dependente da fala do interlocutor”, ela avalia que essa dependência varia de história para história e que mesmo produzindo trechos completamente.

Isso, contudo, não significa que não se possa entendê-lo completamente. Pois se por um lado seus enunciados possam parecer ininteligíveis em dado momento, em outros momentos, os sujeitos conseguem encadear os eventos da narrativa de forma totalmente lógica e independente.

Analisando a coerência nos textos orais de adolescentes com SD, produzidos em

diálogos entre investigador e informante, Freitas e Monteiro (1995) avaliam que estes textos se orientam pelas mesmas regras que sustentam os de pessoas consideradas “normais”.

Segundo as autoras, estudar a linguagem de jovens com SD exige que se pense nela como um espaço de interação em que o interlocutor “assume lugar de destaque na constituição do discurso do indivíduo com SD” (Cf. FREITAS e MONTEIRO, 1995, p. 53).

Freitas e Monteiro (1995) constatam que os sujeitos por elas analisados orientam seu discurso pelos mesmos moldes do discurso de adolescentes sem síndrome, respeitando as trocas de turnos conversacionais, sobreposições de voz e elementos reparadores quando da simultaneidade de fala, uso de seqüenciadores temporais, manutenção de tópico discursivo etc. Elas reafirmam, porém, que isso só ocorre quando o pesquisador media o ato conversacional e que quando isso não é feito o texto se torna sem nexos. Diante disso, concluem que “(...) é necessário que o ouvinte esteja disponível para escutar aquilo que o jovem deseja falar (...)” para que o texto oral do indivíduo com SD se estabeleça como coerente (Cf. FREITAS; MONTEIRO, 1995, p. 61).

Em artigo sobre questões textuais na narrativa de sujeitos adultos com Down, Oliveira (2010) verificou que, em relação a questões estruturais, as frases, formuladas por sujeitos com Down são estruturadas em torno de uma palavra núcleo, aquela que carrega a maior carga informativa do enunciado. Guardadas as devidas ressalvas, podemos dizer que a maneira de organizar o discurso do sujeito com SD lembra o estilo telegráfico dos sujeitos afásicos ou os discursos de crianças em fase de aquisição, pois demonstram certa dependência dialógica, no sentido De Lemos (1982).

Seguindo em sua análise, Oliveira (2010) afirma que a narrativa dos sujeitos por ela analisados, duas jovens entre 18 e 20 anos de Vitória da Conquista/BA, apresenta características do discurso narrativo - como dependência temporal entre os eventos, uso de orações que expressem a dependência por meio de verbos de ação, emprego do tempo perfeito, relato do inédito, entre outras.

Oliveira (2010) observa que o sujeito com SD também orienta seu discurso como os adolescentes sem síndrome, respeitando as trocas de turnos conversacionais, sobreposições de voz e elementos reparadores, uso de seqüenciadores temporais, manutenção de tópico discursivo, embora seu discurso se oriente via discurso de interlocutores como o investigador e se estruture em torno de uma palavra-núcleo, o que muitas vezes o caracteriza como telegráfico. Contudo, se produzidos em meio a atividades significativas de linguagem, o discurso de sujeitos com SD também darão “visibilidade ao que se apresenta como *processos alternativos de significação*,” como nos dados de afásicos, como se percebe em Coudry (2008, p. 11) uma vez que há, segundo Oliveira (2010), processos de significação a explorar na interlocução com o sujeito com SD, pois também ele “busca outros *modos/arranjos para significar/associar*, ou seja, produz *processos alternativos de significação*” (COUDRY, 2008, p. 11).

De todo o exposto sobre a linguagem na síndrome de Down até aqui, pouco se pode afirmar de maneira contundente e inequívoca no que se refere a questões linguísticas. Muito ainda há por fazer, uma vez que este é um campo pouquíssimo explorado. Além disso, poucas são as pesquisas realizadas por lingüistas. A grande maioria da bibliografia encontrada sobre o assunto resulta de trabalhos realizados por pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos entre outros profissionais das mais diversas áreas.

Ressaltamos também as pesquisas encontradas tratam sempre da linguagem de crianças com SD, o mesmo não ocorre no que se refere a estudos da linguagem de adolescentes com SD. Sobre essa questão, verificamos que no que se refere a estudos sobre linguagem de sujeitos **adultos** com a síndrome este

é um tema ainda menos explorado. O número de pesquisas e de publicações é ainda mais reduzido quando o tema é a fala de pessoas com SD, criança ou adulto, em seus aspectos fonéticos – articulatórios e/ou acústicos.

Entre os poucos trabalhos que tratam o tema destacamos os de Strazzulla (1953), Bodine (1974), Smith e Oller (1981), Olbrisch (1982), Rosenberg (1982), Marga-Bacal, Witzel e Munro (1987), Rosin et al (1988) e Hamilton (1993). Agrava ainda mais o quadro, o fato de as pesquisas encontradas sobre este tema em particular além de serem bastante antigas são também de autoria de autores estrangeiros. Vejamos, pois, o que estes pesquisadores encontraram em suas pesquisas.

Segundo Strazzulla (1953) a compreensão nos sujeitos com SD é mais eficaz do que a produção. A autora afirma que o nível fonético é o mais comprometido em função das alterações dos órgãos fonoarticulatórios. Dos segmentos consonantais o mais comprometido é o [s], seguido das consoantes / z, f, v, θ, b, d, k/, por serem mais posteriores. /k, g/ seriam os mais comprometidos. Ainda segundo a autora, os grupos silábicos quase não ocorrem na fala desses sujeitos, mas as nasais e os ditongos são facilmente detectáveis. A autora ainda observa que a expectativa de que a fala do sujeito com Down não saísse da fase de grunhidos é a causa da escassez de trabalhos sobre o tema. Dentre as condições estabelecidas pela autora para o sucesso da terapia de fala com esses sujeitos, destaca-se o controle muscular grosso.

Bodine (1974) assevera que a regularidade do sistema fonológico de pessoas com Down precisa ser descoberto ou a fala daquele parecerá ininteligível. Em suas análises com dois sujeitos de cerca de seis anos ele observou que a linguagem desses sujeitos é quantitativamente semelhante à de sujeitos sem Down.

Por seu turno, Smith e Oller (1981), comparando crianças com Down com crianças sem, investigam a existência de alteração quando do surgimento das sílabas duplicadas, ponto de articulação das consoantes e produção das vogais e concluem que existe uma diferença significativa entre as produções desses sujeitos, em virtude do comprometimento cognitivo e motor daqueles com a síndrome.

Também Olbrisch (1982) atribui os problemas de fala de pessoas com Down às alterações dos órgãos fonadores. Segundo ele, os problemas de fala dessas pessoas se devem ao tamanho e protrusão da língua, além da cavidade oral pequena. Ainda segundo o autor, cirurgia de redução da língua tem se mostrado eficaz para a diminuição de tais dificuldades, trazendo maior inteligibilidade à fala dessas pessoas.

Autores como Rosenberg (1982), Marga-Bacal, Witzel e Munro (1987), contudo, questionam o efeito da macroglossia na alteração da fala de pessoas com Down. Segundo eles, não há efeito significativo na fala daqueles sujeitos que passaram pela cirurgia para diminuição da língua. Ao contrário, os autores acreditam que a macroglossia é uma ilusão causada pelo pequeno tamanho da cavidade oral, pela necessidade do sujeito com síndrome respirar pela boca em virtude do tamanho da nasofaringe e das constantes infecções respiratórias, pela a hipotonia da língua e os lábios finos, pela posição da mandíbula e pelo pouco desenvolvimentos dos ossos nasais e maxilares.

Também tratando das dificuldades articulatórias das pessoas com SD, Rosin et al (1988) afirmam que pessoas com SD apresentam um problema de controle muscular que acarreta dificuldade motora, o que acaba por afetar a linguagem desses indivíduos, pois, há, segundo os autores, a falta de habilidade motora dificulta o planejamento e sequência dos sons da fala.

Em suas reflexões sobre os padrões articulatórios na síndrome de Down, Hamilton (1993) avalia que problemas de fala, apresentados por sujeitos com SD, normalmente, são atribuídos a algumas desordens, tais como, a disartria que, segundo Silgail (2010), consiste na dificuldade de articular as palavras, devido à parestesia, paralisia ou ataxia dos músculos que intervêm na articulação. Segundo Hamilton (1993), o transtorno é maior para pronunciar os fonemas labiais (/p/, /b/, /m/), alveolares (/t/, /d/, /n/, /l/), os quais são omitidos ou distorcidos durante a pronúncia das palavras por dispraxia ou apraxia da fala que é uma desordem expressiva, de origem neurológica, que interfere na produção dos sons da fala e sua sequencialização em sílabas ou palavras e que, segundo Rodríguez (2010), é ocasionada por uma sutil lesão ou falta de desenvolvimento na zona motora do cérebro, encarregada da programação dos movimentos dos órgãos articulatórios. Nesse sentido, Hamilton (1993) reconhece que, de fato, alguns desses distúrbios de fala, apresentados por pessoas com SD, assim como fazem outros pesquisadores, podem ser atribuídos a problemas como disartria e/ou dispraxia, ocasionados ou não pela macroglossia e/ou hipotonia muscular.

Contudo, Hamilton (1993) avalia que a maioria dos trabalhos sobre as dificuldades articulatórias dos sujeitos com Down carece de um aparato metodológico que permita a obtenção de dados mais objetivos do padrão articulatório desses indivíduos. Assim, partindo da constatação geral de que sujeitos com SD apresentam problemas de fala que comprometem a inteligibilidade do que é falado por eles, Hamilton (1993) investiga os padrões articulatórios na produção dos sons alveolares /t, d, n, l/ e os velares /k, g/ por sujeitos adultos com SD, usando eletropalatografia (EPG).

Através da eletropalatografia é possível mostrar, através de imagens computadorizadas, o local de toque da língua no palato no momento em que o falante produz determinado som. É preciso, para isso, que cada indivíduo tenha um palato feito especificamente para ele. A autora esperava, com o uso desse método, determinar o padrão da articulação dos sons /t,d,n,l,k,g/ por três jovens adultos com Down e compará-lo com dados de eletropalatografia de um sujeito sem desordem de linguagem.

De acordo com os resultados obtidos por Hamilton (1993), os sujeitos com Down apresentam alterações na produção de consoantes se comparados com sujeitos sem síndrome, apresentando padrão particular de contato da língua com as regiões velar, palatal e alveolar.

Na produção de consoantes alveolares [t,d,n] por sujeitos com síndrome, dados de EPG mostram contato da língua na região palatal além do contato com a região alveolar, previsto para esse tipo de consoante e do contato adicional irregular na região velar na produção do [l]. Na produção de consoantes velares [ɹ,g], é verificado contato inadequado ou incompleto da língua no palato.

Padrões diferenciados também são observados para as fricativas. As fricativas [s, ʃ] apresentam padrão de produção similar entre si, no qual podemos observar aumento de contato da língua na região palatal. Hamilton (1993) faz lembrar que a dificuldade de distinção entre essas fricativas é igualmente encontrada na percepção das mesmas.

Se jovens adultos com SD apresentam igualmente dificuldade de distinção articulatória e perceptual das fricativas [s, ʃ], então somos levados a questionar se a dificuldade articulatória de [s, ʃ] é efetivamente decorrente da característica anatômica do trato vocal desses sujeitos ou se é decorrente da falta ou impossibilidade de identificação auditiva desses segmentos.

Diante desses resultados, a autora encontra evidências do comprometimento do controle muscular da língua o que acarreta movimentos lentos, dificuldade do controle da ponta da língua, dificuldade no planejamento de ações articulatórias, o que resulta em alongamento da duração da oclusão, transições longas entre as consoantes de *clusters* consonantais e assimetria e variabilidade em algumas articulações.

É fato, portanto, que crianças, jovens e adultos com Síndrome de Down (SD) apresentam dificuldades variadas nas habilidades lingüísticas, decorrentes de problemas, tais como, acuidade e discriminação auditiva, hipotonia da musculatura orofacial, macroglossia e/ou cavidade oral pequena, atraso no desenvolvimento motor e cognitivo que não apenas dificultam e atrasam o desenvolvimento e aquisição da linguagem, mas também levam a uma fala

adulta “peculiar” no sujeito com SD, que se diferencia, auditivamente, da fala do adulto sem a síndrome.

Diante disso, perguntamos: quais as implicações da hipotonia orofacial e macroglossia na configuração acústica da vogal [a] produzida por esses sujeitos? Quais as características acústicas dessa vogal produzida pelos sujeitos com SD, naturais de Vitória da Conquista? Quais as semelhanças e as diferenças entre a vogal, produzida por sujeitos com Down, daquela produzida por sujeitos que não tem a síndrome?

2. Pressupostos teóricos

Tendo em vista os objetivos desse trabalho é necessário lançar mão de um arcabouço teórico que forneça o aparato necessário para a descrição e compreensão do fenômeno que vamos analisar e que envolve a compreensão do sistema de produção da fala em seus aspectos fisiológicos e acústicos, uma vez que o trabalho proposto relaciona modo de produção e sistema acústico da fala.

Nesse sentido, a Teoria Acústica de Produção da Fala, ou Teoria Fonte e Filtro, de Fant (1960) oferece os subsídios necessários para o entendimento da relação acústico-articulatória na produção da fala, isto é, por meio dessa teoria será possível deduzir como se dá a articulação das vogais produzidas pelos sujeitos com Down, ao mesmo tempo em que fornece fundamentos para análise acústica da fala. A partir das características acústicas encontradas, é possível que possamos entender o quanto das características físicas desses sujeitos interferem na produção vocálica deles.

Segundo essa teoria, a geração de fontes acústicas e a filtragem delas pelo trato vocal resultam em sinal acústico. O trato vocal, ao assumir diferentes configurações na produção da fala, funciona como um filtro acústico que, a partir do sinal emitido, fornecerá pistas sobre a maneira como um som foi produzido. Conforme Fant (1960), o filtro pode reforçar ou enfraquecer certas frequências e as cavidades orais e nasais formam um filtro conjunto. Por isso essa teoria é conhecida por relacionar trato vocal com sinal acústico, conforme Kent; Read (1992).

A geração de som na produção da fala depende, pois, de órgãos do sistema respiratório tais como, cavidades nasal e oral, faringe, laringe, esôfago, traqueia, brônquios, pulmões, caixa torácica e externo. De maneira que para falar o homem lança mão de uma série órgãos que tem funções outras que não a fala. Esses órgãos em conjunto acabam por forjar um aparato que possibilita ao homem a produção da fala: o aparelho fonador.

Para relacionar aparelho fonador e sinal acústico é necessário lembrarmos que movimentos dos órgãos da fala – como língua, lábios, cordas vocais e etc – resultam em padrões sonoros perceptíveis a quem escuta.

Na produção de cada som, esses articuladores (língua, lábios etc) irão se posicionar de forma determinada de maneira a obter as frequências específicas, uma vez que as frequências de ressonância de um [ə], por exemplo, não são as mesmas de um [a]. Por isso, podemos dizer que quando ouvimos um [ə] e um [a], a distinção que fazemos não é só auditiva, mas é também física. Nesse sentido é que acreditamos que a proposta de Fant (1960) será de grande valia para a análise que faremos da vogal produzida por sujeitos com SD, pois, a partir dos valores das frequências formânticas que encontrarmos, poderemos deduzir a maneira como os articuladores se posicionaram ao longo do aparelho fonador e levantar hipóteses acerca das estratégias que estes sujeitos usam para diferenciar uma vogal oral da outra.

As frequências formânticas, os formantes, caracterizam o timbre de um som, sendo elas o modo de vibração do ressoador, explica Malmberg (1954, p.24). Segundo Maia (1985, p.50), os formantes são “as frequências que o trato vocal melhor propaga” e são “os responsáveis pelo timbre de sons como as vogais”. De maneira que, segundo Kent; Read (1992), os sons vocálicos podem ser analisados a partir da imagem do espectrograma dos três primeiros formantes, isto é, das faixas de frequências em que ocorre elevação de amplitude dos componentes dos espectros que compõem a voz humana em decorrência da ressonância do trato vocal. Segundo os autores, existe maior concentração de energia acústica em determinadas faixas de frequência, e cada topo do espectro representa um formante ou F1, F2, F3. Segundo Malmberg (1954), dois formantes são atribuídos aos timbres vocálicos, sendo eles atribuídos aos dois principais ressoadores do aparelho fonador, faringe e boca.

A análise acústica das vogais revela outros formantes que dão relevo ao timbre dos tipos vocálicos, determinando qualidades vocálicas secundárias. (MALMBERG, 1954).

Além disso, os valores das frequências formânticas podem trazer pistas das características articulatórias das vogais, pois a frequência do primeiro formante, F1, está relacionada à posição da língua no plano vertical e sofre influência do grau de abertura da boca e a frequência do segundo formante, F2, relaciona-se com a posição da língua no plano horizontal, ou grau de anterioridade (KENT; READ, 1992).

Em linhas gerais, portanto, podemos afirmar que na relação entre valores formânticos, configuração do trato vocal, e tipos de vogais o valor de F1 está

relacionado com a elevação da língua na área vertical do trato vocal e com deslocamento da mandíbula de forma a estabelecer a diferença entre vogais altas e baixas; fechadas e abertas.

Nesse sentido, podemos estabelecer as seguintes relações, como nos lembra Pacheco (no prelo): a) quanto mais alta uma vogal, menor será o valor de F1; b) quanto mais baixa uma vogal, maior será o valor de F1; c) quanto mais aberta uma vogal, maior será o valor de F1 e; d) quanto mais fechada uma vogal, menor o valor de F1, conclui ela. Dessa forma, ainda de acordo com Kent e Read (1992), a vogal [a] apresenta maiores valores em F1, por ser a vogal mais baixa e aberta.

Se por um lado os valores de F1 de uma vogal apresentam estreita relação com a altura e abertura vocálicas, por outro, os valores de F2 apresentam estreita relação com a anterioridade e a posterioridade, pois os valores do segundo formante estão relacionados com o deslocamento da língua na área horizontal do trato vocal.

Diante disso, podemos afirmar que, por meio dos valores de F2, somos capazes de estabelecer a diferença entre as vogais anteriores e as vogais posteriores ou recuadas, a partir da seguinte relação: a) quanto mais posterior uma vogal, menor será o valor de seu F2 e; b) quanto mais anterior uma vogal, maior será o valor de F2. Os valores de F1 e F2 são, portanto, comumente usados na análise das vogais, pois constituem parâmetros acústicos eficazes na determinação da qualidade vocálica.

Todavia informações secundárias, mas igualmente importantes na identificação da qualidade vocálica, não são obtidas por esses dois formantes o que requer uma análise do valor do terceiro formante que está relacionado à diferença do tamanho das cavidades anterior e da cavidade posterior, estabelecidas pela localização da elevação ou abaixamento da língua no trato vocal. É a partir do valor do terceiro formante que obtemos os diferentes graus de anterioridade ou de recuo das vogais. Assim, quanto maior a diferença de tamanho entre as cavidades anterior (CA) e posterior (CP) maior será o valor de F3.

Em síntese, por meio dos valores de F3, podemos estabelecer a diferença entre vogais posteriores como [a] anteriores.

Considerando que: a) pessoas com Síndrome de Down (SD) apresentam problemas de hipotonia da musculatura orofacial, macroglossia ou cavidade oral pequena, o que os leva a terem um trato vocal diferenciado; b) sua fala se diferencia, auditivamente, da fala do adulto sem esta síndrome, e, c) o espectro da fala muda continuamente em consequência dos movimentos articulatórios e da própria constituição do trato vocal na próxima seção discutiremos as even-

tuais diferenças acústicas entre a vogal /a/, produzida por sujeitos com Down em relação a mesma vogal produzidas por pessoas sem a síndrome. Partindo da hipótese de som produzido por uma pessoa com SD tende a ser diferente do produzido por pessoa sem a síndrome já que o trato vocal do sujeito com a síndrome é modificado por implicações inerentes à própria síndrome

Nas próximas seções, apresentaremos: o aparato metodológico utilizado na obtenção dos dados acústicos, considerando o aporte teórico que adotamos e; os resultados a que pudemos chegar, considerando esse aparato teórico, a metodologia adotada, o perfil dos sujeitos investigados e a nossa hipótese de trabalho.

3. Material e método

Os dados foram coletados com quatro sujeitos com síndrome de Down: dois sujeitos do sexo feminino, com dezoito e 21 anos de idade, e dois sujeitos do sexo masculino, um com 17 e outro com 32 anos de idade, naturais de Vitória da Conquista, doravante SA, SG, SC e SZ; e quatro sujeitos sem síndrome: dois do sexo feminino com idade de 17 anos e dois do sexo masculino com idades entre 18 e 21 anos, sem SD ou qualquer outra deficiência, também naturais de Vitória da Conquista, doravante SL, SO, ST e SV.

Os dados foram obtidos a partir da repetição de sintagmas nominais, formados a partir de uma palavra núcleo com a vogal [a] ocupando as posições tônica, e/ou pretônica 1 e 2, postônica, e/ou átona final, projetados em *slides* nos quais apareciam uma figura e o sintagma nominal a ela correspondente e que poderiam ou ser lidos ou identificados pela figura, que reportava à palavra alvo. Os sintagmas nominais foram formados com a palavra alvo, seguida do adjetivo *pequeno* (ex: *abacate pequeno*). Também foi gravada a vogal em contexto isolado (ex: A).

A gravação foi realizada em local tratado acusticamente e com gravador e microfone de alta qualidade e os dados foram transcritos foneticamente. Para análise, mensuramos, em *script* Ferreira, (2008) , via *Praat* Boersma e Weenink, (2006) , os valores dos três primeiros formantes, F1, F2 e F3, conforme exposto a seguir. Para este trabalho, foram considerados os três primeiros formantes das vogais tônica como por exemplo [aba'katʃ], pretônica 1 como em [aba'katʃ], pretônica 2 , como em [aba'katʃ], postônica como na palavra ['lãpadɐ] e a átona final como na palavra [awmo'fad], além dos da vogal [a] que foi produzida isoladamente.

As diferenças entre as médias dos valores de F1, F2 e F3 das vogais nas diferentes posições silábicas foram avaliadas através do teste estatístico não paramétrico Kruskal-Wallis. Foram consideradas diferenças significativas, entre as médias, os valores de p menores que 0.05, para $\alpha=0.05$.

A seguir, apresentamos os resultados a que chegamos em nossas análises.

4. Resultados e discussão

Os valores de H e de p obtidos a partir da comparação dos valores das frequências de F1, F2 e F3 na produção da vogal /a/ pelos sujeitos com Down são apresentados na tabela 1:

Tabela 1 – Comparação, via teste H, dos valores médios de F1, F2 e F3 da vogal aberta não arredondada, na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeito com Down.

Formantes	SA			SG			SC			SZ		
	H	p		H	p		H	p		H	P	
F1	33.48	0.00	s	17.00	0.00	s	12.98	0.00	s	11.14	0.03	s
F2	9.16	0.10	ns	1.01	0.32	ns	5.55	0.35	ns	6.45	0.17	ns
F3	6.93	0.23	ns	32.87	0.38	ns	6.67	0.08	ns	8.10	0.09	ns

Com base nessa tabela, podemos afirmar que as vogais produzidas pelos sujeitos com Down nas diferentes posições silábicas avaliadas (PT, PT2, T, POST, AF e VI), diferem entre si apenas para os valores de F1, cujos valores de p são menores que 0.05.

Encontramos resultado semelhante ao avaliarmos as frequências formânticas das vogais produzidas pelos sujeitos sem Down, como dispomos na tabela 2.

Tabela 2 – Comparação, via teste H, dos valores médios de F1, F2 e F3 da vogal aberta não arredondada, na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeito sem Down

Formantes	SL			SO			ST			SV		
	H	P		H	p		H	p		H	p	
F1	54.30	0.00	s	55.44	0.00	s	43.15	0.00	s	26.94	0.00	s
F2	3.53	0.62	ns	8.82	0.11	ns	8.70	0.12	ns	1.46	0.92	ns
F3	15.33	0.06	ns	19.59	0.32	ns	4.84	0.43	ns	3.65	0.64	ns

Valores de F1 significativamente diferentes sugerem que sujeitos com e sem Down produzem a vogal /a/ com aberturas distintas nos diferentes graus de tonicidade, como de fato evidenciam as médias formânticas dessas vogais (tabelas 1 e 2).

Tabela 3 – Médias de F1, F2 e F3 da vogal /a/ na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida pelos **sujeitos com Down**.

Sujeitos/ Sílabas	As			Sg			Sc			Sz		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	713.7	1518.8	2759.7	741.5	1420.4	3104.7	669.5	1448.8	2541.8	725.7	1165.4	2529.3
PT2	757.3	1728.9	2667.4	628.6	1347.2	2952.2	547.0	1390.7	2428.5	504.4	1342.9	2468.0
T	869.3	1715.1	2707.9	670.9	1335.9	2942.7	646.0	1402.3	2300.8	551.2	1479.2	2689.6
POST	550.6	1571.5	2925.5	484.7	1222.1	3156.5	336.2	1541.2	2605.5	345.0	1412.5	2651.2
AF	596.9	1681.1	2825.4	504.6	1418.7	3217.9	529.5	1492.0	2539.8	466.2	1683.9	2803.0
VI	906.8	1753.4	2866.0	890.4	1449.8	3129.6	690.5	1516.5	2218.2	-	-	-

Tabela 4 – Médias de F1, F2 e F3 da vogal /a/ na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida pelos **sujeitos sem Down**.

Sujeitos/ Sílabas	Sl			So			St			Sv		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	721.7	1656.6	2745.1	986.6	1685.9	3269.2	638.7	1236.0	2414.3	687.8	1336.0	2362.5
PT2	712.0	1624.1	2814.4	976.7	1711.3	2970.7	611.4	1327.3	2386.2	720.8	1371.3	2326.5
T	788.9	1617.9	2653.3	1077.9	1763.7	3008.6	768.9	1324.7	2481.9	845.0	1371.0	2382.8
POST	451.3	1513.5	2756.0	618.7	1568.1	3345.5	458.9	1385.1	2409.1	501.3	1302.0	2437.0
AF	452.1	1643.9	2830.7	669.7	1679.7	3235.5	466.6	1469.5	2397.9	604.8	1404.0	2320.3
VI	845.4	1497.6	2594.4	882.6	1627.6	2967.6	788.2	1440.4	2634.6	765.5	1375.5	2446.5

Observando as médias apresentadas nas tabelas 3 e 4, verificamos que a vogal /a/ em sílaba tônica, tende a ter, em média, o valor de F1, significativamente maior, para os sujeitos sem Down (SL =788.9 Hz e SO =1077.9Hz, ST=768.9Hz e SV=845). Todavia, para os sujeitos com Down investigados, obtivemos valor médio de F1 maior somente para Sa (869.3Hz). O maior valor médio de F1 obtido nos dados de Sg, Sc e Sz foi para a PT1 (741.5 Hz, 669.5Hz e 725Hz) e não para a T (670.0 Hz, 646,0Hz e 551 Hz).

Com base nesses resultados, somos capazes de assumir que, na produção dos sujeitos sem Down avaliados nessa pesquisa, a vogal /a/, na sílaba tônica, tende a ser realizada com maior abertura, o que não se pode dizer para os sujeitos com Down, exceto para Sa.

Além de verificarmos que os sujeitos sem Down apresentam valores médios de F1 de PT1 e PT2 menores do que o da sílaba tônica e maiores em T, podemos verificar também (exceção feita para SG), que a diferença entre as médias de PT1 e PT2 **são maiores** nos sujeitos com Down, **SA** = 44.3Hz (713.7-757.3) e **SG** = 112.9 Hz (741.5-628.6Hz); **SC** 122.5Hz (669.5-547.0) e **SZ**=221.3 (725.7-504.4)] do que nos sujeitos sem Down [SL=9.7Hz (721.7Hz-712.0Hz) e SO = 9.9 Hz; (986.6 Hz-976.7Hz), ST = 27Hz (638.7-611.4) e SV = 33Hz (687.8-720.8Hz)].

Diante desses resultados, podemos afirmar que os sujeitos sem Down produzem a vogal /a/ em PT1 e PT2 com pequena diferença no grau de abertura, ao passo que os sujeitos com Down produzem essa vogal com grau de abertura bastante variável nas pretônicas.

Voltando nosso olhar para a vogal /a/ das posições postônicas das realizações dos dois grupos de sujeitos avaliados, observamos abaixamento do valor médio de F1 tanto para os sujeitos com Down, bem como para os sujeitos sem Down. Os menores valores médios de F1 concentram-se em POST e AF, evidência de que a vogal /a/, nessa posição, é realizada com um grau de abertura menor se comparado com os demais graus de tonicidade.

Além disso, podemos observar que a diferença entre os valores médios de F1 da POST e AF é bastante variável tanto para os sujeitos com e sem Down, podendo ser da ordem de 0.8Hz, como é caso da diferença entre os valores de POST (451.3Hz) e AF (452), obtidos para SL, bem como podendo ser da ordem de 19 Hz ou 51 Hz, obtidos, respectivamente para SG (POST= 484.7 e AF = 504.6) e SO (POST = 618.7 Hz e 669.7Hz); ou podendo ser ainda da ordem de -46Hz, em que o valor médio de F1 de AF (596 Hz) é maior do que o da POST (550.6Hz), como observamos para SA.

Apesar de verificarmos tendências, para a vogal /a/ em sílaba postônica, que são comuns nas produções de sujeitos com e sem Down, podemos observar que a diferença entre os valores médios de F1 da vogal realizada nas postônicas (final e não final) em sujeitos com Down é menor se comparada com a dos sujeitos sem Down.

Enquanto a diferença entre F1 médio da sílaba tônica e das sílabas postônicas para sujeitos com Down vão de 166 Hz a 318 Hz, para os sujeitos sem Down temos uma diferença que vai de 336.8 Hz a 458.3 Hz. A diferença máxima encontrada para os sujeitos com Down de 318 Hz está próxima da diferença mínima encontrada para os sujeitos sem Down, qual seja 336.8 Hz

Esses achados são evidências acústicas de que as vogais tônicas produzidas pelos sujeitos com Down são menos distantes das átonas finais se compararmos com a produção dos sujeitos sem Down. Em outras palavras: a diferença entre a qualidade vocálica da vogal /a/ átona e tônica nos sujeitos sem Down é mais acentuada do que nos sujeitos com Down.

As diferenças entre as médias de F2 e F3 da vogal [a] nos distintos tipos silábicos não são significativas, como podemos verificar através dos valores de p dispostos na tabela 05: maiores que 0.05. Diante disso, podemos afirmar que: a) diferença na qualidade vocálica da vogal /a/ núcleo de sílabas de diferentes graus de tonicidade é significativamente marcada pelo F1, o que significa dizer que apresenta diferença em sua abertura em função da proeminência silábica; e, com base na análise da diferença entre as médias de F1, b) a relação entre qualidade vocálica e grau de tonicidade é estabelecida de forma diferente entre sujeitos com e sem Down.

Assim sendo, verificamos que os sujeitos sem Down apresentam a vogal /a/ bem determinada na sílaba tônica, ao passo que nas realizações dos sujeitos com Down esse comportamento não é verificado. Nas sílabas pretônicas, nos sujeitos sem Down, não é atestada grande diferença entre os valores médios de F1 em PT1 e PT2, tendência bem diferente da observada nos sujeitos com Down.

As sílabas postônicas também são marcadas por diferenças entre as realizações dos dois grupos avaliados: sujeitos com Down apresentam menor diferença entre os valores médios de F1 nas sílabas POST e AF, o que nos leva a supor que a qualidade vocálica da vogal /a/ nessa posição está mais próxima da tônica, quando se compara com as grandes diferenças encontradas nas realizações dos sujeitos sem Down.

A análise dos valores médios de F1 obtidos da realização da vogal /a/ isolada (VI) mostrou haver diferença na produção de sujeitos com e sem Down,

à semelhança dos demais ambientes avaliados. A VI realizada por sujeitos sem Down apresenta, categoricamente, valores formânticos muito próximos ao da vogal em sílaba tônica ou até mesmo das sílabas pretônicas (cf tabela 09). Assim, para esse grupo de sujeitos, a VI apresenta considerável grau de abertura.

Entretanto, a realização da VI por sujeitos com Down é bastante variável: sujeitos podem realizar essa vogal com valores próximos aos da vogal em sílaba tônica (SA = T 869,3Hz; VI = 906.8Hz; SC = T 646.0Hz; VI 690Hz) ou não, como ocorre com SG (T 670.9 Hz; VI 890Hz). Nesse último caso, o valor de F1 da VI, o maior dentre todos os valores de F1, também é diferente da PT1, cujo valor médio de F1 é o segundo maior, qual seja 741.5 Hz.

Essa hipótese da relativa variabilidade dos valores de F1 de VI das produções dos sujeitos com Down pode tornar-se insustentável se partirmos para uma análise na qual consideremos todos os valores de F1 de VI ao mesmo tempo. Por meio desse procedimento metodológico, verificamos que o valor médio de F1 em VI é categoricamente maior que os demais valores médios de F1, o que nos permite afirmar que o /a/ nesse contexto possui o maior grau de abertura.

Com base nesses achados, podemos, em síntese, afirmar que a qualidade da vogal /a/ produzida por sujeitos sem Down pode possuir três padrões de abertura em função do grau da tonicidade da sílaba, a saber: elevado grau de abertura, quando ocupa o núcleo de sílaba tônica; grau de abertura moderado a elevado, quando está em sílabas pretônicas; e abertura mais reduzida, quando se trata de sílabas átonas.

Esse padrão de abertura em função da tonicidade silábica não se aplica às realizações dos sujeitos com Down. A vogal /a/ em sílaba pretônica tende a apresentar grau de abertura maior do que quando está em sílaba tônica, que por sua vez não apresenta um grau de abertura muito maior em relação à vogal das sílabas postônicas.

Nesse sentido, nossos resultados sugerem que a fala do sujeito com Down apresenta uma relação particular entre padrão formântico da vogal /a/ e o grau de tonicidade ou proeminência da sílaba na qual se encontra. Diante dessa constatação o que temos a dizer sobre a característica acústica dessa vogal? A sua configuração formântica segue padrões que lhe são também específicos? Se uma especificidade para essa vogal já foi encontrada na sua relação com a tonicidade silábica, não é absurda a hipótese de que essa vogal, na fala de sujeitos com Down, possua uma configuração formântica também específica. Pelo contrário, trata-se de uma hipótese que, como consequência dos resultados já encontrados, seja naturalmente esperada. As tabelas 03 e 04 apresentam resultados que acenam favoravelmente a essa hipótese.

A investigação da configuração formântica da vogal /a/ realizada pelos sujeitos com Down, bem como de todas as vogais analisadas nessa pesquisa, deu-se a partir da comparação dos valores de F1, F2 e F3 da vogal em diferentes posições com respeito ao acento da palavra, obtidos a partir da fala de sujeitos com Down com valores de F1, F2 e F3 obtidos a partir da fala de sujeitos sem Down. Lembrando que as frequências de ressonâncias vocálicas tendem a ocorrer em zonas espectrográficas diferentes para homens e mulheres, o que é perfeitamente justificável pelas características anatômicas específicas de cada um dos gêneros (KENT; READ, 1992); as comparações das frequências formânticas foram realizadas entre sujeitos com e sem Down femininos (tabela 05) e sujeitos com e sem Down masculinos (tabela 06).

Tabela 05– Comparação dos valores de F1, F2 e F3, via teste H, da vogal /a/ em Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST), Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeitos com e sem síndrome femininos

Posição silábica	F1			F2			F3		
	H	p		H	p		H	P	
PT1	7.18	0.00	s	9.91	0.00	s	0.08	0.00	s
PT2	6.86	0.00	s	5.90	0.00	s	35.30	0.02	s
T	11.21	0.00	s	7.51	0.00	s	0.08	0.00	s
POST	0.28	0.00	s	2.95	0.01	s	0.10	0.00	s
AF	39.55	0.00	s	4.6	0.02	s	0.00	0.00	s
VI	0.07	0.56	ns	0.2	0.01	s	2.28	0.00	s

A vogal /a/ produzida por sujeitos femininos com e sem Down nos diferentes tipos silábicos apresenta configuração formântica diferente. Essa afirmativa tem por base os valores de p apresentados na tabela 5.

Os valores de p que são menores que 0.05 atestam diferença significativa nos valores de F1, F2 e F3 da vogal realizada por sujeitos com e sem Down em PT1, PT2, T, POST, AF e VI, exceto para F1 de VI, cujo valor de p é 0.56, maior, portanto, que 0.05, o que significa que não foi atestada diferença significativa do valor de F1 da vogal /a/ em VI, produzida por sujeitos com e sem Down.

Os resultados dispostos na tabela 05 nos permitem afirmar que a vogal /a/ produzida pelos dois grupos possui configurações formânticas diferentes entre si, ou seja, esse segmento vocálico produzido pelos sujeitos do sexo feminino avaliados por nós possui qualidades vocálicas diferentes.

Assim, a diferença na qualidade da vogal /a/ vai além da relação com grau de tonicidade silábica. Podemos afirmar que a qualidade de /a/ está relacionada ao perfil dos sujeitos avaliados.

Se voltarmos nossa atenção para os resultados apresentados na tabela 06 podemos supor que diferenças ou não na qualidade da vogal [a] podem estar associadas ao gênero do falante. Isso porque, para dados de sujeitos com e sem Down do sexo masculino, são encontrados – nos mesmos contextos silábicos – valores de p diferentes daqueles encontrados para sujeitos com e sem Down do sexo feminino.

Tabela 06 Comparação dos valores de F1, F2 e F3, da vogal aberta em Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeitos com e sem síndrome masculino

Posição silábica	F1			F2			F3		
	H	p		H	P		H	p	
PT1	0.56	0.69	ns	0.38	0.48	ns	1.21	0.42	ns
PT2	8.63	0.01	s	0.00	0.78	ns	22.24	0.95	ns
T	0.47	0.02	s	3.78	0.29	ns	2.02	0.07	ns
POST	13.11	0.00	s	0.87	0.22	ns	2.18	0.07	ns
AF	0.5	0.00	s	1.34	0.37	ns	8.74	0.32	ns
VI	0.73	0.68	ns	0.51	0.38	ns	5.22	0.11	ns

Se por um lado são atestadas, para as vogais produzidas por sujeitos femininos com e sem Down, diferenças significativas para quase todas as situações investigadas, exceto para F1 de VI, por outro, poucas são aquelas para quais encontramos diferença significativa quando se trata das vogais produzidas por sujeito com e sem Down do sexo masculino.

Os valores de p apresentados na tabela 06 evidenciam que há uma forte tendência de a vogal /a/ produzida pelos sujeitos masculinos com e sem Down serem diferentes entre si somente pela abertura, quando a vogal está em PT2, T, POST e AF, pois, são somente nesses contextos que encontramos, para F1, os valores de p menores que 0.05. Em todos os demais contextos, os valores de p são maiores que 0.05, o que nos acena para a possibilidade de a vogal /a/ produzida pelos sujeitos com e sem Down do sexo masculino ser igual no que se refere ao grau de anterioridade e posterioridade, uma vez que não foi atestada diferença significativa nos valores de F2 e F3.

Em sendo atestadas diferenças significativas entre frequências formânticas da vogal /a/ produzida por sujeitos com e sem Down do sexo masculino e feminino, a pergunta que segue é: qual a natureza dessa vogal produzida pelos grupos de sujeitos avaliados? De outro modo: qual a qualidade do segmento vocálico avaliado? Para conhecermos as possíveis qualidades da vogal /a/, propomo-nos discutir os valores das frequências formânticas obtidas a partir das produções sonoras dos sujeitos investigados neste trabalho.

Nas tabelas 07 e 08 são apresentadas as médias dos valores de F1, F2 e F3 obtidas da vogal realizada por sujeitos com e sem Down femininos e por sujeitos com e sem Down masculinos, respectivamente.

Tabela 07 – Médias de F1, F2 e F3 da vogal /a/ na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida pelos sujeitos femininos com e sem Down

Posição silábica	Com Down					
	SA			SG		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	713.7	1518.8	2759.7	741.5	1420.4	3104.7
PT2	757.3	1728.9	2667.4	628.6	1347.2	2952.2
T	869.3	1715.1	2707.9	670.9	1335.9	2942.7
POST	550.6	1571.5	2925.5	484.7	1222.1	3156.5
AF	596.9	1681.1	2825.4	504.6	1418.7	3217.9
VI	906.8	1753.4	2866.0	890.4	1449.8	3129.6
Posição silábica	Sem Down					
	SL			SO		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	721.7	1656.6	2745.1	986.6	1685.9	3269.2
PT2	712.0	1624.1	2814.4	976.7	1711.3	2970.7
T	788.9	1617.9	2653.3	1077.9	1763.7	3008.6
POST	451.3	1513.5	2756.0	618.7	1568.1	3345.5
AF	452.1	1643.9	2830.7	669.7	1679.7	3235.5
VI	845.4	1497.6	2594.4	882.6	1627.6	2967.6

Tabela 08 – Médias de F1, F2 e F3 da vogal /a/ na posição Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST), Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida pelos sujeitos masculinos com e sem Down.

Posição silábica	Com Down					
	SC			SZ		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	669.5	1448.8	2541.8	725.7	1165.4	2529.3
PT2	547.0	1390.7	2428.5	504.4	1342.9	2468.0
T	646.0	1402.3	2300.8	551.2	1479.2	2689.6
POST	336.2	1541.2	2605.5	345.0	1412.5	2651.2
AF	529.5	1492.0	2539.8	466.2	1683.9	2803.0
VI	690.5	1516.5	2218.2	-	-	-
Posição silábica	Sem Down					
	ST			SV		
	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)	F1 (Hz)	F2 (Hz)	F3 (Hz)
PT1	638.7	1236.0	2414.3	687.8	1336.0	2362.5
PT2	611.4	1327.3	2386.2	720.8	1371.3	2326.5
T	768.9	1324.7	2481.9	845.0	1371.0	2382.8
POST	458.9	1385.1	2409.1	501.3	1302.0	2437.0
AF	466.6	1469.5	2397.9	604.8	1404.0	2320.3
VI	788.2	1440.4	2634.6	765.5	1375.5	2446.5

A análise dessas médias nos mostra que a vogal em posição tônica, produzida por sujeitos com Down, masculinos e femininos, caracteriza-se por um **claro** abaixamento do F1 (**e, portanto, um alçamento da vogal**) em relação ao F1 encontrado para os sujeitos sem Down, masculinos e femininos. **A tendência não se observa** para o sujeito Sa, cujo F1 da vogal tônica não apresenta esse abaixamento e possui valor muito próximo ao do valor encontrado para os sujeitos sem Down (Cf. tabela 07).

Menores valores de F1 para os sujeitos com Down, de ambos os sexos, são também encontrados para a vogal em POST e AF (**e novamente exceção deve ser feita para Sa, para quem foram obtidos valores de F1 nessa posição próximos aos dos sujeitos sem Down**).

Além disso, de acordo ainda com as tabelas 09 e 10, podemos observar que os sujeitos masculinos e femininos com Down possuem valores médios de F1 da POST bem mais inferiores do que os valores médios da AF (SC -193.3Hz; SZ -121.12Hz e SG -19.9 Hz). Essa diferença não é encontrada para os sujeitos sem Down cujas diferenças entre os valores médios de F1 da POST e AF podem ser da ordem de -0,8Hz-7 (SL) ou - 7Hz (ST) ou ainda 103.5Hz (SV ou 51 Hz (SO). A diferença entre a POST e AF encontrada para Sa segue a tendência encontrada para os sujeitos com Down que foi de -46.3 Hz.

Com esses resultados, podemos afirmar que a vogal /a/ nas sílabas postônicas apresenta a configuração formântica específica para sujeitos com e sem Down, de ambos os sexos. A vogal /a/ nessa posição para sujeito com Down tende a ser produzida com menor grau de abertura, se comparada com a vogal produzida por sujeitos sem Down. Além disso, os sujeitos sem Down **tendem** a produzir a vogal /a/ em posição POST com abertura próxima ou maior a abertura da vogal em AF. A configuração formântica da vogal /a/ realizada por sujeitos com Down, masculinos ou femininos, nas postônicas caracteriza-se por apresentar menor grau de abertura na sílaba POST e maior grau na AF.

A análise das médias de F2 e F3 apresentadas nas tabelas 07 e 08 não indica tendência de um ou outro grupo que seja característica da configuração formântica da vogal /a/ no que se refere a essas frequências formânticas.

Frente aos resultados apresentados e as discussões desenvolvidas, podemos afirmar que a vogal /a/ apresenta realização específica para os dois grupos de sujeitos analisados. Em síntese, podemos afirmar que:

- a) a vogal /a/ em posição tônica apresenta grande variabilidade em seu grau de abertura nas produções dos sujeitos com Down e menor variabilidade nas produções de sujeitos sem Down nessa mesma posição;
- b) a relação entre configuração formântica da vogal /a/ níveis de tonicidade silábica é diferente para sujeitos com e sem Down. Sujeitos com Down tendem a produzir a vogal /a/ mais aberta (**do que falantes sem Down**) quando está em PT1 ao passo que os sujeitos sem Down tendem a produzi-la mais aberta (**que os falantes com Down**) na sílaba tônica. Para esse grupo, a vogal pode apresentar abertura elevada na posição tônica e pretônica e menor abertura nas posições postônicas. Para os sujeitos com Down, elevado grau de abertura ocorre na PT1. A vogal em sílaba tônica e postônicas tende a ter grau de abertura muito próximo;
- c) abaixamento de valores de F1 é encontrado na configuração formântica da vogal /a/ em sílaba tônica e postônica.

Como podemos depreender da síntese apresentada, as especificidades encontradas na realização da vogal /a/ pelos dois grupos de sujeitos se restringem aos valores de F1, o que nos permite afirmar, com base na teoria Fonte-e-Filtro que essas especificidades estão relacionadas à abertura da boca na produção da vogal /a/.

Tabela 09 – Comparação dos valores de F1, F2 e F3, da vogal aberta em Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeitos com e sem síndrome feminino

Posição silábica	F1			F2			F3		
	H	P		H	p		H	P	
PT1	7.18	0.00	S	9.91	0.00	S	0.08	0.00	S
PT2	6.86	0.00	S	5.90	0.00	S	35.30	0.02	S
T	11.21	0.00	S	7.51	0.00	S	0.08	0.00	S
P	0.28	0.00	S	2.95	0.01	S	0.10	0.00	S
AF	39.55	0.00	S	4.6	0.02	S	0.00	0.00	S
VI	0.07	0.56	NS	0.2	0.01	S	2.28	0.00	S

Tabela 10 – Comparação dos valores de F1, F2 e F3, da vogal aberta em Pretônica 1 (PT1), Pretônica 2 (PT2), Tônica (T), Postônica (POST) e Átona Final (AF) e Vogal Isolada (VI) produzida por sujeitos com e sem síndrome masculino

Posição silábica	F1			F2			F3		
	H	P		H	p		H	P	
PT1	0.56	0.69	NS	0.38	0.48	NS	1.21	0.42	NS
PT2	8.63	0.01	S	0.00	0.78	NS	22.24	0.95	NS
T	0.47	0.02	S	3.78	0.29	NS	2.02	0.07	NS
P	13.11	0.00	S	0.87	0.22	NS	2.18	0.07	NS
AF	0.5	0.00	S	1.34	0.37	NS	8.74	0.32	NS
VI	0.73	0.68	NS	0.51	0.38	NS	5.22	0.11	NS

Conforme Kent e Read (1992), enquanto a frequência do primeiro formante, F1, está relacionada à posição da língua no plano vertical e sofre influência do grau de abertura da boca, a frequência do segundo formante, F2, relaciona-se com a posição da língua no plano horizontal, ou grau de anterioridade. Isto é, na relação entre configuração do trato vocal e tipos de vogais, no valor de F1, que encontramos pistas sobre a elevação da língua na área vertical do trato vocal e deslocamento da mandíbula. Isso estabelece a diferença entre vogais altas e baixas; fechadas e abertas. Assim, os valores mais baixos de F1, característicos de vogais altas e fechadas, encontrados na vogal [a], que é uma vogal baixa e aberta, produzida pelos sujeitos com síndrome pode ser decorrente da macroglossia (língua grande) ou falsa macroglossia (cavidade oral pequena). O fato de esses sujeitos possuírem a língua mais grossa tem como consequência uma redução entre o espaço do dorso da língua e a região palatal, configuração articulatória que observamos nas vogais altas, cujo parâmetro acústico é baixo valor de F1. Além disso, esse baixo valor de F1, típico das vogais fechadas, para a vogal [a], pode ser um correlato acústico da hipotonia de que sofrem esses sujeitos. A hipotonia pode levar esses sujeitos a não abrirem as mandíbulas no

ângulo necessário requerido na produção de uma vogal aberta prototípica, cuja frequência de F1 gira em torno de 1.000 Hz. O baixo valor de F1 encontrado para a vogal [a] pode ser, pois, decorrente da hipotonia, que, de certo modo, tira do sujeito o controle muscular necessário para o movimento de abrir e fechar da mandíbula, levando-os a produzir uma vogal aberta com uma abertura da mandíbula aquém do esperado.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos considerar que o padrão acústico da vogal /a/ produzida por sujeitos com SD se diferencia daquele que resulta da produção da mesma vogal e em igual contexto, mas por sujeito sem a síndrome, no que se refere a F1.

Notamos em relação aos sujeitos com Down e para essa frequência que: a vogal /a/ em posição tônica apresenta grande variabilidade em seu grau de abertura; a relação entre configuração formântica da vogal /a/ níveis de tonicidade silábica é diferente para sujeitos com e sem Down, sendo que sujeitos com Down tendem a produzir a vogal /a/ mais aberta (**do que falantes sem Down**) quando está em PT1 ao passo que os sujeitos sem Down tendem a diferenciar essa vogal nas diferentes posições de acento; há abaixamento em F1 na configuração formântica da vogal /a/ em sílaba tônica e postônica.

Pelos resultados e considerando as complicações clínicas que tem a síndrome sobre o indivíduo, podemos concluir que o abaixamento que se nota no valor de F1 se deve à macroglossia e hipotonia muscular que o sujeito com Down apresenta.

Referências

- BODINE, A. A phonological analysis of the speech of twi mongoloid Down's syndrome boys. In: *Antropological linguistics*. 16 (1), 1-24, 1974.
- Boersma, P.; Weenink, D. *PRAAT: doing phonetics by computer* (Version 4.4.23) (Computer program), retrieved 12 June 2006, from <http://www.praat.org>.
- CAMARGO, Evani Andreatá. *Era uma vez... o contar histórias em crianças com síndrome de Down*. Dissertação: Mestrado. Campinas: Unicamp, SP, 1994, 146p.
- COUDRY, M. I. H. *Diário de Narciso: discurso e afasia*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- COUDRY, M. I. H. Neurolinguística Discursiva: afasia como tradução. In: COUDRY, M. I. H.; SAMPAIO, N. F. S.; ISHARA, C. (Orgs.) *Estudos da língua(gem): estudos em Neurolinguística*. Vol. 6, No. 2. UESB: Vitória da Conquista, BA, 2008. 285p.
- DE LEMOS, C. G. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralin*. 3. 97-126, 1982.
- FANT, Gunnar. *Acoustic Theory of Speech Production*. Mouton: The Hague, 1960.
- FERREIRA, Letânia. *High initial tones and plateaux in spanish and portuguese neutral declaratives: consequences to the relevance of F0, duration and vowel quality as stress correlates*. Tese (Doutorado). University of Illinois Urbana-Champaign, UIUC, Estados Unidos, 2008.
- FREITAS, A. P. e MONTEIRO, M. I. B. Questões textuais em adolescentes com Síndrome de Down. In: *Revista brasileira de educação especial*. Vol. 03 Ano 1995.
- GUNN, P. Speech and language. In: Lane, D; Stratford, B. *Current aproches to Downs Sydrome*. London: British, Library Cataloguing in publication. 1985.
- HAMILTON, C. Investigation of the articulatory patterns of young adults with Down syndrome using electropalatography. In: *Down syndrome research and practice*. Vol 1 No 1. 15-28, 1993.
- KENT, R. D.; READ, C. *Accustic Analyses of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group, 1992.
- LEVY, Ivone Panhoca. *Para além da nau dos insensatos: considerações a partir de um caso de síndrome de Down*. 115 p. 1988, Dissertação (Mestrado em Lingüística. IEL/Unicamp: Campinas, 1988).
- MAIA, Eleonora Albano da Motta. *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. São Paulo: Ática, 1985.
- MALMBERG, B. *A fonética: no mundo dos sons da linguagem*. Editora Livros do Brasil, Lisboa: 1954. (Coleção Vida e Cultura).
- MARGA-BACAL, F.; WITZEL, M. A.; MUNRO, I. R. Speech intelligibility after partial glossectomy in chidren with Down's syndrome. In: *Plastic and reconstructive sugery*. 1987. 79 (11) 44-47.
- MOTTA, P. A. *Genética médica*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.
- MUSTACCHI, Z.; PERES, S. - Genética baseada em evidências - síndromes e heranças. São Paulo, CID Editora, 2000.
- OLBRISCH, R. R. Plastic surgical management of children with Down's syndrome: indications and results. In: *British journal of plastic surgery*, 1982, 35, 195-200.

- OLIVEIRA, Marian dos Santos. Questões de linguagem na síndrome de Down. In: *Revista Prolíngua*. Paraíba: UFPB. Vol.3 - número 1 - julho/2010.
- PERRONI, Maria Cecília. *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RONDAL, J. A. Language in Down's Syndrome: a life-Span and modularity. In: *Rassegna italiana di Linguistica Applicada*. Roma: Bulzoni editore, 1991. p. 1-32.
- ROSENBERG, S. The language of the mentally retarded: development, processes and intervention. In: ROSENBERG, S (Ed.). *Handbook of applied Psycholinguistics*. Hillsdale, Nj: Erlbaum, 1982.
- ROSIN, M. M. Et Al. Communication profiles of adolescents with Down syndrome. In: *Journal childhood communication disorders*. 1988, 12 (1), 49-64.
- SCHWARTZMAN, José S. e Col. *Síndrome de Down*. São Paulo: Memnon, 2003.
- STOEL GAMMON. Down Syndrome phonology: developmental patterns and intervention strategies. In: *Down Syndrome research and practice*. Volume 7 (3) 93-100.
- STRAZZULA, M. Speech problems of the mongoloid child. In: *Quarterly review of paediatrics*. 8, 268-272, 1953.

ORIGENS DA PALAVRA *COMO*

Wandercy de Carvalho
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Meu propósito com esse texto é identificar e descrever as palavras latinas que derem origem ao vocábulo **como**, no português moderno. Para este fim, serão adotados os conceitos da linguística funcional e gramaticalização em vigor. O *corpus* é composto de duas conjunções latinas: *quom* > *cum* e *ut*; e dois advérbios: *qui* e *quomodo*. A conjunção subordinativa causal **como** tem origem na conjunção latina *cum* < *quom*, e o advérbio interrogativo latino *qui* permanece advérbio interrogativo no português, enquanto o advérbio *quomodo* > **como**, se deslocando para a classe das preposições. Com isso, constata-se que, no português atual, existem quatro palavras **como** convivendo simultaneamente.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo, gramaticalização, diacronia, *como*

ABSTRACT: *The aim of this text is to identify and describe the Latin words that were the origin of the word “como” (how) in modern Brazilian Portuguese. To do that, some concepts of functional linguistics and current grammaticalization are considered. The corpus is made of two Latin conjunctions: quom > cum e ut; and two adverbs: qui and quomodo. The subordinating conjunction of cause “como” has its origin in the Latin conjunction cum < quom and the Latin interrogative adverb qui remains an interrogative adverb in Portuguese, while the adverb quomodo > como, nowadays, is becoming a preposition. With that, it is verified that in current Portuguese there are four ‘official’ words “como” used simultaneously.*

KEYWORDS: *Functionalism, grammaticalization, diacronism, como*

Nesse texto será exposto o *percurso histórico* da palavra **como**, quando então ficarão explícitas as razões de essa palavra apresentar, na contemporaneidade, diversas acepções. A hipótese inicial é de que ela tem outras origens além do advérbio *quomodo*. Esta possibilidade foi levantada a partir da leitura dos próprios textos latinos, uma vez que, por exemplo, em *As Catilinárias*, de

Cícero, (106-43 a. C.), não aparece nenhuma ocorrência de *quomodo*. Nesse grupo de quatro discursos do célebre autor latino há outros vocábulos que são traduzíveis por **como**, mas nem todos são advérbios. Na realidade, são, também, conjunções. Este conjunto de palavras está assim identificado: *cum, ut, quod, quam, tanquam, quemadmodum*.

Com base em Ernoud e Meillet, (2001), Faria (1995), e Laurand (1921), foi possível constatar que, na realidade, existem quatro palavras latinas, que, aos poucos foram sendo traduzidas para o português na forma **como**, e talvez em razão do raro contato com aquelas antigas estruturas latinas, a palavra **como** acabou sendo aceita e se estabelecendo de modo a dar a impressão de que só existe uma origem: o advérbio *quomodo*; entretanto, conforme será mostrado, ele é apenas umas, dentre outras a dar origem ao item **como**.

Assim, para estas diversas palavras com a mesma estrutura não devem ser atribuído o conceito de *divergência*, e nem proposta a noção de *camadas*. Segundo Martelotta (1993) a divergência está relacionada a várias formas, *mas com a mesma origem etimológica*; da mesma forma, as diferentes *funções* de **como**, nos dias atuais, também não podem ser inseridas nas explicações de Hopper para o nível de camadas, porque, ainda conforme Martelotta (1993) e Furtado da Cunha (2003), também citando Hopper, o termo camadas aplica-se para “diferentes graus de gramaticalização em domínios similares”. Ex.: Diferentes formas de apresentar o futuro em português.

- 1) Amarei (forma padrão atual);
- 2) Vou amar (forma nova);
- 3) Vou estar amando (forma novíssima)
- 4) Amo amanhã.
- 5) Amo depois.

Portanto, a noção de camadas não pode ser aplicada à palavra **como**, porque toda vez que surge, ela apresenta um significado diferente. Conforme será mostrado, por não ter uma só etimologia, e nem várias formas, **como**, também, não se encaixa no conceito de *divergência*.

Ao vocábulo **como**, também parece não ser aplicável o conceitos de polissemia, visto que, na realidade, não se trata de uma só palavra em particular, mas sim, de quatro com igual característica física. As quatro palavras latinas que deram origem à estrutura **como** serão apresentadas ao longo desse texto.

- 1) Uma origem: *quom > cum > como*

Procurar a etimologia das palavras de categoria gramatical: preposição, advérbio e conjunção nunca chega a ser uma perda de tempo, ao contrário, é uma tarefa bem estimulante, porque a mesma acaba levando a resultados muito satisfatórios. Quem está envolvido com a tarefa é capaz de perceber a *história* que, por exemplo, uma preposição, carrega de si. E saber que uma palavra tem origem no indo-europeu, no sânscrito, no etrusco ou no umbro, é motivo para acreditar que até as palavras se juntam, se congregam a outras para ficarem mais fortes, e, assim, superarem as imprevisões do tempo.

Os advérbios, as conjunções e as preposições da língua portuguesa, na maioria das vezes, são resíduos de antigas palavras do indo-europeu, incluindo, dentre elas, as de categoria lexical: nomes, verbo, adjetivos: Segundo Laurand (1921), “Plusieurs conjonctions sont d’anciens cas du pronom relatif, thèmes *qui* et *quo* (l’indo-européen *q^wi et *q^wo): *quod*; *quia*; *quom* > *cum*”. (Muitas conjunções são antigos casos de pronomes relativos, de temas em *qui* e *qou* [do indo-europeu hipotético *q^wi e *q^wo] *quod*; *quia*; *quom* > *cum*).

Ainda, segundo Laurand, (*idem*, p. 665) “*cum* (*quom*) “accusatif masculin singulier du thème *quo-*,” *cum* (*quom*) é um (acusativo masculino singular de tema em *quo-*). Ernoud e Meillet, (2001:560), apresentam a síncope do **q**. “**quom** (puis **qu(o)m**, **cum**)”. “*Quom* (depois **qu(o)m**, *cum*)”.

Isso demonstra muito bem que o processo de *gramaticalização* vem de tempos remotos, não se trata da modernidade. Conforme será constatado ao longo desse texto, a palavra *cum*, no tempo de Cícero, era advérbio, preposição e conjunção; entretanto, em um tempo mais remoto da latinidade, a mesma palavra foi *um acusativo singular masculino de um pronome relativo*. A desinência *m* é grande indício dessa comprovação. Atestando a antiguidade deste elemento, Ernoud e Meillet (*idem*:561) acrescentam: “*quom* a un correspondant en osco-ombrien: *pisi-pumpi*. Et osco: *pún*; et umbro: *pune*”. (*quom* tem um correspondente em osco-umbro: *pisi-pumpi*. Sendo osco: *pún*; e umbro: *pune*).

A forma *quom*, que, em função de uma evolução fonética já exposta acima, resultou em *cum*, ainda é encontrada nos textos arcaicos latinos. Em o *Anfitrião*, de Plauto, existem quatro ocorrências de *quom*, e muitas outras no padrão em que esta palavra se estabeleceu em latim (*cum*). Com esses dados é possível dizer que na época de Plauto assinala o momento de transição ou substituição da estrutura *quom* para a forma *cum*. Ex.:

Jam aderit tempus quom sese etiam ipse oderit. (Plaut. Bacc., 417)

“Já se aproxima o tempo, um **momento em que** ele se odiará a si mesmo”.

Em Cícero, a conjunção *cum* aparece com muita frequência. Ex:

fulgentes gladios hostium uidebant Decii, cum in anciam eorum irruebant. (Cic. Tusc., 2, 59) “Os Décios viam as espadas reluzentes dos inimigos **no momento em que** (quando) se precipitavam para as fileiras dos referidos inimigos”.

Segundo Faria, (1962:266), *cum*, além de preverbo e preposição de ablativo indicando companhia no sentido próprio e figurado, é também *conjunção*:

a) temporal; b) causal; c) concessiva.

a) **No sentido temporal** (quando, no momento em que, logo que), (vide os dois exemplos acima). As orações com sentido temporal, como o próprio contexto favorece, exprimem noção de tempo. Conforme a conjunção usada, variada e complexa será esta noção, da mesma forma, o comportamento do verbo, o qual vai alternar-se tanto no que diz respeito ao tempo quanto ao modo. Ex.:

“**Quom** cogito, equidem certo idem sum qui semper fui.” (Plaut., *Amphi.* II,447).

“**Quando** penso, eu sou sempre o mesmo que sempre fui”.

“*An, cum Italia vastabitur bello (cum) urbes vexabuntur, (cum) tecta ardebunt non existimas te conflagratorum (esse) tum incendio invidiae?*” (Cic., *In Cat.*, X, 29).

“Acaso, **quando** a Itália for destruída pela guerra, (**quando**) as cidades forem saqueadas, (**quando**) as casas arderem, não julgas que (tu) (também) hás de arder nessa ocasião numa fogueira de rancor?”

Ao estudar as proposições temporais Lipparini, (1961:233), destaca: “A conjunção temporal **cum** se encontra usada com o *indicativo* (geralmente presente, futuro e perfeito), quando indica simplesmente o tempo e significa *quando, no tempo em que, no momento em que (cum temporale)*.” O estudioso ainda fala da mesma conjunção temporal correspondendo a *quotiens*, equivalente a: “sempre que, toda vez que, (**cum iterativum**)”. Para esse mesmo autor:

A conjunção temporal **cum** rege o conjuntivo (subjuntivo), quando tem caráter essencialmente narrativo, i. e, quando introduz a narração de fatos ou de circunstâncias acessórias e concomitantes do fato principal, querendo indicar com isso não tanto o tempo, mas as circunstâncias que acompanham o fato principal, a sucessão dos acontecimentos e o nexa histórico dos mesmos. Em português traduzimos esse *cum* por ‘quando’, ‘como’. Lipparini, (1961:234).

No latim, a ideia de tempo na primitiva conjunção **como** é uma realidade. No entanto, a mesma parece ter tido um apogeu, depois decrescido e, por fim, desaparecido, visto que não chegou até os dias atuais. Quanto à permanência na língua do item *quom*, é possível acrescentar que esta conjunção já não é encontra em *As Catilinárias* de Cícero. Fato que assinala a substituição do vocábulo *quom* por *cum*.

b) **No sentido causal** (como, porque, já que, visto que). Ex.:

Cum *summus monsa Labieno teneretur; Cosidius, equo admissio, ad eum uenit.* (Cés., B. Gal., 1, 22, 1).

“**Como** (= **porque**) o cume da montanha estava em poder de Labiano, Cosídio, tendo recebido a cavalaria, foi ter com ele”.

No período clássico, a conjunção *cum* causal ocorre, na maioria das vezes, com verbos no imperfeito ou no subjuntivo, enquanto que, no período arcaico, o fato ocorria com verbos no indicativo, (cf.) Faria (1995:374). Observo ainda que esta noção causal, presente na conjunção *cum* > **como**, vai atravessar todos os períodos da história da língua latina e portuguesa até chegar à contemporaneidade.

Exemplo de **como** causal nas Cantigas de Santa Maria, século XIII.

“Esta é de loor de Santa Maria, **com**’ é fremeosa e boa e á gran poder”.

Esta (canção) é para louvar Santa Maria,

porque (= **com**’) ela é boa e formosa e tem grande poder

Exemplo de **como** causal em Gil Vicente, século XVI.

Diabo – Quem vem aí?

_ santo sapateiro honrado!

_ **como** (= porque) vens tão carregado?

_ mandaram-me vir assi ...

Vicente, (1980:116)

c) **Sentido concessivo** (ainda que, embora, posto que). Ex.:

“**Cum** *esset iam notus absentibus hac tanta celebritate famae, venit Roman, consule Mario et Catulo*”. (Cic. Pro Arc. III, 5).

(**Como** (= **embora**) já fosse conhecido dos ausentes com esta tão grande celebridade de fama, veio para Roma, sendo cônsul Mário e Catulo).

As orações concessivas são caracterizadas por fazer uma concessão relativa ao que foi dito na oração principal. Constituídas com verbos no modo indicativo ou no subjuntivo, elas se comportam segundo a conjunção que lhe servir de conectivo.

As três ocorrências acima com a conjunção *cum* > **como**, (sentido temporal, causal e concessivo), à época do latim, vão contribuir para a formação dessa complexa teia de significados que se encontra nessa palavra, nos dias de hoje. O quadro abaixo representa a semântica da palavra *cum*, conforme visto acima.

	Conjunção <i>cum</i> de Plauto a Cícero
Sentido	Causal Temporal Concessivo

Quadro 1 – valores semânticos da *conjunção cum* no latim.

Conforme visto acima, além de preposição de ablativo indicando noções de companhia, a palavra *cum* também ocorre como conjunção. Para Ernout e Meillet (2001:561) “*Cum* n’est pas seulement conjunction de subordination”. (*Cum* não é somente conjunção de subordinação). Tal aspecto acaba estabelecendo uma diacronia muito significativa para este vocábulo. No quadro 1 a palavra *cum* não foi incluída na função de preposição, porque esta não será aqui estudada, entretanto, acrescenta-se que ela é a mesma que evolui, foneticamente, para **com**, nos dias de hoje: (*cum* > **com**); e também (*cum* > **como**).

Coutinho, (1972:116), tratando da fonética histórica, quando aborda a questão referente às consoantes finais latinas, diz que apenas se conservaram em português, “as nasais, mas só como *ressonância nasal*, e isto nas palavras monossilábicas: *cum* > **com**; *in* > **em**; *quem* > **quem**; e outras”. Por outro lado, um estudo que seja capaz de apresentar o que motivou a evolução fonética de *cum* > **como**, além do já exposto acima por Ernout e Meillet, não foi encontrado. No entanto, com base nas leis fonéticas propostas por Coutinho (1972:143), o fenômeno pode ser compreendido como um metaplasmo por aumento (Paragoge), que trata do aumento de um fonema no fim do vocábulo, tal como ocorre com: *ante* + *s* > antes; *cum* + *o* > **como**. (Cf. Carvalho, 1984:36).

Com relação à evolução de *cum* > **com** e suas muitas acepções, Poggio (2002) destaca numerosos autores que se dedicaram a estudar o fenômeno. No entanto, talvez em função das características da pesquisa, (estudo das preposições), a autora nada comenta sobre as ocorrências de *cum* nas condições de conjunções subordinativas: causal, temporal e concessiva; conforme destacadas nos exemplos acima.

Neves (2011:787) desenvolve um longo e exaustivo trabalho sobre as conjunções temporais, mas em nenhum momento o vocábulo **como** aparece nos exemplos citados; para esse fim, existem outras palavras no momento atual: (quando, enquanto, cada vez que), e muitas outras construções. Isto demonstra

ter ocorrido, no interior da língua, um novo rearranjo, e a conjunção **como** deixou de apresentar a noção temporal. Do mesmo modo, ocorre com o sentido concessivo, pois, nas diacronias dos séculos XIII, XVI e em textos atuais, não foi encontrado nenhum exemplo de **como** na condição concessiva.

Mas, se por outro lado, a conjunção *quom* > *cum* > **como** perde a noção de tempo e de concessividade, por outro, ela se fortalece com a noção de causa na sua estrutura simples (*cum*) e nesta forma consegue atravessar todo o seu percurso histórico, do latim ao português atual, conforme será mostrado ao longo desse texto. Por outro lado, a antiga estrutura *quom* une-se a outras partículas, ou então outras partículas vêm juntar-se a *quom*, e novas palavras são constituídas. Exemplos:

Quom + *jam* = *quoniam*; resulta nas locuções causais em português: (já que, depois que, visto que). Ernoud e Meillet, (2001:561), destacam: “**quoniam**: conjunction, d’abord de sens temporel, puis de sens causal.” (**quoniam**: conjunção, antes de sentido temporal, em seguida, passa a sentido causal). Ou seja, houve um tempo que *quoniam* ainda chegou a ter o sentido temporal, mas o mesmo perdeu-se no tempo. Permanecendo, assim, apenas o sentido causal.

Enquanto isso, segundo os mesmos estudiosos franceses “*quondam*: adverbe temporel issu de *quom* + *dam*, ‘à un moment donné’. S’emploie souvente en parlant du passé, ‘autrefois’; quelquefois aussi du futur, cf. Vg. Ae. 6, 877.” (*quondam*: advérbio temporal resultante de *quom* + *dam*, ‘a um momento dado’. Muitas vezes é utilizado falando-se do passado, ‘era uma vez’, ‘antigamente’, algumas vezes, também, é usado no futuro). Ou seja, embora a noção de tempo tenha desaparecido na conjunção *quom* > *cum* > **como**, ela permaneceu no advérbio constituído de *quom* + *dam* > *quondam*: (= outrora, em um certo momento, antigamente, um dia).

Este fato caracteriza o aspecto da “persistência”, conforme assinalam Martelotta (1993) e Gonçalves (2007:83); ambos citando Hopper (1991): “o princípio da persistência é o que prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada.” O princípio de persistência é claramente aplicável à questão indicada acima. Ao perder a noção de tempo, a mesma é recuperada quando a língua recorre a este artifício de composição, (*quom* + *dam* > *quandam*).

Em *O Anfítrion*, de Plauto, existem apenas 6 ocorrências com a palavra *quoniam*, já em *As Catilinárias*, de Cícero, existem 56. Exemplo:

Vocas ad exitium et (ad) vastitatem templa deorum immortalium, tecta urbis, vitam omnium civium, denique Italiam totam. Quare, **quoniam** nondum audeo facere

id quod est proprium et quod est primum huius imperii que disciplinae maiorum, faciam id quod est lenius ad severitatem. Cicero, *As Catilínarias*, (s/d.:28).

(Chamas para o extermínio e [para] a devastação os templos dos deuses imortais, as casas da cidade, a vida de todos os cidadãos, enfim, a Itália inteira. Por isso, **já que** [= **como**] ainda não ousou fazer aquilo que é principal e que é próprio desta [minha] autoridade e da tradição dos antepassados, farei aquilo que é mais brando com relação à severidade).

Enquanto as noções de tempo e concessão desapareceram *na conjunção cum*, a noção causal se gramaticaliza e permanece até os dias atuais, (**como** < *quom*). Isto equivale a dizer que a conjunção subordinativa causal **como**, da língua portuguesa, não se origina do advérbio *quomodo*, mas sim, de um acusativo, centenas de anos mais antigo do que ele. Segundo atesta Laurand, (1921), “quom (cum) accusatif masculin singulier du thème *quo-*,” (a palavra *cum* (*quon*) vem de um acusativo masculino singular de tema em *quo*,) ou seja, de um tema que remete ao indo-europeu. (cf. também, Faria, 1970:239).

Conforme constatado e extraído do texto *O Anfitrião*, quando ocorreu a fusão de *quo + modo*, a conjunção *quom* estava em fase de desaparecimento. Foi verificado também que ao escrever o texto citado, Plauto demonstra certa indecisão quanto à forma de escrever a estrutura *quomodo*, visto que ela, no mesmo texto, ora aparece unida formando uma só palavra, ora ocorre separada. No quadro abaixo está a representação desta ocorrência:

Plauto, séc. II a. C. (texto: <i>O Anfitrião</i>)	
Aparecimento	<i>Quomodo</i> <i>Quo modo</i>
Desaparecimento	<i>Quom</i>

Quadro 2 – séc. II a. C., desaparece *quom* que evolui para *cum*; nesta mesma época aparece a construção *quomodo*.

Segundo o exposto no quadro 2, no texto *O Anfitrião* e nos estudos apontados até aqui, é possível dizer que a palavra *quom* é usada até o século II a. C., quando, então, é substituída por *cum* (conjunção). Nesta mesma época, aparece a construção *quomodo* (advérbio). Este é um dos motivos para não confundir, ou negar a existência de duas estruturas que vão se desenvolver paralelamente, até que ambas passem a ser escritas da mesma forma. Coutinho (1972:270) apresenta a evolução fonética de **como** do seguinte modo: **como** < *quomo* < *quomodo*.

Convém estar atento para a estrutura *quomo*, momento que assinala a síncope do *d* (*quomoo*) e depois, a ocorrência da assimilação das geminadas *oo*. E a partir da estrutura (*quomo*) devem ter começado a ocorrer dúvidas e variações entre o uso da palavra **como** vinda de *cum*, (já existente na língua) e *quomo* vinda de *quomodo*.

Com base no exposto é possível traçar o seguinte quadro semântico da conjunção subordinativa *quom* > *cum*, até o período de Cícero.

	Conjunção		Subordinada
	Temporal	Causal	Concessiva
Plauto, séc. II a. C. (<i>quom</i>)	x	x	x
Cícero, séc. I a. C. (<i>cum</i>)	x	x	x

Quadro 3 - valores semânticos de *quom* > *cum* em Plauto e em Cícero

Tanto em Plauto quanto nos autores do século de ouro da literatura latina, a conjunção subordinativa *cum* ocorre como conjunção temporal, causal e concessiva.

2) Outra origem: *ut* > **como**

Faria, (1995:232), ao tratar das conjunções subordinadas comparativas latinas, expõe: “as principais conjunções comparativas, que ligam orações exprimindo ideia de comparação, são as seguintes: *ut* ‘como’, *sicut* ‘assim como’, *quasi* ‘como se’”. *Sicut* e *quasi*, por serem conjunções compostas, (e de formações muito posteriores a *ut*), não serão tratadas aqui. Contudo, sendo a conjunção *ut* uma das palavras que dão origem a **como**, aqui serão expostas algumas particularidades da mesma, conforme exposição mais à frente, ela chega até os dias atuais na condição de conjunção comparativa.

A etimologia de *ut* é muito vaga, mas segundo Faria (*idem*, p. 233), *ut* é proveniente do ablativo do pronome “relativo-indefinido” *qui* “que perdeu a consoante inicial por simples acidente de sua evolução fonética”. Laurand (1921) acrescenta que a mesma conjunção é resultado de “u + t, -ti (suffixe contenand un t comme αὐτε, ἐτι)”. *Ut* é uma conjunção subordinativa comparativa, sua finalidade é ligar orações que vêm completar o sentido da outra que serve de segundo elemento da comparação. O modo verbal usado é o indicativo, ou seja, o modo da realidade, por isso a comparação ocorre, na maioria das vezes, com frases afirmativas, interrogativas ou negativas. “*Ut sementem feceris, ita metes.*” (Cíc., De Or., 2, 261) “como tiveres semeado, assim colherás”.

Ao longo do tempo da história da língua latina, outras partículas foram agregando-se a *ut*, acarretando a formação dos advérbios latinos *sicut* (=

assim como, do mesmo modo que, desta forma); e *velut* (= por exemplo, como assim, do mesmo modo que, assim como), (cf. Faria, (1962). Algumas destas construções, no português moderno, passaram a ser classificadas como locuções subordinativas comparativas e não mais como advérbios, conforme ocorria à época do latim; portanto, tem-se neste caso, mais uma característica da gramaticalização.

Observo que tanto em Plauto quanto em Cícero existem muitas ocorrências com a conjunção *ut*, fato que comprova a antiguidade do uso da mesma. No entanto, possivelmente, por terem sido criadas após a existência do comediante citado, as duas construções *velut* e *sicut* não são encontradas no texto de Plauto, *O Anfitrião*. Por outro lado, em *As Catilinárias*, de Cícero, discursos escritos mais ou menos 120 anos depois de Plauto, aparecem 25 ocorrências de *sicut* e nenhuma de *velut*. Tais dados fornecem pistas que podem apontar a época em que ocorreu a composição destas duas palavras.

Plauto (251–184 a. C.) escreve em um latim considerado *arcaico*. (Período que se estende do século III ao século II a. C.). Cícero, (106 – 43 a. C.), escreve na época dos grandes círculos literários e dos grandes mecenas, também denominado: período de ouro da literatura latina, é também a época das grandes conquistas e expansões territoriais. É neste contexto que a língua latina também passa por grandes transformações, (Faria, 1970).

Para resumir o que foi dito, talvez por ser o ato de comparar, próprio da natureza humana, a conjunção *ut* é uma palavra de uso comprovado no latim arcaico, e esta noção comparativa perpassa todos os contextos históricos da língua latina, e chega até os dias atuais, não só na língua portuguesa, mas ainda em outras línguas românicas, dentre elas, o espanhol, italiano e francês, conforme atestam Brito *et al.* (2010:221). Desta forma, fica exposto que a noção comparativa presente na conjunção **como** não vem do advérbio *quomodo*, mas sim, de uma outra palavra muito mais antiga: a conjunção comparativa latina, *ut*.

As noções semânticas presentes nas unidades linguísticas *simples ut* e *cum* atravessaram todo o espaço temporal do latim, e permanecem no português contemporâneo.

No quadro seguinte, a conjunção latina *ut* está incluída em outras diacronias que demonstram a persistência, no tempo, das conjunções causal e comparativa.

		Séc. II a. C.	Séc. XIII	Séc. XVI	Séc. XXI
CUM (como)	Causal	X	X	X	X
	Temporal	X		X *	
	Concessiva	X			
UT (como)	Comparativa	X	X	X	X

Quadro 4 – conjunções subordinadas simples que não sofrem alterações com o tempo.

* muito raro encontrar, indícios de desaparecimento.

O quadro 4 ajuda a perceber a existência de duas unidades linguísticas, (*cum* e *ut*), que motivaram a presença de duas palavras **como**, com origens diferentes, e isto ocorre bem antes de acontecer a fusão da construção *quomodo*. Esta palavra, conforme sua evolução fonética resultará em: *quomodo* > *quomo* > **como**. A partir de então passaram a existir *três palavras* idênticas, sendo que duas delas são conjunções: (uma causal e a outra comparativa, e a última, é um advérbio).

O quadro 5, elaborado por Barreto (1999:200), *apud* Rosário (2007:106), aparece um levantamento diacrônico das conjunções conforme se pode constatar:

Como	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
Modal	x	x	x	x	x	x
Temporal	x	x	x	x	x	
Conformativa				x	x	x
Comparativa	x	x	x	x	x	x
Causal	x	x	x	x	x	x
Finalidade	x			x		

Quadro 5 – valores semânticos de **como** através dos séculos.

O quadro 5, em parte, completa o quadro 4 ou vice-versa. O mais importante é constatar que a conjunção causal e a comparativa seguem uma linha imaginária no tempo, comprovável até o século II a. C., em Plauto; e, possivelmente, até o latim proto-histórico. Isto se deu, possivelmente, porque estas conjunções (*cum* e *ut*) sempre mantiveram a mesma unidade de origem, sem se agregar a nenhuma outra, ou seja, foram unidades simples, e notadamente fortes.

Com relação à formação da palavra **como**, o quadro 5 elaborado por Barreto (1999), difere muito do quadro 4, visto que Barreto leva em consideração a existência, apenas, de uma palavra **como** e originada do advérbio *quomodo*. Enquanto que, conforme tem sido aqui demonstrado, a palavra **como** apresenta

mais de uma etimologia. E, de forma harmônica, ambas estão convivendo na língua paralelamente, a ponto de o usuário não perceber a diferença entre uma e outra.

Conforme visto, existem três palavras homônimas homógrafas perfeitas. **Como**, originado a partir da evolução fonética da conjunção *cum* (primitiva *quom*); **como**, que vem da conjunção subordinativa latina *ut*; e **como**, originado a partir do advérbio *quomodo*. Sendo que, este advérbio **como**, atualmente, está se deslocando para a classe das preposições. Com isso, uma forma estrutural de palavra, na contemporaneidade, aparece ocorrendo em quatro classes de palavras: advérbio, preposição, e duas conjunções (causal e comparativa). A identificação desses pontos de convergências no interior da língua parece desvendar o mistério da estrutura **como**. Ou seja, um grupo de palavras idênticas vai motivar dúvidas no momento de análise, uma vez que pertencem a classes de palavras diferentes. São, portanto, um grupo de palavras homônimas homógrafas, ou homônimos sintáticos¹, e mesmo que elas se organizem sintaticamente de formas diferentes, o usuário da língua tem a impressão de que só existe uma palavra e com a mesma origem.

O quadro a seguir expõe melhor a questão:

Palavras Latinas	Conjunções Subordinativas	Advérbio	Preposição
Quom > cum >	Causal - como		
Ut >	Comparativa - como		
Quomodo >		Como >	Como

Quando 6 – quatro palavras iguais, em três classes de palavras distintas.

3) Outra origem: *quomodo* > **como**

Ao falar da origem dos advérbios, Faria (1995) destaca: “muitos advérbios são simples formas casuais, fixadas em determinados casos fossilizados e que passaram a ser usadas adverbialmente, destacando-se desta forma, do sistema de declinação.” Opinião parecida também é encontrada em Laurand (1921). “Beau-coup d’adverbes sont d’anciens mots variables et l’on peut souvent reconnaître

1 Segundo Biderman (1978:128): “Homônimos são palavras que têm formas idênticas, mas que expressam conteúdos distintos. Em outras palavras: significantes idênticos se referem a significados diferentes.” A autora identifica três tipos de itens homônimos: 1) Homônimos lexicais; 2) Homônimos morfológicos; 3) Homônimos sintáticos, isto é, aqueles que pertencem a classes sintáticas diferentes. Ex.: 1) como (conj. subordinativa); 2) como (advérbio); 3) como (preposição).

de quel cas ils sont tirés”. “Muitos advérbios são primitivas palavras variáveis e nelas se pode reconhecer o caso de onde foram tiradas”. O estudioso francês cita: *unde, inde, bene, male*. Todos são advérbios à época do período clássico latino, *mas, muito antes desse período* foram *antigos ablativos de terceira declinação*. Laurand ainda destaca o ablativo feminino *forte*, de *fors*: (acaso, sorte, fortuna). Cita outros advérbios: *Illic, istic; illinc, istinc*. Estas últimas formas arcaicas de advérbios vão dar origem ao pronome demonstrativo *ille*, (aquele). Dentre tantos outros advérbios apresentados por Laurand há, *quare* (*qua + re*) “ablativo do pronome relativo *qui* e do substantivo *res*”. É uma palavra composta que, ao ser dicionarizada aparece como conjunção e advérbio; em português, dá origem às palavras: *porque, por que coisa, por que razão, por quê?*, (cf.) Faria (1962:831). Talvez esteja na origem da formação desta palavra os motivos de tantos problemas na hora de usá-la na contemporaneidade, isto é, com diferentes formas em que a mesma é grafada: *porque, porquê, por que, por quê?*

Semelhante ao caso anterior, isto é, a fusão de um ablativo de um pronome singular (*qua*), e um ablativo de um substantivo (*re*); o advérbio *quomodo* resulta da composição de dois elementos de classes de palavras distintas: *quo* < de pronome, e *modo*, que vem de substantivo. Estas palavras compostas (*quare, quomodo*) fornecem um pressuposto de que estão mais propensas a mudanças, com isso é possível dizer que é o advérbio *quomodo* que está se gramaticalizando como preposição. Esta hipótese decorre em função de essa palavra ter um pouco do pronome relativo (*quis*) e um pouco do substantivo (*modus*); e essa natureza híbrida parece motivar a *tendência* para tornar a referida palavra, um elemento coesivo, algo próprio da preposição.

Processos semelhantes ao de *quomodo* podem ser comprovados: *ab + ante* > avente; *in + bona + hora* > embora; *de + ante* > diante; *per + ante* > perante; *ad, hac + hora* > agora; *in + tunc* > então. (cf. Nunes, 1975: 343). Este autor, ao tratar da formação das locuções adverbiais, registra sete ocorrências desse processo de formação: 1º, preposição + nome (substantivo ou adjetivo), ex.: por fim, sem dúvida; 2º, preposição + advérbio, ex.: de onde, a quando; 3º, processo de formação das locuções prepositivas: dois advérbios, ex.: não menos, quando menos; 4º, pronome + substantivo ou advérbio, ex.: outro si ou outrossim; (*quomodo* está nesta categoria); 5º, dois pronomes, ex.: esso meesmo, (arc = igualmente); 6º processo de formação, ex.: conjunção + verbo, ex.: sequer. Por último, Nunes chama de “verdadeiras frases” as locuções apresentadas. Ex.: de quando em quando, hoje em dia.

Ao tratar das conjunções, Coutinho (1972:269) reconhece existir um “vazio” que ficou nesta classe de palavras por ocasião da passagem do latim

ao português. “Poucas foram as conjunções que o português herdou do latim. Para suprir tal deficiência, recorreu a língua às outras classes de palavras”. E cita Coutinho a classe dos advérbios e preposições como sendo as fontes geradoras de novas conjunções do português. Com isso, é possível observar que não é novidade a passagem de um determinado vocábulo passa a outra classe de palavras. Tratando desta questão, Meillet, (1948), percebe, nesse processo de fazer e refazer da língua, uma espécie de espiral. Assim, ele resume, em poucas palavras, esse longo processo de mudança na língua:

Les langues suivent ainsi une sorte de développement en spirale: elles ajoutent des mots accessoires pour obtenir une expression intense; ces mots s'affaiblissent, se dégradent et tombent au niveau de simples outils grammaticaux; on ajoute de nouveaux mots ou des mots différents en vue de l'expression; l'affaiblissement recommence, et ainsi sans fin.² Meillet, (1948: 140).

Quintiliano, retórico e professor latino, (35 – 95 d. C.), após muitos anos de magistério, notara que: *orthographia saepe mutata est.* (Quintiliano, 1, 7, 11). (A ortografia sempre muda com o tempo). Esta reflexão de Quintiliano demonstra que, naquela época a mudança na língua já era observada.

Esse processo mecânico de construção e reconstrução da língua deixa muito explícito que a mesma nunca está definitivamente pronta; nela há um dinamismo interno que está sempre em funcionamento. Esses desgastes internos das palavras são capazes de lapidá-las até ficar, de cada uma delas, só o núcleo mais forte, (a sílaba tônica); para depois juntar-se a outros núcleos, e assim constituir o moto-contínuo da língua. Esse mecânico e visceral movimento é o que provoca as numerosas formações híbridas. Ex.: *in + bona + hora* > embora; *in + tunc* > então, e, conseqüentemente, a criação e a renovação da língua.

Muitos estudos já foram elaborados em função dessas formações. Por exemplo, a construção *então*, conforme é possível constatar-se na *internet*, tem motivado muitas teses de mestrado. Cada uma delas apresenta um foco específico, mas não se desvincula do processo de gramaticalização, (cf.) Martelotta, (1996:221). Isso demonstra que ainda existem muitas construções a serem estudadas.

2 As línguas seguem, portanto, um modelo de desenvolvimento em espiral; elas reúnem palavras acessórias para obter uma expressão forte, essas palavras enfraquecem-se, degradam-se e caem ao nível de simples partícula gramatical; agrupam-se novamente palavra a palavra diferente, para alcançar determinada expressão; o enfraquecimento recomeça e assim sem fim.

As pesquisas referentes a *então* demonstram que o antigo advérbio *tunc*, mais a preposição, *in* > *intunc* > *então*; fazem esta nova construção deslocar-se para a classe das conjunções. Ao estudar esse processo, Nunes, (1975:342), expõe: “entre *advérbios*, *conjunções* e *preposições*, não há, em rigor, verdadeira distinção, tendo, na sua origem, a maioria das chamadas conjunções saído dos advérbios e destes as preposições”.

O reconhecimento de que os advérbios dão origem às preposições também é reforçado por E. Bassols de Climent (1956:226 e 225), *apud* Poggio (2002:265). “A maioria das preposições provém de advérbios”. Estas palavras são suficientes para a fixação da hipótese de que, segundo o que foi dito acima, é o *advérbio quomodo que está se deslocando para a classe das preposições*. E razões existem para isso. Uma vez que, conforme o quadro 6, tendo em vista existir um vocábulo **como** na classe das conjunções, não há, portanto, espaços vazios a serem ocupados; assim, não existem motivos para o advérbio *quomodo* > **como**, também se gramaticalizar naquela mesma classe de palavra; restando-lhe, com isso, o caminho natural, que é o de se deslocar para a classe das preposições; e é isto que indicam os dados.

Segundo o que foi mostrado em 1; e em 2, antes de ocorrer a formação da palavra *quomodo*, já existiam *ut* e *cum*. Ambas ocorriam na função de conjunções subordinativas, sendo que a primeira (*ut*) sempre ocorreu como conjunção comparativa e essa característica permanece até hoje; por outro lado, a conjunção (*cum*), à época de Cícero, ocorria tanto como conjunção subordinativa causal, quanto concessiva e temporal. Tendo, com o tempo, predominado a conjunção causal e esta noção de causa permanece até os dias atuais. Por outro lado, *quomodo*, desde a sua formação gramaticalizou-se em advérbios, sendo que este advérbio, a partir de uma data recente, mas impossível de ser determinada, passou a ocorrer, também, como preposição. O quadro 6 visto acima revela esses dados.

O quadro 7 expõe o percurso de (*ut*) e (*cum*), do latim ao português atual, no qual também aparece o demonstrativo do deslocamento do advérbio *quomodo* para a classe das preposições.

LATIM			PORTUGUÊS	
	Conj. subordinada	Advérbio	Preposição	Conjunção
Quom > cum	x			= como
Ut	x			= como
Quomodo		quomodo >	como	

Quadro 7 – funções de *cum*, *ut* e *quomodo* no latim, e o que essas palavras se transformaram no português atual. Ou seja, as duas primeiras se mantiveram como conjunções subordinativas: (*cum* > **como**: causal); (*ut* > **como**: comparativa); (*quomodo* > **como**: advérbio > preposição).

Para concluir, observa-se que (*ut*) e (*cum*), talvez, por serem antiquíssimas unidades simples, (sem composição com outra unidade), permaneceram sempre na condição de conjunção; enquanto a palavra composta *quomodo*, ao longo do tempo, passou por diferentes situações: (ablativo de pronome, ablativo de substantivo, advérbio de modo em latim, advérbio de modo em português e preposição), isto demonstra que as palavras híbridas são mais vulneráveis ao efeito do tempo, em função desse fato, sofrem mais alterações. As dezenas de estudos referentes à construção *então*, e alguns outros com a palavra **como**, podem contribuir para comprovar o que foi dito.

Ainda resta acrescentar que o advérbio interrogativo, em português, na sua origem, não é o mesmo advérbio de modo, (*quomodo*). Portanto, existe ainda outro elemento latino que, nos dias de hoje, provoca o surgimento de outra palavra **como**. Trata-se, portanto, do ablativo *qui* proveniente do pronome *quis*; resultando, portanto, em: *com que? em que? como?*

O quadro abaixo revela as diferentes origens da palavra **como**.

Latim	Conjunções	Advérbios	Preposição
Quom > cum >	Como - causal		
Ut >	Como - comparativa		
Quomodo >		Como (modo) >	
		Como (modo) >	Como
Qui >		Como? (interrogativo)	

Quadro 8 – diferentes origens das palavras **como**

No quadro acima, constata-se que o vocábulo **como** não surge apenas do advérbio *quomodo*, conforme aparece até em algumas gramáticas; na realidade, muitas fontes dão origem a esse padrão de palavras; e as numerosas repetições desses itens, ocorrendo, simultaneamente, em um texto, (em uma redação de aluno), por exemplo, não significa, necessariamente, falta de repertório vocabular, conforme geralmente pensa o professor.

Além dessas duas conclusões, convém observar que as conjunções subordinativas causal e comparativa, excluindo aquelas pequenas alterações fonéticas, não sofreram nenhuma mudança ao longo do tempo, ou seja, essas conjunções usadas nos textos de hoje são as mesmas que foram usadas por Plauto, Cícero,

Virgílio, Santo Agostinho, Camões, Gil Vicente, Machado de Assis. Da mesma forma, o advérbio de modo, também presente nos textos de hoje, é o mesmo que se encontra nos textos de Plauto ou de outros autores daquela época. Assim, é possível dizer, conforme já foi constatado nesse texto, que a palavra **como** tem muitas origens, e cada vez que ela aparece com uma função diferente, é também uma palavra diferente, embora apresente a mesma estrutura na escrita.

Conforme o exposto, a palavra **como**, está, no momento atual, ocorrendo nas seguintes acepções:

- 1) Conjunção subordinativa causal – **como**.
- 2) Conjunção subordinativa comparativa – **como**.
- 3) Advérbio de modo – **como**.
- 4) Advérbio interrogativo – **como**.

E ainda ocorre nas funções de:

- 1) **Conjunção subordinativa conformativa**, (a partir do século XIII).
- 2) **Preposição**: (equivalente a: *no papel de, na função de*)
- 3) **Pronome relativo**: (após substantivo *o modo, maneira* ou equivalentes).
- 4) verbo (primeiro pessoa do verbo comer – **como**).

Desse modo, é possível perceber que, nos tempos atuais, existem várias palavras grafadas de uma única forma, e, possivelmente, tal característica, provocará reflexo na produção textual escolar; porque quando o estudante vai redigir um texto, terá à sua disposição um repertório de palavras não só muito usado, mas também fácil de manusear. Conforme exposto acima, das oito ocorrências do vocábulo **como**, não existe nenhum tipo de variação entre elas, ou seja, **como** é uma palavra uniforme, só tem um tipo de ser escrita, qualquer que seja a classe de palavra ou função usada. Assim, quando o professor pega uma redação para corrigir e encontra várias palavras **como**, na mesma; isso não significa ausência de vocabulário, mas, apenas, facilidade e praticidade no manuseio do item em questão.

Referências

AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Edição Crítica preparada por Walter Mettmam. Acta Universitatis Conimbrigenses, 1959, v. I, p. 33, nº 10 das Edições E, T e To.

- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BÖLTING, Rudolf. *Dicionário grego-português*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1941.
- BRITO, Ana Maria; LOHSE, B; NETO, G. O.; AZEREDO, J. C. de. *Gramática comparativa: Houaiss: quatro línguas românicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- CARVALHO, D. G.; NASCIMENTO, M. *Gramática histórica: para o 2º grau e vestibular*. 14 ed. São Paula: Ática, 1984.
- CÍCERO. *Pro Archia, pro Marcello, pro Ligario*. Trad. Maximino Augusto Gonçalves. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes Ltda. s/d.
- _____. *As Catilinárias*. Trad. Maximino Augusto Gonçalves. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes Ltda., s/d.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire de mots*. Paris: Klincksieck, 2001.
- FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2 ed. Brasília: FAE, 1995.
- _____. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- _____. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: MEC, 1962.
- FURTADO DA CUNHA, M. Angélica; OLIVEIRA, M; MARTELOTTA, M. (Org.), *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; (Org.); RODRIGUES, Angélica Terezinha Carmo ... [et al.], *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicados*, São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization, in: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.), *Approaches to grammaticalization*, vol. 1. Filadelfia: John Benjamins, 1991.
- LAURAND, L.. *Manuel des études grecques et latines: fascicule VI Grammaire historique latine*, 3ª ed. Paris: Auguste Picard, Éditeur, 1921.
- _____. *Literatura latina*. Tradução de Augusto Magne. São Paulo: Editora Anchieta S/A, 1946.
- LIPPARINI, Giuseppe. *Sintaxe latina*. Trad. Alípio R. Santiago de Oliveira, Rio de Janeiro: Vozes, 1961.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcionalista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

- _____. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Tese de doutorado. FL/UFRJ, 1993. Inédito.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. IN: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, pp – 184, 1948.
- NEVES, Maria H. de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 8ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora1, 1975.
- PLAUTO. *Amphitryon*, tradução de ERNOUT, Alfred. 3ª ed., Paris: Les Belles Lettres, 1952.
- POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do Latim ao Português: uma abordagem funcionalista*. Salvador, BA: EDUFBA, 2002.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão do século XIX e XX*. Niterói: Instituto de Letras / UFF, 2007.
- _____. *Aspectos sintáticos e semânticos de como na língua padrão contemporânea* _ Dissertação de mestrado. FL/ UFRJ, 2007. Inédito.
- VICENTE, Gil. *Obras-primas do teatro vicentino*. (org.) Segismundo Spina. 3ª ed., São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1980.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, MEMÓRIA E IDENTIDADES: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO DISCURSO DO IDOSO

Silvane Aparecida Freitas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO: Estudar o discurso do idoso, o que ele pensa da velhice, que representações o idoso faz de si e da sociedade numa perspectiva discursiva é produzir significados do que diz e do que é dito desses sujeitos sempre em constituição de identidades. Será na interação e por causa dela que se cria um processo de geração de sentidos, constituindo um movimento de produção de discurso organizado, devido a um contínuo entre interação e condições de produção. No texto verbal, produzimos sentidos não apenas do que está dito, do que está explícito, mas também as formas do dizer permitem uma leitura dos elementos que, mesmo estando implícitos, se revelam e mostram a interação como um jogo de representações em que o conhecimento se dá mediante um processo de negociação, de trocas, de normas partilhadas, de concessões. Nesse sentido, temos como objetivo, neste artigo, analisar o discurso do idoso, re-significar as representações que os idosos fazem de si e da sociedade atual, levando em consideração todo contexto sócio-cultural-ideológico em que estão inseridos. **PALAVRAS-CHAVE:** Idoso. Identidades. Discurso. Imagem. Representações.

ABSTRACT: *To study the discourse of the elderly, what he thinks of aging, which are representations of themselves and the society is to produce a discursive perspective meanings of what they say and what is said on those subjects where the constitution of identities. Is the interaction and because of it, it creates a sense making process, constituting a movement of organized speech production, due to a continuous interaction between and production conditions. In the verbal text, we produce not only senses of what is said, what is explicit, but also ways of saying allow a reading of the elements that, although implicit, reveal themselves and show the interaction as a set of representations in which knowledge occurs through a process of negotiation, exchanges, shared norms of compromise. In this sense, we aim in this article analyze the speech*

of the elderly, re-signify the representations that make the elderly themselves and today's society, taking into account all the socio-cultural-ideological in which they live.

KEY WORD: *Elderly. Identity. Discourse. Image. Representations.*

Introdução

O foco de interesse deste artigo é o estudo das identificações do idoso na sociedade atual. Na sociedade brasileira, o número de idosos tem aumentado consideravelmente, graças à redução da taxa de natalidade e à queda do nível de mortalidade. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, de 14/11/2007 “no Brasil, temos 183,9 milhões de habitantes e desse total, 19 milhões são de idosos, ou seja, 10,2% da população brasileira.

O Brasil passa por um processo denominado ‘envelhecimento populacional’, o que representa um Brasil mais sábio, mais experiente. No entanto, a população ainda não sabe o que fazer com essas novas transformações sociais, o que tem influenciado decisivamente nos hábitos das famílias brasileiras e alterado significativamente os seus costumes. Gradativamente, ocorre a segregação do idoso que não tem função ativa no mundo atual. Isso tem gerado um novo comportamento cultural, as famílias sentem a necessidade ou a obrigação de tolerá-los, a sociedade tem incentivado novas estratégias para se conviver com o idoso, atribuindo-lhe novos estereótipos como “terceira idade”, “melhor idade”, na tentativa de dissimular o argumento de que “os velhos já viveram a sua vida”, agora é a vez dos mais jovens.

Foi neste contexto que foi preciso criar o Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741, de 10 de outubro de 2003 - para que a eles fosse assegurada a sua cidadania, os seus direitos, ou até como denúncia de uma situação de opressão do idoso. Contudo tal lei ainda está apenas no desejo, não houve apropriação desse novo discurso, ainda não foi possível colocá-lo em prática, até quando essa impossibilidade persistirá, não sabemos.

Sabe-se que o sujeito se constitui na e pela linguagem, por meio da linguagem, o sujeito revela todos seus valores. Partindo dessa concepção de linguagem, defendemos que estudar a linguagem dos idosos tem um caráter cultural, social e psicológico, é estudar a suas identidades, a sua ideologia, as suas representações. Assim, estudar o discurso do idoso, o que ele pensa da velhice, que representações faz de si e de seus familiares, numa perspectiva discursiva, é produzir significados do que dizem e do que é dito desses sujeitos sempre em constituição de identidades. Será na interação e por causa dela

que se cria um processo de geração de sentidos, constituindo um movimento de produção de discurso organizado, devido a um contínuo entre interação e condições de produção. Sobre isso Brait (2003, p.221) argumenta que:

[...] no texto verbal, não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas do dizer permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um “jogo de subjetividades”, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociação, de trocas, de normas partilhadas, de concessões.

Sabemos que hoje há uma expectativa de maior número de pessoas fazendo parte da fase tardia do ciclo de vida, o que significa que o perfil biopsicossocial do ser humano passa a exigir novos enfoques culturais e sociais. Por isso, torna-se necessário a compreensão do envelhecimento e a promoção das condições de vida dos idosos para que possam cumprir suas tarefas sociais e culturais legitimando sua condição de cidadão, incluindo-o nas diversas instâncias da sociedade civil, sobretudo, superando o modelo deficitário do desenvolvimento mental na terceira idade. (BERTACHINI & GONÇALVES, 2002).

Nesse sentido, temos como objetivo, neste artigo, analisar o discurso do idoso, verificar como se ocorre as representações que os idosos fazem do envelhecimento, de si e da sociedade atual, levando em consideração todo contexto sócio-cultural-ideológico em que estão inseridos.

1. Noções de sujeito, discurso, interdiscurso, identidade e produção de sentido

Na visão discursiva, o sujeito não é somente um indivíduo biológico ou intencional em seu papel social. Este incorpora também a dimensão simbólica e significante, isto é, uma subjetividade constituída por condicionantes inconscientes e ideológicos, resultantes da inscrição deste indivíduo em formações discursivas diversas, as quais se inserem no conjunto do dizível, do interdiscurso.

Nesse sentido, partimos da perspectiva de que todo discurso é heterogêneo, de natureza social, ou seja, é uma forma de co-participação social. Ao nos envolvermos e ao envolver o outro no discurso em determinadas circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares, construímos o significado das ações discursivas. Isso quer dizer que todo enunciado contém uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido e a palavra “é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o “um” em relação ao outro. (BAKHTIN, 1992).

Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão construindo a sua realidade social e a si mesmos. Assim sendo, a construção de identidade social é dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares. A identidade não pode ser considerada como um fato já concluído, devemos pensá-la como um processo contínuo, uma produção, que nunca está completa, é constituída sempre dentro da representação discursiva, e por isso é heterogênea por natureza.

No âmbito dos estudos culturais, Woodward (2000) lembra-nos que a identidade é relacional, marcada pela diferença. É, em princípio, o que nos diferencia um dos outros (CORACINI, 2003). No senso comum, diz-se que a idéia de identidade é estável e se constrói a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que partilhamos com outras pessoas, ou mesmo a partir do mesmo ideal. Essa concepção reforça a idéia de homem indivíduo (indiviso), o que no dizer de Coracini (2003), seria aquele dotado de capacidades humanas fixas e de sentimento estável de sua própria identidade, bem como do lugar que ocupa na ordem das coisas.

Neves (2006) argumenta que a descoberta freudiana de inconsciente apresenta uma lógica que funciona na tensão entre desejos recalcados e a busca incessante e sempre adiada da realização desses desejos. Somos levados, então, a conceber os processos de subjetivação que, por estar em construção, nunca é completado. O sujeito está sempre em movimento, sempre em constituição, por isso não há razão para falarmos em identidade no singular, mas em identidades.

Nessa mesma perspectiva, consideramos que a linguagem não é fixa, imutável. Na visão de Bakhtin (1992), a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal e que o ser humano é inconcebível fora das relações que o liga ao outro. A linguagem é interação entre interlocutores e o discurso nada mais é que “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2006, p. 15). Segundo essa autora, na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Observa-se o homem falando, considerando o homem e sua história, os processos e as condições de produção da linguagem, por isso é de suma importância que o analista do discurso relacione a linguagem à sua exterioridade, ou seja, às condições de produção do discurso, ou o contexto sócio-histórico-ideológico.

Necessariamente determinado pela exterioridade, todo discurso remete a outros discursos (memórias do dizer). Assim, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, segundo Orlandi (1996, p.31),

aparecem como verdades universais e eternas, “é a ideologia que produz o efeito de evidência e dá unidade, sustentando sobre o já dito, os sentidos intencionalizados, admitidos como naturais. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala”.

Para a Análise do Discurso, não há sentido sem interpretação. Diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar. Pela ideologia, se naturaliza o que é produzido pela história. “A ideologia é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”. (ORLANDI, 1996, p. 31).

Numa perspectiva semelhante, Bakhtin (1992) afirma que ideologia é como o conjunto dos reflexos e de interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras ou outras formas signícas. É a expressão de uma tomada de posição, uma produção de sentido de um determinado sujeito, em determinadas circunstâncias sócio-históricas.

Para esse autor, a palavra é o signo ideológico por excelência, produto da interação social, caracteriza-se pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia, retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes.

Ratificando tais pressupostos, Pêcheux também afirma que as palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos se inscrevem. O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo”, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas. (PÊCHEUX, 2009).

Entendemos que a noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia. Isso envolve os sujeitos em interlocução. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s), pois

[...] o “sentido” de uma sequência só é materialmente concebido na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva[...]. É este fato de toda sequência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto por este último, pela ilusão de estar na *fonte do sentido*, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente. (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, 169, grifos dos autores).

Os dizeres são efeitos de sentidos que são produzidos por um determinado sujeito, em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender.

Podemos dizer que a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Segundo Orlandi (1999), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Assim, o sujeito discursivo é um sujeito social, apreendido em um espaço coletivo, não é um sujeito fundamentado na individualidade, mas um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo expressa um conjunto de outras vozes integrantes de uma dada realidade social, de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar social.

Mediante o exposto, podemos dizer que o sujeito não possui uma identidade unificada e estável, o sujeito é cindido, é visto contemporaneamente como fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se modificam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 1992).

As identidades são construções social e culturalmente situadas, são formadas na relação inescapável e necessária com a alteridade. Os sujeitos, segundo Grigoletto (2006), possuem identidades fragmentadas em constante mobilidade num mundo (pós-moderno, midiático) em que as referências são cada vez mais cambiantes e fragmentadas e no qual os modelos fixos e perenes deixaram de existir.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o sujeito constrói as representações da realidade de acordo com o lugar que fala, com suas experiências de vida e sua ideologia. Segundo Jodelet (2002, p.22), as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, são construídas no interdiscurso. Essas representações também não são fixas, são dinâmicas, estão em constante mudança e acontecem via identificação.

2. A imagem do idoso na sociedade contemporânea

A definição do que é ser velho na contemporaneidade não é simples, esta definição poderá ter diversos significados, dependendo da representação social que o indivíduo tiver do que é ser idoso. De um estado de silenciamento coletivo sobre a população idosa, estamos passando a um processo de explosão discursiva sobre a chamada terceira idade. Os discursos médicos, os discursos midiáticos, acadêmicos e jurídicos estão emergindo e produzindo uma teia complexa de significados culturais e sociais sobre a velhice no cenário urbano pós-moderno.

Segundo Durigan & Queiroz (2005, p. 114),

A questão do idoso tem ocupado um lugar de relativo destaque em distintos setores da sociedade (televisão, documentos, igreja, escola, filantropia), apresentando-se como mais um problema social a ser enfrentado, seja pelo poder público, seja pela família, pelos diferentes segmentos sociais de iniciativa privada ou pela universidade.

A perspectiva biomédica foi responsável pela construção e fixação da imagem fragilizada e infantilizada do(a) idoso(a). O olhar geriátrico sobre o envelhecimento contribuiu para a negativização do lugar da senescência e a positivação do lugar da juventude. Tais dados acerca da velhice mostram quanto o velho vai sendo subordinado às ciências médicas, que o estigmatizam e o dimensionam sobre o pressuposto das instituições que têm o papel de protegê-lo e guiá-lo. Não pretendemos com isso negar os aspectos biológicos do processo de envelhecimento, mas questionar o seu caráter determinante, o estatuto de verdade do saber médico. (FERREIRA, 2009).

Os estudos sociológicos, antropológicos, psicológicos e econômicos sobre os novos modelos familiares têm revelado o lugar de provedor do idoso brasileiro, e anunciado a necessidade de olhar para o envelhecimento como algo que está na contramão dos discursos infantilizantes e desqualificantes dessa fase da vida, seja ela, a imagem do idoso cuidador. Mais da metade das cidades brasileiras sobrevive à custa da aposentadoria da sua população idosa. Os trabalhos acadêmicos de Alda Motta, Benedita Cabral e Iracema Brandão Guimarães sobre as famílias nordestinas investem na afirmação desta imagem social do segmento idoso. (SILVA et al, 2004).

Esses autores argumentam que um recorte imagético bastante justo para a comunidade idosa diz respeito à performance do idoso narrador, pois o reconhecimento das pessoas idosas como narradores nos remete ao poético texto de

Walter Benjamin, “O Narrador”, no qual ele historiciza o processo de definhamento da arte de narrar e anuncia a morte do narrador nas sociedades modernas.

A invenção do termo terceira idade, em uma representação social da velhice, na visão desses autores, é bastante idealista. O discurso sobre a terceira idade provoca um processo de inversão da ética e estética burguesas, uma vez que desloca o elogio ao trabalho, transformando-o, ora em elogio, ora em ócio; ser velho é sinônimo de começar a viver e sentir prazer. Os aposentados dizem em uníssono: “agora eu vou fazer o que gosto”. Essa representação da velhice consolida a imagem do idoso como a maior protagonista de nossa farsa social.

Investigar as representações dos idosos sobre a velhice, sobre a sociedade atual passa pela análise da formação discursiva desses sujeitos, pelos discursos do sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico. Como afirma FERNANDES (2005, p. 34) sobre formação do sujeito discursivo, “a voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico.” Portanto por meio do discurso do idoso, podemos não só registrar suas experiências de vidas, mas também marcar sua memória na história, refletir sobre seus valores, crenças e costumes de uma dada época.

3. As lembranças do idoso: efeitos de sentido

No projeto de Extensão “Memória e História: a voz dos idosos”, que vem sendo desenvolvido, juntamente com alguns bolsistas da UEMS e FUNDECT-MS, temos procurado dar vez e voz ao idoso. Durante nossas visitas a eles, no Asilo Santo Agostinho de Paranaíba-MS, temos gravado suas histórias de vida, incentivando-os a reativar suas lembranças, a trazer à tona os fatos ocorridos, os causos, lendas, parlendas de sua época. São histórias que revelam todos os valores e costumes de uma época, e que, se não registrarmos, perecerão com o transcorrer das gerações

Dentre os diversos relatos destacamos algumas lembranças que demonstram a visão de mundo de JG, um conflito de ideias entre o passado e o presente.

Naquele tempo não existia as tecnologias que existe hoje, por isso as pessoas tinham outra mentalidade, com o aparecimento da luz elétrica e tudo o que ela proporciona como a televisão, as notícias, a moda, as pessoas perdeu o interesse nas reuniões de fim de tarde, onde se falava desde assuntos de família até as

anedotas, as piadas, os versos, as histórias populares que como consequência ficou esquecidas e foram substituídas pelas novelas e os causos da atualidade.

A maneira como as pessoas se divertiam antigamente eram outras, não havia tantas bebidas como hoje e nem drogas, o namoro de antigamente era coisa séria, os namorados só se comunicava por olhares, sinais e gestos, nem pegar na mão podia, contato físico só depois do casamento.

Hoje quando o homem está apaixonado e não é correspondido, ele bebe fica violento, briga. Antigamente, o homem apaixonado escrevia cartas de amor, poesias, versos, fazia serenata, tudo para conquistar a mulher amada.

Antigamente havia mais amor e mais respeito no coração das pessoas, os casamentos eram para a vida toda, e quando acontecia separação, a mulher ficava mal vista e ganhava nome de mulher à-toa. (JG)

Nesse discurso, percebe-se a presença do saudosismo (naquele tempo), a valorização aos costumes do passado, a negação do novo (neste caso, a tecnologia) estão bem marcados em seu posicionamento. Percebe-se que JG faz um contraponto entre o moderno e o antigo, oportunidade em que ele traz o moderno (a tecnologia) como algo negativo *versus* o mundo do passado, como algo bom. Sendo a modernidade a responsável pelo distanciamento entre as pessoas: “com o aparecimento da luz elétrica e tudo o que ela proporciona como a televisão, as notícias, a moda, as pessoas perdeu o interesse nas reuniões de fim de tarde” (JG).

Para reforçar sua argumentação JG traz a exaltação à forma de namoro do passado, em que se escreviam cartas de amor, poesias, havia romantismo e respeito à mulher amada. Enquanto que hoje o que impera é a bebedeira, as brigas e a violência nos namoros não correspondidos.

JG, ao enunciar suas lembranças, marca seu posicionamento atual. De imediato, percebemos seu posicionamento em prol do mundo antigo, pois o mundo sem a tecnologia era melhor, as pessoas dialogavam mais “as pessoas perdeu o interesse nas reuniões de fim de tarde, onde se falava desde assuntos de família até as anedotas, as piadas, os versos, as histórias populares que como consequência ficou esquecidas e foram substituídas pelas novelas e os causos da atualidade”. Isso nos remete aos pressupostos de Benjamin (1994, p. 200) ao afirmar que “a arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”. Baseando-se nesse autor, Silva et al (2004) afirmam que

A era informacional destruiu a arte de narrar, o compartilhar de experiências pessoais. Essa troca intergeracional foi dizimada pela civilização de barbárie que o capitalismo instaurou, substituindo o tempo processual vivido pelo tempo eventual medido. A razão técnico industrial desqualificou as artes manuais. (SILVA et al, 2004).

Percebemos, então, que um pré-construído determina o discurso de JG, que algo é falado antes desse discurso. No discurso atual de JG, temos um outro, o já dito, os outros discursos sobre a negatividade da tecnologia que percorre o senso comum na sociedade contemporânea. Nesse sentido, as teorias da AD dizem que algo sempre fala antes e alhures.

O pré-construído [...] corresponde ao “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade no significante; o que cai enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já” desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser pedido no *non sens* do significante. (PECHÊUX, 2009, p. 164, grifos do autor).

Na visão desse autor, será a interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (“o mundo das coisas”). Em termos filosóficos, o que está em questão é a posição segundo a qual os sujeitos falam a partir do já dito - e isso é exatamente o que o interdiscurso lhes põe à disposição e/ou lhes impõe como verdade absoluta. Não deixando de ressaltar que JG, ao afirmar que os casamentos de antigamente eram para a vida toda, remete-nos ao interdiscurso de que hoje os casamentos não são para a vida toda, e isso é consequência do mundo moderno, do distanciamento e o desrespeito entre as pessoas. Nesse discurso, temos a crença nas instituições, a valorização das instituições, no caso, o casamento. No discurso de JG, temos o já dito: “hoje os casamentos são desfeitos à-toa, antigamente, isso não ocorria”.

Verificamos, nesta passagem, rastros dos aparelhos ideológicos do estado (AIE), como podemos constatar na seguinte passagem de Althusser:

[...] o exército, a polícia, os tribunais, os presídios etc, constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. O ‘repressivo’ sugere que o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’. [...] Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...]; o AIE religioso [...]; o AIE escolar [...] (ALTHUSSER, 1996, p. 114).

Nós aqui acrescentamos instituições como o casamento (mencionado por JG) que nos foi imposto como forma de legitimar uma união estável perante o Estado e a Igreja, uma maneira de conservar o capital da burguesia. Pêcheux (2009), por sua vez, retoma o conceito de Aparelho Ideológico de Estado (AIE), para fixar o lugar da ideologia na construção de sua teoria do discurso. Para ele, o Aparelho Ideológico de Estado não são a expressão da ideologia dominante (burguesa), mas o *local* e o *meio* para a realização da dominação (PÊCHEUX, 2009, p. 143), ou seja, a ideologia dominante é propagada nos discursos das igrejas e escolas, com o intuito de *interpelar* os indivíduos como sujeitos, com o fito de “mascarar” – no sentido marxista do termo – a “realidade”, e dar continuidade à *reprodução das condições de produção* (ALTHUSSER, 1996); que sustenta a posição da classe dominante no sistema capitalista: “está claro que é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho” (ALTHUSSER, 1996, p. 109). Portanto, verificamos aqui a sujeição de JG aos AIE, sujeição a um costume imposto pela burguesia e que ainda hoje é considerado como legítimo, portanto, no discurso de JG não há somente uma recusa às tecnologias do mundo moderno, mas uma recusa às transformações socioculturais.

Além disso, na passagem “[...] e quando acontecia separação, a mulher ficava mal vista e ganhava nome de mulher à-toa”, verificamos que o discurso machista de desvalorização da mulher é bastante marcado, pois no imaginário social a mulher separada é/era considerada “à-toa”. Ele não mencionou que o homem separado pudesse ter essa conotação.

Portanto, podemos afirmar que quando o sujeito faz uso da linguagem, ele se desnuda, revela seus valores, conceitos, pré-conceitos. Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica, e cada forma de discurso social corresponde a um grupo de temas. Portanto, todo discurso, como signo ideológico, está marcado pelo horizonte social de uma época ou grupo social determinados. A questão de se ver a mulher separada, como mulher à-toa, remete-nos a uma época mais machista que a de hoje em que a mulher ainda não havia saído em busca de seu espaço social.

Percebe-se, portanto, que há toda uma ideologia cristalizada na sociedade que vem sendo difundida há gerações. Nesse sentido, Haddad argumenta que

[...] a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção capitalista implica a reprodução de idéias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa

final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. (HADDAD, 1986, p.16).

Sabemos que a representação social, na visão de Moscovici (apud DOTTA, 2006, p. 17), “[...] é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou uma ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação”.

Pelos relatos de JG, percebemos que as representações que ele tem do mundo moderno e da tecnologia é bastante negativa, já que esta é a responsável por todos os males da modernidade. Assim, podemos afirmar que a imagem que esse idoso (A) tem da modernidade (B) é de uma grande resistência ao novo, uma vez que (B) tirou-lhe as imagens de um passado romântico, perfeito; tirou-lhe a juventude; a força de trabalho; a fantasia; a beleza da vida, a esperança por dias melhores.

As representações sociais são vistas por Moscovici como entidades quase tangíveis, já que circulam, cruzam e se cristalizam continuamente por meio de falas, gestos, encontros no universo cotidiano. O sujeito produzido por essas tecnologias não é a projeção de um ‘eu’ que tem substância e coerência internas e perenes: ao contrário, os efeitos de interioridade psicológica são constituídos por meio da ligação dos humanos a outros sujeitos e práticas, multiplicidades e forças. (ROSE, 2001). Por isso os dizeres de JG são reflexos dos diversos dizeres circulados e já cristalizados em nossa sociedade.

Nesse sentido, a idéia de mudança, de transformação, de movimento na história é vista de forma tão negativa entre os idosos que há os que afirmam que as mudanças ocorridas na terra tenham atingido até o além.

Passamos, a partir de agora, para a análise dos relatos de (MF), uma senhora que vive no Asilo há cinco anos.

Antigamente, acontecia muito de as pessoas depois de morrerem, aparecerem entre os vivos manifestando seus desejos. Hoje em dia, não existem mais essas aparições, acho que a mudança ocorrida na terra atingiu também o além. (MF).

MF busca na memória discursiva a lembrança de que no passado havia muitas aparições de mortos, no entanto, hoje, com as mudanças ocorridas no mundo, já não se vê mais aparições de pessoas mortas. Ela busca em sua formação discursiva, as crenças de um passado recente para ela. MF ao materializar seu discurso remete-nos ao imaginário social de que a modernidade

destruiu as crenças das pessoas, já que as pessoas hoje afirmariam não ver mais assombrações/aparições de mortos na atualidade.

Por meio do discurso de MF, podemos perceber o quanto a linguagem é viva, dinâmica, representa a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas. Por isso tem a ideia de curso, de movimento. Isso fica-nos mais evidenciado quando MF relata:

Tenho pouca leitura, pois no meu tempo não havia escolas rurais e nem transportes escolares como hoje em dia, o pouco que sei foi aprendido com pessoas que me ensinaram em casa mesmo, escola era só para os filhos do patrão que às vezes permitia que alguma criança da fazenda assistisse às aulas de seus filhos, ou seja, o patrão pagava um professor para ensinar seus filhos e nós filhos dos empregados de vez em quando assistíamos essas aulas, não tínhamos muito tempo, pois a função das meninas era ajudar nossas mães nos serviços do terreiro, como cuidar da casa ajudar na produção de farinha, polvilho, socar arroz no pilão, levar as refeições na roça para os peões. Serviço este que corríamos grande risco de vida, pois havia onças nas matas. Já presenciei uma onça atacar um cachorro, foi horrível, mas graças a esse cachorro, nós crianças escapamos das garras da onça, pois aproveitamos e corremos. Era comum deparar com manadas de bichos como catetos, capivaras, queixadas. Tinha que matar os bichos, senão eles comiam toda a lavoura, costumava-se levantar de madrugada para espantar os animais das plantações. Hoje esses animais estão em extinção. O mundo está mudado e a natureza revoltada. A culpa é das pessoas que em nome do progresso mudou tudo. Antigamente os meios de transportes mais comuns eram o carro de bois, o cavalo e por isso não havia tantas mortes por acidentes como acontecem hoje. As pessoas rezavam mais, por isso não havia tantas violências. O progresso trouxe graves conseqüências para a humanidade como vai acabar tudo isso? Antigamente era melhor. (MF).

Neste relato, temos quatro ideias desenvolvidas, todas no intuito de comprovar que antigamente tudo era melhor. As lembranças de MF, primeiramente, nos remetem à forma de escolarização do passado. Comprovam que quem estudava naquela época, era somente o filho do patrão, que pagava um professor para seus filhos e, assim, continuava a perpetuação da classe dominante, colocando os meios de poder nas mãos de alguns.

Assim, ao verificarmos as condições de produção desse discurso, segundo Maingueneau (1993, p.14), não basta “examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como correlato de certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”.

As condições de produção do discurso não devem ser entendidas apenas como sendo a situação empírica do discurso que está em jogo, mas sua representação no imaginário social. Os protagonistas do discurso não devem ser considerados apenas como seres empíricos, mas também como representação de lugares sociais. No caso, MF representa o lugar da menina (gênero feminino), filha do empregado da fazenda, não tendo direito à escolarização por dois motivos: uma por ser filha do empregado, outra por ser mulher e ter de ajudar nos afazeres domésticos.

Num segundo momento, as lembranças de MF nos remetem à divisão de trabalho entre homem e mulher, “a função da menina, era ajudar nossas mães nos serviços do terreiro, como cuidar da casa ajudar na produção de farinha, polvilho, socar arroz no pilão, levar as refeições na roça para os peões” (MF). Isso nos remete ao jogo de imagens de Pêcheux (1969/2009), quando o autor coloca em cena os protagonistas do discurso, procurando definir as condições de produção do discurso em conformidade com a ação das regras e normas que os interlocutores estabelecem entre si e dos lugares determinados que ocupam na estrutura de uma formação social. Assim, a imagem que MF faz de si, é de ser mulher e filha de empregado, portanto, não tinha direito de estudar, pois seu lugar social não permitia, e por ser mulher tinha funções bastante diferenciadas das do homem, as funções domésticas e o servilismo ao homem que estava no trabalho (na roça).

Podemos afirmar que do lugar que (MF) ocupa na estrutura social, ela já projetou o lugar social dos filhos do patrão, portanto, o jogo de imagem entre esses interlocutores está estabelecido, determinado previamente pela estrutura social. Por isso, podemos afirmar que aquele que fala o faz de um lugar determinado, que regula o seu dizer. Todo discurso remete à formação discursiva a que pertence, sendo regido por essa prática.

Num terceiro momento, temos o sentimento ecológico, as mudanças trouxeram prejuízo à natureza, que está revoltada por isso. Percebe-se que MF faz uma leitura do mundo a sua volta. Pela sua leitura a natureza está revoltada, ela aqui não diz que Deus vai castigar o homem, mas que a própria natureza o castigará, ou o próprio homem. Consegue fugir do discurso de religiosidade, busca em suas lembranças os problemas ecológicos que estamos enfrentando. Não está dito que MF traz uma interpretação verdadeira para a questão, mas é questão de colocar o texto em processamento, é a forma que ela tem de se posicionar, buscar fatos vivenciados para justificar seu posicionamento. Assim, o trabalho do analista sobre o processo do texto “torna-se possível a não-transparência ao olhar sujeito, acentua o efeito da alteridade aí inscrito e leva

o sujeito a perceber-se significando na relação com os sentidos”.(ORLANDI, 2008, p. 50).

Se ao falar da natureza, MF tenta fugir do discurso religioso comum, ao falar da violência humana, MF não deixa de culpar a falta de religiosidade das pessoas, a falta de reza “As pessoas rezavam mais, por isso não havia tantas violências”. Isso porque ela busca em suas lembranças, na memória discursiva da sociedade, o interdiscurso da falta de religiosidade, fruto da sociedade capitalista que transforma as pessoas em mercadoria, objeto, onde o mundo racional impera. (HADDAD, 1986).

Assim, podemos afirmar juntamente com Maingueneau (1993) que o texto é um processo de reconfiguração incessante na qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela. Com esses elementos, ela provoca uma redefinição e redirecionamento, e suscita, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, ao mesmo tempo que provoca o apagamento, o esquecimento ou até mesmo a denegação de certos elementos.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos afirmar que todo discurso representa um deslocamento nas filiações sócio-históricas de identificação, que, por sua vez, também é efeito. É importante salientar que ao fazermos uso deste ou daquele discurso não estamos apenas repetindo um discurso, mas deslocando-o para outra dimensão sócio-histórica, e, por isso, novos sentidos são construídos, pois as circunstâncias enunciativas são outras.

Nos fragmentos de discurso do idoso aqui analisado, verificamos tanto a repetição do discurso institucionalizado, o discurso da moral e dos bons costumes presentes no saudosismo, como um deslocamento, uma mexida na história, quando afirma que a natureza está revoltada, que o progresso modificou o além, pelo fato de não termos mais aparições (assombrações). Podemos afirmar que o discurso dos idosos desta pesquisa é atravessado de repetições e deslocamentos. Repetição - porque é a apropriação de um já dito, trazido para um novo contexto - e deslocamento - porque todo discurso é repetição e ao mesmo tempo deslocamento, uma vez que dá lugar à reinterpretação, ao equívoco, à re-significação e a outras reflexões teóricas. (ORLANDI, 2001).

Portanto, pela memória desses idosos, podemos perceber que as representações que eles fazem da sociedade contemporânea e de si mesmos estão em consonância com a visão de mundo que eles possuem do momento socio-

histórico vivenciado, dependendo de sua visão de mundo, são as reflexões que ele faz da sociedade em que ele vive

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1996.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BENJAMIM, W. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 2003, v.1, p.215-244.
- BRASIL. *ESTATUTO DO IDOSO*. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília. 2003.
- CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte; Autêntica, 1999.
- CORACINI, M. J. *Identidade e discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- DELGADO, L. de A. N. *História Oral: memória, tempo, identidades*. São Paulo: Autêntica, 2006.
- DOTTA, L. T. *Representações sociais do ser professor*. Campinas; editora alínea, 2006.
- DURIGAN, M. & QUEIROZ, I. A. Discurso sobre a velhice: da campanha da fraternidade ao Estatuto do idoso. In: GUERRA, V. M. L. *Olhares interdisciplinares na investigação sobre linguagem*. Cuiabá: Editora UNEMAT, 2005.
- FOUCAULT, M. *A ordem do Discurso*. São Paulo (SP): Edições Loyla, 1996.
- HADDAD, E. G. M. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- JODELET, D. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 2ª ed., 1993.
- NEVES, Moralice Souza. O processo identificatório na relação professor-aluno na aprendizagem de língua estrangeira. In: MAGALHÃES, Izabel; GRIGOLETTO, Marisa; CORACINI, Maria José. *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

- ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. Identidade Lingüística escolar. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2001.
- _____. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 6ª Ed., 2006.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ROSE, Nikole. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomás Tadeu (Org). *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.
- SILVA, K. Q. et al. O (a) Idoso (a): Uma Face e Uma Voz Interditadas pela Família e pela Escola, em Campina Grande. In: *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. São Paulo: Vozes, 2000.

COLABORADORES DESTES NÚMEROS

ANA CLAUDIA CASTIGLIONI é professora assistente na UFT, mestre em Estudos de Linguagens pela UFMS/Campo Grande, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquero e doutoranda do programa de Estudos Linguísticos na UNESP/IBILCE com a orientação da Profa. Dra. Lidia Almeida Barros.

ANA CLÁUDIA MACHADO TEIXEIRA é mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Estudos de Linguagem e Bolsista CNPq, vinculada ao programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. É membro da comissão editorial da Revista Icarahy, membro do grupo de pesquisas Discurso e Gramática e membro do grupo de pesquisas Gramaticalização de Construções

CLEIDE LEMES DA SILVA CRUZ é pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos-Centro (LexTerm/LIP/UnB) e doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB, *Campus Brasília*.

EDILA VIANNA DA SILVA possui doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente detém o cargo de professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Sua atividade de pesquisa inscreve-se na área da Sociolinguística, com ênfase nos aspectos da variação linguística ligados ao ensino de língua materna.

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA é professor emérito e titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Detém o título de doutor *honoris causa* conferido pela Universidade de Coimbra e é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia e docente do Liceu Literário Português.

GISELA SEQUINI FAVARO é aluna de Pós-Graduação, matriculada no curso de doutorado na Unesp-Araraquara e bolsista da Capes. Dedicou-se aos estudos sobre a Fonologia do português, com publicações na área de sua especialidade.

HILDA RODRIGUES DA COSTA é mestre em Letras e Linguística pela UFG e professora do curso de Letras da UEG, Unidade Universitária de Inhumas, pertencente ao grupo IMAGO - Pesquisa em Historiografia Linguística da UFG.

LEILANE RAMOS DA SILVA é doutora em Letras e professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. É líder do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade - GELINS e coordenadora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados na coleção Português: ensino médio” (PIBIC/CNPq/UFS).

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 140 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre lingüística e filologia galego-portuguesa. Nos últimos cinco anos desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência.

MARIAN DOS SANTOS OLIVEIRA é doutora em Linguística pela UNICAMP e mestre em Letras e Lingüística pela Universidade Federal da Bahia. É professora adjunta de Linguística do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários -DELL, UESB.

WILMAR DA ROCHA D'ÂNGELIS é doutor em Linguística pela UNICAMP e professor do Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), UNICAMP

MAURÍCIO SILVA é doutor em Letras pela USP e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Uninove. É líder de pesquisa do grupo Literatura e Razões Literárias, vinculado à Uninove, e pesquisador do Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior (RIAPE 3), da ULHT.

NEHEMIAS NASARÉ LOURENÇO é graduado em Letras pela UEPB, possuindo habilitação em Língua Espanhola. Estuda os fenômenos literários e lingüísticos da língua hispânica, mas mantendo uma admiração pela Língua Portuguesa e pelos fenômenos que com ela ocorre, especialmente pela área de língua clássicas e estudos filológicos.

RICARDO SOARES DA SILVA é professor doutor efetivo da UEPB, onde leciona e pesquisa acerca de fenômenos linguísticos e literários respeitantes à história das línguas latina e portuguesa.

ROLF KEMMLER possui mestrado em Filologia Românica pela Eberhard-Karls Universität Tübingen e doutorado em Filologia Românica pela Universidade Bremen. Atualmente é investigador da UTAD, Departamento de Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia Linguística.

ROSSANA ALVES ROCHA é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF e Professora Docente I da SEEDUC e da SME-RJ.

SILVANE APARECIDA FREITAS é doutora em Letras pela Unesp-Assis) e pós-doutora em Linguística Aplicada (UNICAMP/IEL). Docente do mestrado em Letras e em Educação da UEMS. Desenvolve pesquisas em Análise do discurso e ensino de língua materna.

TATIANA KELLER é professora adjunta da UFSM, doutora em Linguística Aplicada pela PUC-RS, mestre em Teoria e Análise Linguística e licenciada em Letras Português e Inglês pela UFRGS. Tem experiência na área de Linguística atuando principalmente nos seguintes temas: Fonologia do PB, Sociolinguística, Teoria da Otimidade, acento secundário, epêntese, sílaba.

THIAGO MATTOS DE OLIVEIRA é graduando em Letras (UFF) e bolsista de Iniciação Científica FAPERJ sob orientação da Prof. Dr. Vanise Medeiros; premiado no I Concurso Literário do Instituto de Letras da UFF.

TORU MARUYAMA é professor e pesquisador da Universidade de Nanzan. Dedicou-se ao estudo histórico do português. Estudou Linguística na Universidade de Santa Bárbara e fez pós-graduação na USP. Foi professor visitante na UFRJ e na Universidade Nova de Lisboa.

VANISE GOMES MEDEIROS é professora adjunta da UFF. Foi premiada com a distinção Jovem Cientista do Estado (FAPERJ-2009). É vice-coordenadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF); pesquisadora em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas.

WANDERCY DE CARVALHO é doutorando em Língua Portuguesa na UFF. Mestre em literaturas portuguesa e Africana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem especialização em Língua Portuguesa (UFF) e Especialização em Literatura Infanto-juvenil. É graduado em Português/ Latim (UFF) e Português Francês (UFF).

CONFLUÊNCIA

Normas para apresentação de originais

1. As páginas devem ser configuradas em papel A4, parágrafo justificado com recuo de 1 cm na primeira linha, espaço simples entre linhas e entre parágrafos, margens de 3 cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
2. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o seguinte endereço: confluencia@liceuliterario.org.br. A submissão deverá ser realizada impreterivelmente dentro dos prazos estipulados.
3. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail:
 - 3.1 Arquivo 1: dados do autor (nome, titulação, vinculação acadêmica, e-mail, telefone).
 - 3.2 Arquivo 2: texto sem identificação.
4. A comissão editorial emitirá parecer sobre a aceitação do trabalho proposto, do qual será cientificado o autor por e-mail. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação.
5. Os direitos autorais sobre os trabalhos aceitos são automaticamente cedidos para a Revista Confluência.
6. São aceitos artigos e resenhas inéditos. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura:
 - 6.1 Elementos pré-textuais.
 - 6.1.1 Título e subtítulo na primeira linha, centralizados, em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, corpo 12
 - 6.1.2 Nome do autor na segunda linha abaixo do título, alinhado à direita, com letras iniciais maiúsculas.
 - 6.1.3 Resumo na terceira linha abaixo do nome do autor. Deve-se escrever a palavra RESUMO com letras maiúsculas seguida de dois pontos.

O texto do resumo deve situar-se na linha abaixo em parágrafo único, espaço simples, justificado, de no máximo sete linhas, em fonte Times New Roman corpo 10.

6.1.4 Palavras-chave em número de três a cinco, duas linhas abaixo do resumo. Deve-se escrever PALAVRAS-CHAVE com letras maiúsculas seguida de dois pontos, fonte Times New Roman, corpo 10.

6.1.5 ABSTRACT e KEYWORDS escritos de acordo com as mesmas normas do resumo e das palavras-chave.

6.2 Elementos textuais.

6.2.1 Fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado ao longo de todo o texto.

6.2.2 Espaçamento simples entre linhas e parágrafos, duplo entre partes do texto (tabelas, ilustrações, citações em destaque, seções etc.)

6.2.3 Parágrafos com recuo de 1cm na primeira linha.

6.2.4 As citações até três linhas ficam entre aspas duplas. As citações com mais de três linhas seguem em destaque na seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, com recuo de 2,5cm. As referências deverão ser indicadas entre parênteses, como no exemplo (BECHARA, 1999, p. 45).

6.2.5 As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, corpo 10, com alinhamento justificado e espaço simples.

6.2.6 Os títulos e subtítulos dos itens ou seções devem seguir numeração em algarismos arábicos, sem recuo de parágrafo, e são escritos com letra inicial maiúscula somente na primeira palavra. Espaçamento duplo entre seções. Deve-se usar o sistema sequencial em níveis (1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1 etc.). Não se devem numerar a introdução, a conclusão, Referências e os elementos pós-textuais.

6.3 Elementos ilustrativos.

6.3.1 Tabelas, figuras, fotos etc. devem ser numeradas sequencialmente. Somente serão publicadas ilustrações de propriedade do autor ou expressamente autorizadas pelo detentor dos direitos autorais.

6.4 Elementos pós-textuais.

6.4.1 Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT em espaçamento simples, alinhamento justificado (veja exemplos a seguir).

6.4.2 Data de remessa do artigo para publicação.

7. As resenhas devem seguir, no que couber, as normas dos artigos.

8. Exemplos de referências.

8.1 Livro.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

8.2 Artigo de periódico.

KEHDI, Valter. Considerações em torno da Moderna Gramática Portuguesa, do Prof. Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 21, 2001, p. 45-58.

8.3 Capítulo de livro.

KUITERS, A.T.; VAN BECKHOVEN, K.; ERNST, W. H. O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In.: FANTA, A. (ed.). *Forest dynamics research in Western and Central Europe*. Washington: Pudoc, 1986, p. 140-170.

8.4 Monografias, dissertações e teses.

MIYAMOTO, S. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. 1981. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8.5 Documentos eletrônicos.

FOULKES, H.; CARTWRIGHT, R. Sleep. In: _____ Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: <<http://www.britanica.com/bcom/eb/article>>. Acesso em 5 de fev. 2000.

KOOGAN, A.; HOUASSIS, A. (Ed.) *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikman. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Confluência

ASSINATURA

Os nossos leitores poderão receber em suas residências a revista, ao preço de R\$ 25,00, correspondente ao número 32 do 2.º semestre de 2006, ou de R\$ 30,00, para a assinatura anual do número 33-34 do 2.º semestre de 2007/1.º semestre de 2008, mais a despesa de porte, caso utilizem os serviços dos correios.

Estes preços são válidos para os números anteriores, com exceção do 1 ao 5, que estão esgotados.

Para os pedidos do exterior o preço de cada número será de US\$ 10.00 (dez dólares americanos) e de US\$ 20.00 (vinte dólares americanos) para a anuidade, mais as despesas de remessa.

Os interessados deverão enviar o seu pedido, com os dados solicitados na ficha abaixo, e acompanhado do comprovante de depósito, para:

Confluência – Instituto de Língua Portuguesa
Rua Senador Dantas, 118 – 2.º andar – Centro
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (21) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – www.liceuliterario.org.br

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
REVISTA CONFLUÊNCIA

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço completo: _____

Desejo receber: *Confluência* 32 _____ *Confluência* 33-34
Data ___ / ___ / ___ Assinatura _____

Os depósitos deverão ser feitos em qualquer agência do Banco Itaú em favor de: Liceu Literário Português – Banco Itaú – Agência São José – 0310, conta corrente nº 42171-4 – Rio de Janeiro – RJ.